



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA

Leonardo Silva

Economic policy makers e as guerras palacianas: o Brasil do início da era Sarney em
questão

Florianópolis
2021

Leonardo Silva

Economic policy makers e as guerras palacianas: o Brasil do início da era Sarney em
questão

Tese submetida ao Programa de Pós-graduação em
Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal
de Santa Catarina para a obtenção do título de Doutor
em Sociologia
Orientadora: Profa. Dra. Marcia da Silva Mazon

Florianópolis

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Silva, Leonardo
Economic policy makers e as guerras palacianas : o
Brasil do início da era Sarney em questão / Leonardo Silva
; orientadora, Marcia da Silva Mazon, .
263 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa
de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política,
Florianópolis, .

Inclui referências.

1. Sociologia e Ciência Política. 2. Política econômica
brasileira. 3. Internacionalização das elites. 4. Governo
Sarney. 5. Guerras palacianas. I. Silva Mazon, Marcia da.
II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós
Graduação em Sociologia e Ciência Política. III. Título.

Leonardo Silva

Economic policy makers e as guerras palacianas: o Brasil do início da era Sarney
em questão

O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e aprovado por banca
examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Dra. Maria Aparecida Chaves Jardim
Unesp

Prof. Dr. Rodrigo da Rosa Bordignon
UFSC

Profa. Dra. Elaine da Silveira Leite
UFPEl

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi
julgado adequado para obtenção do título de doutor em Sociologia

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Profa. Dra. Marcia da Silva Mazon
Orientadora

Florianópolis, 2021.

Este trabalho é dedicado a todos que continuam fazendo ciência nesse momento tão desalentador para o Brasil.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos professores Rodrigo Bordignon, Elaine Leite e Maria Chaves Jardim, membros da banca de doutorado, pelas críticas e sugestões. Tais contribuições foram incorporadas, na medida do possível, ao texto final da tese. À Elisa Klüger e Eduardo Bonaldi pelas sugestões feitas durante a banca de qualificação.

Aos colegas e amigos do Nusec pela convivência e debates ao longo dessa jornada.

Ao economista Paulo Rosenberg, pela disposição em colaborar com a pesquisa e pelas valiosas informações fornecidas.

À minha orientadora, Marcia da Silva Mazon, que esteve presente desde o início dessa caminhada acadêmica. Sua presença foi essencial nessa trajetória.

Ao CNPq pela bolsa de estudos concedida, sem a qual a realização desta tese seria inviável.

À Maria e Benta pela convivência diária e apoio ao longo destes anos. Muito obrigado por tudo.

“[...] ruptura com o fatalismo econômico encorajado não só pelo discurso político-midiático sobre as necessidades inelutáveis da “globalização” e sobre a dominação dos mercados financeiros (por trás das quais os dirigentes políticos gostam de dissimular sua liberdade de escolha), mas também pelo comportamento dos governos social-democratas que, prolongando ou resgatando, em pontos essenciais, a política dos governos conservadores, fazem essa política parecer a única possível [...]” (BOURDIEU, 2001b).

RESUMO

A tese analisa os processos de composição e recomposição do espaço dos *economic policy makers* no início do governo Sarney à luz das guerras palacianas em torno da formulação da política econômica brasileira. Utilizando a internacionalização das elites como principal fio condutor, explorou-se o caminho do meio entre as interpretações mecanicista e voluntarista ao focarmos as trajetórias dos *economic policy makers* assim como seu espaço de atuação somado ao contexto político e econômico mais amplo. Os métodos mobilizados foram sobretudo a prosopografia, a Análise de Correspondências Múltiplas (ACM) e a análise de conteúdo e as fontes consultadas jornais, verbetes biográficos/temáticos e entrevistas. O período analisado – que compreende de meados de 1984 ao início de 1986 – sugere três momentos distintos. Um momento inicial o qual traz a promessa de uma administração pautada numa combinação de austeridade com progresso, um segundo momento em que os *economic policy makers* mobilizam-se em torno do embate austeridade x progresso e o último momento identificado pela vitória da heterodoxia como modelo econômico e do progresso como objetivo primeiro da política governamental. Situamos a atuação de dois blocos de agentes: de um lado, Funaro, Sayad, Sarney e etc. os quais resistiram às imposições do FMI, Banco Mundial, EUA e demais países centrais e, de outro lado, Dornelles, Lemgruber, Rosenberg e etc. que as defenderam como se fossem seus autores. Devido às especificidades de seus perfis, estes últimos demonstravam possuir não apenas uma “afinidade de *habitus*” – derivada do comprometimento com o monetarismo e a *doxa* neoliberal, da forte americanização e da proximidade com instituições como o FMI –, mas também uma “solidariedade de interesses” – derivada do desejo comum de levar a cabo a liberalização da economia brasileira – com as autoridades internacionais. Utilizando como chave analítica a internacionalização e, nesse caso, a americanização, verifica-se que a *doxa* neoliberal foi inculcada nestes e outros membros da elite brasileira que, por sua vez, buscavam acumular esse capital internacional de matriz estadunidense visando conservar/melhorar suas posições sociais e acabaram utilizando-o como arma nas guerras palacianas pela definição do modo legítimo de condução da economia no início da Nova República. Cabe sublinhar, todavia, que não obstante a americanização aparecer fortemente associada a preferência pelo monetarismo, nem todos os agentes dotados de uma trajetória americanizada eram necessariamente monetaristas.

Palavras-chave: Política econômica brasileira. Governo Sarney. Guerras palacianas. Internacionalização das elites. Monetarismo e heterodoxia.

ABSTRACT

The thesis analyzes the processes of composition and recomposition of the space of economic policy makers at the beginning of the Sarney administration in light of the palace wars surrounding the formulation of Brazilian economic policy. Using the internationalization of elites as the main guideline, we explore the middle path between mechanistic and voluntarist interpretations by focusing on the trajectories of economic policy makers as well as their scope of action added to the broader political and economic context. The methods used were mainly prosopography, Multiple Correspondence Analysis (MCA) and content analysis and consulted sources, newspapers, biographical/thematic entries and interviews. The analyzed period – which comprises from mid-1984 to early 1986 – suggests three distinct moments. An initial moment which brings the promise of an administration based on a combination of austerity and progress, a second moment in which economic policy makers mobilize around the austerity vs. progress struggle and the last moment identified by the victory of heterodoxy as an economic model and progress as the primary objective of government policy. We situate the performance of two blocks of agents: on the one hand, Funaro, Sayad, Sarney, and so on. which resisted the impositions of the IMF, World Bank, USA and other central countries and, on the other hand, Dornelles, Lemgruber, Rosenberg and so on. who defended them as if they were their authors. Due to the specificities of their profiles, the latter showed not only an “affinity of *habitus*” – derived from their commitment to monetarism and neoliberal *doxa*, strong Americanization and proximity to institutions like the IMF – but also a “solidarity of interests” – derived from the common desire to carry out the liberalization of the Brazilian economy – with the international authorities. Using internationalization and, in this case, Americanization as an analytical key, it appears that the neoliberal *doxa* was inculcated in these and other members of the Brazilian elite who, in turn, sought to accumulate this international capital of US matrix in order to conserve/improve their positions and ended up using it as a weapon in the palace wars by defining the legitimate way of conducting the economy at the beginning of the New Republic. It should be noted, however, that despite Americanization appearing strongly associated with a preference for monetarism, not all agents with an Americanized trajectory were necessarily monetarists.

Keywords: Brazilian economic policy. Sarney government. Palace wars. Internationalization of elites. Monetarism and heterodoxy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Charge de Lan sobre a solução de Dornelles para o problema da dívida externa.	154
Figura 2 – Charge de Veríssimo sobre o modo de atuação de Dornelles e Sayad na condução da política econômica	159
Figura 3 – As grandes divergências entre Dornelles e Sayad segundo compilação publicada pelo <i>Jornal do Brasil (RJ)</i>	163
Figura 4 – Charge de Guidacci sobre as diferenças no tamanho dos cortes de gastos propostos por Sayad e Dornelles.....	164

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Os três momentos analisados.....	31
Quadro 2 – Breve caracterização dos cinco principais jornais utilizados como fonte	40
Quadro 3 – Relação inicial dos <i>economic policy makers</i> do governo Sarney.....	82
Quadro 4 – Propriedades sociais dos 11 membros do grupo de Dornelles	101
Quadro 5 – Propriedades sociais dos 9 membros do grupo do PMDB	105
Quadro 6 – Propriedades sociais dos 10 representantes do empresariado	107
Quadro 7 – Propriedades sociais dos demais agentes (5 indivíduos).....	109
Quadro 8 – Sete medidas de austeridade implementadas sob o comando de Dornelles em março de 1985	115
Quadro 9 – Tomadas de posição dos 11 membros do grupo de Dornelles com relação ao corte de gastos	117
Quadro 10 – Tomadas de posição dos 9 membros do grupo do PMDB com relação ao corte de gastos	120
Quadro 11 – Tomadas de posição dos 10 representantes do empresariado com relação ao corte de gastos	124
Quadro 12 – Tomadas de posição dos demais agentes (5 indivíduos) com relação ao corte de gastos	126
Quadro 13 – Posicionamento dos 6 principais partidos políticos brasileiros no espectro ideológico (1985).....	130
Quadro 14 – Cinco principais divergências entre Dornelles e Sayad com relação à política econômica governamental	157
Quadro 15 – Relação dos <i>economic policy makers</i> após a primeira recomposição	178
Quadro 16 – Propriedades sociais dos 11 membros do grupo de Sarney.....	197
Quadro 17 – Propriedades sociais dos 10 representantes do empresariado	199
Quadro 18 – Propriedades sociais dos 16 agentes remanescentes da equipe de Tancredo	201
Quadro 18 – Propriedades relevantes, interesses manifestados e tomadas de posição dos principais agentes envolvidos na negociação da dívida externa.....	228

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Contribuições das modalidades e variáveis para os eixos 1, 2, 3, e 4, início do momento $T(1)$	96
Tabela 2 – Contribuições das modalidades e variáveis para os eixos 1, 2, 3 e 4, início do momento $T(2)$	190

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Espaço dos <i>economic policy makers</i> nos eixos 1 e 2, início do momento $T(1)$	90
Gráfico 2 – Espaço das propriedades nos eixos 1 e 2 (20 modalidades ativas), início do momento $T(1)$	92
Gráfico 3 – Espaço das propriedades nos eixos 1 e 3 (20 modalidades ativas), início do momento $T(1)$	93
Gráfico 4 – Espaço das propriedades nos eixos 2 e 3 (20 modalidades ativas), início do momento $T(1)$	94
Gráfico 5 – Espaço dos <i>economic policy makers</i> nos eixos 1 e 2 conforme o grupo de pertencimento, início do momento $T(1)$	98
Gráfico 6 – Espaço dos <i>economic policy makers</i> nos eixos 2 e 3 conforme o grupo de pertencimento e com projeção da variável suplementar orientação econômica, início do momento $T(1)$	100
Gráfico 7 – Espaço dos <i>economic policy makers</i> nos eixos 1 e 2, início do momento $T(2)$..	184
Gráfico 8 – Espaço das propriedades nos eixos 1 e 2 (21 modalidades ativas), início do momento $T(2)$	186
Gráfico 9 – Espaço das propriedades nos eixos 1 e 3 (21 modalidades ativas), início do momento $T(2)$	187
Gráfico 10 – Espaço das propriedades nos eixos 2 e 3 (21 modalidades ativas), início do momento $T(2)$	188
Gráfico 11 – Espaço dos <i>economic policy makers</i> nos eixos 1 e 2 conforme o grupo de pertencimento, início do momento $T(2)$	192
Gráfico 12 – Espaço dos <i>economic policy makers</i> nos eixos 2 e 3 conforme o grupo de pertencimento e com projeção da variável suplementar orientação econômica, início do momento $T(2)$	194

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abdib Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Indústria de Base
Abras Associação Brasileira de Supermercados
Ademi Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário
AEUDF Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal
Aladi Associação Latino-Americana de Desenvolvimento Integrado
Alide Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras de Desenvolvimento
Aliplast Associação Latino-Americana da Indústria de Plástico
ACM Análise de Correspondências Múltiplas
Anbid Associação Nacional dos Bancos de Investimento
Andima Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto
Apes Associação Pernambucana de Supermercados
Arena Aliança Renovadora Nacional
Asbace Associação Brasileira de Bancos Comerciais Estaduais
Asbeb Associação dos Bancos do Estado da Bahia
Badesp Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo
Bandes Banco do Desenvolvimento do Espírito Santo S.A.
Banespa Banco do Estado de São Paulo S.A.
Basa Banco da Amazônia S.A.
BB Banco do Brasil
BD-Rio Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro S.A.
BID Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNH Banco Nacional de Habitação
BRB Banco Regional de Brasília
CAE Centro de Aperfeiçoamento de Economistas
CED Comissão Especial de Desestatização
CEF Caixa Econômica Federal
Cepal Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
Ciesp Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
CMN Conselho Monetário Nacional
CNA Confederação Nacional da Agricultura
CNB Confederação Nacional dos Bancos

CNC Confederação Nacional do Comércio
CNI Confederação Nacional da Indústria
CNT - Confederação Nacional dos Transportes
Cofavi Companhia Ferro e Aço de Vitória
Copag Comissão para o Plano de Ação do Governo
CPA Comissão de Política Aduaneira
CPDOC Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CVM Comissão de Valores Mobiliários
DHBB Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro
Fecomércio-CE Federação de Comércio do Estado do Ceará
Fecomércio-ES Federação de Comércio do Estado do Espírito Santo
FEFRJ Faculdade de Economia e Finanças do Rio de Janeiro
FGV-RJ Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro
FGV-SP Fundação Getúlio Vargas de São Paulo
Fiesp Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
Funcex Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior
IBC Instituto Brasileiro do Café
Ibmec Instituto Brasileiro de Mercados de Capitais
Ipase Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado de São Paulo
Ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Iplan Instituto de Planejamento do Ministério do Planejamento
IRB Instituto de Resseguros do Brasil
Lig. Ligações
MDB Movimento Democrático Brasileiro
MIT Massachusetts Institute of Technology
OEA Organização dos Estados Americanos
ONU Organização das Nações Unidas
PDC Partido Democrata Cristão
PDS Partido Democrático Social
PDT Partido Democrático Trabalhista
PFL Partido da Frente Liberal
PMDB Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PND Plano Nacional de Desenvolvimento

Profis. Profissional
PT Partido dos Trabalhadores
PTB Partido Trabalhista Brasileiro
PUC-RJ Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC-RS Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PUC-SP Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Repres. Representante
Sarem Secretaria de Articulação com os Estados e Municípios
Senac-CE Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Sindipeças Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores
Sudene Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
Sumoc Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito
TJ-MA Tribunal de Justiça do Maranhão
TRT-SP Tribunal Regional do Trabalho do Estado de São Paulo
UDN União Democrática Nacional
Uerj Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFBA Universidade Federal da Bahia
UFF Universidade Federal Fluminense
UFMA Universidade Federal do Maranhão
UFMG Universidade Federal de Minas Gerais
UFPE Universidade Federal de Pernambuco
UFPI Universidade Federal do Piauí
Ufes Universidade Federal do Espírito Santo
UFRJ Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNB Universidade de Brasília
Unicap Universidade Católica de Pernambuco
UPE Universidade de Pernambuco
USP Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	23
1.1	OBJETIVOS	29
1.1.1	Objetivo Geral.....	29
1.1.2	Objetivos específicos.....	30
1.2	MÉTODOS DE PESQUISA	35
1.2.1	Prosopografia	35
1.2.2	Análise de Correspondências Múltiplas (ACM).....	36
1.2.3	Análise de conteúdo	37
1.3	PRINCIPAIS FONTES MOBILIZADAS	38
1.3.1	Os jornais.....	39
1.3.2	O <i>Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro</i>.....	41
1.3.3	As entrevistas com Paulo Rosenberg	43
1.4	ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA	44
2	“CONTINUÍSMO” <i>VERSUS</i> “MUDANÇA”: DISPUTAS POLÍTICAS E SIMBÓLICAS NO PREÂMBULO DA NOVA REPÚBLICA	45
2.1	A CRISE POLÍTICO-ECONÔMICA BRASILEIRA E A FORMAÇÃO DA ALIANÇA DEMOCRÁTICA.....	47
2.2	O “LEÃO” DORNELLES: DA TRAJETÓRIA AMERICANIZADA À COLABORAÇÃO NA CAMPANHA DA CHAPA TANCREDO/SARNEY.....	49
2.3	AS DIFERENTES TOMADAS DE POSIÇÃO COM RELAÇÃO A DORNELLES NO PERÍODO ANTERIOR À POSSE DE SARNEY	53
2.3.1	Primeira fase: da campanha presidencial à vitória da chapa Tancredo/Sarney.....	54
2.3.2	Segunda fase: formação do novo governo e o fantasma da “dornelização”... 56	
2.3.2.1	<i>Lista dos ministeriáveis, viagem de Tancredo e a intensificação das disputas</i>	<i>56</i>
2.3.2.2	<i>Mudanças mentais, reconfigurações políticas</i>	<i>61</i>

2.3.3	Terceira fase: virada cognitiva e a indicação de Dornelles como fato consumado.....	63
2.4	A NOVA REPÚBLICA E A PROMESSA DE AUSTERIDADE.....	66
2.4.1	Austeridade como desmonte do Estado: a pavimentação das reformas liberalizantes	68
2.4.2	Dornelles, Sayad e as complexidades do futuro ministério de Tancredo	70
2.5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
3	CRÔNICA DE UMA GUERRA PALACIANA: MONETARISMO <i>VERSUS</i> HETERODOXIA NO INÍCIO DO GOVERNO SARNEY (MARÇO/AGOSTO 1985)..	74
3.1	OS EUA E OS DESEQUILÍBRIOS ECONÔMICOS INTERNACIONAIS DA DÉCADA DE 1980	76
3.2	O ESPAÇO DOS <i>ECONOMIC POLICY MAKERS</i> COMO CAMPO DE FORÇAS E CAMPO DE LUTAS.....	79
3.2.1	A longa agonia de Tancredo	79
3.2.2	Perfil geral dos <i>economic policy makers</i>	82
3.2.2.1	<i>Capital cultural institucionalizado</i>	83
3.2.2.2	<i>Capital social</i>	85
3.2.2.3	<i>Origem geográfica</i>	86
3.2.2.4	<i>Capital internacional</i>	87
3.2.2.5	<i>Experiências profissionais</i>	87
3.2.2.6	<i>Orientação econômica</i>	89
3.2.3	O espaço e sua estrutura	89
3.2.4	O espaço e os “grupos” em disputa.....	97
3.2.4.1	<i>O grupo de Dornelles</i>	101
3.2.4.2	<i>O grupo do PMDB</i>	105
3.2.4.3	<i>Os representantes do empresariado</i>	107
3.2.4.4	<i>Os demais agentes</i>	109
3.3	AS PRIMEIRAS BATALHAS NO ESPAÇO DOS <i>ECONOMIC POLICY MAKERS</i> (MARÇO/MAIO 1985).....	111

3.3.1	A ofensiva da austeridade: o corte de gastos públicos de Dornelles	111
3.3.1.1	<i>Dornelles, Sayad e as medidas de austeridade</i>	<i>112</i>
3.3.1.2	<i>As reações ao corte de gastos no espaço dos economic policy makers</i>	<i>116</i>
3.3.1.2.1	O grupo de Dornelles.....	117
3.3.1.2.2	O grupo do PMDB.....	119
3.3.1.2.3	Os representantes do empresariado	123
3.3.1.2.4	Os demais agentes.....	125
3.3.1.3	<i>As reações ao corte de gastos fora do espaço dos economic policy makers.....</i>	<i>127</i>
3.3.1.3.1	Os grupos de pressão	127
3.3.1.3.2	<i>Os opinion makers</i>	<i>130</i>
3.3.2	As grandes derrotas iniciais do grupo de Dornelles: os casos do Banco Sul Brasileiro e do Programa de Emergência.....	138
3.3.3	As disputas em torno da dívida externa e a queda do diretor da Área Externa do Banco central: uma vitória momentânea para o grupo de Dornelles.....	144
3.3.3.1	<i>Negociação técnica versus negociação política: uma trajetória e linguagem fora do padrão americanizado.....</i>	<i>145</i>
3.3.3.2	<i>A entrada do novo diretor do Banco Central no espaço dos economic policy makers</i>	<i>154</i>
3.4	O RECRUSDECIMENTO DOS CONFLITOS E A QUEDA DE DORNELLES E PARTE DE SEU GRUPO (JUNHO/AGOSTO 1985).....	156
3.4.1	A reunião do Torto e o impasse na política econômica brasileira.....	156
3.4.2	Um novo agente no espaço: o assessor presidencial Paulo Rosenberg	159
3.4.3	As batalhas finais de Dornelles e seu grupo	161
3.4.4	A demissão de Sebastião Vital e a renúncia de Dornelles e aliados	166
3.5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	168
4	A PRIMEIRA RECOMPOSIÇÃO DO ESPAÇO DOS <i>ECONOMIC POLICY MAKERS</i> NO GOVERNO SARNEY: DA ASCENSÃO DE FUNARO A QUEDA DE ROSENBERG	172

4.1	A CONSOLIDAÇÃO DA HEGEMONIA ESTADUNIDENSE E O COMBATE ÀS RESISTÊNCIAS DOS PAÍSES PERIFÉRICOS	174
4.2	A RECONFIGURAÇÃO DE UMA GUERRA PALACIANA	175
4.2.1	As disputas em torno da escolha do novo ministro da Fazenda	176
4.2.2	Perfil geral dos <i>economic policy makers</i>.....	178
4.2.2.1	<i>Capital cultural institucionalizado</i>	180
4.2.2.2	<i>Capital social</i>	180
4.2.2.3	<i>Origem geográfica</i>	181
4.2.2.4	<i>Capital internacional</i>	182
4.2.2.5	<i>Experiências profissionais</i>	182
4.2.2.6	<i>Orientação econômica</i>	183
4.2.3	O espaço social e sua nova estrutura	183
4.2.4	O espaço social e novos “grupos” em disputa	191
4.2.4.1	<i>O grupo de Sarney</i>	196
4.2.4.2	<i>Os representantes do empresariado</i>	199
4.2.4.3	<i>Os remanescentes da equipe de Tancredo</i>	201
4.3	CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS ENTRE AS HETERODOXIAS NO ESPAÇO DOS <i>ECONOMIC POLICY MAKERS</i>	204
4.3.1	A controversa questão dos novos cortes nas empresas estatais.....	205
4.3.2	O delicado equilíbrio de Sayad: algumas considerações suplementares	209
4.3.3	Renegociação da dívida externa: uma reconversão no modo de tratamento	211
4.4	OS LIMITES DE UM MONETARISTA: NOTAS SOBRE A SAÍDA DE PAULO ROSENBERG	219
4.4.1	O declínio do “Cometa Halley”	219
4.4.2	Os prenúncios do Plano Cruzado e da moratória da dívida externa.....	221
4.5	OS MOMENTOS <i>T(1)</i> E <i>T(2)</i> EM PERSPECTIVA COMPARADA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	224
4.5.1	Características gerais do espaço dos <i>economic policy makers</i>	224

4.5.2	Principais condicionantes das tomadas de posição dos <i>economic policy makers</i>: os casos do corte de gastos públicos e da renegociação da dívida externa.....	226
4.5.2.1	<i>A renegociação da dívida externa</i>	226
4.5.2.2	<i>O corte de gastos públicos</i>	230
4.6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	232
5	CONCLUSÃO	236
	REFERÊNCIAS	243

1 INTRODUÇÃO

Brasileiros com mais de 40 anos não precisam de explicações para as expressões: diretas já, controle de preços, fiscais do Sarney, entre outras. O Brasil – em pleno processo de transição do regime militar para a democracia e surpreendido pelo repentino adoecimento e óbito do primeiro presidente da República da era pós-ditadura – se vê diante de um maranhense que assume o poder: o vice-presidente José Sarney. Sua missão: controlar a inflação, sanear as finanças públicas, impulsionar o crescimento econômico e capitanear a reabertura democrática num contexto em que boa parte da população almejava mudanças econômicas e políticas.

Ao assumir a presidência em 1985, Sarney herdou do governo militar uma inflação de mais de 220% ao ano e uma dívida externa que ultrapassava os 100 bilhões de dólares (CAMPERO, 1985; CASTRO, 2011). Inicialmente Sarney manteve o ministro da Fazenda indicado por Tancredo Neves, o seu sobrinho Francisco Neves Dornelles. Ex-secretário da Receita Federal durante o regime militar e ex-braço direito de Tancredo, Dornelles tentou implementar uma política de austeridade em sintonia com os ditames internacionais e os anseios da elite nacional, mas esbarrou nas resistências de Sarney e no ministro do Planejamento João Sayad. Com o progressivo enfraquecimento de sua posição no governo – que ficou fortemente abalada após o falecimento de Tancredo –, Dornelles deixou seu cargo poucos meses após tomar posse. Sarney indicou então o empresário paulista e amigo de longa data, Dílson Funaro, para o Ministério da Fazenda. Como ministro e principal condutor da economia, Funaro – que até aquele momento ocupava a presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – implementou uma política econômica avaliada como heterodoxa, a qual culminou com medidas controversas como a criação do Plano Cruzado e a moratória da dívida externa.

Nenhuma novidade neste resumo. Essa odisséia brasileira é conhecida e interpretada por diversos economistas, sociólogos, historiadores, cientistas políticos dando ênfase aos diferentes aspectos que engendraram mudanças políticas e econômicas no país (SALLUM JUNIOR, 1994; PORTELLA FILHO, 1994; MACIEL, 2008; CASTRO, 2011; AMANO, 2017). Propomos nesta tese focar a política econômica do período Sarney a partir da lente das guerras palacianas e dos processos de internacionalização das elites dirigentes dos países periféricos (DEZALAY & GARTH, 2002; ENGELMANN, 2012). Marcando a transição da ditadura para a democracia e refletindo um momento específico da circulação internacional de

ideias associado a pressão por reformas rumo à liberalização econômica e ao Estado mínimo (MAZON, 2009), o governo Sarney apresenta uma boa oportunidade para a análise das guerras palacianas que permeiam os processos de produção da política econômica estatal. Fatores como a crise econômica – associada a concomitante contestação do modelo econômico predominantemente expansionista –, a crise política – ligada ao conturbado processo de superação do regime militar e consolidação da democracia –, a grande heterogeneidade da equipe governamental – que era formada por agentes com diferentes perfis e orientações econômicas e políticas – e a internação e posterior falecimento de Tancredo Neves – primeiro presidente civil desde 1964 e um dos artífices da redemocratização – fazem com que esse período não apenas seja permeado por intensas disputas, mas também que tais lutas sejam bastante explícitas. Seguindo Lebaron & Dogan (2016), argumentamos que analisar os agentes econômicos, em especial lideranças, é um procedimento de grande relevância para a pesquisa científica. Porém, para além das trajetórias¹ em si, nos interessa examinar igualmente o espaço de atuação destas lideranças – falamos aqui do Brasil durante a transição democrática – e explicitar os mecanismos sociais por trás de suas interações e tomadas de posição (LEBARON & DOGAN, 2016). Nesse contexto, quem eram e que perfis possuíam os agentes e grupos em disputa? Quais eram as medidas econômicas e concepções sobre a economia em jogo? Como ocorreram os processos de composição e recomposição deste espaço?

Conforme Sallum Junior (1994), analisar o processo de transição da ditadura militar para a democracia no Brasil pode ser bastante desafiador haja vista que ele não está limitado unicamente à dimensão político-institucional. Tal processo abarca “[...] também mudanças nas relações entre poder político, estrutura social e economia. Mais ainda: a transição ocorre em meio a transformações econômicas internacionais que marcam profundamente seu ritmo e características.” (SALLUM JUNIOR, 1994, p. 133). Em função disso, as análises que interpretam as transformações ocorridas entre o início da década de 1980 e o início da década de 1990 reduzindo-as a uma mudança (exclusiva) de regime político revelam-se incompletas; esse período coloca em xeque o próprio padrão de relacionamento entre poder político e sociedade que esteve na base dos regimes políticos que existiram no Brasil a partir de 1930

¹ Contra a ilusão que faz das biografias “[...] um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma “intenção” subjetiva e objetiva, de um projeto [...]”, a noção de trajetória permite reintroduzir os condicionamentos estruturais na análise (BOURDIEU, 1996b, p. 74). A partir dessa noção pode-se compreender que a história de um agente (ou grupo) é um produto das posições sucessivamente ocupadas pelo mesmo “[...] em um espaço ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes.” (BOURDIEU, 1996b, p. 81).

(SALLUM JUNIOR, 1994). Tendo essas considerações em vista, propomos analisar a transição democrática não “[...] apenas como uma mudança do regime político autoritário, mas também como uma alteração no tipo de Estado a ele associado.” (SALLUM JUNIOR 1994, p. 163).

De acordo com Dezalay & Garth (2000, p. 163), o processo de transformação do Estado nos países latino-americanos poderia ser descrito “[...] como um deslocamento de Estados desenvolvimentistas ou Estados do Bem-Estar para Estados neoliberais, envolvendo a abertura das economias, privatizações e a implantação dos princípios do Consenso de Washington.” Para dar conta dessas mudanças em geral são fornecidas duas explicações opostas. Uma delas defende que tais transformações são um produto das imposições externas, em especial daquelas feitas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Estados Unidos da América (EUA) visando implementar a agenda econômica neoliberal do governo de Ronald Reagan (DEZALAY & GARTH, 2000). Tal perspectiva tende a destacar que entre 1982 e o final do governo Reagan em 1988 os países latino-americanos foram submetidos a um tutelamento rigoroso no qual

[...] os credores e as instituições oficiais praticamente se recusaram a discutir propostas de redução das dívidas externas. Os devedores foram mantidos quase sempre sob rédeas curtas. A maior parte da América Latina teve durante o período crescimento negativo da renda per capita e inflação ascendente. (PORTELLA FILHO, 1994, p. 110).

A outra perspectiva, por sua vez, advoga que tais transformações no modo de condução da política econômica e, de forma mais ampla, do próprio Estado são decorrentes das mudanças nas preferências das elites dirigentes dos países periféricos (DEZALAY & GARTH, 2000). Ao invés “[...] de um Estado pesado, [tais elites prefeririam] agora um Estado neoliberal.” (DEZALAY & GARTH, 2000, p. 163). Como pode-se perceber, se a primeira perspectiva incorre no erro de anular a agência das elites dirigentes dos países periféricos, a segunda tem o inconveniente de não explicar como tais elites “[...] chegaram a esse conjunto peculiar de preferências” haja vista que para a maioria de seus partidários “[...] a predileção por esse conjunto de preferências é óbvia e autoexplicativa.” (DEZALAY & GARTH, 2000, p. 163).

Objetivando afastar-nos tanto da visão mecanicista das mudanças nos Estados periféricos como mero produto das pressões internacionais, quanto da visão voluntarista da elite inovadora que se convence de que uma dada orientação econômica é melhor do que a outra, propomos analisar o campo específico onde é efetivamente produzida a política

econômica – o qual foi denominado aqui de espaço dos *economic policy makers*² – tendo como principal fio condutor o processo de internacionalização dos grupos dirigentes (BOURDIEU, 2001a; DEZALAY & GARTH, 2000). Simultaneamente um campo de forças – i.e., uma estrutura de relações objetivas – e um campo de lutas – i.e., uma arena permeada por disputas visando conservar ou transformar tal estrutura objetiva –, o espaço dos *economic policy makers* é o palco onde ocorrem as principais guerras palacianas em torno da produção da política econômica governamental (BOURDIEU, 1996c, 2001a). Disputas em torno não apenas do controle do Estado, mas também da definição dos valores e modelos institucionais legítimos que conformam a atuação estatal (BOURDIEU, 1996c), as guerras palacianas dos países periféricos tem sido “[...] cada vez mais desenvolvidas em termos de estratégias internacionais (DEZALAY & GARTH, 2000, p. 164).

Num contexto em que “[...] os Estados estão crescentemente inseridos em um mercado internacional de conhecimento técnico centrado no circuito universitário dos Estados Unidos e instituições correlatas”, as elites periféricas tendem cada vez mais a lançar mão de “estratégias internacionais”, ou seja, a mobilizarem algum tipo de “[...] capital internacional – títulos universitários, conhecimento técnico, contatos, recursos, prestígio e legitimidade obtida no exterior – para construir suas carreiras em seus países natais.” (DEZALAY & GARTH, 2000, p. 164). O capital internacional – em especial, o de matriz estadunidense – torna-se assim tanto um meio para tais agentes ascenderem a posições de destaque no aparato estatal quanto uma arma no combate de seus adversários nas guerras palacianas pelo controle do Estado (DEZALAY & GARTH, 2000, 2002).

A ascensão de agentes dotados de considerável capital internacional no campo do poder³ tem sido tema de destaque na literatura especializada (ENGELMANN, 2012). Alguns

² O objetivo inicial da presente pesquisa era analisar a atuação do Conselho Monetário Nacional (CMN) – órgão superior do sistema financeiro nacional formalmente responsável por formular a política da moeda e do crédito do país (BRASIL, 1964) – durante o início do governo Sarney. O exame das atas das reuniões do CMN e de reportagens veiculadas pelos jornais da época, contudo, demonstrou que seria reducionista analisar as políticas econômicas implementadas pelo governo tendo por referência apenas os agentes que tinham assento nesse órgão. Tendo-se isso em vista, optou-se por uma análise mais ampla baseada na noção de espaço dos *economic policy makers*.

³ O campo do poder é bem mais amplo do que o espaço dos *economic policy makers*. Enquanto no segundo é a arena onde ocorrem as lutas em torno da condução da economia, o primeiro é o espaço *sui generis* no qual os agentes suficientemente providos de uma ou mais espécies de capital (econômico, cultural, simbólico etc.) para ocupar posições de destaque em seus respectivos campos lutam entre si pela apropriação do poder estatal (BOURDIEU, 1996b, 1996c). O campo do poder é perpassado por disputas entre membros das classes dominantes visando sobretudo conservar ou transformar as “taxas de câmbio” entre as diferentes espécies de capital e, por conseguinte, obter “[...] o poder sobre as instâncias burocráticas que podem alterá-la por meio de medidas administrativas [...]” (BOURDIEU, 1996b, p. 52).

trabalhos abordam a relevância do capital internacional nos processos de classificação e hierarquização de diferentes segmentos da classe dominante, tais como a elite estatal (DEZALAY & GARTH, 2000, 2002), a elite acadêmica (MADEIRA & MARENCO, 2016), a elite jurídica (ENGELMANN, 2012), a elite religiosa (SEIDL, 2009), etc. De modo geral, as análises destacam como “a formação acadêmica no exterior e a inserção em redes internacionais de comércio, de militância política e de cooperação científica contribuem para a emergência ou reforço de posições de poder no âmbito nacional.” (ENGELMANN, 2012). No caso dos países latino-americanos durante as décadas de 1980 e 1990, argumenta Engelmann (2012, p. 489), “o reconhecimento do modelo americano de gestão do Estado e da macroeconomia [...] pode ser relacionado à disputa entre elites pelo controle de recursos estatais e do saber legítimo sobre a gestão pública [...]”

Outro aspecto geralmente menos destacado, mas igualmente importante, é o modo como o processo de circulação internacional contribui para uma relativa orquestração entre os *habitus* das elites dos países centrais e os *habitus* das elites mais fortemente internacionalizadas dos países periféricos (BOURDIEU, 1996b, 2001b; DEZALAY & GARTH, 2000, 2002). Produto da interiorização da exterioridade e mecanismo de exteriorização da interioridade, o *habitus* é um sistema de disposições duráveis adquirido por meio da socialização e responsável por desempenhar a função de princípio gerador das práticas e representações dos agentes sociais (BOURDIEU, 1996b, 2001a). A orquestração dos *habitus* – que ocorre por meio da inculcação de “[...] formas e categorias de percepção e de pensamento comuns [...]” – funciona, ela própria, como “[...] fundamento de uma espécie de consenso sobre [um] conjunto de evidências compartilhadas, constitutivas do senso comum [da elite em questão].” (BOURDIEU, 1996b, pp. 116-117).

Interessa-nos aqui um segmento específico das elites dirigentes que concentra uma quantidade bastante expressiva do poder estatal: os *economic policy makers*. Focamos nesta tese os processos de composição e recomposição do espaço dos *economic policy makers* experimentados pelo Brasil durante o início da Nova República. Nesse sentido, o senso comum compartilhado internacionalmente a que nos referimos nada mais é do que a *doxa*⁴ neoliberal que se disseminou no bojo das reformas econômicas liberalizantes implementadas por Ronald Reagan e Margareth Thatcher a partir do início da década de 1980 (BOURDIEU,

⁴ Na sociologia bourdieusiana a noção de *doxa* designa uma espécie de senso-comum, uma relação pré-reflexiva com o mundo que se origina através da interiorização das oposições objetivas de uma sociedade – ou de um dos campos que a compõe – “[...] sob a forma de sistemas de classificação (alto/baixo, reto/curvo, masculino/feminino...)” (PINTO, 2017, p. 158).

1998). A *doxa* neoliberal pode ser definida como “um sistema de crenças e valores e uma visão moral do mundo” que preconiza, por um lado, o enfraquecimento do Estado e a flexibilização das relações socioeconômicas e, por outro, a exacerbação da competição, do individualismo e da mentalidade calculadora (BOURDIEU, 2001b). O senso-comum do neoliberalismo defende, desse modo, uma espécie de restauração, de retorno “[...] a um capitalismo selvagem, mas racionalizado e cínico [...]” (BOURDIEU, 1998, p. 50). Contudo, não obstante seu caráter flagrantemente conservador, o neoliberalismo “[...] se enfeita com todos os signos da modernidade [...]” (BOURDIEU, 1998, p. 50). A força simbólica e política da *doxa* neoliberal advém precisamente de “[...] sua apresentação como mensagem revestida de linguagem científica, aparentemente neutra e isenta de críticas.” (GRÜN, 2017, p. 275). Utilizando como bandeiras “[...] o progresso, a razão, a ciência (a economia, no caso) [...]” e mobilizando as matemáticas e o poder da mídia, a *doxa* neoliberal “[...] se tornou a forma suprema de sociodiceia conservadora [...]” ou, em outras palavras, a principal narrativa de justificação da “utopia de uma exploração sem limites” (BOURDIEU, 1998, pp. 49-50).

A difusão internacional dessa *doxa* neoliberal possibilitou que as elites dos países centrais e as elites mais internacionalizadas dos países periféricos passassem a falar a mesma linguagem tanto em termos linguísticos – o inglês – como técnicos – a teoria econômica monetarista –, fato que favorece em muito o entendimento entre ambas (BOURDIEU, 2001b; DEZALAY & GARTH, 2002). Todavia, apesar dessa *doxa* neoliberal ser apresentada e imposta como um ponto de vista universal e desinteressado, ela nada mais é do que um ponto de vista particular marcado por uma série de interesses específicos (BOURDIEU, 1996b, 2001b). Como afirma Bourdieu (2001b, p. 104), o modelo econômico que o discurso neoliberal tem “[...] proposto e imposto de maneira universal como norma de toda a prática econômica racional é na realidade a universalização das características particulares de uma economia mergulhada numa história e numa estrutura social particular, a dos Estados Unidos [...]”. Nesse sentido, as elites dirigentes dos países periféricos que adotam posicionamentos congruentes com a agenda neoliberal o fazem tanto por uma “afinidade de *habitus*⁵” – derivada da acumulação de um capital internacional comum – como por uma “solidariedade

⁵ A afinidade de *habitus* é um produto da coincidência entre as propriedades/disposições possuídas por dois ou mais agentes (BOURDIEU, 2013). Essa “identificação do *habitus* pelo *habitus*” – vivida na experiência cotidiana como simpatia, amizade ou amor – está na base das “afinidades imediatas” que orientam as interações sociais encorajando agentes semelhantes a manterem uma relação de proximidade e, muitas vezes, de cumplicidade entre si (BOURDIEU, 2013, p. 226).

de interesses⁶” – alicerçada na expectativa de que a adoção da perspectiva monetarista os beneficie em seus empreendimentos e disputas e locais – com as elites dos países centrais (BOURDIEU, 1996b, 2001b).

1.1 OBJETIVOS

Nas duas subseções abaixo são apresentados o objetivo geral e os objetivos específicos desta tese de doutorado. De forma a tornar mais inteligíveis tais objetivos, são tecidas ainda algumas considerações mais gerais acerca do modo como organizamos cronologicamente a presente pesquisa e sobre as principais características dos diferentes momentos aqui considerados.

1.1.1 Objetivo Geral

Este estudo tem como objetivo analisar os processos de composição e recomposição do espaço dos *economic policy makers* no início do governo Sarney à luz das guerras palacianas em torno da formulação da política econômica brasileira. Como supracitado, nessa pesquisa buscamos o caminho do meio entre a interpretação mecanicista – que faz das políticas econômicas mero reflexo das pressões internacionais – e a interpretação voluntarista – que enxerga tais políticas como produto das novas preferências das elites sem, contudo, explicar como tais preferências são formadas. Para tanto, propomos examinar as trajetórias dos *economic policy makers* tão bem como seu espaço de atuação somado ao contexto político e econômico mais amplo.

Focamos as filiações regionais, acadêmicas, profissionais, políticas e teóricas dos *economic policy makers* e destacamos a internacionalização e, mais especificamente, a “americanização” de suas trajetórias. “Trajetórias americanizadas” – noção inspirada em Loureiro & Lima (1994) – são aquelas caracterizadas pelo acúmulo de um volume considerável de capital internacional de matriz estadunidense em função da passagem pelos EUA para fins de estudo e/ou trabalho. A hipótese que buscamos averiguar é a de que a

⁶ A solidariedade de interesses pode ser definida como uma espécie de coesão que o compartilhamento de um ou mais objetivos comuns tende a gerar entre os agentes envolvidos (BOURDIEU, 1996b, 2001b).

americanização das trajetórias desempenha um papel de destaque na difusão da *doxa* neoliberal e, por conseguinte, no processo de orquestração das preferências em matéria de política econômica das elites dos países centrais e das elites mais americanizadas dos países periféricos.

1.1.2 Objetivos específicos

Uma vez definido o objetivo central da tese ora desenvolvida emerge a questão: Em termos práticos como podemos analisar sociologicamente a política governamental? Segundo Bourdieu (2001, p. 117), para se compreender a “política de Estado” é necessário conhecer tanto a forma “[...] como se apresentam as diferentes tomadas de posição sobre o problema considerado e as relações de força entre os seus defensores [...]”, quanto o “[...] estado da opinião da fração mobilizada e organizada dos *opinion makers* (homens políticos, jornalistas especializados, publicitários, etc.) e dos grupos de pressão (organizações profissionais, patronais, sindicais, associações de consumidores, etc.) [...]”.

O espaço dos *economic policy makers* é composto pelos indivíduos “[...] que tem peso suficiente para orientar efetivamente a política [governamental] porque detêm esta ou aquela propriedade ativa no campo” (BOURDIEU, 2001a, p. 125). Para determinar a relação desses *agentes eficientes*⁷ em matéria de política econômica utilizou-se sobretudo o critério institucional de ocupação de posições de poder no aparato estatal. Como se sabe, a Lei nº 4.595 de 31 de dezembro de 1964 – também conhecida como Lei da Reforma Bancária – estruturou o atual Sistema Financeiro Nacional e instituiu o Conselho Monetário Nacional (CMN) como seu órgão máximo. Idealizado para substituir o Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), o CMN foi criado com a atribuição de “[...] formular a política da moeda e do crédito [...] objetivando o progresso econômico e social do País.” (BRASIL, 1964). Em função dessa centralidade do CMN no processo de condução da economia brasileira, os agentes eficientes em matéria de política econômica foram determinados a partir de um exame da lista de membros e das atas de reuniões do Conselho, assim como também de matérias jornalísticas publicadas no período 1985-1986.

⁷ Como demonstra Bourdieu (1996a), é necessário diferenciar o indivíduo concreto que existe na realidade do agente eficiente que é construído através do trabalho científico. Além disso, é preciso distinguir igualmente o agente eficiente em um dado campo da “[...] *personalidade*, como individualidade biológica socialmente instituída pela nomeação e portadora de propriedades e poderes que asseguram (em certos casos) uma *superfície social*, isto é, a capacidade de existir como agente em diferentes campos.” (BOURDIEU, 1996b, p. 82).

Inspirando-nos no modelo empregado por Grün (2005)⁸, construímos uma periodização para orientar a presente análise. O Quadro 1 apresenta os três momentos analisados e elenca algumas de suas principais características.

Quadro 1 – Os três momentos analisados

Momento T(0) →	Momento T(1) →	Momento T(2)
“Preâmbulo da Nova República”	Início da Nova República e indefinição no espaço dos <i>economic policy makers</i>	Primeira recomposição do espaço dos <i>economic policy makers</i> durante a Nova República
Inicia-se com a criação da Aliança Democrática em agosto de 1984 e atravessa a campanha presidencial no Colégio Eleitoral	Inicia-se com a posse de José Sarney como presidente interino e de Dornelles como ministro da Fazenda em março de 1985, passando pela morte de Tancredo Neves e a posse definitiva de Sarney em abril	Inicia-se com a ascensão de Dílson Funaro ao Ministério da Fazenda em agosto de 1985
Finda com a posse de José Sarney como presidente interino em março de 1985 devido à internação repentina de Tancredo Neves	Finda com a saída de Francisco Dornelles do Ministério da Fazenda em agosto de 1985	Finda com a saída do assessor presidencial Paulo Rosenberg em janeiro de 1986
Construção da oposição entre os supostos representantes da mudança e os supostos representantes do continuísmo Crítica à presença de nomes que eram ligados a ditadura no novo governo – em especial, Dornelles e Olavo Setúbal	Grande heterogeneidade ideológica no espaço dos <i>economic policy makers</i> Intensa disputa pelo comando da economia entre monetaristas – liderados por Dornelles – e heterodoxos – liderados por João Sayad Apoio sub-reptício de Sarney ao ministro do Planejamento, João Sayad	Considerável redução da heterogeneidade ideológica no espaço dos <i>economic policy makers</i> Declínio do monetarismo e dominância da política econômica heterodoxa implementada por Funaro e endossada por Sarney Disputas pontuais entre Funaro e representantes do monetarismo – Rosenberg – e da própria heterodoxia – Sayad
Comprometimento de Tancredo Neves e seu futuro governo tanto com a austeridade nos gastos públicos quanto com o crescimento econômico e o combate à desigualdade	Indefinição nas prioridades da política econômica: austeridade nos gastos públicos/pagamento da dívida externa <i>versus</i> crescimento econômico/redução da desigualdade	Crescimento econômico e redução da desigualdade social como as prioridades da política econômica
Promessa de purificação com	Purificação <i>versus</i> progresso	Progresso

⁸ Não obstante tratar de intervalos de tempo bem maiores, Grün (2005) também mobiliza o modelo de periodização $T(0)$, $T(1)$, $T(2)$ e assim por diante.

progresso		
-----------	--	--

Fonte: elaboração própria

Como demonstram os dados apresentados, esta pesquisa perpassa três momentos distintos. O momento $T(0)$ aborda o que foi chamado aqui de “preâmbulo da Nova República”. Cronologicamente, tal momento se inicia com a criação da Aliança Democrática pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e pelo Partido da Frente Liberal (PFL) em agosto de 1984, passa pela campanha vitoriosa da chapa Tancredo/Sarney à presidência e vai até a posse de José Sarney como presidente interino – em razão da repentina internação de Tancredo Neves – em março de 1985. Esse momento foi marcado pela construção de uma oposição simbólica e política entre os supostos representantes da mudança e os supostos representantes do continuísmo – entre os quais foram colocados nomes como o do sobrinho de Tancredo e ex-colaborador do regime militar, Francisco Dornelles. Outro fato de destaque foi o comprometimento público de Tancredo Neves e seu futuro governo com dois objetivos de difícil coexistência prática, isto é, a austeridade nos gastos públicos e a promoção do crescimento econômico e do combate à desigualdade social. Inspirando-nos uma vez mais em Grün (2005), argumentamos que nesse momento elaborou-se a promessa de que a Nova República traria tanto a purificação dos excessos da política de crescimento via endividamento público adotada na ditadura – a qual foi fortemente marcada por casos de corrupção e desperdício de recursos – quanto o progresso socioeconômico almejado por grande parte da sociedade brasileira.

O momento $T(1)$ aborda a indefinição reinante no espaço dos *economic policy makers* durante os primeiros meses da Nova República. Esse momento se inicia com a posse de José Sarney como presidente interino em março de 1985, passando pela morte de Tancredo Neves e a posse definitiva de Sarney em abril e indo até a saída de Francisco Dornelles do Ministério da Fazenda em agosto de 1985. Tal momento é marcado por uma indefinição na condução da política econômica. A interpretação corrente era de que Sarney tinha pouca legitimidade para ocupar o cargo de Tancredo, então nesse momento inicial o presidente optou por deixar Dornelles no comando da Fazenda – como uma espécie de símbolo de que, apesar do falecimento de Tancredo, o tancredismo continuava vivo. Complexificando a situação, a equipe econômica montada por Tancredo e herdada por Sarney era consideravelmente heterogênea, reunindo tanto adeptos do monetarismo como da heterodoxia, tanto ex-aliados da ditadura como ex-opositores. Em sua estratégia inicial de não confrontação direta, Sarney preferiu não agir de forma mais enérgica para impor um caminho

comum na condução da economia nacional – apesar de nitidamente pender mais para o lado do ministro do Planejamento, o heterodoxo João Sayad. Nesse contexto, surgiu no espaço dos *economic policy makers* uma intensa disputa entre os monetaristas liderados por Dornelles – que defendiam como prioridades a austeridade nos gastos públicos e o pagamento da dívida externa – e os heterodoxos liderados por Sayad – que defendiam como prioridades o crescimento econômico e a redução da desigualdade social. Esse momento é caracterizado, desse modo, não por uma busca do progresso com a purificação dos excessos expansionistas anteriores – tal como queria Tancredo –, mas sim pela existência de um nítido conflito entre dois principais objetivos atribuídos à Nova República.

E o momento $T(2)$ abarca a primeira recomposição do espaço dos *economic policy makers* ocorrida durante a Nova República. Vale sublinhar que esse espaço passou por outros processos de reconfiguração ao longo do governo Sarney, todavia, a sua análise ultrapassa os objetivos estabelecidos para a presente pesquisa. Voltemos então ao momento $T(2)$. Tal momento tem início com a ascensão de Dílson Funaro ao Ministério da Fazenda em agosto de 1985 e termina com a saída do assessor presidencial Luís Paulo Rosenberg em janeiro de 1986. A queda de Dornelles e seus principais aliados representou não apenas um enfraquecimento da sombra do tancredismo sobre o novo governo, mas também uma diminuição da influência da corrente monetarista na condução da economia nacional. Nesse contexto, Funaro – com o endosso de Sarney – converteu a heterodoxia na orientação econômica dominante no espaço dos *economic policy makers*; restaram assim apenas disputas pontuais entre o ministro da Fazenda e representantes do monetarismo – Rosenberg – e da própria heterodoxia – Sayad. Em decorrência disso, esse momento é marcado por um relativo apaziguamento da guerra palaciana pela condução da economia nacional. A austeridade purificadora defendida por Dornelles é afastada e o progresso socioeconômico e, mais especificamente, a promoção do crescimento econômico e da redução da desigualdade social são convertidos nos objetivos primeiros da política econômica governamental.

Como supracitado, na passagem do momento $T(1)$ para o momento $T(2)$ – ou, mais precisamente, em agosto de 1985 quando Dornelles deixou o Ministério da Fazenda e Funaro assumiu a pasta – ocorreu uma grande mudança na composição e, por conseguinte, na estrutura do espaço dos *economic policy makers*. Em função disso foram elaboradas duas listas de integrantes para servirem como ponto de partida para a presente análise. A lista I – que refere-se ao momento $T(1)$ – abarca o primeiro grupo de *economic policy makers* da Nova República, o qual começou a atuar após a posse de Sarney como presidente interino em março

de 1985. Esse grupo era composto por 35 indivíduos, sendo 25 deles ligados à alta administração estatal (presidente da República, ministros da área econômica, etc.) e 10 membros de grupos de pressão⁹ (representantes do grande empresariado no CMN). E a lista II – que refere-se ao momento $T(2)$ – elenca os *economic policy makers* depois da primeira recomposição de seu espaço de atuação gerada pela queda de Dornelles e concomitante ascensão de Funaro ao Ministério da Fazenda em agosto de 1985. Após sua primeira recomposição, o espaço dos *economic policy makers* passou a contar com 37 indivíduos, dentre os quais 27 eram ligados à alta administração estatal e 10 membros de grupos de pressão.

Tendo essas considerações em vista, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Analisar a formação do governo Tancredo/Sarney – sobretudo as controvérsias em torno da participação de ex-colaboradores da ditadura como Dornelles – e a definição da direção a ser adotada na política econômica – em especial a questão da austeridade;
- Analisar o espaço dos *economic policy makers* durante os primeiros meses da Nova República – período de grande indefinição na condução da economia chamado aqui de momento $T(1)$ – buscando determinar os condicionantes tanto das disputas entre Dornelles e nomes como Sayad e Sérgio de Freitas quanto das tomadas de posição dos *opinion makers* e dos grupos de pressão com relação a política de austeridade que o ministro da Fazenda buscou implementar;
- Analisar a primeira recomposição do espaço dos *economic policy makers* – período de dominância da heterodoxia na condução da economia que foi chamado aqui de momento $T(2)$ – tendo como foco o processo de ascensão de Funaro ao posto de principal condutor da economia e os condicionantes dos conflitos pontuais entre o novo ministro da Fazenda e representantes do monetarismo – Rosenberg – e da própria heterodoxia – Sayad;
- Comparar os momentos $T(1)$ e $T(2)$ tendo como foco: 1) as características gerais do espaço dos *economic policy makers*; 2) os perfis e tomadas de posição dos principais *economic policy makers* envolvidos nas disputas em torno das questões da austeridade nos gastos públicos e da renegociação da dívida externa.

⁹ A noção de “grupos de pressão” foi tomada de empréstimo de Bourdieu (2001a).

1.2 MÉTODOS DE PESQUISA

A análise dos *economic policy makers* e seu espaço de atuação foi realizada com o auxílio da prosopografia, da Análise de Correspondências Múltiplas (ACM) e da análise de conteúdo. A seguir apresentamos algumas considerações mais gerais sobre tais métodos tão bem como sobre sua aplicação na presente pesquisa.

1.2.1 Prosopografia

A prosopografia, argumenta Stone (2011), é um método que tem a capacidade de contribuir para o desvelamento das “origens da ação política”. O emprego do inquérito biográfico coletivo permite determinar os “interesses mais profundos” e as “afiliações sociais e econômicas” dos grupos de elite e revelar o “[...] funcionamento de uma máquina política e [aqueles] que manipulam os controles.” (STONE. 2011, pp. 115-116). Para a realização da prosopografia seguimos a orientação metodológica de Charle (2006, p. 41): “definir uma população a partir de um ou vários critérios e estabelecer, a partir dela, um questionário biográfico cujos diferentes critérios e variáveis servirão à descrição de sua dinâmica”.

No processo de perfilamento dos *economic policy makers* aqui analisados, trabalhos como o de Lebaron & Dogan (2016) sobre os presidentes dos bancos centrais de diferentes países e o de Codato et al. (2016) sobre os diretores do Banco Central do Brasil foram de grande utilidade. Tais análises empíricas tem o mérito de exemplificar quais tipos de propriedades sociais levar em conta durante a caracterização de agentes ligados à produção da política econômica governamental e como construir as variáveis e modalidades que compõem a biografia coletiva dos mesmos.

Como supracitado, a presente tese aborda dois grandes grupos de *economic policy makers*. O primeiro grupo – que atuou no momento $T(1)$ – era formado inicialmente por 35 agentes. Dados os objetivos da pesquisa e as características desses 35 agentes, durante a elaboração da prosopografia foram construídas 12 variáveis, a saber: 1) cargo no governo; 2) origem geográfica; 3) estrutura do capital cultural; 4) volume do capital cultural; 5) instituição de formação; 6) profissão principal; 7) experiências profissionais secundárias; 8) capital internacional; 9) ligações com o PMDB; 10) ligações com Dornelles e; 11) ligações com o

regime militar e; 12) orientação econômica. E o segundo grande grupo – que atuou no momento $T(2)$ – era formado inicialmente por 37 *economic policy makers*. Dadas as diferenças de perfil com respeito a população anterior, para a elaboração da prosopografia desses 37 agentes foram construídas as seguintes variáveis: 1) cargo no governo; 2) origem geográfica; 3) estrutura do capital cultural; 4) volume do capital cultural; 5) instituição de formação; 6) profissão principal; 7) experiências profissionais secundárias; 8) capital internacional; 9) ligações com o PMDB; 10) ligações com Sarney; 11) ligações com o setor privado e; 12) orientação econômica.

1.2.2 Análise de Correspondências Múltiplas (ACM)

Uma vez realizado o inquérito biográfico coletivo, mobilizamos a ACM para auxiliar na determinação dos princípios de estruturação do espaço dos *economic policy makers*. Técnica estatística “[...] especialmente adaptada ao processamento de dados extraídos por meio de questionário [coletivo]”, a ACM emprega “[...] modalidades de variáveis qualitativas e produz planos fatoriais que oferecem uma representação visual das relações que ligam um conjunto de propriedades [...]” (BARANGER, 2017, p. 31). Ao permitir operacionalizar a abordagem relacional subjacente à teoria dos campos de Bourdieu, a ACM contribui para o desvelamento da “[...] estrutura de posições ou, o que vem a dar no mesmo, [da] estrutura da distribuição dos poderes e interesses específicos que determina, e *explica*, as estratégias dos agentes [no espaço em questão]” (BOURDIEU, 2001a, p. 128, grifo do autor). Mais precisamente, a ACM possibilita a “[...] visualização dos fundamentos das polarizações e lutas travadas no espaço social e [...] a detecção de padrões de correlação entre as posições sociais dos agentes e suas [preferências,] práticas e tomadas de posição [...]” (KLÜGER, 2018, p. 69).

Para a construção das ACMs referentes aos momentos $T(1)$ e $T(2)$ foram testadas diferentes combinações elaboradas a partir das 12 variáveis mobilizadas na prosopografia. Tais testes estatísticos permitiram chegar – após uma série de cruzamentos e recodificações – às 8 variáveis com maior poder estruturante no espaço dos *economic policy makers* em cada um dos períodos em questão. No momento $T(1)$ – que contava com 35 *economic policy makers* e Dornelles como ministro da Fazenda – foram usadas as seguintes variáveis ativas: 1) estrutura do capital cultural e origem geográfica, reunidas no grupo temático *background*

socioeducacional; 2) profissão principal, capital internacional e papel no governo, reunidas no grupo temático *background* profissional e; 3) ligações com o PMDB, ligações com Dornelles e ligações com o regime militar, reunidas no grupo temático capital social.

E no momento *T(2)* – que contava com 37 *economic policy makers* e Funaro como ministro da Fazenda – foram usadas as seguintes variáveis ativas: 1) estrutura do capital cultural e origem geográfica, reunidas no grupo temático *background* socioeducacional; 2) profissão principal, capital internacional e status no governo, reunidas no grupo temático *background* profissional e; 3) ligações com o PMDB, ligações com Sarney e ligações com o setor privado, reunidas no grupo temático capital social. Visando contribuir para o estabelecimento das conexões entre as posições dos *economic policy makers* e preferências em matéria de política econômica, mobilizamos em ambos os períodos a propriedade orientação econômica como uma variável suplementar. Na montagem do banco de dados e elaboração das ACMs utilizamos os softwares SPSS 20 e Spad 5.5.

1.2.3 Análise de conteúdo

Por fim, aprofundamos a análise das relações entre posições/disposições e as tomadas de posição manifestadas publicamente pelos *economic policy makers* e também por *opinion makers* e grupos de pressão tomando como inspiração uma vertente da análise de conteúdo. Atualmente a análise de conteúdo abrange “um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento que se aplicam a “discursos” (conteúdos e continentes) extremamente diversificados.” (BARDIN, 1977, p. 9). Dentre estes instrumentos nos inspiramos na assim chamada análise de asserção avaliativa, a qual permite mensurar as disposições de um agente “[...] quanto aos objetos de que ele fala.” (BARDIN, 1977, p. 155). O pressuposto básico é o de que as disposições condicionam o agente à certas tomadas de posição, as quais podem ser tanto opiniões – nível discursivo – como atos – nível prático (BARDIN, 1977; BOURDIEU, 1996b). Nesse sentido, o instrumento analítico adotado contribui para determinação do sentido (segundo um ou mais pares de oposições) e da intensidade (o grau de convicção expresso) da tomada de posição discursiva analisada (BARDIN, 1977; BOURDIEU, 1996b).

Em sintonia com a teoria bourdieusiana, buscamos ultrapassar “[...] o plano estritamente linguístico ao considerar o sujeito produtor do discurso como estando situado

num *espaço social*.” (BARDIN, 1977, p. 214). Partindo do pressuposto de que “o discurso está situado e determinado não só pelo referente como pela posição do emissor nas relações de força e também pela sua relação com o receptor [...]”, objetivamos “[...] descobrir as conexões que possam existir entre o exterior e o discurso, entre as *relações de força* e as *relações de sentido* [...].” (BARDIN, 1977, pp. 214-215). Em decorrência desses fatores, os discursos dos *economic policy makers*, *opinion makers* e grupos de pressão são analisados sempre por referência às suas propriedades sociais e aos lugares que eles ocupavam na estrutura de seus respectivos espaços de atuação (BARDIN, 1977; BOURDIEU, 1996b).

1.3 PRINCIPAIS FONTES MOBILIZADAS

As fontes mobilizadas na presente pesquisa foram sobretudo de caráter bibliográfico e documental. Dentre tais fontes as mais utilizadas foram indubitavelmente as matérias publicadas pelo *Jornal do Brasil (RJ)*, *Correio Braziliense (DF)*, *Jornal do Commercio (RJ)*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* e os verbetes biográficos e temáticos produzidos pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e compilados no *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB)*.

Como se sabe, as condições de produção das fontes de pesquisa podem fazer com os dados mobilizados possuam algum tipo viés, seja por lacunas informacionais, por inclinações ideológicas ou por outros fatores. Visando escapar desses eventuais vieses procedemos tanto uma caracterização mais geral dos produtores dos dados como uma confrontação entre as distintas fontes mobilizadas na presente pesquisa. Além das fontes principais – representadas pelas reportagens jornalísticas e pelos verbetes do DHBB –, complementamos a análise com outras fontes secundárias. Dentre estas, cabe destacar as duas entrevistas que realizamos com o ex-assessor econômico do presidente Sarney, Luís Paulo Rosenberg.

Tendo essas observações em vista, a seguir tecemos algumas considerações críticas sobre as três fontes supracitadas.

1.3.1 Os jornais

Na década de 1980 o campo jornalístico¹⁰ brasileiro era composto por um grande número de jornais impressos. Nesse sentido, para embasar a presente análise foram escolhidos cinco destacados jornais do período, a saber: *Jornal do Brasil (RJ)*, *Correio Braziliense (DF)*, *O Estado de S. Paulo*, *Jornal do Commercio (RJ)* e *Folha de S. Paulo*. Enquanto o *Jornal do Brasil (RJ)*, *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* eram três dos maiores jornais brasileiros do período, o *Jornal do Commercio (RJ)* era um dos principais jornais especializados em economia do país e o *Correio Braziliense (DF)* o maior jornal da capital federal (palco privilegiado da política nacional).

Como argumenta Bourdieu (1989), além das funções de conhecimento, os meios de comunicação também possuem funções eminentemente políticas. Enquanto sistema simbólico, os meios de comunicação funcionam tanto como instrumentos de comunicação e conhecimento que contribuem para a construção da realidade social, quanto como instrumentos de dominação a serviço de determinados grupos da sociedade (BOURDIEU, 2010). No caso dos jornais essa capacidade simultaneamente descritiva e prescritiva é bastante evidente. É comum os próprios periódicos se arrogarem a missão não apenas de informar sobre os acontecimentos, mas também de “formarem a opinião pública”. A noção de opinião pública, todavia, é por sua própria “natureza” bastante questionável. Com efeito, a ideia de que “[...] existe uma opinião pública como pura adição de opiniões individuais [...]” é bastante irrealista. (BOURDIEU, 1981, p. 138). Como argumenta Bourdieu (1981, p. 151), a “[...] opinião pública não existe, pelo menos na forma que lhe atribuem os que têm interesse em afirmar sua existência.” O que existe são “[...] opiniões mobilizadas, opiniões constituídas, grupos de pressão mobilizados em torno de um sistema de interesses [...]” (BOURDIEU, 1981, p. 151). Os meios de comunicação são os espaços por excelência onde a suposta opinião pública – a qual poderia ser chamada, mais adequadamente, de “opinião publicada” – se manifesta. E se os jornais e demais mídias são incapazes de representar algo como uma opinião pública, sem dúvidas eles são capazes – assim como outros sistemas simbólicos – de estruturar uma forma de percepção do mundo e produzir consenso (BOURDIEU, 2010, 1997).

¹⁰ O campo jornalístico é o “[...] lugar de uma “lógica específica, propriamente cultural, que se impõe aos jornalistas através das restrições e dos controles cruzados que eles impõem uns aos outros e cujo respeito (por vezes designado como deontologia) funda as reputações de honorabilidade profissional.” (BOURDIEU, 1997, p. 105). Ainda mais do que outros campos de produção cultural – assim como o científico e o artístico, por exemplo – o “[...] campo jornalístico está permanentemente sujeito à prova dos vereditos do mercado, através da sanção, direta, da clientela ou, indireta, do índice de audiência [...]” (BOURDIEU, 1997, p. 106).

Tendo em vista essa capacidade dos meios de comunicação de estruturarem formas de percepção do mundo atreladas a interesses específicos, torna-se premente conhecer seus respectivos perfis político-ideológicos. O Quadro 2 traz uma breve caracterização dos cinco principais jornais utilizados como fonte na presente pesquisa¹¹.

Quadro 2 – Breve caracterização dos cinco principais jornais utilizados como fonte

Periódico	Estado de origem	Posição político-partidária	Orientação ideológica declarada		Orientação ideológica visível	
			Econômica	Política	Econômica	Política
<i>Jornal do Brasil (RJ)</i>	Rio de Janeiro	Direita	Liberal	Conservador	Liberal	Conservador
<i>Jornal do Commercio (RJ)</i>	Rio de Janeiro	Direita	Liberal	Conservador	Liberal	Conservador
<i>Correio Braziliense (DF)</i>	Brasília	Direita	Liberal	Liberal	Liberal	Conservador
<i>Folha de S. Paulo</i>	São Paulo	Direita	Liberal	Liberal	Liberal	Conservador
<i>O Estado de S. Paulo</i>	São Paulo	Direita	Liberal	Liberal	Liberal	Conservador

Fonte: elaboração própria

Como pode-se perceber a partir dos dados apresentados, os cinco jornais utilizados como fonte se posicionam à direita do espectro político-partidário. De um modo geral, todos esses periódicos possuem uma orientação econômica mais próxima ao liberalismo (ou monetarismo) e uma orientação política mais próxima ao conservadorismo. Não obstante isso, apenas os jornais oriundos do Rio de Janeiro – *Jornal do Brasil (RJ)* e *Jornal do Commercio (RJ)* – se declaram abertamente liberal-conservadores. Os demais periódicos utilizados, por outro lado, se esforçam para passar a imagem de liberal-democráticos. Esse é o caso dos paulistas *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* e, em menor medida, do *Correio Braziliense (DF)*.

As reportagens veiculadas pelo *Jornal do Brasil (RJ)*, *Correio Braziliense (DF)* e *Jornal do Commercio (RJ)* foram acessadas a partir da *Hemeroteca Digital Brasileira*, ao passo que as matérias publicadas pela *Folha de S. Paulo* e o *Estado de S. Paulo* foram acessadas em seus respectivos acervos digitais. Para a análise destes acervos jornalísticos foram utilizadas como palavras-chave tanto os nomes dos agentes envolvidos – destaque para os termos *Tancredo*, *Dornelles*, *Sarney*, *Sayad*, *Lemgruber*, *Funaro*, *Rosenberg*, etc. – como os temas analisados – destaque para os termos *continuismo*, *austeridade*, *corte de gastos*,

¹¹ Em casos bastante pontuais outros jornais do acervo da *Hemeroteca Digital Brasileira* também foram mobilizados com o intuito de cobrir eventuais lacunas nos dados.

dívida externa, monetarismo, heterodoxo, etc. Quando consideramos todas as matérias consultadas e não apenas aquelas citadas na bibliografia desta tese, o *corpus* mobilizado abrange em torno de 350 reportagens jornalísticas.

1.3.2 O Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro

O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) foi criado pela FGV em 1973 com a missão “[...] de abrigar conjuntos documentais relevantes para a história recente do país, desenvolver pesquisa em sua área de atuação e promover cursos de graduação e pós-graduação.” Dentre os projetos desenvolvidos pelo CPDOC está o *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: Pós-1930*. O DHBB começou a ser elaborado em 1974 sob a coordenação de Israel Beloch (historiador) e de Alzira Alves de Abreu (socióloga) e teve sua primeira edição – com um total de 4.493 verbetes – apresentada em 1984. Considerado um trabalho pioneiro por reunir informações esparsas e registrar suas respectivas fontes, o DHBB converteu-se numa importante fonte para novas pesquisas. A segunda edição – coordenada por Alzira Alves de Abreu (socióloga), Israel Beloch (historiador), Fernando Lattman-Weltman (cientista político) e Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão (historiador) – foi lançada em 2001 contendo um total de 6.620 verbetes. Por fim, uma terceira edição foi publicada em 2010 tendo como coordenadores Christiane Jalles de Paula (cientista política) e Fernando Lattman-Weltman (cientista político) e contando com 7.553 verbetes, 6.584 biográficos e 969 temáticos. Esta última edição do DHBB – a primeira com acesso gratuito pela *web* – foi a empregada nesta pesquisa.

Num primeiro momento poderíamos ser tentados a supor que os verbetes contidos no DHBB são ideologicamente mais “neutros” que as reportagens veiculadas pelos cinco principais jornais aqui consultados, mas isso se mostrou pouco factível empiricamente. Para ser mais preciso tal fato é assinalado pelos próprios produtores do DHBB. Na introdução da segunda edição, a organizadora Alzira Alves de Abreu (2001) argumenta que o conteúdo dos verbetes contidos no dicionário é influenciado por múltiplas determinações de ordem objetiva e subjetiva. Durante a análise dos verbetes pudemos confirmar dois dos principais vieses derivados destas determinações, os quais também são citados por Abreu (2001).

O primeiro viés refere-se ao próprio processo de seleção de agentes e eventos que compõe o DHBB. Conforme Abreu (2001, s/n), fatores como o contexto político em que o

dicionário é produzido e vieses nas fontes utilizadas na sua elaboração podem “[...] influir na definição dos critérios de inclusão ou exclusão de personagens ou temas.” Isso foi confirmado durante a presente pesquisa de tese. No decorrer do levantamento dos verbetes biográficos notamos que certos agentes de relativa importância no cenário nacional da época foram simplesmente deixados de lado.

E o segundo viés está ligado aos valores e as orientações ideológicas dos pesquisadores envolvidos no processo de produção do DHBB. De acordo com Abreu (2001, s/n), tais valores e orientações podem condicionar “[...] desde a escolha das fontes até a decisão sobre a estrutura do verbete, a seleção das informações que devem constar no texto e a própria linguagem utilizada para reconstituir uma trajetória de vida ou a história de um partido, movimento político ou instituição.” Durante o levantamento dos verbetes temáticos foi possível confirmar empiricamente a existência de tal viés. Para ilustrá-los citaremos um caso bastante exemplar em que transparece um nítido julgamento de valor por parte do autor: o verbete temático “Plano Cruzado”. O autor escolhido para esse verbete foi o economista da própria FGV, Fernando de Holanda Barbosa. Doutor pela Universidade de Chicago e professor da FGV-RJ, Fernando de Holanda Barbosa apresenta no referido verbete o que poderia ser definido como uma leitura monetarista do Plano Cruzado. Na interpretação trazida por Barbosa (2010, s/n), o “[...] fracasso do Plano Cruzado deve-se única e exclusivamente ao fato de que ele não atacou a causa básica da inflação no Brasil, o financiamento do déficit público através de emissão de moeda pelo Banco Central [...]”. Para o economista – que em dado ponto do verbete chama sub-repticiamente o monetarismo de “a boa teoria econômica” –, “a principal lição que se pode extrair do Plano Cruzado está consagrado no ditado popular: o que começa errado não pode dar certo.” (BARBOSA, 2010, s/n).

Caso seguissemos integralmente o raciocínio de Abreu (2001) seríamos levados a atribuir tal viés unicamente ao autor do verbete. Todavia, é preciso ter em conta que a FGV, enquanto instituição de ensino e pesquisa com grande influência na política de Estado, também possui sua própria orientação ideológica: uma orientação liberal-conservadora. Tal dado pode ajudar-nos a compreender porque a FGV permitiu que em certos casos fossem escolhidos como autores dos verbetes agentes não apenas dotados de interpretações flagrantemente unilaterais sobre os temas tratados, mas também ávidos por defendê-las publicamente. No caso do verbete “Plano Cruzado”, por exemplo, parece inegável que a interpretação unilateral defendida por Fernando de Holanda Barbosa é congruente com orientação econômica monetarista desposada pela própria FGV.

1.3.3 As entrevistas com Paulo Rosenberg

Apesar de o caminho escolhido para a presente pesquisa ter envolvido sobretudo a análise de fontes bibliográficas e documentais, logramos entrevistar por duas vezes um personagem que desempenhou um papel de considerável relevância em grande parte dos eventos analisados: o assessor presidencial Paulo Rosenberg. Bastante solícito, quando procurado Paulo Rosenberg – que mais recentemente ocupou inclusive o posto de dirigente do clube de futebol Corinthians – prontamente concordou em colaborar com a presente pesquisa (ao contrário de outros que nem mesmo retornaram). As duas entrevistas foram realizadas nos dias 3 de março e 25 de maio de 2021 – em plena pandemia de Covid-19 – por meio do aplicativo *WhatsApp*.

Tendo cursado seu doutorado nos EUA pela Universidade de Vanderbilt e atuado como consultor de empresas e como colaborador da Delfim Netto quando este foi ministro do Planejamento do governo Figueiredo, o economista paulista Paulo Rosenberg possui uma orientação econômica monetarista e uma orientação política bastante pragmática apesar de tender mais para o polo conservador. Em sua narrativa sobre a política econômica durante o início do governo Sarney, Rosenberg buscou construir sua imagem de gestor racional que atuou em meio a colegas de equipe sem grande compreensão sobre o real funcionamento da economia e que abandonou o governo por não conseguir mais fazer o que achava correto. No momento *T(1)*, Rosenberg afirma ter se mantido entre o dogmatismo do monetarista Dornelles e a leviandade do heterodoxo Sayad, apesar de destacar que simpatizava mais com o caminho defendido pelo primeiro. No momento *T(2)*, por seu turno, Rosenberg declara ter se posicionado contra a política econômica predominantemente heterodoxa de Sarney e Funaro, a qual ele considerava fiscalmente irresponsável. Em sua narrativa o ex-assessor presidencial faz questão de enfatizar sua total contrariedade ao Plano Cruzado e à moratória da dívida externa brasileira e sua antevisão dos problemas que tais medidas trariam à economia nacional. A decisão de deixar o governo foi tomada, declara Rosenberg, após saber da futura implementação do Plano Cruzado e perceber que Sarney flertava com a possibilidade de declarar a moratória da dívida.

1.4 ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA

Esta tese está dividida em cinco capítulos, incluindo-se a presente introdução e a conclusão. No segundo capítulo abordamos o momento $T(0)$, espécie de preâmbulo da Nova República que se inicia com a criação da Aliança Democrática em agosto de 1984 e finda com a posse de José Sarney como presidente interino em março de 1985. Mobilizando a oposição entre “continuismo” e “mudança” como principal fio condutor, analisamos as disputas em torno da formação do novo governo. Apresentamos ainda a promessa de uma gestão pautada na combinação de austeridade com progresso econômico feita por Tancredo Neves e aliados.

No terceiro capítulo analisamos o momento $T(1)$, o qual se inicia com a posse de Sarney como interino em março de 1985 e finda com a saída de Francisco Dornelles da Fazenda em agosto de 1985. Iniciamos sublinhando tanto o papel determinante da política econômica estadunidense na elevação das dívidas externas e deterioração das economias dos países do terceiro mundo – entre os quais o Brasil – quanto as pressões exercidas pelos credores e organizações multilaterais lideradas pelos EUA em prol da liberalização econômica desses países. Enfocamos em seguida as guerras palacianas ocorridas no espaço dos *economic policy makers* e, em especial, as lutas entre o grupo de Dornelles e o grupo do PMDB. São apresentados ainda a disputa entre o grupo de Dornelles e o então diretor da Área Externa do Banco Central, Sérgio de Freitas, em torno da renegociação da dívida externa e também o ingresso do assessor presidencial, Paulo Rosenberg, no governo Sarney.

No quarto capítulo tratamos do momento $T(2)$, o qual se inicia com a ascensão de Dílson Funaro ao Ministério da Fazenda em agosto de 1985 e finda com a saída do assessor presidencial Luís Paulo Rosenberg em janeiro de 1986. Começamos destacando o processo de consolidação da hegemonia internacional dos EUA – o qual teve a negociação do Acordo de Plaza como um evento determinante – assim como a estratégia estadunidense visando minar as eventuais resistências dos países devedores frente a sua política externa draconiana. Enfocamos posteriormente as convergências e divergências entre Sayad e Funaro assim como também as divergências entre este último e Rosenberg. Finalizamos o capítulo realizando uma breve análise comparativa entre os momentos $T(1)$ e $T(2)$ tendo como foco os perfis e posicionamentos de Dornelles, Funaro, Sayad e Rosenberg sobre temas chave como a austeridade nos gastos públicos e a renegociação da dívida externa.

Por fim, no quinto capítulo apresentamos as principais conclusões obtidas ao longo da presente pesquisa tão bem como sugestões de possíveis desdobramentos analíticos futuros.

2 “CONTINUÍSMO” VERSUS “MUDANÇA”: DISPUTAS POLÍTICAS E SIMBÓLICAS NO PREÂMBULO DA NOVA REPÚBLICA

Neste capítulo tecemos algumas considerações sobre o momento $T(0)$ – espécie de preâmbulo da Nova República que vai da criação da Aliança Democrática em agosto de 1984 até a posse de José Sarney como presidente interino em março de 1985 – tendo como um de seus principais fios condutores a oposição entre “continuísmo” e “mudança”. Esse par de opostos, argumentamos na presente tese, são mobilizados como armas, nomeadamente, por membros do campo político¹² em disputas por cargos no novo governo e pelo direito de influir na política econômica que viria a ser implementada. Uma série de políticos – em especial do PMDB e do PFL – se apresentavam como agentes da mudança ao mesmo tempo em que acusavam alguns de seus concorrentes pelos cargos – destaque para Francisco Dornelles e, em menor medida, Olavo Setúbal – de serem representantes do continuísmo em função de seus fortes laços com regime militar. Conectada à ideia de mudança estava, por sua vez, a noção de austeridade. A austeridade era apresentada por certos políticos, empresários e grande parte da imprensa como umas das principais características da mudança que o advento da Nova República traria para o país. Muito provavelmente com o intuito de aumentar a adesão da sociedade – então ansiosa por mudanças políticas, econômicas e sociais – à política de cortes defendida por Tancredo Neves, os arautos da austeridade a colocavam como o antônimo da corrupção, da ganância e das mordomias tidos como principais vícios do período militar.

Desse modo, como preâmbulo da análise do espaço *economic policy makers* apresentamos uma breve reconstrução do contexto econômico e político no qual se inicia a Nova República. O intuito é elucidar os principais aspectos das disputas políticas e simbólicas em torno da formação do novo governo – em especial, da indicação de Francisco Dornelles – e da condução da política econômica nacional, apontando o surgimento de novos critérios de classificação da realidade. Para tanto, nessa etapa da pesquisa mobilizamos a produção jornalística da época e, em especial, as publicações do *Jornal do Brasil (RJ)* e do *Jornal do*

¹² O campo político é o espaço relativamente autônomo – e como tal dotado de regras, objetivos, crenças e papéis próprios – onde se confrontam as elites políticas das sociedades contemporâneas (BOURDIEU, 2010). É no campo político que são gerados, “[...] na concorrência entre agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, ente os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de “consumidores”, devem escolher, com probabilidades de mal entendimento tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção.” (BOURDIEU, 2010, p. 164). Independentemente da forma que assumam nos casos concretos, o campo político e as disputas que nele ocorrerem tendem a se organizar em torno de dois polos opostos: progressistas e conservadores, esquerda e direita, oposição e situação, etc. (BOURDIEU, 2010).

Commercio (RJ). Como supracitado, enquanto parte dos sistemas simbólicos os jornais e demais mídias são simultaneamente instrumentos de comunicação e de dominação e como tais eles estruturam formas de percepção da realidade social e, por conseguinte, a própria realidade; todavia, longe de serem produtos coletivos tais formas de percepção são atreladas a interesses particulares – em geral os interesses das classes dominantes (BOURDIEU, 2010, 1997). Cabe considerar que esses e outros veículos da imprensa – que durante anos haviam apoiado o regime militar – a partir de 1984 operam um reposicionamento em favor da redemocratização e de um governo de transição encabeçado por Tancredo Neves. Assim, como será demonstrado suas publicações são indicativos favoráveis não apenas a Tancredo, como também a seu sobrinho Francisco Dornelles. Não obstante isso, tais jornais noticiaram amplamente as tomadas de posição contrárias a ambos, sendo que na presente análise foram mapeados sobretudo os posicionamentos relativos a Francisco Dornelles que, posteriormente, se tornou ministro da Fazenda. A maior parte dessas reportagens tinha ou um tom mais neutro onde os fatos eram apenas noticiados sem julgamentos de valor explícitos ou então um tom de denúncia onde os críticos de Dornelles eram apresentados como meros interesseiros atrás de bons cargos no novo governo.

O capítulo está dividido em quatro seções excetuando-se as considerações finais. Na primeira seção examinamos brevemente a crise político-econômica brasileira e o processo de formação da coalizão Aliança Democrática.

Na segunda seção tecemos algumas considerações sobre o perfil de Francisco Dornelles e discutimos seu papel como colaborador da campanha presidencial da chapa Tancredo/Sarney.

Na terceira seção realizamos uma breve reconstrução das diferentes tomadas de posição relativas à Dornelles no período anterior à posse de Sarney. Essa seção divide-se em três subseções. Na primeira tratamos do período compreendido entre a campanha presidencial e a vitória da chapa Tancredo/Sarney. Na segunda subseção tratamos do momento que se inicia com a vitória da chapa Tancredo/Sarney e finda com o retorno de Tancredo Neves de sua viagem ao exterior. E na terceira subseção examinamos a transformação da indicação de Dornelles em um “fato consumado”.

Por fim, na quarta e última seção analisamos a promessa de austeridade – o “dogma da Nova República” conforme bem definiu o *Jornal do Commercio (RJ)* – feita pela chapa Tancredo/Sarney e o presumido papel de destaque de Dornelles nesse processo de mudança institucional. Essa seção divide-se em duas subseções. Na primeira subseção tecemos algumas

breves considerações sobre o clima bastante favorável a implementação da austeridade e das reformas liberalizantes que se estava se estabelecendo no Brasil em face de pressões internas e externas. E na segunda abordamos a significativa heterogeneidade da equipe econômica montada por Tancredo.

2.1 A CRISE POLÍTICO-ECONÔMICA BRASILEIRA E A FORMAÇÃO DA ALIANÇA DEMOCRÁTICA

No início da década de 1980, o modelo econômico – predominantemente expansionista ou heterodoxo – e o modelo político – predominantemente autoritário ou ditatorial – então vigentes no Brasil sofreram um profundo esgotamento. Em âmbito econômico dois dos maiores problemas que se apresentavam eram o crescimento do endividamento externo do setor público – que passou de 14,9% do PIB em 1981 para 33,2% em 1984 – e a aceleração da inflação – que passou de 100% em 1980 para 224% em 1984 (CASTRO, 2011). Igualmente, esse período apresentava a urgência de questões de cunho social, tais como a melhoria da distribuição de renda e a diminuição da miséria (CASTRO, 2011). Uma das principais razões era a decepção com o “milagre econômico” ocorrido entre 1969 e 1973: embora alavanca reconhecida da industrialização e urbanização da sociedade brasileira, o milagre igualmente ampliou a desigualdade social (MAGALHÃES, 2010; LAGO, 2010). Esse modelo de crescimento econômico que se fazia acompanhar por um recrudescimento da desigualdade e piora dos indicadores sociais foi justificado em mais de uma ocasião pelo ministro Antônio Delfim Netto (LIMA, 1972; LAGO, 2010). Conforme o artífice maior da política econômica do período, seria necessário primeiro “fazer o bolo crescer para depois distribuí-lo” (LIMA, 1972; LAGO, 2010). Contudo, tal processo de distribuição de renda nunca se concretizou e os efeitos negativos gerados pela falta de uma política de redução da desigualdade social acabaram se arrastando até a década de 1980 (MAGALHÃES, 2010; LAGO, 2010).

Tais problemas se somavam e interagiam, por sua vez, com o processo de progressiva perda de apoio e legitimidade pelo qual passava o regime militar, o que tornava a crise brasileira simultaneamente econômica, social e política (MAGALHÃES, 2010). Entre a população crescia e se generalizava cada vez mais o sentimento de que a redemocratização resolveria a maior parte dos problemas nacionais, possibilitando não apenas o retorno das

“[...] liberdades civis e políticas como, também, o fim da inflação, o retorno do crescimento e a sonhada redistribuição da renda.” (CASTRO, 2011, p. 98). De um modo geral, pode-se dizer que o clima no país “[...] era de esperança e confiança na introdução de *profundas mudanças*.” (CASTRO, 2011, p. 98, grifo meu).

Esse posicionamento crítico frente ao governo militar associado ao desejo por mudanças – e, como será demonstrado a seguir, o discurso que mobilizava a dicotomia mudança/continuismo é central para a compreensão das disputas simbólicas e políticas ocorridas no período imediatamente anterior à posse de Sarney – fez com que em 1984 ganhasse força no país o movimento das “Diretas Já” (MAGALHÃES, 2010).

No intuito de responder aos anseios da população, em abril de 1984 foi colocada em votação no Congresso a chamada Emenda Dante de Oliveira; ela tinha por finalidade restabelecer as eleições diretas para presidente da República (MAGALHÃES, 2010; CASTRO, 2011). Contudo, apesar da mobilização popular – que atingiu seu auge na véspera da referida votação – a Emenda Dante de Oliveira não pôde ser aprovada por falta de quórum (MAGALHÃES, 2010; CASTRO, 2011). Ciente de antemão das dificuldades para a aprovação de uma emenda constitucional dessa natureza, um grupo de políticos já arquitetava um modo de efetuar a transição para a democracia por meio da realização de eleições indiretas no Colégio Eleitoral (MAGALHÃES, 2010; CASTRO, 2011). Assim, o PMDB – que durante toda a ditadura encarnou o papel de principal partido opositor do regime – decidiu lançar a candidatura do então governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, para a presidência (MAGALHÃES, 2010). Conhecido pelo “perfil centrista” e pela “habilidade de negociador”, Tancredo abria perspectivas para composições com agentes e grupos tanto à esquerda como à direita do espectro político (MAGALHÃES, 2010).

Deixando clara desde o início a dualidade fundamental de sua candidatura – que buscava compatibilizar progressistas e conservadores, “mudança” e “continuismo” –, Tancredo buscou, por um lado, capitalizar os ganhos políticos decorrentes das “Diretas Já” ao acenar à “[...] esquerda com políticas sociais, reformas na economia e democratização do sistema político [...]” e, por outro lado, afastar inclinações golpistas ao oferecer à direita e, sobretudo, aos militares, garantias “[...] de que não haveria “revanchismo” nem julgamento do regime [...]” (MAGALHÃES, 2010).

Além da habilidade política de Tancredo, outro fator que contribuiu para o sucesso de sua candidatura foi divisão dos situacionistas do Partido Democrático Social (PDS) – então majoritário no Colégio Eleitoral – em torno do processo sucessório (MAGALHÃES, 2010).

Disputando o direito de concorrer no pleito estavam o então ministro do Interior, Mário Andreazza, o então vice-presidente da República, Aureliano Chaves, e o ex-governador de São Paulo, Paulo Maluf (MAGALHÃES, 2010). Nessa competição, Paulo Maluf venceu Andreazza na convenção nacional do PDS tornando-se assim o candidato do partido, ao passo que Aureliano Chaves – que apesar de vice-presidente, contava com a antipatia de Figueiredo – se uniu ao senador de Pernambuco, Marco Maciel, para formar a dissidência da legenda governista que foi chamada de Partido da Frente Liberal (PFL) (MAGALHÃES, 2010). A partir daí uma série de negociações entre PFL e PMDB conduziram a formação de uma coalizão para disputar a eleição presidencial (MAGALHÃES, 2010). Assim, em agosto de 1984 os dois partidos apresentaram à sociedade os termos da coalizão nomeada Aliança Democrática (MAGALHÃES, 2010). Para compor a chapa com Tancredo Neves os líderes do PFL escolheram o político maranhense José Sarney, que além de um dos principais nomes ligados ao regime militar também havia sido o presidente do PDS (DIAS et al, 2010). Com o fortalecimento de Maluf no interior do PDS, José Sarney optou por abandonar a legenda governista e migrar para o recém-criado PFL (DIAS et al, 2010). Apesar de ter sido indicado pelo PFL, Sarney filiou-se ao PMDB para evitar o risco de que o PDS inviabilizasse sua candidatura na Justiça Eleitoral (MAGALHÃES, 2010).

Alguns meses depois, em janeiro de 1985, a eleição indireta para presidente foi realizada no Colégio Eleitoral e teve a chapa oposicionista Tancredo/Sarney como vencedora (MAGALHÃES, 2010). Na próxima seção abordamos o papel central que o sobrinho de Tancredo Neves – o então secretário da Receita Federal, Francisco Neves Dornelles – teve para a vitória da chapa Tancredo/Sarney e, sobretudo, para a aceitação dessa vitória pelos militares.

2.2 O “LEÃO” DORNELLES: DA TRAJETÓRIA AMERICANIZADA À COLABORAÇÃO NA CAMPANHA DA CHAPA TANCREDO/SARNEY

Em agosto de 1984, quando a formação da Aliança Democrática pelo PMDB e PFL e a escolha de Tancredo Neves como candidato da oposição à presidência se tornaram públicas, já se cogitava que Francisco Dornelles seria o condutor da política econômica caso seu tio saísse vitorioso do pleito eleitoral (CARDOSO, 1984; MAGALHÃES, 2010; VELASQUEZ et al., 2010). Filho do general Mozart Dornelles – que era primo do ex-presidente Getúlio

Dornelles Vargas – com Mariana Neves – que era irmã de Tancredo Neves –, Francisco Dornelles cresceu bastante próximo aos círculos do poder (VELASQUEZ et al., 2010). Apesar de ser mineiro, Dornelles graduou-se e doutorou-se em direito pela atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O sobrinho de Tancredo Neves possuía uma trajetória significativamente internacionalizada. Mais especificamente, Dornelles possuía o que está sendo chamado aqui de trajetória americanizada. Ainda durante sua graduação Dornelles esteve em Los Angeles, onde “[...] trabalhou no consulado brasileiro e realizou cursos no San Fernando Valley College e na Universidade da Califórnia (UCLA).” (VELASQUEZ et al., 2010, s/n). Ligado ao tio Tancredo Neves, Dornelles foi seu secretário particular durante o breve período em que este atuou como primeiro-ministro do governo João Goulart (VELASQUEZ et al., 2010). Após a saída de Tancredo do governo Goulart em 1962, Dornelles obteve uma bolsa de estudos do governo francês para estudar finanças públicas naquele país (VELASQUEZ et al., 2010; CORRÊA, 1985c). Ao retornar ao Brasil em 1964, Dornelles se dedicou sobretudo à docência e à administração estatal, mas ainda permaneceu atuando eventualmente como cabo eleitoral de Tancredo durante as campanhas (VELASQUEZ et al., 2010; CAPANEMA, 1985). Em razão de suas ligações com Tancredo e o janguismo, em 1965 Dornelles quase acabou se tornando alvo das ações do Estado ditatorial (CORRÊA, 1985c).

Ao solicitar uma licença do Ministério da Fazenda para retornar aos EUA com uma bolsa de estudos e cursar tributação internacional na Universidade de Harvard, Dornelles viu seu pedido emperrar (CORRÊA, 1985c). No entanto, graças aos seus influentes laços familiares – mais especificamente a uma tia sua que era casada com o irmão do então presidente Humberto Castello Branco – ele conseguiu contornar tais restrições (CORRÊA, 1985c; VELASQUEZ et al., 2010). Ao estudar em Harvard, Dornelles estabeleceu ligações com o professor Stanley Surray que posteriormente o indicou para fazer parte “[...] do grupo de peritos da Organização das Nações Unidas (ONU) em matéria fiscal [...]” (VELASQUEZ et al., 2010, s/n).

Como docente universitário, Francisco Dornelles se destacou sobretudo pela sua atuação na Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (FGV-RJ). A FGV foi fundada no Rio de Janeiro em 1944 com a “[...] finalidade principal de promover a formação de pessoal qualificado para a administração pública e privada [...]” (FGV, 2019, s/n). De modo a “complementar a formação deficiente dos cursos de graduação em economia para os pretendentes a cursos de doutoramento nos Estados Unidos”, no início da década de 1960

foi criado na FGV-RJ o Centro de Aperfeiçoamento de Economistas (CAE) (LOUREIRO & LIMA, 1994, p. 35). Poucos anos depois, o CAE foi transformado na Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE) – primeiro núcleo de pós-graduação em economia do país – e colocado sob a direção de Mario Henrique Simonsen (LOUREIRO & LIMA, 1994). A escola de economia da FGV-RJ caracteriza-se por sua identificação com grupos situados à direita do espectro político e por situar-se no “polo privatista” do campo dos economistas (LOUREIRO & LIMA, 1994).

O caráter privatista da FGV-RJ decorre não apenas de sua condição como instituição de ensino privado, mas principalmente de sua valorização teórica do “[...] papel do mercado no sistema econômico [...], e ainda porque [estabelece] estreitos laços com as empresas privadas, bancos em particular, onde [seus membros] trabalham como consultores.” (LOUREIRO & LIMA, 1994, p. 40). Sendo fortemente influenciada pelo modelo estadunidense de ciência econômica que se disseminava no país tanto por meio de agentes – i.e., os professores dos EUA que vinham lecionar no Brasil e estudantes brasileiros que iam estudar nos EUA – como de bens simbólicos – i.e., a própria teoria monetarista que circulava na forma de artigos, livros, manuais etc. –, a FGV-RJ caracteriza-se por valorizar “[...] fortemente a modelização matemática” e difundir a “[...] versão monetarista mais ortodoxa [...]” (LOUREIRO & LIMA, 1994, p. 40).

Nessa reputada instituição de ensino e pesquisa – que, como observa o jornalista Marcos Sá Corrêa (1985c, p.1), poderia caso se “[...] quisesse usar o nome completo de seu patrono, [ser] rebatizada como Fundação Getúlio Dornelles Vargas” –, Francisco Dornelles fez uma longa carreira e estabeleceu laços de amizade com conhecidos economistas de orientação monetarista como Mario Simonsen e Octávio Gouveia de Bulhões (CORRÊA, 1985c; BRANCO, 1985f). Como se poderia esperar, Dornelles também mantinha fortes ligações com a diretoria da Fundação (FGV, 1984). Em função disso, o presidente da instituição e seu amigo de longa data, Luís Simões Lopes, lhe cedeu inclusive um prédio da FGV em Brasília para instalar o candidato Tancredo e sua equipe de trabalho durante a campanha presidencial (FGV, 1984; VELASQUEZ et al., 2010).

Como funcionário do Estado ditatorial, Dornelles se destacou sobretudo por sua atuação em cargos do segundo escalão do Ministério da Fazenda (VELASQUEZ et al., 2010). Por indicação de seu colega da FGV-RJ e então ministro, Mario Simonsen, Dornelles foi convidado a ocupar num primeiro momento o posto de procurador da Fazenda e depois o de secretário-geral da Receita Federal – órgão maior da máquina tributária nacional (BRANCO,

1985f). Atuando como responsável pela Secretária da Receita Federal, Dornelles – que costumava ser tratado muitas vezes pela imprensa, tanto de forma respeitosa como jocosa, pela alcunha de “Leão da Receita” –, logrou angariar apoio tanto de escalões mais baixos da administração – como os funcionários da Fazenda que o homenagearam durante o Carnaval de 1985 – como de escalões mais elevados – como o então ministro Delfim Netto ou o próprio João Figueiredo que se mostraram bastante tolerantes a uma possível vitória de Tancredo (DORNELLES, 1984; INFORME, 1985d; BRANCO, 1985h).

Desse modo, quando Paulo Maluf fez uma série de insinuações públicas visando retirar Dornelles da Receita Federal, o presidente Figueiredo optou por manter o sobrinho de Tancredo mesmo sabendo que ele apoiava a candidatura oposicionista do tio (PINHEIRO, 1984; DORNELLES, 1984). Cabe lembrar, que além declarar reiteradamente sua fidelidade ao governo Figueiredo e à sua equipe econômica (que era coordenada por Delfim Netto e Ernane Galvêas), Francisco Dornelles – do mesmo modo que seu pai, Mozart Dornelles – era amigo de longa data do então presidente (DORNELLES, 1984). Esses laços com figuras proeminentes do regime militar que sua origem social elevada e sua posterior atuação em importantes postos da administração estatal tornaram possível construir, permitiram que Dornelles estabelecesse canais de comunicação entre o “[...] candidato oposicionista e setores do governo e das forças armadas, que resultaram em encontros de Tancredo com os ministros Leitão de Abreu (Gabinete Civil), Válter Pires (Exército), Alfredo Karan (Marinha) e Délio Jardim de Matos (Aeronáutica).” (VELASQUEZ et al., 2010). Ainda durante a campanha presidencial, Dornelles estabeleceu um canal de diálogo também entre Tancredo e Delfim Netto logrando assim neutralizar “[...] a capacidade do [então] ministro [do Planejamento] de ajudar a candidatura do deputado Paulo Maluf.” (NOBLAT, 1985a, p. 2). Para ser mais preciso, tudo indica que esse canal de comunicação entre membros do regime militar e da Oposição já funcionava há algum tempo (CORRÊA, 1985c). Com efeito, ao menos desde 1982, Dornelles – então secretário da Receita Federal – teria atuado como um importante informante de Tancredo Neves. Como afirma o jornalista Marcos Sá Corrêa (1985c, p. 1):

Tancredo foi, no Congresso, o político da Oposição mais bem informado sobre economia. O sobrinho Dornelles, nessa época, mantinha o ritual de ligar para o tio diariamente. Por esses telefonemas, passavam inclusive segredos como a intervenção do governo na financeira Delfin, decidida num feriado de janeiro, em 1982 [...].

Uma vez definida a vitória da chapa Tancredo/Sarney, Dornelles intermediou o contato de seu tio com outras autoridades importantes do governo Figueiredo, tais como o

general Octávio Medeiros, chefe do Serviço Nacional de Inteligência, e Ernane Galvêas, ministro da Fazenda (NOBLAT, 1985a). Como inicialmente parte dos militares temia a vitória de um candidato da oposição, essas articulações realizadas por Dornelles contribuíram para que os setores mais extremados das forças armadas abandonassem a ideia de golpe (DIMESTEIN et al., 1985; CORRÊA, 1985c). Por essas e outras vias, Dornelles contribuiu não apenas para a viabilização da candidatura da chapa Tancredo/Sarney como também para a aceitação da sua vitória pelos militares e para a execução da transição governamental (ESTES, 1985).

2.3 AS DIFERENTES TOMADAS DE POSIÇÃO COM RELAÇÃO A DORNELLES NO PERÍODO ANTERIOR À POSSE DE SARNEY

De modo a iluminar as disputas entre o grupo de Dornelles e o grupo do PMDB que ocorreram no espaço dos *economic policy makers* após o início do novo governo empreendemos a reconstrução de alguns dos elementos que estão na base do processo de gênese de tais conflitos. Para tanto, optou-se pelo mapeamento das diferentes tomadas de posição dos *opinion makers* (políticos, jornalistas, etc.) e dos grupos de pressão (patronais, organizações profissionais, etc.) com relação a Francisco Dornelles. Nas próximas subseções é possível observar como a polarização objetiva do campo do poder permitiu que os agentes em disputa destacassem as mesmas propriedades sociais e chegassem a diagnósticos opostos (BOURDIEU, 1996c, 2006). Em suas contendas – que se estruturaram sobretudo em torno da oposição continuísmo/mudança – os dois lados enfatizaram a ligação de Dornelles com o regime militar, mas chegaram a conclusões bastante diversas sobre suas relações com a chapa Tancredo/Sarney e sobre sua eventual indicação para o novo governo.

Os dados coletados no *Jornal do Brasil (RJ)* – importante veículo da imprensa dotado de uma orientação ideológica liberal-conservadora – demonstram que as tomadas de posição contrárias a Dornelles usam como principal justificativa as suas ligações com o regime militar, o que tende a ser representado pelo termo “continuísmo”. Além disso, tais dados indicam também que as manifestações públicas sobre Dornelles passam por diferentes “fases”. Na definição destas fases utilizamos como critério o volume e os tipos de posicionamentos públicos acerca das relações de Dornelles com a chapa oposicionista encabeçada por seu tio Tancredo Neves. Assim, a primeira fase caracteriza-se pelo baixo

número de manifestações sobre Dornelles, a segunda pela intensificação do número de manifestações contrárias e favoráveis a ele e a terceira pelo arrefecimento das críticas e concomitante acomodação dos críticos à aparentemente incontornável presença do sobrinho de Tancredo no novo governo.

2.3.1 Primeira fase: da campanha presidencial à vitória da chapa Tancredo/Sarney

Conforme dados coletados no *Jornal do Brasil (RJ)*, na fase que vai do início da campanha de Tancredo/Sarney à presidência em meados de 1984 à vitória da chapa em 15 de janeiro de 1985 houveram poucas manifestações públicas sobre as relações de Dornelles com a candidatura da Aliança Democrática. Nessa primeira fase, apenas dois representantes do grande empresariado e o chefe da assessoria econômica da campanha de Tancredo/Sarney manifestaram-se publicamente sobre o tema.

Em novembro de 1984 o professor de economia da Universidade de Brasília (UNB) e então chefe da assessoria econômica da chapa Tancredo/Sarney, Dércio Garcia Munhoz, posicionou-se contrariamente à atuação de Francisco Dornelles na campanha presidencial e, apesar de não utilizar tal expressão, o associou ao “continuismo”. Em seu discurso, Dércio Munhoz denunciava o que considerava como uma crescente influência “[...] junto ao candidato [Tancredo Neves] de teses e formulações propostas por pessoas identificadas com o regime militar dos últimos 20 anos.” (ASSESSOR, 1984, p. 4). O economista criticava a ampliação do espaço de um setor mais conservador – o chamado “Grupo Mineiro” – formado por nomes como Francisco Dornelles, Ronaldo Costa Couto, Sebastião Marcos Vital e Mário Henrique Simonsen (ASSESSOR, 1984). Em razão disso, Dércio Munhoz teria colocado publicamente a possibilidade de abandonar a chefia da assessoria da chapa Tancredo/Sarney, fato desmentido pelo próprio economista alguns dias depois e atribuído por ele a um equívoco da imprensa (ASSESSOR, 1984; MUNHOZ, 1984). Em dezembro, contudo, Tancredo Neves declarou aos meios de comunicação que não se submeteria a nenhum tipo de pressão (BRANCO, 1984). Como afirma o analista político Carlos Castello Branco (1984, p. 2), “as pressões neste momento se traduziram na formação do seu conselho de assessoria para elaboração do plano de ação inicial do seu governo.” Como a indicação de Dércio Munhoz acabou gerando problemas, Tancredo decidiu substituí-lo pelo então secretário de

Planejamento de São Paulo, José Serra, o qual seria um “[...] homem mais experimentado na ação política e calejado na operação administrativa.” (BRANCO, 1984, p. 2).

Por outro lado, no campo econômico¹³ ao menos dois importantes nomes – que no período eram inclusive representantes de seus respectivos ramos de atuação – se manifestaram favoravelmente a uma eventual indicação de Dornelles para ministro da Fazenda de um futuro governo Tancredo. Em dezembro de 1984, o empresário e então presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho, declarou que Dornelles era o primeiro nome na lista de candidatos à ministro da Fazenda que a instituição entregaria à Tancredo caso ele vencesse (INFORME, 1984). Justificando a escolha, Luís de Bueno Vidigal Filho argumentou que “[...] Dornelles [conheceria] melhor que ninguém os mecanismos da administração federal [...]” (INFORME, 1984, p. 6). Algumas semanas depois, em janeiro de 1985, o financista e então vice-presidente da Associação Brasileira de Mercado de Capitais, Paulo Guedes¹⁴, afirmou à imprensa que a equipe econômica de um futuro governo Tancredo/Sarney possuía elementos que poderiam contribuir para o desarme da bomba inflacionária, tais como o conhecimento de Tancredo sobre a máquina econômica e a capacidade de Dornelles (INFORME, 1985b). Tais manifestações iniciais já sugeriam, desse modo, uma simpatia do patronato e uma aversão de certos setores mais progressistas com relação a Dornelles. Como será demonstrado na próxima subseção, contudo, ao menos no campo político houveram agentes alinhados ao polo conservador que – devido sobretudo a ânsia por cargos e influência no novo governo – igualmente manifestaram-se publicamente contra Dornelles.

¹³ O campo econômico é o espaço relativamente autônomo em que – por contraste ao restante da sociedade – o interesse próprio e as disposições calculistas e maximizadoras não são apenas toleradas, mas fortemente incentivadas (BOURDIEU, 2001a). Esse espaço é formado por um conjunto de subcampos – os “setores” ou “ramos” empresariais – os quais são, por sua vez, compostos pelos agentes econômicos (tanto coletivos como individuais) (BOURDIEU, 2001a). Nos processos de construção de indústrias e mercados o Estado tende a desempenhar um papel de grande destaque; em boa parte dos casos o Estado é responsável não apenas pela regulamentação mas também pelo fornecimento de incentivos que contribuem decisivamente para a constituição da oferta e demanda (por meio de medidas como o fornecimento de crédito para produtores e consumidores, por exemplo) (BOURDIEU, 2001a).

¹⁴ Atual ministro da Economia do governo Bolsonaro.

2.3.2 Segunda fase: formação do novo governo e o fantasma da “dornelização”

A segunda fase vai da vitória da chapa Tancredo/Sarney ao fim da viagem de Tancredo Neves ao exterior em 7 de fevereiro. Conforme os dados levantados no *Jornal do Brasil (RJ)*, essa fase é a mais conflituosa do período anterior à posse do novo governo. Nessa segunda fase, diversos políticos, empresários e jornalistas posicionaram-se publicamente – tanto de modo favorável como contrário – acerca da eventual presença de Dornelles no futuro governo.

Com a vitória da chapa Tancredo/Sarney no Colégio Eleitoral no dia 15 de janeiro de 1985, importantes veículos começaram a publicar reportagens destacando como Dornelles seria não apenas um “servidor público consagrado pela probidade e eficiência” (INFORME, 1985) mas também um colaborador habilidoso e “homem de maior confiança do candidato Tancredo” (ESTES, 1985). Dessa perspectiva, o sobrinho de Tancredo seria uma espécie de candidato natural ao posto de ministro do futuro governo (ESTES, 1985). Tais matérias destacavam o papel decisivo de Dornelles na aceitação da vitória de Tancredo pelos militares e na tranquilização de membros da Aliança Democrática com relação às ações do governo que deixava o poder (ESTES, 1985). Após essas reportagens favoráveis a Dornelles, políticos de peso ligados à Aliança Democrática manifestaram-se publicamente sobre o ingresso do então secretário da Receita Federal no governo que ajudaram a eleger. Contrários à indicação de Dornelles para o Ministério da Fazenda, os membros do que foi chamado de “ala ortodoxa” do PMDB defendiam sua inadequação profissional para o cargo “[...] por não ter feito “um curso de Economia e ser bacharel em direito tributário, não estando entre a “confraria dos economistas”.” (INFORME, 1985c, p. 6). De outro lado, figuras como o governador de Minas Gerais e grande aliado de Tancredo, o também pemedebista Hélio Garcia, defendiam que Dornelles não apenas poderia como deveria ser efetivamente utilizado no novo governo (INFORME, 1985b).

2.3.2.1 Lista dos ministeriáveis, viagem de Tancredo e a intensificação das disputas

Manifestações contrárias à Dornelles intensificaram-se com a publicação – no dia 23 de janeiro, mesma data do embarque de Tancredo Neves rumo ao exterior – de uma lista de 10 nomes que segundo a imprensa seriam certos para o futuro ministério (TANCREDO,

1985c). Além do nome constando na lista, Dornelles ainda era acusado por seus adversários na Aliança Democrática como o responsável pela sua divulgação (CANTANHÊDE, 1985). Se a relação de ministeriáveis divulgada “[...] estava bem ao gosto de Dornelles e seus próximos, certamente estava em desacordo com as expectativas do chamado “grupo parlamentar” da Aliança Democrática.” (CANTANHÊDE, 1985, p. 2). Como observa Marcos Sá Corrêa (1985a), a maior surpresa da lista, contudo, era a total falta de surpresas. Nesse momento a relação de possíveis ministeriáveis já era conhecida ou ao menos imaginada de modo que a sua publicação apenas parece ter servido como “[...] um pretexto para vaziar ressentimentos e incompatibilidades que, certamente, vinham lavrando na intimidade do tancredismo há mais tempo.” (CORRÊA, 1985a, p. 11).

Longe de ser monolítica, contudo, a oposição à Dornelles foi significativamente multifacetada. Dentre os opositores, estavam tanto membros do PFL quanto do PMDB. No PFL a oposição à Dornelles se mostrou relativamente intensa num primeiro momento, contando com a participação de nomes importantes como o senador de Alagoas, Guilherme Palmeira¹⁵, o senador do Rio Grande do Sul e líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli¹⁶ e o deputado do Paraná, Alcení Guerra¹⁷. Argumentando que o novo governo deveria ser essencialmente político – por oposição ao governo tecnocrático da ditadura –, esses agentes se manifestaram contra a “tecnocratização e o continuísmo” na formação do futuro ministério (FRENTE, 1985). O PFL – e, como será apontado a seguir, também o PMDB – não se manifestava apenas contra a presença de Dornelles no ministério, mas também e, poder-se-ia dizer, sobretudo, contra a influência que ele poderia ter sobre Tancredo e, por conseguinte, sobre todo o processo de composição do novo governo. Assim, o maior temor de seus adversários não seria a presença de “[...] Dornelles no futuro governo, mas a “dornelização”

¹⁵ Guilherme Palmeira era filho do advogado, agropecuarista e político alagoense Rui Soares Palmeira. Bacharel em direito que tinha a política como principal ocupação, Guilherme Palmeira também foi filiado à Arena assim como seu pai (TOSTE & CORREIA, 2010). Com o retorno do pluripartidarismo, Guilherme Palmeira migrou para o PDS – partido sucessor da Arena – e posteriormente para o PFL – dissidência do PDS (TOSTE & CORREIA, 2010). Apesar de sua alegada oposição ao continuísmo representado por nomes como Dornelles, fica nítida a forte vinculação de Guilherme Palmeira ao regime militar (TOSTE & CORREIA, 2010). É digno de nota que foi Guilherme Palmeira o responsável por introduzir Fernando Collor de Melo na política ao nomeá-lo prefeito de Maceió (TOSTE & CORREIA, 2010).

¹⁶ Doutor em direito, o gaúcho Carlos Chiarelli atuou inicialmente como docente universitário (SOUSA, 2010). Posteriormente, Chiarelli ingressou na política e filiou-se à Arena (SOUSA, 2010). Com o fim da Arena, Chiarelli foi para o PDS e depois para a dissidência PFL (SOUSA, 2010).

¹⁷ Filho do empresário gaúcho Prosdócimo Guerra, Alcení Guerra iniciou sua carreira profissional como médico pediatra e empresário do setor agropecuário (BRAGA, 2010b). Em função sobretudo de sua atuação na área da saúde pública, Alcení Guerra entrou para a política (BRAGA, 2010b). Alcení Guerra filiou-se ao PDS e, posteriormente, migrou para o PFL (BRAGA, 2010b).

do próprio governo.” (CANTANHÊDE, 1985b, p. 2). Com o apoio de membros do PMDB, o PFL parece ter cogitado agir de forma mais enfática e deixar ainda mais nítida sua insatisfação com essa proeminência de Dornelles no futuro governo (FRENTE, 1985). Contudo, mostrando-se mais cauteloso do que parte do PMDB, o PFL acabou recuando dessa estratégia de enfrentamento direto e optando por movimentar-se “[...] com a força do vice-presidente [e destacado aliado de Tancredo] Aureliano Chaves e habilidade do senador [e crítico moderado de Dornelles] Marco Maciel.” (CANTANHÊDE, 1985a, p. 2).

Pode-se dizer que entre os adversários pemedebistas de Dornelles existiam duas vertentes principais: uma mais moderada e efêmera e outra mais radical e persistente. Do lado dos opositores mais moderados, estavam nomes como o deputado de São Paulo e presidente nacional do PMDB, Ulysses Guimarães, o deputado de São Paulo e líder do PMDB na Câmara, Freitas Nobre, o governador de São Paulo, Franco Montoro, e o senador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon. Esses pemedebistas mais moderados manifestaram-se publicamente contra o continuísmo e chegaram inclusive a frisar que os nomes dos ministeriáveis eram passíveis de críticas, mas desde o início usaram um tom mais ameno e evitaram declarações contrárias à presença de Dornelles no governo (NOBRE, 1985; ULYSSES, 1985a). Montoro e Freitas Nobre enfatizaram inclusive não haver vetos dos pemedebistas à indicação de Francisco Dornelles para o ministério (NOBRE, 1985; ULYSSES, 1985a).

Por sua vez, dentre os opositores pemedebistas mais radicais e persistentes estavam figuras como o governador do Paraná José Richa¹⁸, o senador do Paraná Affonso Camargo¹⁹, o deputado do Paraná Celso Sabóia²⁰ e os deputados do Rio Grande do Sul, Siegfried

¹⁸ Filho de imigrantes libaneses, José Richa começou a participar da política ainda durante o período em que estava na faculdade cursando odontologia (BRAGA, 2010c). Inicialmente, Richa se filiou ao Partido Democrata Cristão (PDC) que era liderado pelo expoente da política paranaense Ney Braga (BRAGA, 2010c). Com o golpe militar de 1964 e a instauração do bipartidarismo, Richa migrou para o oposicionista Movimento Democrático Brasileiro (MDB) participando inclusive da fundação do diretório paranaense do partido (BRAGA, 2010c). Apesar de ter feito a maior parte da sua carreira política no partido de oposição a ditadura, a reação de contrariedade de Richa aos conservadores soava, segundo o jornalista Carlos Castello Branco (1985a, p. 2), “[...] um pouco como novidade [...]” quando se levava em conta, por exemplo, que em sua candidatura vitoriosa ao governo do Paraná ele contou com o apoio do ex-arenista “[...] sr. Jaime Canet, o maior empresário do seu Estado, governador por indicação do sr. Ney Braga e fonte do novo poder no Paraná.”

¹⁹ Filho de um empresário do ramo pecuário e neto de um destacado político paranaense, Affonso Camargo se formou em engenharia civil e iniciou sua carreira profissional como engenheiro e sócio de uma construtora (BRAGA, 2010a). Affonso Camargo entrou na política ao ingressar no PDC de Ney Braga (BRAGA, 2010a). Após o golpe militar, ele ingressou no MDB, ao passo que outros membros do PDC – assim como Ney Braga – foram para a Arena (BRAGA, 2010a).

²⁰ Graduado em agronomia, o paranaense Celso Sabóia fez a maior parte de sua carreira profissional no setor público (CPDOC, 2010a). Após atuar em diferentes instituições estatais durante o regime militar – tais como

Heuser²¹ e José Fogaça²², fato que caracterizava essa vertente sobretudo como um movimento da região Sul do país (NOBRE, 1985). Esses pemedebistas mais radicais não apenas se manifestaram contra o chamado continuísmo, igualmente enfatizaram desconforto com a presença de Dornelles no novo governo (NOBRE, 1985; RICHA, 1985). Uma vez mais, as declarações apostavam em denúncias ao risco de dornelização, ou seja, de possível transformação de Dornelles em um superministro que atuaria como “o fazedor-mor de ministros, presidentes, superintendentes, diretores, chefes, coordenadores e assessores especiais do futuro governo” (CANTANHÊDE, 1985b, p. 2). Indo além do que afirmavam os membros do PFL, contudo, um dos principais porta-vozes desse grupo, o governador José Richa, chegou a ameaçar publicamente, em mais de uma oportunidade, que retiraria o apoio ao futuro governo caso o ministério escolhido viesse de fato a “refletir o continuísmo” (RICHA, 1985).

Na mesma medida em que intensificaram-se as críticas à presença de Dornelles no governo, igualmente cresceram as manifestações favoráveis à sua participação. Hélio Garcia foi sem dúvidas um dos maiores defensores do “[...] nome de Francisco Dornelles para o Ministério da Fazenda.” (INFORME, 1985e, p. 6). Para embasar sua defesa, o governador mineiro destacava tanto o conhecimento de Dornelles sobre a máquina administrativa como a possibilidade de se fazer “uma transição sem traumas na economia” (INFORME, 1985e). Contra o argumento do continuísmo, Hélio Garcia também defendia que, apesar de sua atuação como funcionário do regime militar, Dornelles seria aliado da Oposição e eleitor do PMDB desde 1982 (GARCIA, 1985). Segundo ele, Dornelles chegava inclusive a utilizar “[...] um orelhão para passar informações que interessavam à candidatura do tio Tancredo, procurando manter-se fora do alcance da escuta do SNI.” (TANCREDO, 1985b, p. 5). Como pode-se observar a partir desse trecho, não se trata de dizer quem seria Dornelles, mas antes de construir uma imagem do sobrinho de Tancredo como um nome que apesar de suas

Banco do Brasil, Banco Central, Banco do Estado do Paraná (Banestado), etc. –, Sabóia ingressou na política e se filiou ao PMDB (CPDOC, 2010a).

²¹ Graduado em economia e contabilidade, o gaúcho Siegfried Heuser iniciou sua carreira profissional atuando no setor público (CPDOC, 2010b). Posteriormente, Heuser se filiou ao MDB e ingressou na política (CPDOC, 2010b). Com o fim do bipartidarismo em 1979, Heuser foi para o PMDB (CPDOC, 2010b).

²² Filho de um farmacêutico gaúcho, José Fogaça fez bacharelado em ciências jurídicas e sociais e licenciatura em letras (GUIDO et al, 2010). Fogaça iniciou sua carreira como professor e posteriormente atuou também como apresentador de televisão, comentarista político no rádio e etc. (GUIDO et al, 2010). Entrou na política ao filiar-se ao MDB a convite de Pedro Simon. Com a extinção do MDB, Fogaça migrou para o PMDB (GUIDO et al, 2010).

ligações com o regime militar possuía igualmente anseios democráticos. Longe de limitadas unicamente a Dornelles, estratégias análogas permitiram a identificação de outros nomes profundamente ligados a ditadura – a exemplo de Aureliano Chaves e do próprio José Sarney – como defensores da democracia e, por conseguinte, a acomodação entre remanescentes da elite do período militar e a elite de caráter mais liberal que então ascendia ao poder.

Em sua defesa em prol da nomeação de Dornelles para a Fazenda, Hélio Garcia argumentava ainda que tal fato representaria uma oportunidade de “[...] Minas ter um nome no comando da economia brasileira” (INFORME, 1985g, p. 6) e que a presença do sobrinho de Tancredo no ministério seria uma “reivindicação mineira” (BRANCO, 1985d). Os dados revelam, no entanto, que teria partido do próprio Tancredo a sugestão a Hélio Garcia para “[...] indicar o [então] secretário da Receita Federal, Francisco Dornelles, para o Ministério da Fazenda. Garcia indicou – Tancredo acatou a indicação.” (MINISTROS, 1985, p. 2). Outro importante político de Minas Gerais que ajudou a intensificar a “força mineira de Dornelles” (CANTANHÊDE, 1985a) foi o vice-presidente do governo Figueiredo e líder do PFL, Aureliano Chaves. Então também um ministériável do governo Tancredo/Sarney, Aureliano Chaves declarou que, apesar de não lhe caber indicar ninguém para o futuro governo, acreditava “[...] que um homem [como Dornelles] que exerceu o cargo mais difícil, que é da arrecadação do Imposto de Renda, e saiu ileso é competente.” (AURELIANO, 1985, p. 2). Para o cacique do PFL, Dornelles se caracterizaria pela sua probidade e competência (ZÓZIMO, 1985a)

Durante a viagem de Tancredo ao exterior, o próprio Dornelles defendeu sua posição no novo governo ao organizar uma rodada de reuniões com as lideranças do PMDB que se manifestaram na imprensa sobre o “perigo do continuísmo” na formação do futuro ministério (CANTANHÊDE & MELO, 1985). Em uma série de conversas com nomes como José Richa, Ulysses Guimarães, Humberto Lucena e Affonso Camargo, Dornelles garantiu que também compartilhava do “desejo de mudança” que caracterizou a eleição da chapa Tancredo/Sarney (CANTANHÊDE & MELO, 1985).

De seus interlocutores, “[...] Dornelles ouviu que nada [havia] de pessoal contra ele, mas o que se [temia era] que um ministério conservador [frustrasse] o povo que foi as ruas para ajudar a eleger Tancredo. Ele respondeu [estar] de acordo com a mesma filosofia.” (CANTANHÊDE & MELO, 1985, p. 2). Para conseguir superar as restrições dentro do PMDB, Dornelles teve o apoio do senador Fernando Henrique Cardoso e do deputado Fernando Lyra (CANTANHÊDE & MELO, 1985). Dois importantes nomes do PMDB

paulista, Fernando Henrique e Lyra não apenas ajudaram nas articulações entre seus correligionários de partido e Dornelles como também se manifestaram favoravelmente à indicação do sobrinho de Tancredo para o futuro ministério. Fernando Lyra defendeu publicamente que, caso fosse nomeado ministro, Dornelles continuaria sendo o mesmo “técnico competente” de sempre só que agora a serviço da política global de um governo comprometido com a mudança (LYRA, 1985a, 1985b). Lyra afastou ainda a possibilidade de Dornelles vir a se transformar num superministro, numa espécie de Delfim Netto da Nova República (LYRA, 1985b). Por sua vez, Fernando Henrique Cardoso – que a essa altura já sabia que não adiantaria atacar Dornelles porque ele era “[...] parte de Tancredo e atacá-lo [seria] também atacar Tancredo.” (CANTANHÊDE, 1985c, p. 11) – declarou ser contrário ao continuísmo e favorável à presença do PMDB na área econômica do futuro governo, mas deu a entender que a nomeação de Dornelles para a Fazenda não invalidaria nenhuma das duas premissas (FERNANDO, 1985).

2.3.2.2 Mudanças mentais, reconfigurações políticas

Como é possível observar a partir dos dados analisados, agentes inicialmente reticentes quanto à presença de Dornelles no novo governo foram lentamente cedendo a ideia – não devido a alegada competência do sobrinho de Tancredo – mas em função de sua força política e seu capital social. Este é o caso de outra liderança do PMDB paulista e figura essencial para a aceitação de Dornelles no futuro governo: o governador Franco Montoro. Apesar de num primeiro momento também ter se posicionado como um opositor moderado à Dornelles, Montoro foi acionado por Tancredo para auxiliar na execução da “operação-resposta” às ácidas críticas feitas por nomes como José Richa (TANCREDO, 1985a; CANTANHÊDE, 1985a). Conforme a jornalista Eliane Cantanhêde (1985a, p. 2), “[...] foi exatamente porque o governador Franco Montoro baixou o tom de suas críticas à possibilidade de continuísmo – o código de reação a Dornelles – que ouvidos mais sensíveis, ou mais realistas, preferiram voltar ao muro.” Como consequência, a oposição à Dornelles perdeu força e acabou ficando circunscrita sobretudo à região Sul do país (CANTANHÊDE, 1985a).

A partir desse momento, políticos que se mantiveram contra a indicação de Dornelles, tiveram seus nomes associado ao desgaste. Como argumenta Cantanhêde (1985a),

dois pemedebistas que se desgastaram em função da ofensiva lançada contra Dornelles teriam sido os paranaenses José Richa e Affonso Camargo. Em razão de suas intensas e contínuas críticas Richa perdeu a capacidade de fazer uma reivindicação mais direta de cargos no novo governo, enquanto que Affonso Camargo passou de “ministro de Tancredo” (i.e., da cota pessoal do presidente) a “ministro do Paraná” (i.e., da cota da região Sul). (CANTANHÊDE, 1985c). Essas críticas à presença de Dornelles no futuro ministério pareciam de fato refletir “[...] o que dezenas de integrantes da aliança gostariam de ter dito, mas [dizê-las] – e com Tancredo fora – foi pouco consequente.” (CANTANHÊDE, 1985a, p. 2).

Além de Garcia, Chaves, Lyra, FHC e Montoro, outros importantes agentes igualmente manifestaram-se em favor de Dornelles. Ainda no campo político, o deputado do PMDB de Pernambuco, Roberto Freire, argumentou que “Dornelles surgiu como funcionário do aparelho de Estado e [poderia], em determinadas ocasiões, ser agente de mudanças, se o governo se [dispusesse] a promovê-las” (ROBERTO, 1985 p, 2), ao passo que o governador de Goiás, o também pemedebista Íris Resende, defendeu que a presença de ex-funcionários da ditadura no novo governo não poderia ser considerado “[...] como continuísmo, porque, inevitavelmente, os que [desempenhavam] funções administrativas [vestiriam] a mesma camisa [em prol das] transformações esperadas no setor institucional, político e econômico”.” (ÍRIS, 1985, p. 7). No campo econômico, por sua vez, um importante agente que se posicionou favoravelmente à nomeação de Dornelles para o ministério foi o industrial e então candidato à presidência da Petrobrás, Antônio Ermírio de Moraes. Para ele, Dornelles seria “um homem muito sério, competente, com condições de ocupar qualquer ministério”. (ANTÔNIO, 1985, p. 5).

De um modo geral, a imprensa brasileira também parece ter não apenas se posicionado favoravelmente à presença de Dornelles no futuro governo, mas também lançado suspeitas sobre os verdadeiros interesses de seus adversários. Durante a viagem de Tancredo ao exterior, jornalistas de peso – tais como Ricardo Noblat, Fernando Pedreira, Carlos Castello Branco, etc. – assinaram artigos simpáticos ao nome Dornelles no novo ministério. Do mesmo modo, nesse período também foram produzidos pelos “[...] jornais brasileiros [uma série de] editoriais solidários ao secretário da Receita Federal.” (TANCREDO, 1985a, p. 2). Um bom exemplo é o artigo “Algazarra de interesses” publicado pelo *Jornal do Brasil (RJ)* no início de fevereiro. Todo o conflito envolvendo Dornelles, declarava o editorial de modo bastante simplificador e parcial, não passaria de uma disputa pelo cargo de ministro da Fazenda, função para a qual ele teria “[...] todos os requisitos administrativos, intelectuais e

morais para desempenhar com eficiência.” (ALGAZARRA, 1985, p. 10). O texto afirmava ainda que toda a manifestação contra o continuísmo – leia-se Dornelles – realizada ao longo da viagem de Tancredo pelo exterior não teria “[...] autoridade moral nem política para falar em nome de slogans de campanha como se fossem princípios.” (ALGAZARRA, 1985, p. 10). E arrematava: “Um leilão de ambições personalistas não cria direito de veto. A seleção dos integrantes do ministério é prerrogativa do presidente da república [...]” (ALGAZARRA, 1985, p. 10).

Um dia antes de retornar ao Brasil Tancredo declarou, em uma entrevista coletiva à imprensa realizada em Buenos Aires, que consideraria todas as sugestões para a formação do ministério, porém, destacou que não aceitava ameaça, imposição, pressão ou veto a quem quer que seja (TANCREDO, 1985g). De acordo com um interlocutor de Tancredo, tal recado significaria que o nome de Dornelles seria de fato “[...] um dos mais fortes para um dos ministérios, preferencialmente o da Fazenda.” (TANCREDO, 1985g, p. 3).

2.3.3 Terceira fase: virada cognitiva e a indicação de Dornelles como fato consumado

Tudo leva a crer que a publicação da lista de ministeriáveis durante sua ausência teria sido parte de uma estratégia de Tancredo (BRANCO, 1985h). Ao retornar ao país o político mineiro teria obtido, após a intensa “guerra entre partidos, correntes e candidatos [...] um manancial supletivo de informações que o [ajudaram] a fixar em definitivo certas opções e trocar outras.” (BRANCO, 1985h, p. 2). A estratégia de Tancredo se basearia sobretudo na divulgação sub-reptícia de diferentes versões de ministério e na não-realização de nenhum convite formal aos prováveis ministeriáveis deixando, desse modo, o anúncio oficial sobre a composição do governo para mais perto da posse possível (CORRÊA, 1985b; CORREIA, 1985d). Como afirma o jornalista Marcos Sá Corrêa (1985b, p. 11): “Espalhadas na imprensa, [as diferentes versões de ministério] muitas vezes [pareciam] saídas do tiroteio avulso entre as facções que [postulavam] os postos do governo. Mas, por baixo da aparente loucura, [havia] um método [...]” E era por meio desse método que Tancredo – conhecido por apenas passar “[...] uma informação adiante quando isso [interessava] a ele, e não necessariamente ao interlocutor” (CORRÊA, 1985b, p. 11) – interagiu com grande parte de seus aliados. Atuando desse modo Tancredo pôde administrar os diferentes focos de pressão que agiam sobre ele e ainda conservar a opção de mudar toda a composição do ministério caso fosse necessário

(CORREIA, 1985c). Concordamos com essa observação de Correia (1985c) e acrescentamos que a própria manifestação dos desacordos e apoios através da imprensa serviram como um canal de acomodação cognitiva e moral²³ de Dornelles como nome ligado ao compromisso liberal e distante da ditadura.

A terceira fase – que vai do ao retorno de Tancredo à posse de Sarney em 15 de março – é marcada sobretudo pela acomodação daqueles políticos que eram críticos à Dornelles e, em muitos casos, pelo desmentido das críticas anteriormente feitas. Após retornar ao Brasil em 8 de fevereiro, Tancredo realizou uma série de audiências com as principais lideranças da Aliança Democrática para discutir a composição do ministério. Nessas reuniões Tancredo declarou aos seus interlocutores que seria fiel à [...] composição política que o levou ao poder.” (NEGREIROS, 1985a, p. 2). Ele frisou, contudo, que tal princípio seria “[...] elástico o suficiente para incluir a chamada “escolha pessoal”, mesmo quando ela não está respaldada pela medida dos votos que recebeu no Colégio Eleitoral.” (NEGREIROS, 1985a, p. 2). Somado a isso, Tancredo também destacou que os nomes para governo do Distrito Federal e os ministérios da Fazenda e do Gabinete Civil seriam fruto de sua escolha pessoal (TANCREDO, 1985d).

Tais declarações imprimiram maior certeza à indicação de Dornelles para um dos ministérios – preferencialmente o da Fazenda – e levaram políticos pragmáticos do PMDB e PFL a considerarem a sua presença no novo governo como um “fato consumado” (NEGREIROS, 1985a, p. 2). Como consequência, se durante a viagem de Tancredo o foco recaiu sobre a possibilidade de dornelização do futuro governo, com o retorno do presidente eleito os integrantes do PMDB e do PFL passaram a se preocupar não em ser “[...] anti-Dornelles ou anti-qualquer coisa [mas antes em] ser a favor de seu próprio espaço no governo que [começaria em] 15 de março.” (CANTANHÊDE, 1985, p. 2). Assim, agentes que se posicionaram criticamente na fase anterior, mas que ainda tinham chances de ingressar no novo governo baixaram o tom de suas críticas. Dois bons exemplo são o senador Affonso Camargo e o governador José Richa que, após tecerem ácidas e constantes críticas à participação de Dornelles no ministério, passaram a declarar que não possuíam nada contra o sobrinho de Tancredo e que suas manifestações contra o continuísmo não estavam

²³ Autores como Douglas (2007) e Bourdieu (1996b) demonstram como as convenções sociais determinam os esquemas de percepção e ação dos agentes num momento determinado. Convenções sociais são as regras que estabelecem um consenso mínimo entre os membros de toda a sociedade ou de parte dela (DOUGLAS, 2007). Elas são produzidas, naturalizadas e difundidas pelas instituições sociais – dentre as quais estão os grupos – por meio de um esforço cotidiano de autorreforço (DOUGLAS, 2007). Nesse sentido, a acomodação cognitiva e moral pode ser definida como um processo de adaptação dos agentes a uma nova convenção social que tornou-se dominante no seu espaço de atuação (DOUGLAS, 2007, BOURDIEU, 1996b).

direcionadas a ele (CORREIA, 1985a; EQUIPE, 1985). Por outro lado, agentes políticos que nunca estiveram entre os possíveis ministeriáveis se manifestaram contra a presença de Dornelles no governo. Assim, o deputado de Minas Gerais pelo PMDB, Nilson Gontijo, e o deputado e secretário-geral do PDS de Minas, Sylo Costa, acusaram Dornelles de – durante sua atuação como secretário da Receita Federal – “cobrar imposto até de viúva” e de “[...] ter furor de cobrar imposto dos assalariados.” (MINEIROS, 1985, p. 3).

Contudo, não obstante a série de reuniões realizadas com os líderes da Aliança Democrática e as diversas listas de ministeriáveis publicadas pela imprensa, Tancredo Neves não apenas permaneceu sem fazer nenhum convite oficial aos seus prováveis ministros como ainda declarou que os nomes divulgados não passavam de especulação (POLÍTICOS, 1985). O presidente eleito preferiu manter a estratégia inicial de não tornar público nenhum nome até a véspera da posse. O mesmo se aplicou, em teoria, a Dornelles que assim como os demais ministeriáveis teve o convite oficializado apenas em março. Na prática, porém, desde fevereiro Dornelles já atuava como ministro da Fazenda tendo ido inclusive à França para discutir a dívida externa brasileira com o diretor executivo do FMI, Jacques de Larosière²⁴ (DORNELLES, 1985b). Igualmente, durante uma entrevista coletiva Tancredo se referiu ao sobrinho – a quem definiu como um “homem da maior competência, da maior lealdade, da maior dignidade” – como “ministro Francisco Dornelles” (POLÍTICOS, 1985, p. 4).

A composição do novo ministério foi divulgada oficialmente apenas em 12 de março, três dias antes da posse (TANCREDO, 1985e). Conforme a jornalista Eliane Cantanhêde (1985c), um dia após sua oficialização no governo Dornelles se tornou “[...] de fato e oficialmente, o principal homem da Nova República.” Através de uma manobra que foi descrita pela imprensa como seu “gol mais sutil, malicioso e ousado”, Dornelles conseguiu emplacar a indicação de seu aliado Fernando Henrique Cardoso²⁵ para a liderança do governo

²⁴ Natural de Paris (França), Jacques de Larosière se graduou em Letras e Direito no *Institut d'Etudes Politiques de Paris* e complementou sua formação na *École Nationale d'Administration* (CVCE.EU, 2021). Profissional do setor público, de Larosière atuou em órgãos como Inspetoria de Finanças e o Ministério de Economia e Finanças da França (CVCE.EU, 2021). Com considerável experiência em questões financeiras internacionais, no final da década de 1980 foi eleito membro da diretoria do FMI (CVCE.EU, 2021). Ele é descendente de Joseph Thebaud (1772-1811), um agente da Companhia Francesa das Índias Orientais que depois se tornou um dos principais comerciantes da cidade de Nova Iorque (CVCE.EU, 2021).

²⁵ A estratégia de apoiar a indicação de Dornelles acabou se mostrando a mais vantajosa para os agentes que buscavam garantir um lugar no novo governo. Enquanto figuras como José Richa e Affonso Camargo perderam prestígio com Tancredo ao atacarem continuamente seu sobrinho e braço direito, “[...] Fernando Lyra e Fernando Henrique aproximaram-se de Dornelles e, sempre mais, do poder. Cada um ao seu estilo.” (CANTANHÊDE, 1985c, p. 11). Como contrapartida ao seu apoio, Fernando Henrique obteve o posto de líder do governo no Congresso e Fernando Lyra o cargo de ministro da Justiça.

no Congresso Nacional e assim expandir sua influência para o conjunto do futuro governo (CANTANHÊDE, 1985c). No entanto, como será demonstrado no próximo capítulo desta tese um fato inesperado – i.e., a internação e subsequente falecimento de Tancredo Neves – alterou radicalmente a posição de Dornelles no espaço dos *economic policy makers*.

Antes de passar ao próximo capítulo, contudo, é necessário primeiro fazer um breve desvio e analisar o modo como o futuro governo Tancredo/Sarney foi apresentado como uma administração que se pautaria pela austeridade e seriedade – face ao período ditatorial marcado pela política de crescimento econômico baseada no endividamento público. Esta política estivera associada aos interesses internacionais e foi marcada por inúmeros escândalos de corrupção e de mal uso do dinheiro público. Porém, tudo parecia indicar que Dornelles, que atuara como um destacado colaborador do regime militar, teria um papel determinante nesse processo de mudança administrativa – o qual marca, por seu turno, uma nova etapa das guerras palacianas no Brasil.

2.4 A NOVA REPÚBLICA E A PROMESSA DE AUSTERIDADE

Como bem observa o *Jornal do Commercio (RJ)*, a “[...] austeridade é o dogma da Nova República.” (CONVERSA, 1985, p. 2). De fato, a partir de uma série de ações e declarações Tancredo e seus aliados buscaram imprimir uma imagem de austeridade ao seu eventual futuro governo desde o lançamento da candidatura. O texto do compromisso firmado entre PMDB e PFL quando da criação da Aliança Democrática já postulava que a administração pública deveria “[...] se pautar sempre pela austeridade e moralidade.” (COMPROMISSO, 1984, p. 4).

Propondo utilizar basicamente a mesma fórmula que aplicou quando foi governador de Minas Gerais, durante a campanha presidencial Tancredo declarou em mais de uma ocasião que faria uma presidência pautada pela austeridade (FERNANDES & NEGREIROS, 1984). Tancredo se gabava do saneamento financeiro de Minas Gerais no seu mandato de governador. Segundo ele, a estratégia de “austeridade nos gastos e incentivo à arrecadação [foi bem-sucedida].” (FERNANDES & NEGREIROS, 1984, p. 4). Em entrevista ao presente autor²⁶, o economista Luís Paulo Rosenberg – que posteriormente se tornaria assessor

²⁶ Entrevistas concedidas ao autor da presente tese por meio do aplicativo *WhatsApp* nos dias 3 de março e 25 de maio de 2021.

econômico do presidente Sarney – conta um episódio bastante ilustrativo da predileção de Tancredo Neves pela política de austeridade. Conforme Paulo Rosenberg (2021), após a vitória da chapa Tancredo/Sarney no Colégio Eleitoral, Dornelles solicitou uma reunião com ele, Ibrahim Eris e alguns outros economistas. Durante a reunião, Dornelles propôs a seus interlocutores que fossem “seus homens em São Paulo” quando ele assumisse o cargo de ministro da Fazenda (ROSENBERG, 2021). Dornelles então puxou uma folha de papel e começou a elencar as medidas econômicas que pretendia adotar quando seu tio Tancredo tomasse posse como presidente (ROSENBERG, 2021). Na sua lista estavam medidas típicas do repertório neoliberal como a privatização de estatais, fechamento de ministérios, demissão de funcionários públicos, flexibilização das leis trabalhistas, etc. (ROSENBERG, 2021). Surpreso com o conteúdo da lista, Paulo Rosenberg (2021) afirmou que se nem na ditadura reformas desse tipo foram feitas não iria ser na Nova República que seriam e que se Dornelles as propusesse para seu tio Tancredo arriscava-se a perder o cargo de ministro. Dornelles então passou a lista para seus interlocutores que concluíram que aquela era a letra do próprio Tancredo Neves (ROSENBERG, 2021). Tal relato – um tanto quanto anedótico como reconhece o próprio Rosenberg – indica o forte comprometimento que o presidente Tancredo tinha não apenas com a austeridade, mas com a agenda liberalizante de um modo geral²⁷. De fato, ao analisarmos a trajetória de Tancredo percebemos que ele estava muito mais próximo do polo conservador do que do polo progressista (PÁDUA, 2011).

Oriundo de uma família e uma cidade bastante tradicionais de Minas Gerais, Tancredo possuía aversão a mudanças que pudessem desestabilizar o *status quo* (PÁDUA, 2011). Apesar de ser comumente apresentado como um político moderado e uma espécie de “herói conciliador” dos extremos – imagem que ele próprio cultivou ao longo da vida –, Tancredo “era profundamente católico, moralista nos costumes, anticomunista e adepto do ideário liberal [em economia], como boa parte da elite econômica e social da sua época.” (PÁDUA, 2011, p. 13). Segundo Fernando Henrique Cardoso (2020, s/n), ao longo de sua trajetória Tancredo Neves “nunca deixou de ser pessoalmente simples, quase modesto, e como homem de governo atento a manter os gastos públicos controlados.”

A predileção pela austeridade não pode ser considerada, contudo, apenas um traço do *habitus* liberal-conservador de Tancredo, mas antes uma tendência mais geral da época haja

²⁷ Esse comprometimento do presidente eleito com a agenda liberalizante levou Paulo Rosenberg (2021, s/n) – que, vale lembrar, era um economista de orientação monetarista – a afirmar entusiasticamente que “[...] Tancredo Neves ia ser o maior presidente que esse país já viu.”

vista o já citado processo de difusão internacional da *doxa* neoliberal que era então patrocinado pelos EUA, FMI e aliados. (DEZALAY & GARTH, 2000). Durante a campanha o candidato Paulo Maluf propôs não apenas um diagnóstico, mas também um tratamento muito semelhante para a economia brasileira (VISÃO, 1984). Dessa forma, existia no período um clima bastante favorável à austeridade. Não obstante isso, é preciso sublinhar que a austeridade é uma noção polissêmica de modo que nem todos falavam da mesma coisa ao utilizarem o termo. Num contexto marcado por anos de escândalos e políticas econômicas malsucedidas, o Estado era apresentado como “[...] caro, ineficiente e funcionando primeiramente para seus ocupantes [...]” e a austeridade como sinônimo de gestão eficiente e íntegra (GRÜN, 2005, p. 899). Como seria de se esperar, esse duplo movimento contribuiu para criar na sociedade um clima mais favorável à política de austeridade já que dificilmente alguém se declararia contrário à uma maior eficiência e moralidade no trato da coisa pública. Em termos práticos, contudo, a austeridade defendida por Tancredo, Dornelles e boa parte dos empresários, políticos, imprensa e etc. se apresentava antes como um sinônimo de desmantelamento do aparato estatal. Seguindo Grün (2005, p. 899), poderíamos dizer que Tancredo e os demais arautos da austeridade desejavam instaurar um momento de “restauração da moralidade” e “expição dos excessos” do período desenvolvimentista, “[...] tudo se passando como se a austeridade fosse o estado natural da economia.”

2.4.1 Austeridade como desmonte do Estado: a pavimentação das reformas liberalizantes

Em que pese ser um setor tipicamente privilegiado por benesses legais e ilegais concedidas pelo Estado, o empresariado se posicionava como um dos grandes defensores da “austeridade e seriedade administrativas”. Dois bons exemplos são os casos do presidente do Banco Bamerindus, José Eduardo Andrade Vieira, e do acionista-proprietário da Indústria Deca e do Banco Itaú, Olavo Setúbal – que ainda durante a campanha presidencial já se declaravam totalmente favoráveis a um “governo de austeridade” (ROCHA FILHO, 1984; ANTÔNIO, 1984). Entusiasta das ideias do liberal Octávio Gouveia de Bulhões, José Eduardo Andrade Vieira sintetizou bem essa perspectiva ao argumentar que para fortalecer a economia seria necessário, independentemente do candidato eleito, “[...] muito trabalho,

austeridade nos gastos, racionalização nas obras e empreendimentos e a redução e mesmo fechamento de algumas estatais.” (ROCHA FILHO, 1984, p. 28).

Uma vez declarada a vitória da chapa Tancredo/Sarney, as manifestações dos agentes econômicos em favor da austeridade continuaram e sempre carregadas dos emblemas das reformas liberais e do discurso de diminuição do intervencionismo estatal típicos aos processos de desmonte dos Estados de Bem-estar social latino-americanos (DEZALAY & GARTH, 1998, 2002). Um exemplo é a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) – na época representante de 50% do setor industrial do país – que por meio de seu presidente, Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho, declarou que esperava “austeridade [do novo governo], principalmente com relação às empresas estatais e sua presença na economia” (FIESP, 1985, p. 24). Segundo o presidente da Fiesp, ainda havia “[...] muita coisa para se fazer no setor estatal, para que ele [deixasse] de exercer pressão sobre a iniciativa privada” (FIESP, 1985, p. 24). Como se sabe, o clima internacional nesse momento era bastante favorável à austeridade que, por sua vez, era fortemente associada às reformas liberalizantes que seriam anunciadas anos depois através do Consenso de Washington e que levariam ao progressivo deslocamento do Estado de Bem-estar social para o Estado mínimo (DEZALAY & GARTH, 1998, 2002). Nos EUA o presidente era Ronald Reagan e na Inglaterra a primeira-ministra era Margareth Thatcher, ambos conhecidos defensores da liberalização econômica e das políticas de austeridade (DEZALAY & GARTH, 1998, 2002). Na América Latina, o FMI exigia – como pré-condição para a renegociação dos empréstimos concedidos – que os países em crise se comprometessem em implementar planos de ajustamento econômico que implicavam medidas como o desmonte e privatização de instituições estatais, a abertura ao livre comércio e aos investimentos estrangeiros e a diminuição dos gastos públicos com políticas sociais (DEZALAY & GARTH, 1998).

Após a vitória, Tancredo também continuou a reafirmar publicamente o compromisso de seu futuro governo com a austeridade. Quando retornou de sua viagem ao exterior, ofereceu uma recepção onde apenas foram servidos água e café, fato celebrado pela imprensa que declarava enfaticamente que “a austeridade [seria uma] marca antecipada do governo Tancredo” (TANCREDO, 1985f, p. 2). Essa preocupação em demonstrar que o novo governo realmente pretendia “alterar a fisionomia” do país também levou os ministros Francisco Dornelles, Fernando Lyra, Pedro Simon, Affonso Camargo e Carlos Sant’Ana a optarem por não habitar as residências oficiais que estavam sendo desocupadas por seus antecessores (NOBLAT, 1985b). Com a mudança de governo, afirmava a imprensa, o poder

adquiriria um tom mais discreto: “[...] *a turma do Maluf* [dava] lugar ao *estilo Risoleta*, cuja característica maior [era] a sobriedade.”²⁸ (GUERRA, 1985, p. 1, grifo do autor).

No entanto, ao longo da campanha presidencial a chapa Tancredo/Sarney não se comprometeu apenas com a realização de um governo sério e austero, mas igualmente com a erradicação da miséria e melhoria da distribuição de renda no país (COMPROMISSO, 1984). A grande questão seria então como compatibilizar austeridade fiscal com redução da desigualdade social (INFLAÇÃO, 1985c). Tancredo sabia das dificuldades para se “[...] conciliar os investimentos em áreas de importância social como as dos subsídios para a agricultura, previdência e habitação com a política de austeridade financeira [...]” (INFLAÇÃO, 1985c, p. 3). Apesar disso, porém, ele acreditava que essa operação de conciliação precisava não apenas ser tentada, mas efetivamente levada a cabo (INFLAÇÃO, 1985c). Podemos argumentar – à luz de Grün (2005) – que nesse momento Tancredo elaborou uma dupla promessa para o seu futuro governo. Por um lado, a Nova República deveria trazer a purificação dos excessos e expiação dos pecados da política de crescimento via endividamento público adotada durante o regime militar, a qual foi fortemente marcada por casos de corrupção e desperdício de recursos. E por outro, deveria impulsionar o progresso socioeconômico almejado pela maior parte da sociedade brasileira por meio do incentivo ao crescimento e da promoção da distribuição de renda.

2.4.2 Dornelles, Sayad e as complexidades do futuro ministério de Tancredo

Os dois principais nomes da equipe econômica montada por Tancredo refletiam essa dualidade inicial que era intrínseca à política econômica proposta para seu futuro governo. Enquanto que para o Ministério da Fazenda foi escolhido Francisco Dornelles, um “monetarista da Fundação Getúlio Vargas” do Rio de Janeiro, para o Ministério do Planejamento foi escolhido João Sayad, um “keynesiano” da USP ligado ao chamado grupo dos “novos economistas paulistas” (formado por nomes de orientação não-ortodoxa como José Serra, Luciano Coutinho, André Franco Montoro Filho, etc.) (CORREIA, 1985c; QUARTI & ZYLBERBERG, 2010). Tal escolha também representava a intenção de Tancredo de “[...] dividir o comando da economia entre São Paulo e Minas [...]” (MAIS,

²⁸ A expressão “estilo Risoleta” faz referência à esposa de Tancredo, Dona Risoleta, que era conhecida pelo seu jeito sóbrio.

1985, p. 3). Politicamente, Dornelles era ligado à Tancredo e à caciques mineiros do PMDB e do PFL ao passo que Sayad era ligado à Franco Montoro e ao PMDB paulista (PLANEJAMENTO, 1985; AURELIANO, 1985; MINISTROS, 1985).

Apesar de suas diferentes filiações teóricas, políticas e regionais, tanto Dornelles como Sayad se manifestaram sobre a necessidade de um bom “entrosamento entre os dois ministérios” e de “trabalhar afinados e em equipe” (DORNELLES, 1985b; NOVO, 1985). Nas semanas anteriores ao início do governo Tancredo/Sarney, Sayad e Dornelles reuniram-se visando acertar “[...] a divisão de tarefas e atribuições das duas pastas na condução da economia [...]” (DORNELLES, 1985b, p. 3). Tal distribuição de responsabilidades foi feita conforme a decisão de Tancredo de retirar do Ministério do Planejamento – que passou cerca de 10 anos ditando a política econômica nacional – “[...] as funções executivas e [deixá-lo apenas com as] atividades específicas de planejamento [...]” (PLANEJAMENTO, 1985, p. 24). Estabeleceu-se, assim, que o Ministério do Planejamento perderia “[...] para o Ministério da Fazenda o Conselho Interministerial de Preços (CIP); a Secretária Especial de Abastecimento e Preços (SEAP), a Sunab; e a Secretaria de Controle Interno (Secin).” (PLANEJAMENTO, 1985, p. 24). Por outro lado, o Ministério do Planejamento continuaria controlando, por exemplo, “[...] as 422 empresas estatais [...] e o orçamento geral da União, a cargo da Secretaria de Orçamento e Finanças (Sofi).” (PLANEJAMENTO, 1985, p. 24). Também ficou decidido que no âmbito da Fazenda seria criada a Secretária Especial para Assuntos Econômicos e no âmbito do Planejamento a Secretaria de Coordenação Econômica e Social (SAYAD, 1985c). Através dessas mudanças o Ministério da Fazenda assumiria, na prática, o papel central na administração econômica que o Ministério do Planejamento teve durante a “era Delfim Netto” (PLANEJAMENTO, 1985).

Não obstante Tancredo e seus aliados mais próximos negarem veementemente que no seu futuro governo existiria um “[...] superministério ou superministro, com ascendência sobre os demais, tudo [indicava] que a Fazenda [teria] grandes poderes.” (SAYAD, 1985c, p. 24). As informações disponíveis evidenciavam que na prática a maior parte da responsabilidade pelo cumprimento da promessa de um governo austero e focado no controle dos gastos públicos recairia inevitavelmente sobre Dornelles – conhecido por ser um “homem duro na execução” – e não sobre João Sayad – tido como “[...] mais sensível a pressões sociais e menos resistente a exigências de natureza política.” (BRANCO, 1985g, p. 2). Contudo, como será demonstrado no próximo capítulo, o adoecimento e posterior falecimento de Tancredo alteraram completamente a dinâmica das relações de força que vinha se

desenhando no espaço dos *economic policy makers*. A chegada de Sarney à presidência – posto de maior peso no campo em questão – enfraqueceu a posição de Dornelles e o transformou, de provável novo “czar da economia”²⁹, numa verdadeira “rainha da Inglaterra”³⁰ da política econômica nacional. Nas palavras de Noblat (1985c, p. 11):

Xerife da economia, se vivo fosse o presidente Tancredo Neves, herdeiro presuntivo da condição exercida pelo ministro Delfim Netto de principal formulador de uma política para a área, o sr. Dornelles descobriu-se, de repente, no mesmo plano dos seus demais colegas de ministério.

2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pode-se perceber através das informações apresentadas no presente capítulo, o advento da Nova República foi marcado por uma série de modificações no campo do poder. Com efeito, a candidatura e subsequente vitória da chapa Tancredo/Sarney ajudou a operar uma acomodação não apenas política, mas também cognitiva e moral no campo do poder. Em primeiro lugar, Tancredo logrou reunir em torno de seu nome agentes da direita e da esquerda que desejavam o fim do regime militar. O “perfil centrista” e a reputada “habilidade de negociador”, permitiram a Tancredo fazer alianças tanto à esquerda como à direita e assim compatibilizar progressistas e conservadores, heterodoxos e monetaristas num mesmo projeto de governo liberal. Tal fato assinala a dualidade fundamental sobre a qual se estruturou o primeiro governo civil da Nova República, ou seja, a tensão entre o continuísmo e a mudança. A atuação de Tancredo tornou possível a acomodação de ex-membros da ditadura no regime democrático-liberal que então emergia. O caso paradigmático é o do seu sobrinho Francisco Dornelles que em função de seus fortes laços com o regime militar e sua orientação ideológica conservadora foi acusado por membros da Aliança Democrática de ser um agente do continuísmo, mas que ao fim e ao cabo foi acomodado no novo governo como um competente colaborador dotado de anseios democráticos. Como fica patente a partir dos postos elevados que nomes como Olavo Setúbal e Aureliano Chaves ocuparam no novo governo, outros agentes ligados ao antigo regime seguiram o mesmo expediente do ex-secretário da Receita Federal.

²⁹ Expressão cunhada em referência ao grande poder decisório concentrado nas mãos de Antônio Delfim Netto durante as ocasiões em que ocupou os postos de ministro da Fazenda e ministro do Planejamento.

³⁰ Expressão cunhada em referência ao caso da Inglaterra em que a rainha reina, mas quem governa realmente é o Parlamento. Cotidianamente tal expressão é utilizada para se referir a alguém que ocupa um cargo que em teoria teria grandes poderes decisórios, mas que na prática não tem qualquer autoridade.

Em segundo lugar, com sua defesa da austeridade e da contenção dos gastos públicos Tancredo ajudou a criar no país um clima mais favorável a liberalização da economia e redução do intervencionismo estatal. A associação entre austeridade e a eficiência e moralidade no trato da coisa pública – já contida, por exemplo, no texto criação da Aliança Democrática – contribuiu para deixar a sociedade mais aberta à política econômica de cunho monetarista que Tancredo pretendia implementar em seu governo. Vendeu-se assim a ideia de que a austeridade traria a purificação dos excessos da política de crescimento via endividamento público adotada durante a ditadura, a qual foi fortemente marcada por casos de corrupção e desperdício de recursos.

Em terceiro lugar, Tancredo prometeu compatibilizar a austeridade purificadora com uma política que teria como prioridade incentivar o crescimento e promover a distribuição de renda e, por essas vias, impulsionar o progresso socioeconômico almejado pela maior parte da sociedade brasileira.

Em quarto lugar, não obstante ter prometido conjugar a austeridade fiscal ao crescimento econômico e indicado inclusive um economista heterodoxo como João Sayad para o Ministério do Planejamento, Tancredo claramente demonstrava um forte comprometimento com a agenda liberalizante. Nesse contexto, a função de principal condutor da política econômica do novo governo caberia ao seu sobrinho, o monetarista da FGV-RJ Francisco Dornelles.

Por fim, o adoecimento e posterior falecimento de Tancredo mudou a dinâmica das relações de força que se desenhava no espaço dos *economic policy makers*. Como será demonstrado em maiores detalhes no próximo capítulo, a ascensão de José Sarney à presidência levou a um enfraquecimento da posição de Dornelles reduzindo, desse modo, sua influência sobre o processo de formulação da política econômica governamental.

3 CRÔNICA DE UMA GUERRA PALACIANA: MONETARISMO *VERSUS* HETERODOXIA NO INÍCIO DO GOVERNO SARNEY (MARÇO/AGOSTO 1985)

O objetivo deste capítulo é analisar o momento *T(1)* – o qual vai da posse de José Sarney como presidente interino em março de 1985 até a saída de Francisco Dornelles da Fazenda em agosto de 1985 – tendo como foco as guerras palacianas ocorridas no espaço dos *economic policy makers* e, em especial, as lutas entre o grupo de Dornelles e o grupo do PMDB. Como mencionado na introdução, guerras palacianas são as lutas em torno do controle do Estado e dos valores e modelos institucionais que conformam a atuação estatal (BOURDIEU, 1996c). Conforme Sochazcewski (2002), o campo dos economistas³¹ brasileiro é dividido em duas grandes correntes ideológicas. De um lado, estão os economistas que “[...] defendem, em variados graus e velocidades, a liberalização da economia como única política fundamental de crescimento [...]”, os quais serão chamados aqui de ortodoxos ou monetaristas (SOCHAZCEWSKI, 2002, p. 36). Os monetaristas se dividem ainda entre aqueles que repudiam toda e qualquer intervenção estatal e aqueles que admitem que o Estado intervenha, mas advogam a redução de tais intervenções ao mínimo. Do outro lado, por sua vez, estão os economistas “[...] que defendem – em variadas combinações entre mercado e políticas – a participação estatal para dar suporte e sustentabilidade ao crescimento”, os quais serão chamados aqui de heterodoxos ou desenvolvimentistas (SOCHAZCEWSKI, 2002, p. 36). Entre os heterodoxos as distinções devem-se sobretudo as diferentes visões sobre os momentos que o Estado deve intervir e sobre a necessidade da construção de um “projeto nacional” (SOCHAZCEWSKI, 2002).

Os dados analisados indicam que o conflito entre Dornelles e Sayad configurou-se como uma guerra palaciana entre uma perspectiva de condução do Estado mais pautada por uma orientação econômica monetarista e uma perspectiva mais pautada por uma orientação heterodoxa. Mais precisamente, enquanto Dornelles e seus colaboradores defendiam uma política econômica que conferia primazia à redução do déficit público e da inflação em detrimento do crescimento econômico, Sayad e o grupo do PMDB defendiam exatamente o oposto. De modo a compreender melhor alguns dos fatores que estão na base das suas

³¹ O campo dos economistas é o espaço *sui generis* que se situa na interface entre o campo da ciência econômica, o campo econômico e o Estado (BOURDIEU, 2001a; KLÜGER, 2017). Esse espaço é formado tanto pelo “[...] campo relativamente autônomo da ciência econômica – com suas escolas, revistas, associações e demais instâncias de formação, regulação e consagração – quanto pelas instituições da área econômica do Estado e pelas empresas e o setor financeiro privados.” (KLÜGER, 2017, p. 21).

respectivas disposições e tomadas de posição, examinaremos os perfis de Dornelles e Sayad antes de adentrarmos na guerra palaciana propriamente dita.

O presente capítulo está dividido em quatro seções excetuando-se as considerações finais. Na primeira seção tecemos algumas considerações sobre a atuação dos EUA no processo de emergência dos desequilíbrios que afetaram a economia internacional na década de 1980. Destacamos tanto o papel determinante da política econômica estadunidense na elevação das dívidas externas e deterioração das economias dos países do terceiro mundo – entre os quais o Brasil – quanto as pressões exercidas pelos credores e organizações multilaterais para que tais nações liberalizassem suas economias.

Na segunda seção tratamos das características do espaço dos *economic policy makers* e dos grupos que o integraram entre março e agosto de 1985. Essa seção está dividida ainda em três subseções. Na primeira subseção esboçamos algumas considerações sobre a evolução do quadro clínico de Tancredo Neves até seu falecimento e a posse definitiva de Sarney no final de abril. Na segunda apresentamos uma descrição e análise da estrutura do espaço dos *economic policy makers* elaborada com auxílio da ACM. E na terceira subseção abordamos os quatro grupos que integravam o espaço analisado.

Na terceira seção apresentamos algumas das principais disputas que ocorreram no espaço dos *economic policy makers* nos primeiros meses do governo Sarney. Tais batalhas foram motivadas pelos movimentos iniciais dos agentes e grupos que tomaram parte na guerra palaciana pela condução da política econômica nacional entre março e maio de 1985. A seção está dividida em três subseções. Na primeira subseção examinamos a ofensiva inicial de Dornelles e seus aliados na guerra pelo comando da economia – a qual consistiu na promulgação de um conjunto de medidas de austeridade – e as reações por ela suscitadas dentro e fora do espaço dos *economic policy makers*. Na segunda subseção apresentamos as articulações do grupo do PMDB – em especial, de Sayad e Sarney – que resultaram nas duas grandes derrotas iniciais sofridas por Dornelles e seu grupo e num primeiro revés da austeridade: o desfecho do caso do Banco Sul Brasileiro e a decisão de implantar o Programa de Emergência. E na terceira subseção tratamos de outra importante ofensiva do grupo de Dornelles na guerra pela condução da economia, dessa vez culminando com o afastamento de Sérgio de Freitas da diretoria do Banco Central e do processo de renegociação da dívida externa brasileira.

Por fim, na quarta seção analisamos o recrudescimento dos conflitos no espaço dos *economic policy makers* e a conseqüente queda de Dornelles e parte de seu grupo no final de

agosto de 1985. A seção está dividida em quatro subseções. Na primeira tratamos da reunião na Granja do Torto, encontro realizado em função do impasse em que se encontrava a política econômica brasileira e que congregou membros do governo e economistas externos. Na segunda subseção abordamos o ingresso do Luís Paulo Rosenberg no governo Sarney, o qual participou da reunião do Torto e posteriormente foi convidado para ocupar o posto de assessor presidencial. Na terceira apresentamos as batalhas finais que Dornelles e Sayad travaram no espaço dos *economic policy makers*. E na quarta subseção examinamos a demissão do secretário-geral da Fazenda, Sebastião Vital, e a subsequente renúncia de Dornelles e aliados.

3.1 OS EUA E OS DESEQUILÍBRIOS ECONÔMICOS INTERNACIONAIS DA DÉCADA DE 1980

Como argumenta Baeck (1987, p. 230), “a administração Reagan pode ser considerada o motor de toda a mudança havida no sistema financeiro e monetário do Ocidente [durante a década de 1980].” Quando Ronald Reagan³² assumiu a presidência em 1979, os EUA enfrentavam uma grave estagflação, caracterizada por inflação elevada associada à um forte desemprego (REDDY & PATU, 2019). Em razão de eventos como a crise do sistema de *Bretton Woods* e a derrota na Guerra do Vietnã durante a década de 1970, a hegemonia econômica e político-militar dos EUA fragilizou-se significativamente (CORTEZ et al., 2015). Buscando alterar esse cenário e reestabelecer o domínio internacional estadunidense, o governo Reagan liderou a assim chamada “contrarrevolução liberal ou anti-keynesiana” e patrocinou o desmonte das “[...] bases do que tinha sido a política econômica e a regulação financeira desde os anos Roosevelt.” (CORTEZ et al., 2015, p. 2). Orientando-se pela *doxa* neoliberal, Reagan implementou medidas como a desregulamentação econômica, eliminação

³² Natural de Illinois EUA), Ronald Reagan graduou-se em sociologia e economia pelo *Eureka College* (FRAZÃO, 2021). Profissional do setor privado, ele ocupou posições proeminentes na indústria cultural como ator e apresentador de televisão (FRAZÃO, 2021). Reagan aproximou-se da política ao ingressar no Partido Democrata, onde integrou diversos comitês fortemente identificados com a esquerda (FRAZÃO, 2021). Influenciado pela atriz republicana Nancy Davis, que posteriormente tornou-se sua esposa, Reagan aproximou-se da direita ao aliar-se ao Partido Republicano em 1962 (FRAZÃO, 2021). Na época Reagan declarou o seguinte sobre sua mudança de partido: “Eu não deixei o Partido Democrata, o partido foi que me abandonou ao idolatrar Karl Marx, Vladimir Lênin e Josef Stálin.” (FRAZÃO, 2021, s/n). Reagan foi eleito governador do estado da Califórnia por dois mandatos consecutivos, tendo governado de 1967 a 1975 (FRAZÃO, 2021). Após ser derrotado nas primárias republicanas para presidente dos Estados Unidos em 1968 e 1976, Reagan foi escolhido para representar o partido nas eleições de 1980 (FRAZÃO, 2021). Ele venceu o candidato à reeleição Jimmy Carter e assumiu a presidência dos EUA no ano seguinte (FRAZÃO, 2021).

do teto das taxas de juros e redução do intervencionismo estatal e da tributação (BAECK, 1987).

Nessa época o presidente do *Federal Reserve*³³ era o monetarista Paul Volcker³⁴, que havia sido nomeado pelo antecessor de Reagan, Jimmy Carter (CORTEZ et al., 2015; REDDY & PATU, 2019). Volcker já vinha permitindo a elevação das taxas de juros desde o final do governo Carter (CORTEZ et al., 2015; REDDY & PATU, 2019). Durante o governo Reagan, o *Federal Reserve* comandado por Volcker intensificou ainda mais a alta nos juros o que, por sua vez, contribuiu para valorizar fortemente o dólar (BAECK, 1987; CORTEZ et al., 2015; REDDY & PATU, 2019). Apesar do discurso liberalizante do governo Reagan, nesse período o déficit estadunidense cresceu vertiginosamente em função, sobretudo, da expansão com gastos militares (CORTEZ et al., 2015). De acordo com Baeck (1987), o déficit dos EUA funcionou como um imã atraindo capitais estrangeiros o que, por seu turno, contribuiu para uma elevação ainda maior dos juros e do valor do dólar no mercado internacional. Num intervalo de cerca de cinco anos – de junho de 1980 a março de 1985 – o dólar valorizou-se cerca de 60% (BAECK, 1987; CORTEZ et al., 2015).

Da perspectiva dos EUA, a estratégia adotada por Reagan e Volcker se mostrou em grande medida bem-sucedida ao permitir o controle da inflação, combate ao desemprego e recuperação do crescimento econômico (BAECK, 1987; CORTEZ et al., 2015; REDDY & PATU, 2019). Em âmbito internacional, todavia, a intensa elevação na taxa de juros e no valor do dólar geraram fortes desequilíbrios econômicos (BAECK, 1987). Nos países do assim chamado terceiro mundo, esses efeitos desestabilizadores foram especialmente negativos (REDDY & PATU, 2019). Desde 1977 o setor bancário estadunidense vinha emprestando grandes quantias de dinheiro aos países periféricos, dentre os quais o Brasil (BAECK, 1987). Contudo, com a vertiginosa elevação dos juros e do dólar esses países ficaram com dificuldades financeiras e uma “[...] capacidade cada vez mais lenta de pagamento [...]” de seus empréstimos (BAECK, 1987, p. 235). Em âmbito latino-americano os quatro maiores devedores eram Brasil, México, Argentina e Venezuela (PORTELA

³³ O *Federal Reserve System* – também conhecido como *The FED* – é o sistema de bancos centrais dos EUA, o qual é composto por um total de 13 instituições.

³⁴ Natural de Nova Jersey (EUA), Paul Volcker fez graduação em economia na Universidade de Princeton e mestrado em economia política e governo na Universidade de Harvard (NCAFP, 2021). Profissional do setor público, Volcker ocupou posições proeminentes no aparato estatal estadunidense como subsecretário para Assuntos Monetários dos EUA, presidente do *Federal Reserve Bank de Nova Iorque* e presidente do *Federal Reserve System* (NCAFP, 2021). No setor financeiro privado Volcker trabalhou no *Chase Manhattan Bank* (NCAFP, 2021).

FILHO, 1994). No Brasil – maior dentre os devedores – o percentual do PIB correspondente à dívida externa mais que dobrou entre 1981 e 1984 (CASTRO, 2011).

O grande montante de empréstimos concedidos associado às dificuldades financeiras dos devedores afetou a liquidez de diferentes bancos estadunidenses e contribuiu para que a questão da dívida do terceiro mundo se tornasse um tema central para os EUA, Banco Mundial e FMI (BAECK, 1987). Em decorrência disso, os países devedores passaram a sofrer fortes pressões externas (BAECK, 1987). A estratégia adotada pelos credores e organismos multilaterais foi condicionar a renegociação das dívidas desses países à realização de uma série de reformas visando liberalizar suas economias (PORTELA FILHO, 1994). Tais reformas conjugavam o esforço do pagamento da dívida externa à adoção de medidas como a diminuição do déficit do balanço de pagamentos via corte de gastos públicos, o relaxamento ou abolição dos controles de preços e o arrocho salarial (PORTELA FILHO, 1994).

Nesse contexto, surgiram diversas controvérsias em torno das reformas liberalizantes e das grandes transferências de recursos ao exterior realizadas pelos países devedores em função dos compromissos relativos à dívida (PORTELA FILHO, 1994). Enquanto alguns especialistas afirmavam a possibilidade de se compatibilizar tais medidas com a recuperação do crescimento econômico, outros defendiam que elas eram flagrantemente incompatíveis (PORTELA FILHO, 1994). Cada vez mais pauperizados, os países devedores também começaram a questionar a viabilidade de continuarem seguindo a cartilha dos credores e organizações multilaterais (PETRÓLEO, 1984). Assim, durante a conferência dos sete países mais ricos realizada em Londres no mês de junho de 1984 os presidentes do Brasil, Colômbia, Argentina, Peru e Venezuela divulgaram a mensagem “[...] de que seus povos não [poderiam] suportar, indefinidamente, o fardo dos sucessivos aumentos nas taxas de juros, nem das barreiras protecionistas.” (PETRÓLEO, 1984, p. 5). Igualmente, alguns desses países chamaram a “[...] atenção para os programas de austeridade, impostos pelo refinanciamento da dívida, que causaram “sofrimento extraordinário” às suas populações.” (PETRÓLEO, 1984, p. 5). Em função de suas dificuldades financeiras, entre 1983 e 1985 países como Uruguai, Argentina, Venezuela e Chile chegaram a decretar moratórias/suspensões momentâneas no pagamento de suas respectivas dívidas externas (MORATÓRIA, 2001).

3.2 O ESPAÇO DOS *ECONOMIC POLICY MAKERS* COMO CAMPO DE FORÇAS E CAMPO DE LUTAS

Tal como os demais âmbitos relativamente autônomos que compõem a sociedade, o espaço dos *economic policy makers* é um simultaneamente um *campo de forças* – i.e., uma estrutura objetiva que constrange os agentes – e um *campo de lutas* – i.e., uma arena no interior da qual os “[...] agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo assim para a conservação ou a transformação de sua estrutura.” (BOURDIEU, 1996b, p. 50). Em função disso, examinar as oposições estruturais que atravessam o espaço dos *economic policy makers* é um passo fundamental para se compreender os conflitos ocorridos depois da morte de Tancredo. Todavia, antes de passar a análise deste espaço social – a qual foi construída com base nas propriedades dos *economic policy makers* e o auxílio da Análise de Correspondências Múltiplas (ACM) –, apresentamos um breve relato dos acontecimentos relativos ao estado de saúde de Tancredo Neves ocorridos entre a posse de Sarney como presidente interino em 15 de março e o falecimento do político mineiro em 21 de abril. Menos do que destacar o fato, é importante considerar o tipo de narrativa veiculada pela imprensa sobre o quadro clínico de Tancredo e suas relações com o cenário político da Nova República.

3.2.1 A longa agonia de Tancredo

Em função do que foi diagnosticado como uma diverticulite³⁵, Tancredo Neves precisou ser submetido a uma cirurgia na primeira hora do dia 15 de março, mesma data em que ele deveria tomar posse como presidente (RAMOS & CAMPOS, 2010). Conforme as informações da imprensa, desde o dia 8 de março Tancredo sentia dores abdominais e como seu mal-estar foi se intensificando o médico responsável recomendou, no dia 13, que ele fosse submetido a uma cirurgia (RAMOS & CAMPOS, 2010). Contudo, em função do receio de que o processo sucessório pudesse ser interrompido por questionamentos políticos ou impasses de caráter técnico, Tancredo teria se recusado a operar-se imediatamente e solicitado ao seu médico que informasse a imprensa que ele sofria apenas de uma faringite (RAMOS &

³⁵ Diverticulite é uma inflamação na parede intestinal interna que se caracteriza sobretudo pela formação de divertículos, ou seja, de bolsas pequenas e salientes que quando se inflamam geram a doença.

CAMPOS, 2010). Ainda durante a movimentada madrugada do dia 15, enquanto Tancredo permanecia internado na Unidade de Tratamento Intensivo do Hospital de Base de Brasília, o campo político se articulava em busca de soluções para os impasses em torno sucessão presidencial (RAMOS & CAMPOS, 2010). O primeiro impasse dizia respeito a quem deveria assumir interinamente o cargo de presidente (RAMOS & CAMPOS, 2010). Alguns segmentos mais radicais do PMDB defendiam a tese de que o presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, seria o segundo na linha sucessória, mas o próprio deputado paulista concluiu que impedir a posse de Sarney, ignorando sua condição de vice-presidente de Tancredo, seria jogar por terra a legitimidade obtida durante a eleição no Colégio Eleitoral (RAMOS & CAMPOS, 2010). Amparado na opinião de especialistas, o argumento de Ulysses Guimarães, que além de presidente da Câmara também era presidente nacional do PMDB, colocou um ponto final em todos os questionamentos apresentados (RAMOS & CAMPOS, 2010). Uma vez resolvido esse primeiro impasse, o segundo consistia em convencer o então presidente João Figueiredo a aceitar transmitir a presidência a seu ex-aliado e então desafeto, José Sarney (RAMOS & CAMPOS, 2010). Para contornar esse novo obstáculo, ficou acordado entre Ulysses e a equipe de Figueiredo que não haveria solenidade durante a transmissão do cargo. Assim, às dez horas da manhã do dia 15, José Sarney assumiu interinamente o posto de presidente da República perante o Congresso nacional (RAMOS & CAMPOS, 2010).

De início, supunha-se que o mandato de Sarney seria breve em função da expectativa na rápida recuperação de Tancredo. Contudo, apesar do alegado sucesso da cirurgia a que foi submetido, o quadro pós-operatório de Tancredo não era positivo e os médicos decidiram pela realização de uma segunda operação (RAMOS & CAMPOS, 2010). Assim, enquanto a família de Tancredo e o governo interino de Sarney procuravam impedir que a população percebesse que havia algo anormal na situação do presidente eleito, o campo político se inquietava novamente (RAMOS & CAMPOS, 2010). O temor, por um lado, era o de que a esquerda contestasse o pleito realizado no Colégio Eleitoral e iniciasse uma nova campanha por eleições diretas. E de outro, que a direita se aproveitasse da situação para minar as conquistas que estavam tornando possível a redemocratização (RAMOS & CAMPOS, 2010).

Após a realização da segunda cirurgia no dia 20 de março, foi divulgado um diagnóstico positivo da situação de Tancredo, o qual produziu euforia no meio político e levou aliados do político mineiro a cogitarem o estabelecimento de uma nova data para sua posse como presidente (RAMOS & CAMPOS, 2010). Porém, em razão das controvérsias que surgiram no interior da própria equipe médica, o otimismo momentâneo do campo político

rapidamente se dissipou (RAMOS & CAMPOS, 2010). Duas novas cirurgias foram realizadas e a partir de então a opinião pública tornou-se cética quanto aos anúncios oficiais que negavam a possibilidade de o presidente eleito vir a óbito (RAMOS & CAMPOS, 2010). Apenas após a sétima e última cirurgia, o porta-voz do governo fez – pela primeira vez – menção ao agravamento do quadro (RAMOS & CAMPOS, 2010).

Em função do cenário pouco animador, o campo político – que desde o início do mês de abril já demonstrava a intenção de eliminar o caráter transitório do governo Sarney – decidiu passar à ação (RAMOS & CAMPOS, 2010). Assim, a partir de 15 de abril ocorreram sucessivas reuniões entre Sarney, Ulysses e lideranças do PFL e as medidas necessárias para assegurar a continuação do processo de transição democrática no caso do falecimento de Tancredo começaram a ser tomadas (RAMOS & CAMPOS, 2010). Considerado o último recurso disponível, no dia 20 de abril chegou ao Brasil um especialista estadunidense que acabou concluindo que não era mais possível salvar a vida do presidente eleito (RAMOS & CAMPOS, 2010). No dia 21, após 34 dias de agonia, finalmente Tancredo veio à óbito (RAMOS & CAMPOS, 2010).

Com o intuito de resolver a indefinição política que reinava há mais de um mês, já na manhã do dia 22 o Congresso realizou uma reunião extraordinária “[...] para anunciar a vacância do cargo e o seu preenchimento automático pelo vice-presidente José Sarney.” (RAMOS & CAMPOS, 2010, s/n). Ainda no mesmo dia, o presidente Sarney fez um pronunciamento no qual estabeleceu luto oficial e feriado nacional por oito dias e declarou que seu programa de governo seria o mesmo de Tancredo Neves (RAMOS & CAMPOS, 2010). Com ainda frágil legitimidade para assumir todas as atribuições do cargo de presidente³⁶, Sarney optou por manter o ministério escolhido por Tancredo (NOBLAT, 1985d).

A partir das informações apresentadas acima, pode-se perceber como uma articulação entre família, equipe médica, campo político e mídia buscou manter um clima de otimismo entre a população que acompanhava atenta o desenrolar dos acontecimentos. Os primeiros dias da Nova República foram marcados, desse modo, pela utilização de um expediente bastante recorrente durante o regime militar, ou seja, a manipulação da assim chamada opinião pública. Foi mobilizando essa capacidade simultaneamente descritiva e prescritiva que a imprensa brasileira ajudou a criar uma narrativa que apesar de apresentar o

³⁶ Como afirma Noblat (1985c, p. 11), “o capital político do sr. Sarney [era] menor que aquele amealhado por Tancredo Neves, sua legitimidade [era] mais rala [...]”

quadro clínico de Tancredo num tom favorável à comoção nacional, buscava igualmente estabelecer um clima de esperança na sociedade ao minimizar a gravidade do caso e negar a possibilidade do presidente eleito e figura símbolo da redemocratização vir à óbito. Assim, os meios de comunicação, que a princípio seriam apenas instrumentos de registro da realidade social, acabaram uma vez mais funcionando como instrumentos de criação dessa mesma realidade (BOURDIEU, 1997).

3.2.2 Perfil geral dos *economic policy makers*

O objetivo desta subseção é descrever e analisar brevemente as propriedades sociais dos 35 agentes eficientes em matéria de política econômica no início do momento *T(1)* ou, mais precisamente, após a posse de Sarney como presidente interino em março de 1985. Como supracitado, tais agentes foram determinados a partir de um mapeamento realizado com base na lista de membros e nas atas de reuniões do Conselho Monetário Nacional (CMN) e em matérias jornalísticas publicadas no período 1985-1986. O Quadro 3 apresenta a relação dos 35 *economic policy makers* analisados.

Quadro 3 – Relação inicial dos *economic policy makers* do governo Sarney

Nome do agente	Cargo no governo
José Sarney	Presidente da República
Francisco Oswaldo Neves Dornelles	Ministro da Fazenda
Sebastião Marcos Vital	Secretário-geral da Fazenda
João Sayad	Ministro do Planejamento
Andrea Sandro Calabi	Secretário-geral do Planejamento
Roberto Herbster Gusmão	Ministro da Indústria e Comércio
Pedro Jorge Simon	Ministro da Agricultura
Ronaldo Costa Couto	Ministro do Interior
Flávio Rios Peixoto da Silveira	Ministro do Desenvolvimento Urbano
Camilo Calazans de Magalhães	Presidente do Banco do Brasil (BB)
Dílson Domingos Funaro	Presidente do BNDES
Marcos de Barros Freire	Presidente da Caixa Econômica Federal (CEF)
José Maria de Aragão Melo	Presidente do Banco Nacional de Habitação (BNH)
Antônio C. Braga Lemgruber	Presidente do Banco Central
Carlos Mauro Cabral Benevides	Presidente do Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB)
Delile Guerra de Macedo	Presidente do Banco da Amazônia S.A. (Basa)
Adroaldo Moura da Silva	Presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CMV)
Jorge Hilário Gouvêa Vieira	Presidente do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB)
Marcos Pereira Vianna	Diretor do Banco do Brasil (Cacex)
Sérgio Silva de Freitas	Diretor do Banco Central (Área Externa)
Hélio Ribeiro de Oliveira	Diretor do Banco Central (Crédito Rural e Industrial)

José Júlio de Almeida Senna	Diretor do Banco Central (Dívida Pública e Mercado Aberto)
Roberto da Carlos Castello Branco	Diretor do Banco Central (Mercado de Capitais)
Iran Siqueira Lima	Diretor do Banco Central (Fiscalização)
Alberto Sozin Furuguem	Diretor do Banco Central (Área Bancária)
Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho	Membro nomeado do CMN
Roberto Costa de Abreu Sodré	Membro nomeado do CMN
Sérgio Franklin Quintella	Membro nomeado do CMN
Ângelo Calmon de Sá	Membro nomeado do CMN
Octávio Gouveia de Bulhões	Membro nomeado do CMN
Abílio dos Santos Diniz	Membro nomeado do CMN
Antônio J. D. de Oliveira Santos	Membro nomeado do CMN
Amador Aguiar	Membro nomeado do CMN
João Carlos Paes Mendonça	Membro nomeado do CMN
Pedro Conde	Membro nomeado do CMN

Fonte: elaboração própria com base nos dados do Banco Central (2019), *Jornal do Brasil (RJ)* 1985-86, *Correio Braziliense (DF)* 1985-86 e *Jornal do Commercio (RJ)* 1985-86.

Como pode-se inferir a partir dos dados elencados, no período em tela o espaço dos *economic policy makers* era composto pelo presidente da República, seis ministros e dois secretários-gerais ministeriais, nove presidentes e sete diretores de bancos/instituições financeiras públicas e semipúblicas³⁷ e dez membros nomeados para representar o setor privado. A seguir são apresentados dados sobre o capital cultural institucionalizado, capital social, origem geográfica, capital internacional, experiências profissionais e orientação econômica desses 35 *economic policy makers*.

3.2.2.1 Capital cultural institucionalizado

O capital cultural é uma das propriedades sociais de maior relevância no recrutamento e atuação dos *economic policy makers* (KLÜGER, 2017; CODATO et al. 2016). Conforme Bourdieu (1979), o capital cultural se apresenta sob três estados distintos, a saber: 1) o estado incorporado, isto é, sob a forma disposições duráveis do organismo; 2) o estado objetivado, isto é, sob a forma de bens culturais tais como livros, instrumentos, máquinas, etc. e; 3) o estado institucionalizado, isto é, sob a forma de certificados e diplomas. Não obstante o capital cultural não se reduzir ao diploma escolar, optamos por focar a análise na estrutura – i.e., a área de formação – e no volume – i.e., o nível de instrução – do capital cultural

³⁷ Em 1985 haviam 7 diretores do Banco Central, contudo o mapeamento realizado permitiu obter informações sobre somente 6 deles. Em decorrência disso, o diretor de Administração do Banco Central, Paulo Roberto Franco Ferreira, foi retirado da análise.

institucionalizado. Nesse sentido, focamos a análise sobre os diplomas possuídos pelos 35 *economic policy makers* considerados quando de seu ingresso no governo em março de 1985.

Como seria de se esperar – haja vista que tratamos de membros das classes dirigentes – os *economic policy makers* eram dotados de um significativo volume de capital cultural. Com efeito apenas 5,7% dos agentes analisados não eram graduados. Dentre os demais *economic policy makers*, 31,1% possuíam graduação, 20% especialização, 17,1% mestrado e 25,7% doutorado. Contudo, não obstante o alto nível de instrução da população analisada, a proporção de doutores foi mais baixa do que aquela encontrada por outros estudos semelhantes. Dois bons exemplos são as já citadas pesquisas de Codato et al. (2016) e de Lebaron & Dogan (2016). Em sua análise sobre os diretores do Banco Central do Brasil, Codato et al. (2016) encontraram 48% de doutores, ao passo que Lebaron & Dogan (2016) acharam 47% de doutores em seu estudo sobre os *chairmans* dos bancos centrais de diferentes países.

No tocante à estrutura do capital cultural, os dados demonstram que a maioria da população analisada – 45,7% dos agentes – era formada em economia. Tal achado corrobora a tendência de predominância dessa formação entre os *economic policy makers* já apontada por Codato et al. (2016) e Lebaron & Dogan (2016) e, por conseguinte, a tese de Dezalay & Garth (2000, 2002) segundo a qual hodiernamente a economia substituiu o direito como principal fornecedora dos membros da “elite de Estado”. Dentre os demais agentes aqui analisados, 25,7% possuíam formação em direito, 14,3% em contábeis/administração³⁸, 8,6% em engenharias³⁹ e 5,7% no ensino fundamental/médio. O significativo número de formados em direito sugere que apesar do enfraquecimento do fenômeno do bacharelismo⁴⁰ durante o período republicano (ROCHA & SOUSA, 2016) e da supracitada ascensão de disciplinas como a economia ao posto de grandes provedoras de quadros aos setores público e privado (DEZALAY & GARTH, 2002), este curso continuava sendo uma formação recorrente entre os membros das classes dirigentes brasileiras do período.

³⁸ Modalidade recodificada construída a partir do agrupamento das modalidades ciências contábeis e administração.

³⁹ Modalidade recodificada construída a partir do agrupamento de diferentes cursos de engenharia.

⁴⁰ Mobilizado originalmente por autores clássicos como Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre, a noção de bacharelismo descreve um “[...] fenômeno que não é exclusivamente brasileiro, posto que também ocorreu em países como os Estados Unidos, e que decorre de uma supervalorização do diploma de bacharel em Direito, por ser tal título visto como a via de acesso às profissões liberais mais bem remuneradas e que alcançavam os mais importantes espaços de poder.” (ROCHA & SOUSA, 2016, p. 85).

3.2.2.2 *Capital social*

Seguindo Klüger (2017), partimos do pressuposto que o grande volume de capital cultural dos *economic policy makers* não elimina a importância fundamental do capital social na conformação dos padrões de recrutamento e atuação desses agentes. O capital social é o conjunto de recursos que estão ligados à posse de uma rede durável de relações sociais, isto é, “[...] à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns [...], mas também são unidos por ligações permanentes e úteis.” (BOURDIEU, 1980, p. 2, grifo do autor). Com base nas especificidades do momento *T(1)*, elaboramos três indicadores para mensurar o capital social possuído pelos *economic policy makers* analisados.

O primeiro indicador de capital social busca determinar quais agentes possuíam laços sociais com Francisco Dornelles. Como supracitado, durante o momento *T(1)* Dornelles ocupou uma posição de grande destaque no espaço dos *economic policy makers*, isto é, ministro da Fazenda. Apesar de não ter exercido o papel de grande condutor da economia que provavelmente a presença de Tancredo Neves na presidência teria lhe possibilitado, os dados demonstram que a atuação de Dornelles ajudou a moldar tanto a política econômica como as disputas em torno de sua formulação. Em decorrência disso, para se compreender a dinâmica desse espaço torna-se primordial conhecer o volume de agentes que eram ligados ao então ministro da Fazenda. Os dados analisados indicam que ao menos 34,3% dos *economic policy makers* possuíam laços com Dornelles.

O segundo indicador de capital social construído visa determinar quais *economic policy makers* tinham laços com o PMDB. Após atravessar o período militar como o principal partido de oposição, o PMDB atingiu o ápice do poder político ao eleger a chapa Tancredo/Sarney para a presidência da República. Em função sobretudo dessa proeminência do PMDB, durante a Nova República a posse de laços com o partido foi um importante fator de distinção no espaço dos *economic policy makers*. Na guerra palaciana pelo comando da economia que marcou o momento *T(1)* e que tinha Dornelles e seus aliados como principais antagonistas, os laços com o PMDB permitiram a agentes de peso como Sarney e Sayad se aglutinarem e atuarem com significativa proximidade. Nesse sentido, os dados demonstram que ao menos 25,7% dos *economic policy makers* analisados possuíam ligações com o PMDB.

E o terceiro e último indicador de capital social elaborado visa determinar quais *economic policy makers* possuíam ligações com o regime militar. Então em declínio após décadas no poder, o regime militar acabou fornecendo – mesmo com as eventuais denúncias de continuísmo – parte dos quadros que atuaram como importantes colaboradores da Nova República. Em função das posições de destaque ocupadas por ex-membros da ditadura – assim como é o caso de nomes como Sarney e Dornelles – faz-se necessário conhecer o volume de *economic policy makers* que possuíam laços com o regime autoritário. Nesse sentido, os dados indicam que a maior parte da população analisada – 57,1% dos agentes – possuíam ligações bastante conhecidas com regime militar. Dentre os demais agentes, 20% não possuíam laços visíveis com a ditadura, ao passo que 22,9% eram reconhecidamente não ligados ao regime.

3.2.2.3 Origem geográfica

Como demonstram estudos como o de Figueiredo (2007) e Palotti (2017), nos processos de formação de gabinetes no Brasil geralmente predomina a tendência de sobre-representação das regiões e estados mais desenvolvidos (destaque para o Sudeste e São Paulo, respectivamente) ou de ministros autóctones da mesma região do presidente. Não obstante a população analisada não ser composta apenas de ministros, os dados analisados corroboram essa tendência ao demonstrarem que 60% dos *economic policy makers* analisados eram oriundos da região da Sudeste, 28,6% do Nordeste, 8,5% do Norte e apenas 2,9% do Sul. Tal achado não apenas corrobora, como ainda expande para outros âmbitos da alta administração estatal, a tese de Limongi (2007) sobre o desequilíbrio federativo na alocação das pastas ministeriais.

Ao serem desagregados, os dados demonstram que 22,9% dos nascidos no Sudeste eram autóctones de São Paulo, 20% do Rio de Janeiro e 11,4% de Minas Gerais e 5,7% do Espírito Santo. Entre os nascidos no Nordeste, 5,7% eram oriundos do Maranhão, 5,7% do Sergipe, 5,7% da Bahia, 5,7% de Pernambuco, 2,9% do Ceará e 2,9% do Piauí. E entre os nascidos nas demais regiões brasileiras 2,9% eram de Goiás, 2,9% do Amazonas, 2,9% do Mato Grosso do Sul e 2,9% do Rio Grande do Sul. Indo de encontro à tendência apontada por Figueiredo (2007), a unidade federativa com maior sobre-representação no espaço dos *economic policy makers* no início do momento $T(1)$ era o estado mais desenvolvido do país,

ou seja, São Paulo. Ainda em consonância com Figueiredo (2007), nas posições seguintes estavam dois estados profundamente conectados ao presidente Tancredo Neves, ou seja, Minas Gerais – de onde ele era oriundo – e Rio de Janeiro – com o qual seu sobrinho e futuro ministro da Fazenda, o também mineiro Francisco Dornelles, tinha fortes ligações e de onde ele recrutou boa parte de seus colaboradores.

3.2.2.4 *Capital internacional*

Como supracitado, o capital internacional abarca desde títulos acadêmicos e conhecimento técnico até contatos e prestígio adquiridos no exterior (DEZALAY & GARTH, 2000). Em função das já mencionadas especificidades das elites dos países periféricos – e, em especial, do Brasil –, optamos por fazer uma distinção não apenas entre os agentes dotados e os agentes não dotados de capital internacional mas também entre aqueles que obtiveram seu capital internacional ao estudarem e/ou trabalharem nos EUA e aqueles que obtiveram tal capital ao estudarem e/ou trabalharem em outros países do mundo.

Demonstrando o alto nível de internacionalização dos 35 *economic policy makers* analisados, os dados indicam que apenas 22,9% deles não possuíam algum tipo de capital internacional. Dentre os agentes internacionalizados, a maioria possuía um capital internacional de matriz estadunidense. Com efeito, 48,6% dos *economic policy makers* eram dotados de um capital internacional obtido nos EUA, ao passo que 28,6% eram dotados de um capital internacional adquirido em outros países. Essa proeminência do capital internacional de matriz estadunidense entre a população analisada corrobora a tese Dezalay & Garth (2000, 2002) acerca da preferência das elites dos países periféricos por se internacionalizarem nos EUA.

3.2.2.5 *Experiências profissionais*

Para determinar de quais esferas profissionais os *economic policy makers* analisados foram recrutados optou-se por seguir um caminho diferente daquele adotado por autores como Codato et al. (2016). Em sua análise sobre os diretores do Banco Central, Codato et al. (2016, p. 698) “[...] consideram apenas a posição profissional imediatamente anterior ao

recrutamento ao BCB.” Segundo os autores, “[...] metodologicamente, esta opção justifica-se em função, dada a diversidade de trajetórias profissionais, da dificuldade em se formular uma medida inequívoca concernente ao setor de origem do indivíduo usando todas as suas posições prévias”. (CODATO et al., 2016, p. 698, tradução minha). De modo diverso, neste estudo optou-se por definir a esfera profissional de origem como aquela em que o agente analisado atuou por mais tempo (medido em anos).

Os dados demonstram que a maior parte dos *economic policy makers* em questão – 37,1% dos agentes – possuía uma trajetória profissional dedicada, sobretudo, ao setor privado. Empatados em segundo lugar, estavam os agentes oriundos da academia e do setor público com 25,7%. E em terceiro estavam os políticos profissionais com 11,4%. A forte presença de membros da iniciativa privada é evidenciada pelo fato de que nesse momento o espaço dos *economic policy makers* contava com 10 representantes do setor privado.

Seguindo a metodologia empregada por Lebaron & Dogan (2016), optamos – de modo a acessar a multidimensionalidade e pluralidade das experiências socializadoras – por analisar não apenas a carreira principal dos indivíduos estudados – tal como fazem Codato et al. (2016) – mas todos os setores nos quais eles atuaram antes de ingressarem no espaço dos *economic policy makers*. Conforme demonstram os dados, 80% da população analisada possuía experiência profissional no setor público, 65,7% em instituições de ensino e pesquisa, 45,7% no setor financeiro, 42,9% no setor industrial, 20% em instituições internacionais, 17,1% na esfera política e 74,3% em outros setores privados⁴¹.

Construindo-se um índice com base nas sete áreas profissionais consideradas, pudemos verificar que 85,7% da população analisada possuía uma atuação laboral que abarcava de três a cinco setores profissionais. Tais achados indicam que os 35 *economic policy makers* analisados eram – como parece ser comum aos membros de diferentes frações da classe dominante – dotados de trajetórias significativamente multiposicionais⁴². Tais agentes tinham perfis que lhes permitiram investir simultaneamente em diferentes setores profissionais e, conseqüentemente, a acumularem capitais específicos à diferentes campos (BOLSTANKI, 1973).

⁴¹ A modalidade “experiência em outros setores privados” abarca a atuação profissional em âmbitos como imprensa, consultoria para os setores privado ou público, empresas privadas não ligadas aos setores industrial e financeiro, etc.

⁴² Em sua pesquisa sobre o corpo docente do Instituto de Estudos Políticos da França, Boltanski (1973, p. 2, tradução minha) cunhou o termo multiposicionalidade para dar conta da disposição “[...] socialmente condicionada para ocupar simultaneamente várias posições sociais situadas no mesmo campo ou em campos distintos”.

3.2.2.6 Orientação econômica

Na presente pesquisa mobilizamos a noção de “orientação econômica” para nos referir à visão mais geral que cada agente tem sobre a economia, ao passo que a noção de “tomada de posição” é utilizada como sinônimo dos posicionamentos específicos dos agentes, os quais não necessariamente refletem suas visões sobre a economia. Nesse sentido, três possibilidades de orientação foram consideradas: 1) a orientação monetarista, a qual engloba os agentes que acreditam que a iniciativa privada e o livre-mercado são os únicos motores do crescimento e defendem a redução ou mesmo eliminação da intervenção estatal na economia; 2) a orientação heterodoxa, que abarca os agentes que acreditam em diferentes combinações entre mercado e política e defendem que a atuação do Estado pode contribuir para o crescimento e estabilidade da economia e; 3) a orientação econômica não visível⁴³, a qual engloba os agentes que seja por escolha própria ou por pressões externas não manifestaram suas respectivas orientações econômicas ou ainda que não tiveram tais manifestações registradas pelas fontes consultadas.

Os dados analisados indicam que a maioria dos 35 *economic policy makers* em questão – 65,7% dos agentes – possuíam uma orientação econômica não visível. Dentre os demais agentes cuja orientação econômica era conhecida, 22,9% eram monetaristas e 11,4% eram heterodoxos. Assim, o monetarismo era a orientação econômica com maior número de representantes no espaço analisado.

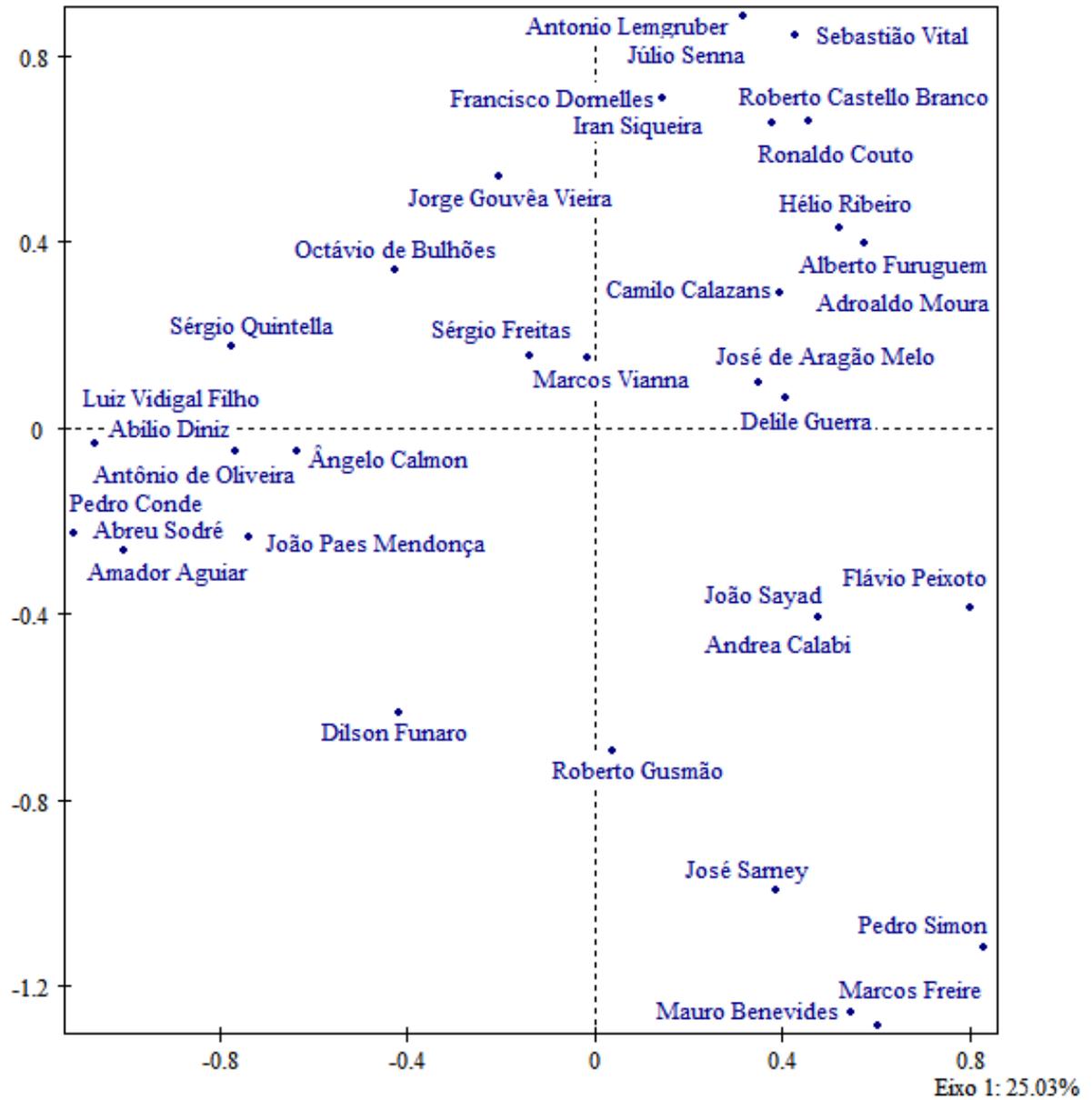
3.2.3 O espaço e sua estrutura

O objetivo desta subseção é apresentar uma descrição e análise da estrutura do espaço dos *economic policy makers* entre abril e agosto de 1985. O Gráfico 1 (eixos 1 e 2), construído com o auxílio da Análise de Correspondências Múltiplas (ACM), nos traz uma primeira representação do modo como os 35 agentes supracitados se distribuíam no espaço em questão.

⁴³ O termo “orientação não visível” inspira-se na noção de “*no visible position-taking*” mobilizada por Lebaron & Dogan (2016) em sua análise sobre os banqueiros centrais.

Gráfico 1 – Espaço dos *economic policy makers* nos eixos 1 e 2, início do momento $T(1)$

Eixo 2: 23.34%



Fonte: elaboração própria com base em Paula & Lattman-Weltman (2010), *Jornal do Brasil (RJ)* 1960-90, *Correio Braziliense (DF)* 1960-90 e *Jornal do Commercio (RJ)* 1960-90.

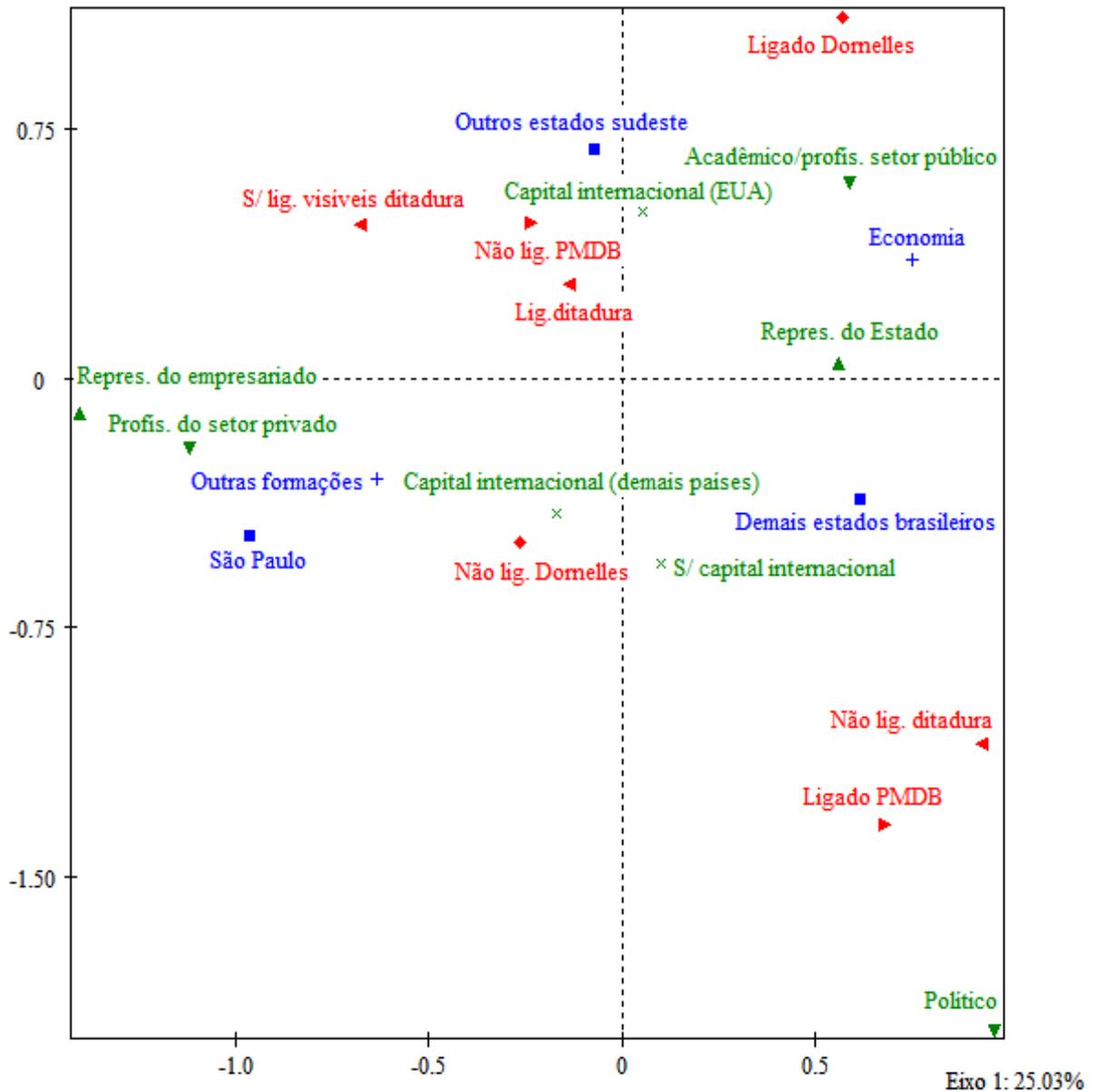
A ACM foi elaborada com base nas propriedades sociais dos 35 agentes analisados mapeadas através do método prosopográfico. A partir dos dados biográficos coletados, foram construídas 8 variáveis e 20 modalidades que se distribuem em três grupos temáticos. O

primeiro grupo trata do *background* socioeducacional e abarca as variáveis estrutura do capital cultural⁴⁴ (2 modalidades) e origem geográfica (3 modalidades). O segundo grupo trata das experiências profissionais e abarca as variáveis profissão principal (3 modalidades), capital internacional (3 modalidades) e papel no governo (2 modalidades). E o terceiro grupo trata do capital social e abarca as variáveis ligações com o PMDB (2 modalidades), ligações com Dornelles (2 modalidades) e ligações com o regime militar (3 modalidades). Os dados fornecidos pela ACM permitem estabelecer a estrutura de partida do espaço dos *economic policy makers* no governo de José Sarney. Os Gráficos 2, 3 e 4 representam o espaço das propriedades sociais dos 35 agentes analisados. A interpretação visual do Gráfico 2 (eixos 1 e 2), do Gráfico 3 (eixos 1 e 3) e do Gráfico 4 (eixos 2 e 3), juntamente com a análise dos dados relativos às contribuições e coordenadas das variáveis e modalidades apresentados na Tabela 1, permite determinar os principais atributos responsáveis pela estruturação do espaço analisado.

⁴⁴ Para a realização da ACM considerou-se apenas o maior diploma detido pelos agentes analisados.

Gráfico 2 – Espaço das propriedades nos eixos 1 e 2 (20 modalidades ativas), início do momento $T(1)$

Eixo 2: 23.34%

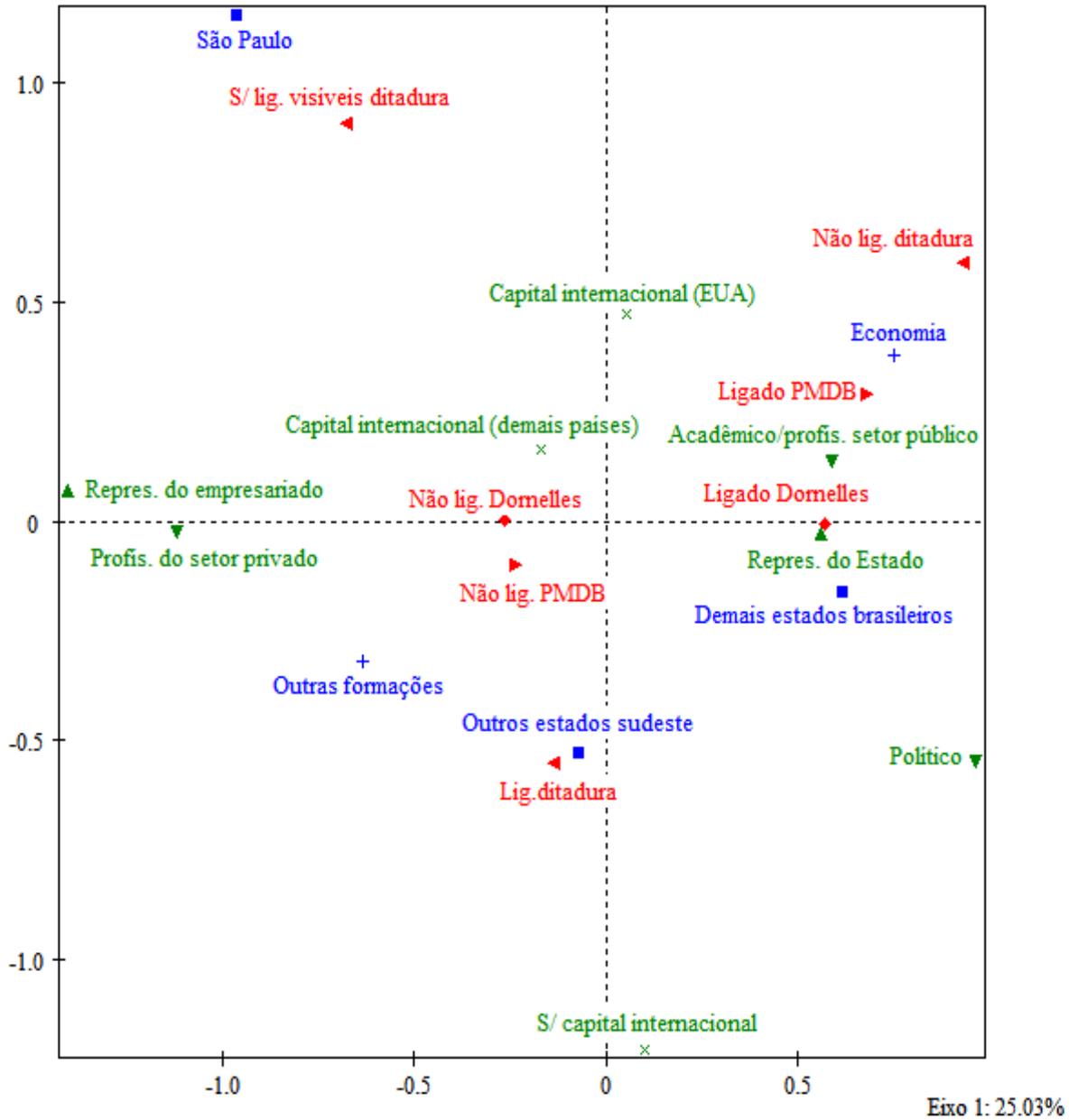


▲ Papel no governo ▼ Profissão principal x Capital internacional ■ Origem geográfica + Capital cultural ◀ Ligação com a ditadura ▶ Ligação com o PMDB ◆ Ligação com Dorneles

Fonte: elaboração própria com base em Paula & Lattman-Weltman (2010), *Jornal do Brasil (RJ)* 1960-90, *Correio Braziliense (DF)* 1960-90 e *Jornal do Commercio (RJ)* 1960-90.

Gráfico 3 – Espaço das propriedades nos eixos 1 e 3 (20 modalidades ativas), início do momento $T(I)$

Eixo 3: 12.34%



Fonte: elaboração própria com base em Paula & Lattman-Weltman (2010), *Jornal do Brasil (RJ)* 1960-90, *Correio Braziliense (DF)* 1960-90 e *Jornal do Commercio (RJ)* 1960-90.

Gráfico 4 – Espaço das propriedades nos eixos 2 e 3 (20 modalidades ativas), início do momento $T(1)$

Eixo 3: 12.34%



▲ Papel no governo ▼ Profissão principal x Capital internacional ■ Origem geográfica
 + Capital cultural ◀ Ligação com a ditadura ▶ Ligação com o PMDB ◆ Ligação com Dorneles

Fonte: elaboração própria com base em Paula & Lattman-Weltman (2010), *Jornal do Brasil (RJ)* 1960-90, *Correio Braziliense (DF)* 1960-90 e *Jornal do Commercio (RJ)* 1960-90.

Como demonstra a Tabela 1, todas as 8 variáveis mobilizadas na construção da ACM apresentam uma contribuição acima da média⁴⁵ para a estruturação de ao menos um dos quatro eixos considerados⁴⁶. No eixo 1, as oposições com maior capacidade estruturante se dão nos âmbitos da estrutura do capital cultural – entre os formados em economia e os formados em outras áreas⁴⁷ –, da origem geográfica – entre os nascidos em São Paulo e os nascidos nos demais estados brasileiros –, da profissão principal – entre os acadêmicos/profis. do setor público⁴⁸ e os profissionais do setor privado – e do papel no governo Sarney – entre os representantes do Estado e os representantes do empresariado. No eixo 2, as principais oposições se dão nos âmbitos da profissão principal – entre os acadêmicos/profis. do setor público e os políticos profissionais – e do capital social – entre, de um lado, os agentes ligados ao PMDB e não ligados à Dornelles e, de outro, os agentes ligados à Dornelles e não ligados ao PMDB. No eixo 3, as oposições mais importantes se dão nos âmbitos da origem geográfica – entre os nascidos em São Paulo e os nascidos nos outros estados da região Sudeste⁴⁹ –, do capital internacional – entre os agentes com capital internacional adquirido nos EUA e os agentes sem qualquer capital internacional – e do capital social – entre, de um lado, os agentes ligados ao regime militar e de, outro, os agentes não ligados e os agentes sem ligações visíveis com o regime. Por fim, no eixo 4 as oposições mais relevantes se dão nos âmbitos do capital social – entre os agentes ligados e os agentes sem ligações visíveis com o regime – e do capital internacional – entre, de um lado, os agentes com capital internacional adquirido nos demais países do mundo e, de outro, os agentes com capital internacional adquirido nos EUA e os agentes sem capital internacional.

⁴⁵ As variáveis e modalidades com contribuições acima da média são todas aquelas cujos valores são superiores, respectivamente, a 100 dividido pelo número de variáveis ativas e a 100 dividido pelo número de modalidades ativas (KLÜGER, 2018).

⁴⁶ No momento $T(I)$, as variáveis acima da média possuem valores superiores a 12,5% e as modalidades acima da média valores superiores a 5,0%.

⁴⁷ Modalidade recodificada construída a partir do agrupamento das modalidades direito, engenharias, contábeis/administração e fundamental/médio.

⁴⁸ Modalidade recodificada construída a partir do agrupamento das modalidades acadêmico e profissional do setor público.

⁴⁹ Modalidade recodificada construída a partir do agrupamento das modalidades Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo.

Tabela 1 – Contribuições das modalidades e variáveis para os eixos 1, 2, 3 e 4, início do momento $T(1)$

Rubricas (total 3)	Variável ativa (total 8 – contribuição acima da média 12,5>)	Modalidade ativa (20 modalidades ativas – contribuição acima da média > 5,0)	Eixo 1 (25.03%)	Eixo 2 (23.34%)	Eixo 3 (12.34%)	Eixo 4 (9.84%)
<i>Background socioeducacional</i>	Estrutura do capital cultural	Economia	8.6	2.1	4.4	2.6
		Outros cursos	7.3	1.8	3.7	2.2
		Total	15.9	3.8	8.1	4.7
	Origem geográfica	São Paulo	7.1	1.8	20.4	2.1
		Outros estados sudeste	0.1	6.3	7.0	1.1
		Demais estados	5.1	1.9	0.7	0.0
	Total	12.2	10.1	28.2	3.2	
<i>Background profissional</i>	Profissão principal	Academia/Setor público	6.0	6.3	0.7	0.0
		Política	3.6	15.8	2.3	0.3
		Setor privado	15.4	0.6	0.0	0.1
		Total	25.0	22.7	3.0	0.4
	Capital internacional	EUA	0.0	4.4	7.3	9.2
		Demais países	0.3	1.7	0.5	45.8
		Sem capital internacional	0.1	2.6	22,5	9.9
		Total	04	8.6	30.3	64.9
	Papel do governo	Repres. Estado	7.5	0.0	0.0	0.3
		Repres. Empresariado	18.8	0.1	0.1	0.6
Total		26.3	0.2	0.1	0.9	
<i>Capital social</i>	Ligações com Dornelles	Ligado	3.4	13.2	0.0	0.0
		Não ligado	1.6	6.0	0.0	0.0
		Total	5.0	19.2	0.0	0.1
	Ligações com o regime militar	Ligado	0.4	1.6	11.8	9.8
		Não ligado	6.6	9.9	5.4	2.6
		Sem lig. visíveis	3.0	1.5	11.1	12.7
		Total	10.0	13.0	28.3	25.0
	Ligações com o PMDB	Ligado	4.0	16.6	1.5	0.6
Não ligado		1.4	5.8	0.5	0.2	
Total		5.3	22.4	2.0	0.8	

Em amarelo: modalidade com contribuição acima da média e orientada para o polo negativo; azul: modalidade com contribuição acima da média e orientada para o polo positivo; vermelho: variável com contribuição acima da média.

Fonte: elaboração própria com base em Paula & Lattman-Weltman (2010), *Jornal do Brasil (RJ)* 1960-90, *Correio Braziliense (DF)* 1960-90 e *Jornal do Commercio (RJ)* 1960-90.

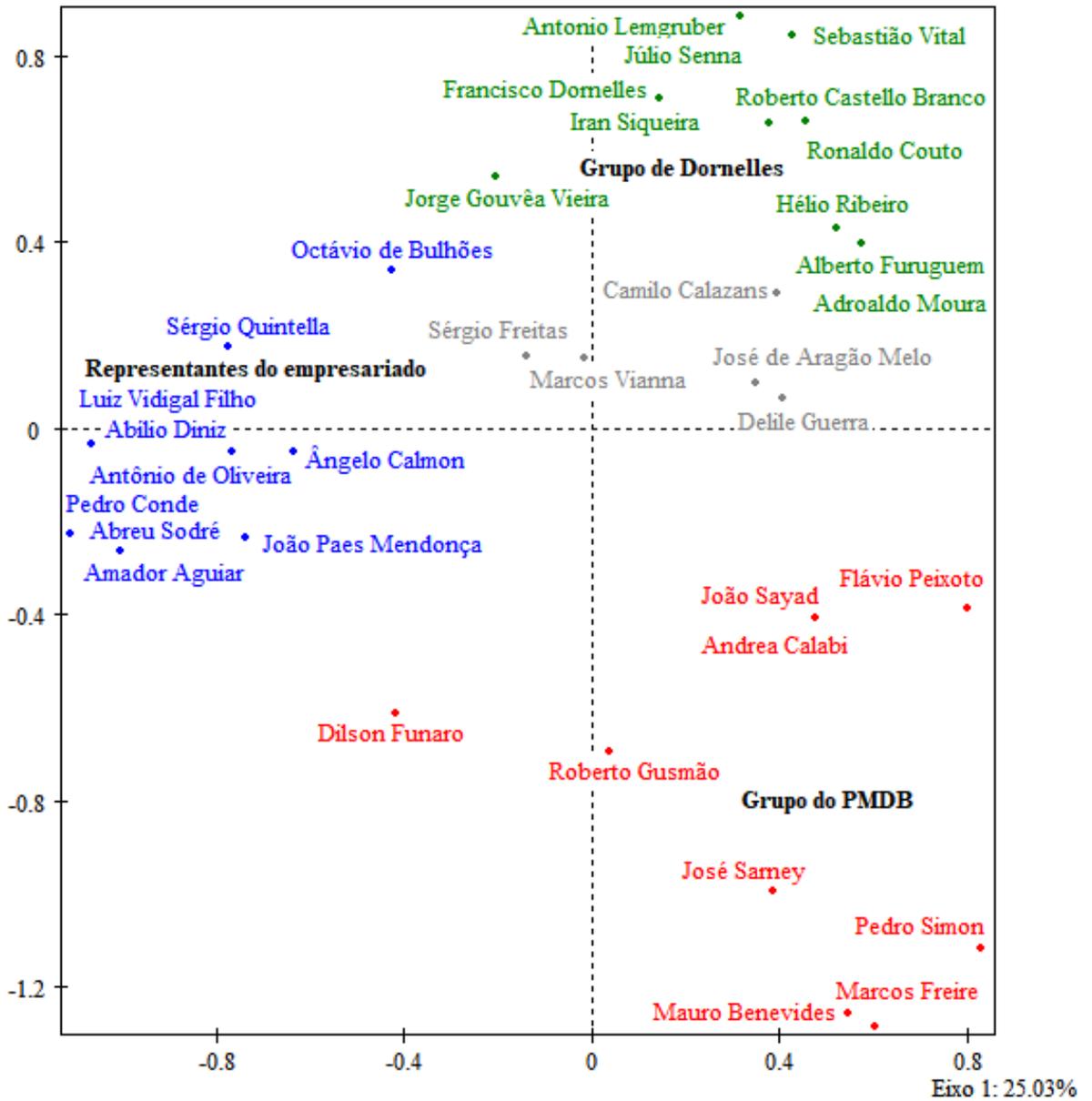
3.2.4 O espaço e os “grupos” em disputa

Além de permitir demonstrar as principais oposições que estruturam o espaço dos *economic policy makers* no período analisado, a ACM igualmente possibilita compreender de que modo os diferentes grupos em disputa se distribuem nesse espaço. Como demonstra o Gráfico 5 (eixos 1 e 2), o espaço dos *economic policy makers* divide-se em ao menos três grupos principais. Em verde e sinalizado com o rótulo “grupo de Dornelles” em negrito estão os agentes ligados à Francisco Dornelles por laços de amizade ou interconhecimento. Em vermelho e sinalizado com o rótulo “grupo do PMDB” em negrito estão os agentes ligados ao PMDB por filiação ou por laços de amizade ou interconhecimento com seus membros. Em azul e sinalizado com o rótulo “representantes do empresariado” em negrito estão os agentes que representam o grande empresariado nacional no espaço dos *economic policy makers*. E em cinza e sem rótulo de sinalização – visando indicar a “zona cinzenta”⁵⁰ em questão – estão os agentes que não fazem parte de nenhum dos três grupos supracitados.

⁵⁰ A expressão “zona cinzenta” refere-se a algo que se encontra em uma região nebulosa na qual nem tudo é preto e branco.

Gráfico 5 – Espaço dos *economic policy makers* nos eixos 1 e 2 conforme o grupo de pertencimento, início do momento $T(1)$

Eixo 2: 23.34%



Fonte: elaboração própria com base em Paula & Lattman-Weltman (2010), *Jornal do Brasil (RJ)* 1960-90, *Correio Braziliense (DF)* 1960-90 e *Jornal do Commercio (RJ)* 1960-90.

A ACM contribui ainda – através da projeção das modalidades suplementares no plano cartesiano – para a determinação da relação entre os perfis dos *economic policy makers* e suas preferências em matéria de política econômica (KLÜGER, 2018). Para tanto, mobilizamos a variável suplementar orientação econômica, a qual é composta pelas modalidades monetarista, heterodoxa e orientação não visível. O Gráfico 6 (eixos 2 e 3) apresenta, por um lado, os diferentes grupos que compõe o espaço dos *economic policy makers* e, por outro, a localização média das diferentes orientações econômicas existentes nesse mesmo espaço. Tal como no gráfico anterior, os grupos são distinguidos por cores, sendo que em vermelho está o grupo do PMDB, em verde o grupo de Dornelles, em azul os representantes do empresariado e em cinza os demais agentes. Como pode-se perceber a partir do Gráfico 6, o grupo de Dornelles aparece fortemente associado ao monetarismo, ao passo que o grupo do PMDB aparece associado à heterodoxia e os representantes do empresariado e os demais agentes à uma orientação econômica não visível. Desse modo, a oposição estrutural entre o grupo de Dornelles e o grupo do PMDB é acompanhada pela polarização entre as orientações monetarista e heterodoxa em economia.

Gráfico 6 – Espaço dos *economic policy makers* nos eixos 2 e 3 conforme o grupo de pertencimento e com projeção da variável suplementar orientação econômica, início do momento $T(1)$

Eixo 3: 12.34%



•Grupo de Dorneles •Grupo do PMDB •Representantes do empresariado •Demais agentes
 □Orientação econômica

Fonte: elaboração própria com base em Paula & Lattman-Weltman (2010), *Jornal do Brasil (RJ)* 1960-90, *Correio Braziliense (DF)* 1960-90 e *Jornal do Commercio (RJ)* 1960-90.

Após realizar essa breve análise das características mais gerais do espaço dos *economic policy makers*, cabe agora examinar com mais detalhe os perfis dos diferentes grupos que o compõe. Para embasar a análise dos perfis destes grupos são apresentados breves resumos das propriedades sociais possuídas por cada um dos agentes.

3.2.4.1 O grupo de Dornelles

Como pode-se inferir a partir do Quadro 4, 75% dos agentes que integravam o grupo de Dornelles eram autóctones do eixo Rio de Janeiro/Minas Gerais e, curiosamente, nenhum deles era oriundo de São Paulo (estado historicamente sobrerrepresentado nos diferentes âmbitos da alta burocracia estatal).

Quadro 4 – Propriedades sociais dos 11 membros do grupo de Dornelles

Nome	Resumo do perfil profissional e socioeducacional
Francisco Dornelles	Ministro da Fazenda; natural de Minas Gerais; graduado em direito (UFRJ), especialista em direito (Universidade de Harvard) e doutor em direito financeiro (UFRJ); prof. universitário (UFRJ, FGV-RJ, Uerj) com experiência também no setor público (Fazenda, Banco do Brasil, etc.) e em instituições internacionais (ONU); ligado a ditadura; internacionalizado; americanizado; orientação econômica monetarista.
Sebastião Vital	Secretário-geral da Fazenda; natural de Minas Gerais; graduado em economia (UFMG), especialista em economia (Universidade de Nova Iorque) e mestre em economia (FGV-RJ); prof. universitário (FGV-RJ) com experiência também no setor público (BD-Rio, CIP, Ministério do Planejamento, BDMG) e no setor privado (Fenabam, Ibmec, Beta DTVM S.A., <i>Jornal do Brasil-RJ</i>); ligado a ditadura; internacionalizado; americanizado; orientação econômica monetarista.
Antônio Lemgruber	Presidente do Banco Central; natural do Rio de Janeiro; graduado em economia (UFRJ) e doutor em economia (<i>Brookings Institution</i>); prof. universitário (FGV-RJ) com experiência também no setor privado (Banco Boavista, <i>Folha de S. Paulo</i>); não ligado a ditadura; internacionalizado; americanizado; orientação econômica monetarista.
Adroaldo Moura	Presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM); natural do Amazonas; graduado em economia (USP) e doutor em economia (Universidade de Chicago); prof. universitário (USP) com experiência também no setor privado (Fiesp, Bovespa, <i>Jornal do Brasil-RJ</i>); não ligado a ditadura; internacionalizado; americanizado; orientação econômica monetarista.
Alberto Furuguem	Diretor do Banco Central (Área Bancária); natural do Mato Grosso do Sul; graduado em economia (instituição desconhecida) e mestre em economia (FGV-RJ); profissional do setor público (BD-Rio, Banco Central, Fazenda) com experiência também no setor privado (Macroanálise Consultoria, <i>Jornal do Brasil-RJ</i>); ligado a ditadura; não internacionalizado; orientação econômica monetarista
	Diretor do Banco Central (Área de Mercado de Capitais); natural do Maranhão;

Roberto Castello Branco	graduado em economia (FEFRJ), doutor em economia (FGV-RJ) e pós-doutor em economia (Universidade de Chicago); prof. universitário (FGV-RJ) com experiência também no setor privado (Ibmec, Associação de Exportadores Brasileiros); não ligado a ditadura; internacionalizado; americanizado; orientação econômica monetarista.
Júlio Senna	Diretor do Banco Central (Área de Dívida Pública e Mercado Aberto); natural de Rio de Janeiro; graduado em engenharia mecânica (UFF) e doutor em economia (Universidade Johns Hopkins); prof. universitário (FGV-RJ) com experiência também no setor privado (Banco Boa Vista, Levy Corretora, Andima) e na adm. pública (Furnas); sem ligações visíveis com a ditadura; internacionalizado; americanizado; orientação econômica monetarista.
Iran Siqueira	Diretor do Banco Central (Área de Fiscalização); natural do Rio de Janeiro; graduado em economia (Uerj) e mestre em controladoria e contabilidade (USP); profissional do setor público (Banco Central) com experiência também na docência universitária (AEUDF) e no setor privado (instituições financeiras dos EUA); ligado a ditadura; internacionalizado; americanizado; orientação econômica não visível.
Hélio Ribeiro	Diretor do Banco Central (Área de Crédito Rural e Industrial); natural da Bahia; graduação em economia (instituição desconhecida); profissional do setor público (Banco Central, Banco do Brasil, BRB, Asbace) com experiência também no setor privado (Construtora Encol) e em instituições internacionais (BID, OEA); ligado a ditadura; internacionalizado; não americanizado; orientação econômica não visível.
Jorge Gouvêa Vieira	Presidente do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB); natural do Rio de Janeiro; graduado em direito (PUC-RJ) e especialista em direito (Universidade da Califórnia), profissional do setor privado (Grupo Sul América Seguros, Bolsa de Valores do RJ, Lorilleux S.A, Ipiranga, Gouvêa Vieira Advogados, etc.) com experiência no setor público (Ministério de Minas e Energia, CVM); ligado a ditadura; internacionalizado; americanizado; orientação econômica não visível.
Ronaldo Couto	Ministro do Interior; natural de Minas Gerais; graduado em economia (UFMG) e especialista em economia (Cepal); profissional do setor público (Vale do Rio Doce, Secretarias de Planejamento de MG e RJ, Iplan, etc.) com experiência também na docência universitária (UFMG) e no setor privado (<i>Correio de Minas e Três Tempos</i>); ligado a ditadura; internacionalizado; não americanizado; orientação econômica não visível.

Fonte: elaboração própria com base em Paula & Lattman-Weltman (2010), *Jornal do Brasil (RJ)* 1960-90, *Correio Braziliense (DF)* 1960-90 e *Jornal do Commercio (RJ)* 1960-90.

Os dados analisados indicam que esse padrão de distribuição geográfica tem conexão direta com o perfil de Francisco Dornelles que, como já mencionado, é um mineiro que fez sua carreira profissional sobretudo no Rio de Janeiro. Com efeito, alguns desses agentes – como Ronaldo Costa Couto e Sebastião Marcos Vital – eram antigos aliados mineiros de Dornelles, ao passo que outros – como Antônio Carlos Lemgruber e José Júlio de Almeida Senna – eram seus colegas fluminenses na FGV-RJ. Nesse ponto entra em cena outros dois fatores essenciais para se compreender esse grupo, ou seja, o elevado número de agentes com formação em economia e com laços com a FGV-RJ. Com efeito, 83,3% dos agentes eram formados em economia e 50% deles – os quais estavam acomodados no Ministério da

Fazenda e no Banco Central – eram ligados à FGV-RJ. Esses agentes ligados à FGV-RJ eram ex-alunos e/ou atuavam como professores dessa instituição, fato que acabou por transformá-la numa espécie de “escola do pensamento econômico” do grupo de Dornelles e que explica, em grande medida, o elevado número de monetaristas no mesmo – o qual abarcava 63,6% de seus membros e 87,5% dos monetaristas então existentes em todo espaço *dos economic policy makers*.

Alguns dias após assumir oficialmente a Fazenda, o próprio Dornelles – que como supracitado também era professor da FGV-RJ – reiterou seus estreitos laços com a instituição ao manifestar o objetivo de visita-la sempre que possível⁵¹ para dialogar com os seus técnicos, entre os quais estavam, por exemplo, os economistas que calculam os índices mensais de inflação (INFORME, 1985a). Essa influência da FGV-RJ ficou patente no episódio de adoção da nova e controversa fórmula de correção monetária. Segundo reportagem do *Jornal do Brasil (RJ)*, tudo leva a crer que a fórmula havia recebido “[...] as bençãos da Fundação Getúlio Vargas, caracterizando, dessa forma, a influência de uma forte “escola” do pensamento econômico dentro do governo.” (SPINOLA, 1985, p. 25). Fortemente americanizada, a FGV-RJ se caracteriza, como supracitado, por se situar no “polo privatista” do campo dos economistas e por difundir a versão mais ortodoxa e matematizada da teoria econômica monetarista (LOUREIRO & LIMA, 1994). Nesse ponto, cabe sublinhar que o presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Adroaldo Moura da Silva, é o único monetarista do grupo de Dornelles e, mais amplamente, do próprio espaço dos *economic policy makers* que não possuía na época uma ligação visível com FGV-RJ. Em compensação, Adroaldo Moura fez seu doutorado naquele que é sem dúvidas um dos maiores baluartes do pensamento econômico ortodoxo do mundo, ou seja, a Universidade de Chicago.

Isso nos remete a outro fator que – como mencionado na introdução desta tese – é essencial na compreensão da dinâmica do espaço dos *economic policy makers*, ou seja, o nível e o tipo de internacionalização predominante no grupo em questão. Nesse sentido, o grupo de Dornelles se destacava por possuir um elevado nível de internacionalização. Com efeito quase 91% de seus integrantes possuíam uma trajetória internacionalizada, ou seja, acumularam “títulos universitários, conhecimento técnico, contatos, recursos, prestígio e legitimidade [...] ao trabalharem e/ou estudarem no exterior (DEZALAY & GARTH, 2000, p. 164).

⁵¹ Segundo o *Jornal do Commercio (RJ)*, o décimo primeiro andar da FGV-RJ funcionou como “[...] o segundo escritório do ministro da Fazenda, Francisco Dornelles.” (FAZENDA, 1985, p. 2).

Contudo apesar de existir – como será demonstrado na subseção logo abaixo – uma diferença não desprezível entre os níveis de internacionalização do grupo de Dornelles e do grupo do PMDB este não parece ser ainda o princípio de divisão com maior capacidade estruturante. Com efeito, quando não consideramos as trajetórias internacionalizadas em geral, mas apenas aquilo que poderia ser chamado – inspirando-se em Loureiro & Lima (1994) – de “trajetórias americanizadas” – i.e., as trajetórias nas quais os agentes acumularam capital internacional de matriz estadunidense ao estudaram e/ou trabalharam nos EUA – a diferença entre os dois grupos em disputa torna-se muito mais expressiva. Cerca de 72,7% dos membros do grupo de Dornelles possuíam uma trajetória americanizada, o que é mais que o dobro do que foi encontrado no grupo do PMDB – como demonstrado logo abaixo.

Esse elevado capital internacional de matriz estadunidense muito provavelmente é um dos elementos que está na base do grande número de monetaristas nesse grupo haja vista que os EUA é reconhecidamente um dos polos do pensamento econômico liberal. Como argumentado na introdução dessa pesquisa, quando analisamos o espaço dos *economic policy makers* a partir da chave das guerras palacianas e dos processos de internacionalização e, nesse caso, de americanização, torna-se possível compreender que os modelos de condução do Estado e os valores a eles subjacentes – assim como o monetarismo e a austeridade que ele costuma trazer consigo – não são realmente impostas de forma inexorável aos países periféricos e suas elites dirigentes mas também não são escolhas óbvias ou autoexplicativas (DEZALAY & GARTH, 2002). Elas são inculcadas nas elites dirigentes que, por sua vez, buscam acumular esse capital internacional – sobretudo aquele de matriz estadunidense – para utilizá-lo como arma em suas guerras palacianas locais pela definição do modo legítimo de condução do Estado e dos valores e modelos que orientam a atuação estatal.

Além de seus fortes laços com a FGV-RJ, seu grande número de monetaristas e seu elevado nível de internacionalização e, mais precisamente, de americanização, esse grupo também se destacava por possuir um grande número de agentes – 66,6% do total – que haviam sido ligados ao regime militar. Em termos profissionais, o grupo de Dornelles era formado sobretudo por acadêmicos e agentes oriundos do setor público – funcionários de carreira do regime militar. Em contraste com o grupo do PMDB, contudo, ele não tinha nenhum político entre seus membros.

3.2.4.2 O grupo do PMDB

O Quadro 5 apresenta as propriedades sociais dos membros do grupo do PMDB. Como se pode inferir a partir dos dados, 66,6% destes agentes eram oriundos de São Paulo e do Nordeste. Do mesmo modo que no caso do grupo de Dornelles, o padrão de distribuição geográfica desses agentes também possuía conexões diretas com as características do grupo do PMDB.

Quadro 5 – Propriedades sociais dos 9 membros do grupo do PMDB

Nome	Resumo do perfil profissional e socioeducacional
José Sarney	Presidente da República; natural do Maranhão; graduado em direito (UFMA); político profissional (deputado federal do Maranhão pela UDN, governador do Maranhão pela Arena, senador do Maranhão pela Arena, etc.) com experiência também no setor público (TJ-MA), no setor privado (<i>O Estado do Maranhão</i>) e na docência universitária (Universidade Católica do Maranhão); ligado a ditadura; não internacionalizado; orientação econômica não visível.
João Sayad	Ministro do Planejamento; natural de São Paulo; graduado em economia (USP), mestre e doutor em economia (Universidade de Yale); prof. universitário (USP) com experiência também no setor público (Secretaria da Fazenda de SP) e em instituições internacionais (Banco Mundial); não ligado a ditadura; internacionalizado; americanizado; orientação econômica heterodoxa.
Andrea Calabi	Secretário-geral do Planejamento; natural de São Paulo; graduado em economia (USP) e doutor em economia (Universidade da Califórnia); prof. universitário (USP) com experiência também no setor público (Divesp); não ligado a ditadura; internacionalizado; americanizado; orientação econômica heterodoxa.
Dílson Funaro	Presidente do BNDES; natural de São Paulo; graduado em engenharia (Universidade Mackenzie); profissional do setor privado (Troll S.A., Vasp, Ciesp, Fiesp, CNI, Abiplast, etc.) com experiência também no setor público (Secretaria da Fazenda e Secretaria do Planejamento de SP) e em instituições internacionais (Aliplast); ligado a ditadura; internacionalizado; não americanizado; orientação econômica heterodoxa.
Pedro Simon	Ministro da Agricultura; natural do Rio Grande do Sul; graduado em direito (PUC-RS) e especialista em economia política (Universidade de Paris); político profissional (vereador de Caxias pelo PTB, deputado estadual do RS pelo PTB, deputado estadual e senador do RS pelo MDB) com experiência também na docência universitária (UCS) e no setor privado (Fundação Badia Sehbe, banca de advocacia); não ligado a ditadura; internacionalizado; não americanizado; orientação econômica heterodoxa.
Mauro Benevides	Presidente do Banco do Nordeste do Brasil S.A.; natural Ceará; graduado em letras e em direito (UFC); político profissional (vereador de Fortaleza pelo PSD, deputado estadual do CE pelo PSD, deputado estadual e senador do CE pelo PMDB) com experiência também no setor público (Banespa), em instituições internacionais (Aladi) e no setor privado (Senac-CE, Fecomércio-CE, <i>Correio Braziliense</i> , etc.); não ligado a ditadura; internacionalizado; não americanizado; orientação econômica não visível.
Roberto	Ministro da Indústria e Comércio; natural de Minas Gerais; graduado em direito (UFMG) e especialista em direito (instituição desconhecida); profissional do setor

Gusmão	privado (Cia Paulista de Cerveja, Cervejaria Antártica, Ciesp, Fiesp) com experiência também no setor público (TRT-SP, Ipase, Badesp, Banespa, etc.), na docência universitária (FGV-SP) e na esfera política (1º suplente de vereador de SP pelo PTB); não ligado a ditadura; não internacionalizado; orientação econômica não visível.
Flávio Peixoto	Ministro do Desenvolvimento Urbano; natural de Goiás; graduado em economia (Universidade de São Francisco) e mestre em planejamento urbano e regional (Universidade de Reading); prof. universitário (UFG) com experiência também no setor público (Secretaria de Planejamento de GO) e no setor privado (Fundação Pedroso Horta, <i>think tank</i> do PMDB); não ligado a ditadura; internacionalizado; americanizado; orientação econômica não visível.
Marcos Freire	Presidente da Caixa Econômica Federal (CEF); natural de Pernambuco; graduado em direito (UFPE); político profissional (prefeito de Olinda pelo MDB, deputado federal e senador de PE pelo MDB) com experiência também no setor público (Secretaria de Assuntos Jurídicos e Secretaria de Abastecimento da Prefeitura de Recife, etc.) e na docência universitária (UPE, UFPE); não ligado a ditadura; não internacionalizado; orientação econômica não visível.

Fonte: elaboração própria com base em Paula & Lattman-Weltman (2010), *Jornal do Brasil (RJ)* 1960-90, *Correio Braziliense (DF)* 1960-90 e *Jornal do Commercio (RJ)* 1960-90.

Esse grupo era fortemente ligado ao estado de São Paulo. Suas ligações eram tanto políticas – i.e., com o PMDB paulista e, mais especialmente, com o governador de São Paulo, André Franco Montoro, e com o deputado federal de São Paulo e presidente nacional do PMDB, Ulysses Guimarães – quanto econômicas – com o grande empresariado paulista⁵² – e acadêmicas – i.e., com a Universidade de São Paulo (USP) e com o assim chamado grupo dos novos economistas paulistas (o qual era formado por nomes como José Serra, Luciano Coutinho, Marcos Fonseca, André Franco Montoro Filho, etc.). Sendo significativamente atrelado a oposição à ditadura, o grupo do PMDB possuía apenas dois membros – José Sarney e Dílson Funaro – que tiveram laços com o regime militar – em especial, com seu partido de sustentação Arena. Tais fatos explicam, em grande medida, o elevado número de membros desse grupo que possuía uma orientação econômica heterodoxa – o qual abarcava 44,4% de seus membros e 100% dos heterodoxos então existentes em todo espaço *dos economic policy makers*. Outro fator que muito provavelmente está conectado a esse alto número de heterodoxos no grupo do PMDB é o baixo nível de internacionalização e, mais especificamente, de americanização do mesmo. Com efeito, ao contrário do grupo de Dornelles onde 91% dos membros possuía uma trajetória internacionalizada, no grupo do PMDB apenas 66,6% eram internacionalizados. Quando se considera apenas as trajetórias americanizadas a diferença é ainda maior: enquanto no grupo de Dornelles 72,7% dos

⁵² Ministérios como o do Planejamento – comandado por João Sayad – e da Indústria e Comércio – comandado por Roberto Gusmão –, “[...] que têm [forte] interferência nos assuntos de ordem econômica, [atendiam] aos interesses dos [empresários] bandeirantes.” (UMA, 1985, p. 2).

membros possuíam uma trajetória americanizada, no grupo do PMDB esse número era de apenas 33,3%. Outra característica do grupo do PMDB que merece destaque é o fato de ele não contar com nenhum profissional do setor público – via de regra ex-funcionários da ditadura – e ser formado quase que exclusivamente por políticos do PMDB e acadêmicos. O grupo do PMDB se destacava por ser formado sobretudo por neófitos de fora da ditadura militar. Como será demonstrado posteriormente, parte desses neófitos buscou imprimir uma nova direção à condução da economia nacional.

3.2.4.3 Os representantes do empresariado

O terceiro grupo que faz parte do espaço dos *economic policy makers* é formado pelos representantes do grande empresariado nacional que tinham assento no Conselho Monetário Nacional (CMN). Como pode-se inferir a partir do Quadro 6, esse grupo era formado quase exclusivamente por agentes oriundos da região Sudeste, os quais perfaziam 80% do total. Tal fato ilustra a enorme influência do Sudeste – e, mais especificamente, de São Paulo e, em menor medida, do Rio de Janeiro – não apenas no campo econômico propriamente dito, mas também no espaço *sui generis* onde é produzida a política econômica nacional.

Quadro 6 – Propriedades sociais dos 10 representantes do empresariado

Nome	Resumo do perfil profissional e socioeducacional
Abílio Diniz	Representante do setor comercial no CMN; natural de São Paulo; graduado em administração de empresas (FGV-SP); profissional do setor privado (Grupo Pão de Açúcar, Unibanco, Abras, Indústrias Reunidas F. Matarazzo, Brasilpar, etc.) com experiência também no setor público (CMN); sem ligações visíveis com a ditadura; internacionalizado; americanizado; orientação econômica não visível.
Antônio de Oliveira	Representante do setor comercial no CMN; natural do Espírito Santo; graduado em engenharia civil e elétrica (UFRJ); profissional do setor privado (Aracruz Celulose, Ortema S.A. Grupo Tristão, Fecomércio-ES, CNC, etc.) com experiência também no setor público (Vale do Rio Doce, Cofavi, Bandes, etc.); sem ligações visíveis com a ditadura; não internacionalizado; orientação econômica não visível.
João Paes Mendonça	Representante do setor comercial no CMN; natural de Sergipe; não é graduado (técnico em administração); profissional do setor privado (Supermercados Bompreço, Hipercard, Apes, Abras, Palmeiron S.A., Construtora Dínamo, etc.) com experiência também no setor público (Ceasa-PE); sem ligações visíveis com a ditadura; não internacionalizado; orientação econômica não visível.
Amador	Representante do setor financeiro no CMN; natural de São Paulo; não é graduado (só fez o ensino fundamental); profissional do setor privado (Bradesco, Sul

Aguiar	América Seguros, Allianz Seguros, Atlântica Seguros, Cia Antártica Paulista, Taguá S.A., etc.); ligado a ditadura; internacionalizado; não americanizado; orientação econômica não visível.
Ângelo Calmon	Representante do setor financeiro no CMN; natural da Bahia; graduado em engenharia civil e do petróleo (UFBA) e em administração financeira (UFBA); profissional do setor privado (Banco Econômico, Anbid, Asbeb, Norquisa S.A., Agrícola Cacau Cantagalo, Odebrecht, etc.) com experiência também no setor público (Secretaria da Fazenda da Bahia, Ministério da Indústria e Comércio, Banco do Brasil, etc.); ligado a ditadura; internacionalizado; americanizado; orientação econômica não visível.
Pedro Conde	Representante do setor financeiro no CMN; natural da Itália radicado em SP; graduado em direito (USP); profissional do setor privado (Banco de Crédito Nacional, Banco Ipiranga, Sindicato dos Bancos de SP, Febraban, Fenabam, Cia do Jari, Lubarsa, etc.); sem ligações visíveis com a ditadura; internacionalizado; não americanizado; orientação econômica não visível.
Luís Vidigal Filho	Representante do setor industrial no CMN; natural de São Paulo; graduado em direito (USP) e especialista em administração de empresas (Illinois); profissional do setor privado (Cobrasma, Banco de Investimento América do Sul, CNI, Fiesp/Ciesp, Sindipeças, etc.); sem ligações visíveis com a ditadura; internacionalizado; americanizado; orientação econômica não visível.
Sérgio Quintella	Representante do setor da construção civil no CMN; natural de Rio de Janeiro; graduado em engenharia civil (PUC-RJ), em economia (FEFRJ) e em engenharia econômica (UFRJ), especialista em administração (Harvard Business School) e mestre em administração de empresas (Ipsosa/Roma); profissional do setor privado (Cia do Jari, Caemi, Vemag S.A., Montreal Engenharia, ABNT, Sindicato da Indústria da Construção Civil do município do RJ, Montor, etc.) com experiência também no setor público (BNDES) e na docência universitária (PUC-RJ, Uerj); ligado a ditadura; internacionalizado; americanizado; orientação econômica não visível.
Octávio de Bulhões	Representante do setor (?) no CMN; natural do Rio de Janeiro; graduado e doutor em direito (ambos pela UFRJ); profissional do setor público (Fazenda, Caixa Econômica, Sumoc, etc.) com experiência também na docência universitária (UFRJ, FGV-RJ) e no setor privado (Banco Nobre, Unibanco, Souza Cruz, Ishibrás, etc.); ligado a ditadura; internacionalizado; americanizado; orientação econômica monetarista.
Abreu Sodré	Representante do setor agrícola no CMN; natural de São Paulo; graduado em direito (USP); profissional do setor privado (Conselho Nacional do Café, Sharp S.A, Banco Brasul, Banco Finasa, etc.) com experiência também na esfera política (deputado estadual de SP pela UDN, governador de SP pela Arena), no setor público (Eletropaulo, Fundação Padre Anchieta); ligado a ditadura; internacionalizado; não americanizado; orientação econômica não visível.

Fonte: elaboração própria com base em Paula & Lattman-Weltman (2010), *Jornal do Brasil (RJ)* 1960-90, *Correio Braziliense (DF)* 1960-90 e *Jornal do Commercio (RJ)* 1960-90.

O grupo era composto quase que exclusivamente por profissionais do setor privado, sendo que a única exceção era o economista e ex-ministro da Fazenda, Octávio de Bulhões, que fez a maior parte de sua carreira no setor público. Octávio de Bulhões também se destacava por ser o único monetarista declarado – sendo inclusive ligado à FGV-RJ – em um grupo marcado pela ausência de formação formal em economia. Igualmente, esse grupo era constituído por uma maioria de agentes que não deixava claro qual era sua orientação

econômica – exceção feita à Bulhões. Considerando-se apenas o maior diploma possuído (como feito na ACM), nenhum membro era formado em economia. Quando se leva em conta outros diplomas e certificados – caso de Flávio Peixoto e Octávio de Bulhões⁵³ – o número de representantes do empresariado com alguma formação na área sobe para 20%.

Demonstrando uma forte concentração setorial, 60% desse grupo representava os setores financeiro e comercial, ao passo que os 40% restantes representavam os setores industrial, agrícola e da construção civil. Tal qual o grupo de Dornelles, os representantes do grande empresariado estavam próximos da ditadura – ao menos 60% de seus membros eram ligados ao regime militar. Outra importante semelhança com o grupo de Dornelles era o elevado nível de internacionalização e também de americanização entre os representantes do empresariado. Ficando logo abaixo do grupo de Dornelles nesse quesito, no grupo dos representantes do empresariado 80% dos agentes possuía uma trajetória internacionalizada e 50% uma trajetória americanizada.

3.2.4.4 Os demais agentes

Por fim, temos os cinco agentes que não se encaixavam nos demais grupos, mas que também não chegavam a formar um grupo específico. Não obstante isso, o Quadro 7 demonstra que tais agentes também possuíam uma série de propriedades sociais em comum.

Quadro 7 – Propriedades sociais dos demais agentes

Nome	Resumo do perfil profissional e socioeducacional
Marcos Vianna	Diretor do Banco do Brasil (Cacex); natural do Espírito Santo; graduado em engenharia (UFRJ); profissional do setor público (Vale do Rio Doce, BNDES, Ministério do Planejamento, Iplan) com experiência também no setor privado (Banco Tecnicon, Aços Anhanguera S.A., Verolme Estaleiros) e na docência universitária (UFES); ligado a ditadura; não americanizado; orientação econômica não visível.
Delile Guerra	Presidente do Banco da Amazônia S.A. (Basa); natural do Piauí; graduado em direito (UFPI) e especialista em desenvolvimento econômico (Sudene); profissional do setor público (Sudene, Ipea, Siderbrás, Ministério da Indústria e Comércio, etc.); ligado a ditadura; não internacionalizado; orientação econômica não visível.

⁵³ Octávio de Bulhões (2019, p. 27) – que era graduado e doutor em direito – não chegou “[...] a fazer uma pós-graduação [em economia], apenas [acompanhou] alguns cursos na *American University*, em Washington.” Não obstante isso, Bulhões era e continua sendo reconhecido como um dos grandes economistas monetaristas do período.

José de Aragão Melo	Presidente do Banco Nacional de Habitação (BNH); natural de Pernambuco; graduado em direito (UFPE) e economia (Unicap) e doutor em direito (UFPE) e em economia do desenvolvimento (Universidade de Paris); profissional do setor público (Banco do Brasil, Sudene, BNH) com experiência também em instituições internacionais (ONU, BID, Cepal), na docência universitária (UFPE) e no setor privado (Banco Campina Grande S.A.); ligado a ditadura; internacionalizado; não americanizado; orientação econômica não visível.
Camilo Calazans	Presidente do Banco do Brasil (BB); natural de Sergipe; graduado em economia (UFF) e especialista em economia (Universidade de Ohio); profissional do setor público (Banco do Brasil, IBC, BNB, etc.) com experiência também em instituições internacionais (Alide); ligado a ditadura; internacionalizado; americanizado; orientação econômica não visível
Sérgio de Freitas	Diretor do Banco Central (Área Externa); natural do Rio de Janeiro; graduado em engenharia (UFRJ) e especialista em economia (Ministério do Planejamento); profissional do setor privado (Banco Comercial do Estado de São Paulo S.A., Brascred S.A., Grupo União, Banco Itaú, etc.) com experiência também no setor público (Ministério do Planejamento, Secretária da Fazenda da Prefeitura de SP); ligado a ditadura; internacionalizado; não americanizado; orientação econômica não visível.

Fonte: elaboração própria com base em Paula & Lattman-Weltman (2010), *Jornal do Brasil (RJ)* 1960-90, *Correio Braziliense (DF)* 1960-90 e *Jornal do Commercio (RJ)* 1960-90.

Autóctones das regiões sudeste e nordeste, 80% desses agentes atuava primeiramente no setor público e possuía formação em economia. Tendo ocupado importantes cargos no aparato estatal, todos eles possuíam significativos laços com o regime militar. Tais agentes ainda tinham em comum o fato de não possuírem ligações mais expressivas com o PMDB ou com Francisco Dornelles e de não declararem uma orientação econômica. Todos foram indicados para ocupar postos-chave em bancos estatais e semi-estatais no governo da Nova República. Dentre tais agentes, cabe destacar Sérgio Silva de Freitas, único diretor do Banco Central analisado que – em razão de suas propriedades e laços sociais – não integrava o grupo de Dornelles⁵⁴. Além disso, o conjunto desses agentes ainda possuía os níveis mais baixos de internacionalização – 60% dos indivíduos – e, sobretudo, de americanização – apenas 20% dos indivíduos – de todo o espaço dos *economic policy makers*. Sérgio de Freitas – que durante o processo de negociação da dívida externa mostrou pouca afinidade de *habitus* e de interesses com os credores internacionais ao tentar endurecer o diálogo com eles – estava entre esses agentes não americanizados.

⁵⁴ Essa falta de convergência entre Sérgio de Freitas e o grupo de Dornelles é analisada mais abaixo, no tópico relativo à questão da dívida externa.

3.3 AS PRIMEIRAS BATALHAS NO ESPAÇO DOS *ECONOMIC POLICY MAKERS* (MARÇO/MAIO 1985)

Uma vez analisados os perfis dos *economic policy makers* e a estrutura do seu espaço de atuação, cabe agora examinar a dinâmica de suas interações. Como será demonstrado, os conflitos iniciais entre o grupo de Dornelles e outros *economic policy makers* indicam mudanças nas relações de força que se esboçavam no espaço analisado. Dornelles era cotado para ser o grande condutor da economia do governo de seu tio Tancredo Neves. O adoecimento e subsequente falecimento de Tancredo, todavia, conduziram a um progressivo enfraquecimento da posição de Dornelles e seus aliados e esvaziamento da política econômica tancredista – a qual era nitidamente norteadada pelo monetarismo. Em decorrência disso, a guerra palaciana pela condução da economia nacional acabou rendendo mais derrotas do que vitórias ao grupo de Dornelles.

A presente seção aborda algumas das principais disputas que ocorreram no espaço dos *economic policy makers* entre março e maio de 1985. Inicialmente, examinamos a ofensiva da austeridade liderada por Dornelles logo após sua posse como ministro e enfocamos os posicionamentos dos *economic policy makers* e dos grupos de pressão/*opinion makers* com relação à política de corte de gastos adotada. Em seguida apresentamos as duas grandes derrotas iniciais sofridas por Dornelles e seu grupo no período, ou seja, o desfecho do caso Sul Brasileiro e o anúncio do Programa de Emergência. Encerramos a seção analisando a vitória momentânea obtida pelo grupo de Dornelles nas disputas em torno da renegociação da dívida externa, a qual levou à queda do diretor da Área Externa do Banco Central, Sérgio de Freitas – grande defensor da negociação política.

3.3.1 A ofensiva da austeridade: o corte de gastos públicos de Dornelles

Imediatamente após assumir o cargo de ministro da Fazenda, Francisco Dornelles iniciou sua ofensiva da austeridade. Contando com o apoio de Tancredo Neves – que apesar de hospitalizado, fez questão de deixar claro através do interino José Sarney que era “proibido gastar” –, Dornelles implementou medidas visando reduzir os gastos públicos. A presente subseção apresenta as medidas de austeridade adotadas assim como também as reações que elas suscitaram tanto dentro quanto fora do espaço dos *economic policy makers*.

3.3.1.1 Dornelles, Sayad e as medidas de austeridade

Durante a posse da nova equipe ministerial no dia 15 de março, Francisco Dornelles e João Sayad fizeram pronunciamentos onde anunciaram as linhas mestras de suas respectivas interpretações sobre a situação econômica do país. Em consonância com os ditames neoliberais do FMI, Banco Mundial, EUA e demais países centrais e os anseios de boa parte da elite brasileira, Dornelles argumentou em prol da redução da intervenção estatal e aumento da presença da iniciativa privada na economia. Mesmo sem pronunciar o termo “austeridade”, o novo ministro da Fazenda defendeu veementemente a necessidade de “reversão do processo inflacionário” por meio do “saneamento financeiro do setor público” e do “equilíbrio das contas externas” (PROFISSÃO, 1985). Na visão de Dornelles, o controle da inflação – que teria o próprio Estado como seu maior promotor e a emissão excessiva de moeda como causa primeira – seria um pré-requisito para se cumprir a promessa de retomada do crescimento econômico feita por Tancredo durante a campanha presidencial (PROFISSÃO, 1985). Sinalizando uma possível inflexão em direção a um modelo econômico menos pautado no intervencionismo estatal, Dornelles advogou a necessidade de se devolver às empresas privadas o papel que lhes caberia na economia de mercado e defendeu que uma sociedade que almeja tornar-se “justa e pluralista” não poderia estar “[...] assentada num setor privado fraco e dependente dos recursos do governo.” (PROFISSÃO, 1985, p. 10). Dornelles apresentava, desse modo, uma narrativa que focava apenas a dimensão econômica da crise brasileira e colocava o Estado como fonte maior dos problemas nacionais – nomeadamente da inflação. Dessa perspectiva, o caminho para o desenvolvimento econômico e o progresso passaria pela redução do tamanho do Estado e o concomitante fortalecimento do setor privado. Ao mesmo tempo essa narrativa deixava em segundo plano o fato de que a inflação tinha forte relação com a dívida externa construída ao longo da ditadura. Tal narrativa se alicerçava sobre os preceitos da abordagem monetarista e estava em total consonância com a agenda neoliberal que era disseminada internacionalmente. A adoção de tal perspectiva não pode ser considerada, contudo, como um mero produto das imposições externas – que de fato não apenas existiam como eram bastante intensas no período – mas antes das afinidades entre as disposições e interesses de Dornelles e dos grandes arautos internacionais do neoliberalismo. Tais afinidades, por sua vez, lançam raízes nas especificidades da trajetória de Dornelles. Em primeiro lugar, o sobrinho de Tancredo Neves possuía uma trajetória significativamente internacionalizada e, mais especificamente, americanizada. Dornelles acumulou um

significativo capital internacional de matriz estadunidense ao trabalhar em locais como o consulado brasileiro em Los Angeles e a ONU e estudar em instituições como o San Fernando Valley College e as Universidades da Califórnia e de Harvard. Em segundo lugar, apesar de não ser economista Dornelles tinha fortes laços com a FGV-RJ, da qual era docente. Instituição de ensino e pesquisa fortemente americanizada e próxima à direita do espectro político, a FGV-RJ se constituiu em um dos baluartes do monetarismo no Brasil. Como argumentam Dezalay e Garth (2002, p. 167), “vários grupos de economistas [monetaristas] melhoraram suas posições domésticas com a crise da dívida nos anos 1980.” Apesar de não terem permanecido muito tempo no poder e da agenda econômica liberalizante tancredista ter sido posteriormente abandonada por Sarney, Dornelles e o grupo de economistas ortodoxos fortemente americanizados por ele liderado – dentre os quais se destacavam nomes como Antônio Lemgruber, Roberto Castello Branco, Júlio Senna, etc. – também podem ser incluídos nessa categoria. Em função de seu capital internacional de matriz estadunidense e da grande proximidade com a teoria monetarista, estes *economic policy makers* falavam “[...] as mesmas línguas, tanto técnica como linguisticamente [...]” que os credores internacionais e por isso “[...] se encaixaram muito bem com seus colegas que negociavam a crise da dívida pelo outro lado.” (DEZALAY & GARTH, 2002, p. 167).

João Sayad, por outro lado, fez um discurso pautado em uma perspectiva diversa. Na visão do novo ministro do Planejamento, a crise enfrentada pelo Brasil não seria apenas econômica – i.e., decorrente da alta inflação e do descontrole dos gastos públicos –, mas também social – i.e., decorrente ou, ao menos, intensificada pela queda na renda real dos brasileiros ocorrida nos anos anteriores (SAYAD, 1985b). Sayad argumentou ainda que se sentia confortável, como economista, para criticar a “visão economicista”. Segundo ele, o Brasil não deveria mais ser considerado apenas “[...] uma determinada quantidade de moeda, uma taxa de inflação. Outra de juros, outra ainda de câmbio.” (SAYAD, 1985b, p. 24). Sayad defendia, assim, uma narrativa sobre a crise nacional em que eram levados em conta não apenas fatores econômicos – e.g., os gastos públicos e a inflação –, mas também fatores de cunho social – e.g., a queda nos rendimentos dos brasileiros. Ao contrário de Dornelles, Sayad apresentava uma leitura erguida sobre bases heterodoxas e que estava em considerável dissonância com relação à cartilha neoliberal que se disseminava internacionalmente. Apesar de também ter uma trajetória significativamente americanizada – haja vista que fez seu mestrado e doutorado em economia na Universidade de Yale – Sayad lecionava na USP e era ligado ao PMDB-SP e ao grupo dos novos economistas paulistas; um típico neófito na gestão

econômica do país. A USP situa-se, conforme Loureiro & Lima (1994, p. 40), entre os polos monetarista e heterodoxo do campo dos economistas e seus membros costumam se orgulhar “[...] da diversidade de sua formação teórica e mesmo política.” Tal diversidade se manifestaria ainda nas “[...] carreiras profissionais e práticas de consultoria bastante heterogêneas, sejam em empresas privadas, sejam em organismos públicos.” (LOUREIRO & LIMA, 1994, p. 40). De acordo com Loureiro & Lima (1994, p. 40), não obstante até meados da década de 1970 ter existido na USP um grupo bastante ativo de economistas formados na Universidade de Chicago – baluarte internacional do monetarismo –, o crescimento da presença de professores oriundos de outras instituições estadunidenses como Harvard, Yale e MIT ocorrido nos anos seguintes colocou em xeque “[...] o predomínio dos professores com orientações mais ortodoxas” e o substituiu “[...] pela atual heterogeneidade de correntes teóricas vigente naquela instituição.” (LOUREIRO & LIMA, 1994, p. 40). Do mesmo modo, a seção paulista do PMDB à que Sayad estava ligado era conhecida por agregar um número considerável de políticos e economistas de caráter mais progressista – a exemplo de André Franco Montoro e Luiz Gonzaga Belluzo, respectivamente. Ligados a instituições como USP e Unicamp, muitos desses economistas pemedebistas possuíam uma orientação heterodoxa e se declaravam contrários a medidas econômicas de caráter recessivo (FONSECA, 1985c; MAGALHÃES, 1985). Parte desses agentes – assim como José Serra, Luciano Coutinho, André Franco Montoro Filho – compunha o grupo dos novos economistas paulistas do qual Sayad fazia parte (QUARTI & ZYLBERBERG, 2010). Em decorrência de tais fatores, Sayad e aliados mais próximos como Andrea Calabi e André Montoro Filho apesar de dominarem a língua inglesa reinante nos meios financeiros internacionais, falavam uma linguagem econômica bastante diversa daquela preconizada pela agenda neoliberal então em voga a qual, por sua vez, era mobilizada não apenas pelos países centrais mas também por uma parte bastante expressiva da elite brasileira.

Contudo, não obstante os pronunciamentos de Dornelles e Sayad terem sinalizado a predileção por perspectivas sobre a economia significativamente distintas, nas primeiras três semanas em que Tancredo ficou internado e Sarney exerceu a função de presidente interino os dois ministros buscaram implementar a agenda econômica tancredista. Com efeito, já na primeira reunião ministerial realizada em 18 de março de 1985, o presidente em exercício José Sarney leu o discurso de austeridade elaborado por Tancredo. Defendendo que a dignidade e austeridade são elementos essenciais ao exercício da democracia, nesse discurso Tancredo declarava que não abriria mão do posto de condutor da política econômica nacional

e que não permitiria que “[...] o ministério se [dividisse] em dois: os comprometidos com a austeridade e os comprometidos com os gastos.” (VAMOS, 1985, p. 2). Desse modo, apesar das divergências iniciais, num primeiro momento o ponto de vista de Dornelles que associava austeridade com o modelo do Estado mínimo preponderou. Dornelles e seu tio Tancredo estavam convencidos de que a retomada do crescimento econômico somente seria possível com a contenção o processo inflacionário a qual, por sua vez, passaria necessariamente pela redução dos gastos públicos (VAMOS, 1985). Em decorrência disso, Tancredo estabeleceu um prazo de três meses para que seus ministros fizessem um “[...] levantamento da situação financeira de seus ministérios e das empresas a eles vinculadas [...]” e determinou que durante esse período era “proibido gastar” (VAMOS, 1985, p. 2). Apenas após a realização desse diagnóstico, argumentava Tancredo, é que seria possível definir as prioridades de aplicação dos recursos disponíveis “[...] tendo em vista principalmente os objetivos de um desenvolvimento econômico com criação de empregos e melhor distribuição de renda.” (VAMOS, 1985, p. 2). Por fim, o discurso elaborado por Tancredo afirmava que o governo da Nova República daria uma demonstração de austeridade ao instituir já durante a primeira reunião ministerial um conjunto de medidas visando reduzir os gastos públicos (VAMOS, 1985).

Ainda no dia 18 de março de 1985, o ministro do Planejamento, João Sayad, anunciou um corte de 10% do Orçamento da União (SAYAD, 1985a). Esse corte no orçamento foi confirmado no mesmo dia pelo secretário-geral do Ministério da Fazenda, Sebastião Marcos Vital (GOVERNO, 1985f). Na prática, tal medida determinava o congelamento do orçamento relativo à chamada administração direta – a qual engloba os ministérios, a presidência da República e os Poderes Judiciário e Legislativo – e condicionou sua eventual liberação à uma análise cuidadosa de cada caso (SAYAD, 1985a). Conforme o *Jornal do Brasil (RJ)*, Sebastião Marcos Vital comunicou à imprensa ainda que o ministro Dornelles havia determinado outras medidas visando a contenção de gastos. O Quadro 8 apresenta as sete medidas de austeridade implementadas pelo governo, com destaque para a priorização do pagamento da dívida externa.

Quadro 8 – Sete medidas de austeridade implementadas sob o comando de Dornelles em março de 1985

Corte de 10% nos gastos públicos. Essa nova contenção de gastos se somou ao corte de 15% implementado durante o governo Figueiredo
Suspensão dos financiamentos oferecidos pelos bancos federais por um prazo de 60 dias.

Exceção feita ao Banco Central e ao Banco do Brasil e seus programas de financiamento da agricultura e exportações
Suspensão por um prazo de 90 dias das aplicações do Banco Central na carteira de fomento para uma revisão dos repasses destinados aos setores agroindustrial e exportador
Proibição da contratação de novos funcionários na administração direta e indireta e em fundações até o final de 1985. Medida válida até mesmo para a presidência da República
Montagem de um fluxo de caixa do governo e estabelecimento de cotas mensais de recursos para cada um dos ministérios
Priorização do pagamento da dívida externa por parte das empresas estatais, Estados e municípios com ameaça de penalização aos infratores da medida
Aumento do rigor na fiscalização da dívida pública junto as instituições privadas

Fonte: elaboração própria com base em *Jornal do Commercio (RJ)*.

Como demonstra o referido quadro, além do corte de 10% do orçamento Dornelles ainda implementou outras medidas potencialmente controversas como a suspensão dos financiamentos fornecidos pelos bancos federais (excetuando-se dois programas específicos do Banco Central e Banco do Brasil) por um prazo de 60 dias e a suspensão de contratações em órgãos federais até o final de 1985 (GOVERNO, 1985f). Nesse sentido, não obstante o considerável apoio que recebeu, esse primeiro pacote de “arrocho econômico” – como foi chamado em mais de uma ocasião pela imprensa – não chegou, todavia, a ser um objeto de consenso. Tanto no espaço dos *economic policy makers* como fora dele, houveram manifestações favoráveis e contrárias ao referido corte de gastos públicos.

3.3.1.2 As reações ao corte de gastos no espaço dos *economic policy makers*

Conforme Bourdieu (1996a), o discurso também é uma forma de ação social que contribui para estruturar o mundo social ao mesmo tempo em que é por ele estruturado. Concordamos com essa assertiva bourdieusiana, mas destacamos que é bastante recorrente a ocorrência de discrepâncias consideráveis entre o que se poderia chamar de “dimensão discursiva” e “dimensão prática” das tomadas de posição dos agentes. Como será demonstrado abaixo, esse fenômeno social bastante conhecido – sintetizado em expressões populares como “falar uma coisa e fazer outra” – também é extremamente presente no espaço dos *economic policy makers* durante o início do governo Sarney.

Abaixo analisamos as tomadas de posição dos grupos e agentes que compõe o espaço dos *economic policy makers* com respeito ao corte de gastos. Abordamos tanto os posicionamentos mais gerais desses diferentes grupos como as tomadas de posição de cada um de seus membros. Enfocamos em maiores detalhes casos paradigmáticos de *economic*

policy makers que se caracterizam por apresentarem flagrantes inconsistências ou então coerência total entre as dimensões discursiva e prática de suas respectivas tomadas de posição.

3.3.1.2.1 O grupo de Dornelles

Conforme os dados analisados, o grupo de Dornelles foi um dos que endossou mais fortemente as medidas de austeridade adotadas. Como demonstra o Quadro 9, nesse grupo onde mais da metade dos agentes eram dotados de uma orientação econômica monetarista⁵⁵ os cortes no orçamento foram considerados uma medida bastante salutar.

Quadro 9 – Tomadas de posição dos 11 membros do grupo de Dornelles com relação ao corte de gastos

Nome	Cargo no governo	Profissão principal	Orientação econômica	Tomada de posição em relação a austeridade	
				Dimensão discursiva	Dimensão prática
Francisco Dornelles	Ministro da Fazenda	Acadêmico	Monetarista	Manifestou-se a favor	Agiu contra
Sebastião Vital	Secretário-geral da Fazenda	Acadêmico	Monetarista	Manifestou-se a favor	Agiu contra
Antônio Lemgruber	Presidente do Banco Central	Acadêmico	Monetarista	Manifestou-se a favor	Agiu contra
Adroaldo Moura	Presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM)	Profissional do setor privado	Monetarista	Manifestou-se a favor	Não agiu contra
Roberto Castello Branco	Diretor do Banco Central (Área de Mercado de Capitais)	Acadêmico	Monetarista	Manifestou-se a favor	Não agiu contra
Alberto Furuguem	Diretor do Banco Central (Área Bancária)	Profissional do setor público	Monetarista	Manifestou-se a favor	Não agiu contra
Júlio Senna	Diretor do Banco Central (Área de Dívida Pública e Mercado Aberto)	Acadêmico	Monetarista	Manifestou-se a favor	Não agiu contra
Jorge Gouvêa	Presidente do Instituto de Resseguros do	Profissional do setor	Orientação não visível	Não explicitou	Não agiu contra

⁵⁵ Segundo informação do *Jornal do Commercio (RJ)*, o economista mais conservador desse grupo e, mais amplamente, da própria Nova República não seria – ao contrário do que muitos acreditavam – o presidente do Banco Central, Antônio Carlos Lemgruber, mas sim o secretário-geral do Ministério da Fazenda e braço direito de Dornelles, Sebastião Marcos Vital (DURO, 1985).

Vieira	Brasil (IRB)	privado		sua posição	
Ronaldo Couto	Ministro do Interior	Profissional do setor público	Orientação não visível	Não explicitou sua posição	Agiu contra
Iran Siqueira	Diretor do Banco Central (Área de Fiscalização)	Profissional do setor público	Orientação não visível	Não explicitou sua posição	Não agiu contra
Hélio Ribeiro	Diretor do Banco Central (Área de Crédito Rural e Industrial)	Profissional do setor público	Orientação não visível	Não explicitou sua posição	Não agiu contra

Fonte: elaboração própria com base em *Jornal do Brasil (RJ)* 1985, *Correio Braziliense (DF)* 1985 e *Jornal do Commercio (RJ)* 1985.

Contudo, em função dos cargos que ocupavam no governo alguns desses agentes foram condicionados a adotar medidas que iam contra suas convicções pessoais acerca do funcionamento da economia – as quais tinham a austeridade como uma de suas pedras angulares. Esse é o caso do próprio Francisco Dornelles assim como também do presidente do Banco Central, Antônio Lemgruber, e do secretário-geral da Fazenda, Sebastião Marcos Vital. Não obstante compartilharem a visão de que “só uma política monetária e fiscal austera [poderia] reduzir a inflação e as taxas de juros” (META, 1985, p. 7), esses três agentes reconhecidamente monetaristas foram condicionados a implementar diretrizes econômicas de caráter eminentemente expansionista. Em casos como o do salvamento do Banco Sul Brasileiro e o da liberação de recursos contingenciados para o financiamento de setores como o da construção civil (ambos abordados em maiores detalhes a seguir), estes agentes foram instados por outros *economic policy makers* – tais como o presidente da República, José Sarney, o presidente da Caixa Econômica Federal (CEF), Marcos de Barros Freire, e o presidente do Banco do Brasil, Camilo Calazans de Magalhães – a tomar medidas que iam na contramão da política de corte de gastos. No tocante especificamente ao caso de Francisco Dornelles, tais fatos levaram o *Jornal do Brasil (RJ)* a declarar que “as circunstâncias [estavam] transformando politicamente o ministro da Fazenda” e fazendo com que “sua intransigência diante dos pedidos de recursos [fosse] dando lugar a uma flexibilidade cada vez maior.” (AGORA, 1985, p. 27). Em função dos ataques que vinha recebendo e do agravamento do quadro de saúde de Tancredo, Dornelles – que até então havia sido considerado “[...] como um partidário das medidas monetaristas [...]” – estava autorizando a implementação de políticas que exigiam novos desembolsos de recursos (AGORA, 1985, p. 27).

Outros membros do grupo de Dornelles – tais como o presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Adroaldo Moura, e o diretor Área de Mercado de Capitais do Banco Central, Roberto da Cunha Castello Branco – ocuparam cargos que eram menos expostos a pressões e por isso puderam manter uma maior coerência entre as dimensões discursiva e prática de suas tomadas de posição ao saírem em defesa do corte de gastos públicos. Adroaldo Moura, por exemplo, era presidente de uma autarquia responsável exclusivamente por disciplinar e desenvolver o segmento de valores mobiliários do setor financeiro – setor que, como será demonstrado mais abaixo, parece ter sido o mais favorável à austeridade – e por isso estava numa posição suficientemente confortável para inclusive alertar o empresariado de que o combate à inflação via corte de gastos e desaceleração da expansão monetária reduziria dramaticamente o espaço no orçamento público para a concessão de subsídios e incentivos (CVM, 1985b). Argumentando que não havia “[...] mais espaço para generosidade fiscal ou creditícia na economia”, Adroaldo Moura apontava “[...] como solução a capitalização via abertura de capital das empresas.” (CVM, 1985a, p. 16).

Por fim, no grupo de Dornelles ainda existiram agentes que não explicitaram seus posicionamentos com relação ao corte de gastos, não obstante tudo indicar serem favoráveis. Esse foi o caso de alguns diretores do Banco Central, assim como Iran Siqueira Lima da Área de Fiscalização e Hélio Ribeiro de Oliveira da Área de Crédito Rural e Industrial. Corroborando tal hipótese o presidente do Banco Central, Antônio Lemgruber, declarou publicamente à época que “[...] todos os diretores do BC só aceitaram o convite para ocupar os respectivos cargos pelo convencimento de que [havia] uma decisão política do governo de executar um programa econômico de austeridade.” (META, 1985, p. 7).

3.3.1.2.2 O grupo do PMDB

Composto por uma maioria de agentes que compartilhavam, em maior ou menor medida, uma perspectiva de cunho mais heterodoxo, desenvolvimentista ou anti-monetarista sobre a economia, o grupo do PMDB recebeu com bem menos entusiasmo a política de corte de gastos de Dornelles. Como demonstra o Quadro 10, nesse grupo o descompasso entre a “dimensão discursiva” e a “dimensão prática” das tomadas de posição era bem mais comum. Contudo, ao contrário do grupo de Dornelles, no grupo do PMDB tal descompasso parece ser fruto muito mais das convicções de seus membros do que de pressões exógenas. Definindo o

seu papel como neófitos, novos entrantes no campo, parte desses agentes buscava modificar as regras vigentes no espaço dos *economic policy makers* desde a ditadura; o objetivo era revolucionar a condução da política econômica nacional ao colocar em primeiro plano questões como a distribuição de renda e a redução da miséria.

Quadro 10 – Tomadas de posição dos 9 membros do grupo do PMDB com relação ao corte de gastos

Nome	Cargo no governo	Profissão principal	Orientação econômica	Tomada de posição em relação a austeridade	
				Dimensão discursiva	Dimensão prática
José Sarney	Presidente da República	Político	Orientação não visível	Manifestou-se a favor	Agiu contra
João Sayad	Ministro do Planejamento	Acadêmico	Heterodoxa	Manifestou-se a favor	Agiu contra
Andrea Calabi	Secretário-geral do Planejamento	Acadêmico	Heterodoxa	Não explicitou sua posição	Agiu contra
Dílson Funaro	Presidente do BNDES	Profissional do setor privado	Heterodoxa	Manifestou-se a favor	Não agiu contra
Pedro Simon	Ministro da Agricultura	Político	Heterodoxa	Manifestou-se a favor	Agiu contra
Mauro Benevides	Presidente do Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB)	Político	Orientação não visível	Não explicitou sua posição	Agiu contra
Roberto Gusmão	Ministro da Indústria e Comércio	Profissional do setor privado	Orientação não visível	Não explicitou sua posição	Não agiu contra
Flávio Peixoto	Ministro do Desenvolvimento Urbano	Acadêmico	Orientação não visível	Não explicitou sua posição	Não agiu contra
Marcos Freire	Presidente da Caixa Econômica Federal (CEF)	Político	Orientação não visível	Manifestou-se contra	Agiu contra

Fonte: elaboração própria com base em *Jornal do Brasil (RJ)* 1985, *Correio Braziliense (DF)* 1985 e *Jornal do Commercio (RJ)* 1985.

O presidente em exercício José Sarney, e o ministro do Planejamento João Sayad, por exemplo, não obstante sempre argumentarem o contrário, eram nitidamente pouco afeitos à austeridade defendida por Dornelles e sua equipe. O presidente José Sarney, indubitavelmente o agente com maior peso no espaço dos *economic policy makers*, defendeu publicamente em mais de uma ocasião as diretrizes econômicas que estavam sendo implementadas sob o comando de Dornelles. Numa dessas ocasiões – mais especificamente, durante uma entrevista ao jornal estadunidense *Washington Post* – o presidente declarou que

estava “[...] decidido a aplicar a política de austeridade econômica do presidente eleito Tancredo Neves.” (SARNEY, 1985f, p. 6).

Contudo, apesar de seu discurso em favor da austeridade Sarney não apenas reconhecia que tais medidas haviam sido “[...] traçadas por Tancredo Neves diretamente com os ministros da área” (SARNEY, 1985j, p. 3) como ainda atuou em algumas ocasiões – como no caso do Banco Sul Brasileiro abordado mais à frente – para contorná-las (AGORA, 1985). Antevendo o provável impacto eleitoral negativo, o presidente Sarney demonstrava grande receio em “[...] se comprometer com uma política econômica de orientação recessiva [...]” (VELASQUEZ et al., 2010, s/n). Quando analisamos a trajetória de Sarney não é difícil perceber que ele é um político bastante pragmático que parece preocupado, antes de mais nada, em se manter no poder. Tal afirmação pode soar ingênua ou redundante – já que, de um modo geral, todo político tem tal preocupação –, todavia ela adquire maior precisão quando vemos como Sarney oscilou ao longo de sua trajetória entre progressismo e conservadorismo, esquerda e direita e sempre ficou ao lado dos vencedores mesmo quando estava originalmente no grupo perdedor.

Filho de um desembargador maranhense, José Sarney iniciou sua carreira política no Partido Social Democrático (PSD), depois se transferindo para a União Democrática Nacional (UDN) (DIAS et al., 2010). No início da década de 1960 Sarney participou do chamado movimento renovador da UDN, facção partidária que posteriormente ficou conhecida como “Bossa Nova” (DIAS et al., 2010). A facção udenista “Bossa Nova” defendia uma orientação política de centro-esquerda e apoiava a agenda reformista e nacionalista do governo Jânio Quadros (DIAS et al., 2010). Mesmo depois da renúncia de Jânio Quadros e da “[...] posse de João Goulart, a “Bossa Nova” manteve sua posição reformista.” (DIAS et al., 2010, s/n). Com o golpe militar e o afastamento de João Goulart, todavia, ocorreu uma diluição das facções udenistas e a maior parte do partido se posicionou favoravelmente ao movimento golpista (DIAS et al., 2010). Nesse novo contexto, Sarney – que havia sido um apoiador ativo das reformas de base e do governo Goulart – demonstrou todo seu pragmatismo ao se converter em “[...] um dos principais nomes políticos do regime implantado com o movimento de março de 1964.” (DIAS et al., 2010, s/n). Ao longo do período ditatorial Sarney estreitou laços com grandes empresários brasileiros e aumentou seu patrimônio familiar ao adquirir empreendimentos como o jornal *O Estado do Maranhão*⁵⁶. Como supracitado, com o declínio

⁵⁶ Sarney adquiriu *O Estado do Maranhão* no ano de 1973 durante sua atuação como político aliado da ditadura e o transformou em Grupo Mirante de Comunicações em 1987 durante seu mandato presidencial.

do governo ditatorial e o início do processo de redemocratização Sarney deixou claro uma vez mais seu comportamento adesista. Após décadas apoiando o regime militar e ocupando postos chave nas administrações estadual e federal, Sarney decidiu abandonar o governista PDS – que nesse momento estava dominado pelo malufismo – e migrar para a dissidência oposicionista PFL (DIAS et al., 2010). As disposições pragmáticas e adesistas associadas a pouca legitimidade para ocupar a presidência, levaram Sarney a se distanciar de uma política de austeridade cujo um dos efeitos prováveis seria desgastar sua imagem frente a população.

De forma análoga atuou o ministro do Planejamento João Sayad, o qual no momento *T(1)* foi um dos principais colaboradores de Sarney. Sayad também defendeu em diversas oportunidades a política de austeridade implementada sob o comando de Dornelles. Numa dessas ocasiões, Sayad declarou à imprensa que o pacote de austeridade adotado poderia ser considerado como “uma freada para a arrumação da casa” e defendeu que o “[...] congelamento, por 60 dias, das operações ativas das instituições financeiras federais não [elevaria] as taxas de juros no mercado e que a medida não [teria] nenhum “efeito deletério” para o setor privado.” (SAYAD, 1985d, p. 10). Porém, não obstante suas manifestações discursivas favoráveis, na prática Sayad arquitetava e implementava medidas econômicas – como o Programa de Emergência abordado a seguir – que implicavam numa inevitável expansão dos gastos públicos (FROTA NETO, 1985). Ao contrário de Sarney, contudo, Sayad – que era acadêmico e não político – parecia ser movido muito mais pelas suas convicções sobre a economia e a sociedade do que pelo pragmatismo político. A típica tensão entre o Ministério do Planejamento e o Ministério da Fazenda era, nesse caso, reforçada pelas diferenças em termos de orientação econômica e política que existiam entre Sayad – um desenvolvimentista de caráter mais progressista – e Dornelles – um monetarista de caráter mais conservador.

Outros membros do grupo do PMDB, contudo, mostraram maior coerência entre a “dimensão discursiva” e a “dimensão prática” de suas tomadas de posição. Um exemplo é o presidente da Caixa Econômica Federal (CEF), Marcos de Barros Freire, que se manifestou de forma significativamente explícita contra as medidas de austeridade adotadas. Político pemedebista conhecido por ter participado da chamada “ala mais à esquerda” do partido, Marcos Freire era contrário a submeter a CEF a uma política econômica que contribuísse para o agravamento da recessão que assolava o país (SITUAÇÃO, 1985). Fatores como seu posicionamento político mais à esquerda e o corte realizado nas linhas de financiamento da CEF por 60 dias – os quais levaram grupos ligados à setores como o da construção civil a

pressionarem por uma solução rápida –, condicionaram Marcos Freire a combater tal medida e a buscar junto ao Ministério da Fazenda uma forma de deixar tais recursos de fora do arrocho – o que de fato acabou acontecendo (CAIXA, 1985; EXCEÇÃO, 1985).

Posicionamento diametralmente oposto a este foi o do então presidente do BNDES e próximo ministro da Fazenda, Dílson Funaro. Ele manifestou total apoio à austeridade econômica implementada por Dornelles. Na visão de Dílson Funaro, seria falso o argumento de que a política de austeridade adotada prejudicaria a área social (BNDES, 1985a). Argumentando que todos deveriam aplaudir a política de contenção de gastos do novo governo, Funaro defendeu que longe de diminuir, “[...] a austeridade [levaria] à concessão de mais verbas para o setor social.” (BNDES, 1995, p. 11). Apesar de ser conhecido por possuir um posicionamento em economia que poderia ser definido como heterodoxo ou desenvolvimentista⁵⁷, é provável que fatores como a posição como grande empresário industrial, os laços com patronais como a Fiesp e o status privilegiado dado ao BNDES (que ao contrário de instituições como a CEF e o Banco do Brasil não estava sendo submetido a um corte, mas sim a um remanejamento de verbas⁵⁸) tenham levado Funaro a se manifestar em favor da política de corte de gastos de Dornelles. Funaro endossava igualmente a leitura de Dornelles acerca da importância da diminuição do papel das empresas estatais na economia e fortalecimento da iniciativa privada, visão que estava em sintonia com os anseios de boa parte do empresariado nacional e com os ditames da agenda neoliberal internacional.

3.3.1.2.3 Os representantes do empresariado

Tal como no grupo de Dornelles, no grupo dos representantes do grande empresariado – o qual poderia ser considerado sob certa ótica como uma espécie de termômetro das reações da elite econômica brasileira – o corte de gastos também parece ter

⁵⁷ É provável que a orientação econômica de Funaro se aproxime daquilo que se costuma chamar de “desenvolvimentismo do setor privado” (BIELSCHOWSKY, 2000). Segundo Bielschowsky (2000, p. 92), o desenvolvimentismo do setor privado focava-se especialmente em três questões: “a) preservação de mercados, questão que afetava a abordagem do problema dos investimentos estatais e estrangeiros e do problema do protecionismo; b) oposição à elevação nos salários e na tributação aos lucros e; c) defesa da ampliação do crédito, ou luta contra a retração creditícia.”

⁵⁸ O objetivo declarado desse remanejamento – que implicava a redução dos investimentos em empresas estatais como a Caraíba Metais e a Companhia de Celulose da Bahia – era conceder “[...] um maior apoio ao empresariado nacional e melhor atenção aos problemas sociais do país [...]” (REORIENTANDO, 1985, p. 15).

sido significativamente bem recebido. Como demonstra o Quadro 11, todos os empresários que manifestaram-se publicamente se disseram favoráveis às medidas de austeridade. Os demais agentes parecem ter preferido não explicitar suas opiniões, mas pode-se supor que esses influentes empresários teriam se manifestado caso considerassem que o corte de gastos ia contra os seus interesses e/ou os interesses de seus respectivos segmentos econômicos.

Quadro 11 – Tomadas de posição dos 10 representantes do empresariado com relação ao corte de gastos

Nome	Cargo no governo	Setor privado que representa	Profissão principal	Orientação econômica	Tomadas de posição em relação a austeridade	
					Dimensão discursiva	Dimensão prática
Abílio Diniz	Membro nomeado do CMN	Repres. do setor comercial	Profis. do setor privado	Orientação não visível	Não explicitou sua posição	Não agiu contra
Antônio de Oliveira	Membro nomeado do CMN	Repres. do setor comercial	Profis. do setor privado	Orientação não visível	Manifestou-se a favor	Não agiu contra
João Paes Mendonça	Membro nomeado do CMN	Repres. do setor comercial	Profis. do setor privado	Orientação não visível	Não explicitou sua posição	Não agiu contra
Octávio de Bulhões	Membro nomeado do CMN	Repres. do setor (?)	Profis. do setor público	Monetarista	Manifestou-se a favor	Não agiu contra
Amador Aguiar	Membro nomeado do CMN	Repres. do setor financeiro	Profis. do setor privado	Orientação não visível	Não explicitou sua posição	Não agiu contra
Ângelo Calmon	Membro nomeado do CMN	Repres. do setor financeiro	Profis. do setor privado	Orientação não visível	Manifestou-se a favor	Não agiu contra
Pedro Conde	Membro nomeado do CMN	Repres. do setor financeiro	Profis. do setor privado	Orientação não visível	Manifestou-se a favor	Não agiu contra
Luis Vidigal Filho	Membro nomeado do CMN	Repres. do setor industrial	Profis. do setor privado	Orientação não visível	Manifestou-se a favor	Não agiu contra
Sérgio Quintella	Membro nomeado do CMN	Repres. do setor da construção civil	Profis. do setor privado	Orientação não visível	Não explicitou sua posição	Não agiu contra
Abreu Sodré	Membro nomeado do CMN	Repres. do setor agrícola	Profis. do setor privado	Orientação não visível	Não explicitou sua posição	Não agiu contra

Fonte: elaboração própria com base em *Jornal do Brasil (RJ)* 1985, *Correio Braziliense (DF)* 1985 e *Jornal do Commercio (RJ)* 1985.

Dentre os defensores explícitos da austeridade pode-se citar, por exemplo, o presidente do Banco de Crédito Nacional e vice-presidente da Federação Brasileira de

Associações de Bancos (Febraban), Pedro Conde. Na visão deste banqueiro representante do setor financeiro, o importante da política econômica de Dornelles seria “[...] a orientação de combater o déficit público.” (EMPRESÁRIOS, 1985a, p. 5). Conforme dados do *Jornal do Brasil (RJ)* e do *Jornal do Commercio (RJ)*, ainda mais enfático foi o vice-presidente da Cobrasma e presidente da Fiesp, Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho. Para esse representante do setor industrial, “só com austeridade, a inflação [seria] combatida e o país [poderia] crescer.” (RECUPERAÇÃO, 1985, p. 21). Negando evidências de que o remédio proposto por Dornelles já havia sido aplicado no governo Figueiredo sem, no entanto, produzir os efeitos desejados, Luís Vidigal Filho defendia que era necessário aprofundar a austeridade e sublinhava que o novo governo parecia possuir “[...] mesmo a disposição de cortar gastos públicos.” (EMPRESÁRIOS, 1985a, p. 5). Dentre esses agentes explicitamente favoráveis à austeridade também pode-se citar o caso do conhecido economista liberal e ex-ministro da Fazenda do governo Castello Branco, Octávio Gouveia de Bulhões. Na visão de Octávio de Bulhões, o problema das medidas adotadas por Dornelles é que elas seriam muito tímidas (RIGOR, 1985).

Por outro lado, agentes como o presidente da rede supermercadista Pão de Açúcar e representante do setor comercial, Abílio Diniz, o presidente de honra do Bradesco e representante do setor financeiro, Amador de Aguiar, e o presidente da rede supermercadista Bompreço e representante do setor comercial, João Carlos Paes Mendonça, não chegaram nem mesmo a explicitar publicamente suas opiniões sobre o corte de gastos públicos. Do mesmo modo, nas fontes analisadas também não foi possível localizar qualquer manifestação contrária ao corte de gastos por parte do vice-presidente do Grupo Montreal Engenharia e representante do setor da construção civil, Sérgio Franklin Quintella. Mesmo que os cortes tenham atingido parte de seu segmento, como supracitado.

3.3.1.2.4 Os demais agentes

Como demonstra o Quadro 12, entre os 5 agentes que não se enquadram em nenhum dos três grupos supracitados as tomadas de posição com relação ao corte de gastos foram diversificadas.

Quadro 12 – Tomadas de posição dos demais agentes (5 indivíduos) com relação ao corte de gastos

Nome	Cargo no governo	Profissão principal	Orientação econômica	Tomada de posição em relação a austeridade	
				Dimensão discursiva	Dimensão prática
Camilo Calazans	Presidente do Banco do Brasil (BB)	Profissional do setor público	Orientação não visível	Manifestou -se contra	Agiu contra
Marcos Vianna	Diretor do Banco do Brasil (Cacex)	Profissional do setor público	Orientação não visível	Não explicitou sua posição	Agiu contra
Delile Guerra	Presidente do Banco da Amazônia S.A. (Basa)	Profissional do setor público	Orientação não visível	Não explicitou sua posição	Não agiu contra
José de Aragão Melo	Presidente do Banco Nacional de Habitação (BNH)	Profissional do setor público	Orientação não visível	Não explicitou sua posição	Não agiu contra
Sérgio de Freitas	Diretor do Banco Central (Área Externa)	Profissional do setor privado	Orientação não visível	Não explicitou sua posição	Não agiu contra

Fonte: elaboração própria com base em *Jornal do Brasil (RJ)* 1985, *Correio Braziliense (DF)* 1985 e *Jornal do Commercio (RJ)* 1985.

Entre tais agentes, o caso mais interessante é o do presidente do Banco do Brasil (BB), Camilo Calazans de Magalhães, que foi o autor da única tomada de posição explicitamente contrária à austeridade que pôde ser localizada fora do grupo do PMDB e, provavelmente, a mais incisiva em termos discursivos produzida no espaço dos *economic policy makers*. Conforme dados do *Correio Braziliense (DF)*, durante uma entrevista coletiva Camilo Calazans deixou nítida sua discordância com respeito “[...] à suspensão de novos desembolsos pelo Banco do Brasil, ao ressaltar que a ausência total de aplicações do BB “[excitava] o mercado financeiro e [prejudicava] a iniciativa privada”.” (SITUAÇÃO, 1985, p. 7). Além disso, Calazans também agiu visando excluir o Banco do Brasil das restrições orçamentárias impostas pelo ministro da Fazenda Francisco Dornelles (SITUAÇÃO, 1985). Os demais agentes não se manifestaram discursivamente sobre corte de gastos, mas um deles – o diretor da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (Cacex), Marcos Vianna – também fez injunções junto à Dornelles para excluir o setor exportador da contenção orçamentária (DORNELLES, 1985c).

3.3.1.3 As reações ao corte de gastos fora do espaço dos *economic policy makers*

Fora do espaço dos *economic policy makers* as tomadas de posição com relação ao corte de gastos também se mostraram bastante diversificadas. Seguindo Bourdieu (2001), os agentes externos ao espaço dos *economic policy makers* foram classificados em grupos de pressão – contemplando posicionamentos dos representantes de diferentes setores do campo econômico – e *opinion makers* – os quais abrangem os posicionamentos de membros do campo político e do campo jornalístico.

3.3.1.3.1 Os grupos de pressão

Entre os grupos de pressão as tomadas de posição com relação a política de corte de gastos implementado por Dornelles variaram em função de um fator bastante pragmático: via de regra, os setores não impactados ou pouco impactados pela medida foram favoráveis, ao passo que os setores mais negativamente impactados tenderam não apenas a questionar, como também a tentar reverter tais efeitos. Desse modo, posicionamentos a favor do corte não se restringiram apenas a setores tipicamente afeitos à austeridade – assim como o setor financeiro – sendo localizados também em segmentos do próprio setor produtivo.

Demonstrando as ambiguidades existentes no setor industrial, a Confederação Nacional das Indústrias (CNI), através de seu presidente, Albano Franco, se posicionou a favor da política de austeridade de Dornelles, mas demonstrou “[...] preocupação especial com o congelamento de contratos na área da construção civil, paralisados em função do ato ministerial [...]” (CONGELAMENTO, 1985, p. 7). Como supracitado, o setor de construção civil – em especial o do Distrito Federal que dependia quase que integralmente do financiamento estatal – foi aquele que se insurgiu de maneira mais contundente contra o pacote econômico (CAIXA, 1985). Particularmente, foram contra a suspensão dos contratos de financiamento assinados com a CEF por um prazo de 60 dias (CAIXA, 1985; INFORMATIVO, 1985). Líderes de patronais do setor – tais como os presidentes da Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (Ademi), do Sindicato da Indústria da Construção Civil, da Federação das Indústrias do Distrito Federal e da Associação Brasileira de Construtores – se reuniram com o presidente da CEF, Marcos Freire, para encontrar uma solução que evitasse o desemprego de um lado e a inadimplência

dos empresários da construção de outro (CAIXA, 1985; INFORMATIVO, 1985). Marcos Freire realizou injunções junto ao ministro Francisco Dornelles e acabou conseguindo reverter a decisão (EXCEÇÃO, 1985; INFORMATIVO, 1985).

Outra patronal que também se posicionou contra o corte de gastos foi a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS). O presidente da FIERGS, Luís Octávio Vieira, criticou o pacote econômico do novo governo por que ele continha “[...] um “elenco de medidas altamente recessivas a curto prazo”, já que [suspendia] a concessão de empréstimos por um período de sessenta dias.” (EMRESÁRIO, 1985, p. 8). Igualmente, pequenos empresários industriais também se manifestaram contra as medidas de austeridade (PEQUENAS, 1985). Segundo a maioria dos empresários deste segmento consultados pelo *Jornal do Commercio (RJ)*, uma estratégia de combate à inflação baseada “[...] numa política de aperto monetário, escassez de crédito com conseqüente aumento nas taxas de juros [...]” teria como conseqüência o aumento no “[...] número de pedidos de concordatas e falências, especialmente por parte das empresas de pequeno porte.” (PEQUENAS, 1985, p. 16).

Houveram, contudo, outros segmentos do setor industrial que se manifestaram a favor do corte de gastos. A indústria de base – que no momento enfrentava problemas com a comercialização de seus produtos e com o recebimento dos pagamentos referentes a compras feitas por empresas estatais – foi um deles (ABDIB, 1985). Na visão da patronal representante deste segmento, a Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Indústria de Base (Abdib), em razão de o corte ter recaído “[...] sobre as despesas e nos investimentos, de forma idêntica, [ele poderia] gerar excedentes para investimentos no futuro.” (ABDIB, 1985, p. 19). Além disso, como supracitado, a poderosa Fiesp – através de seu presidente e membro nomeado do CMN, Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho – também se posicionou a favor do corte de gastos (EMPRESÁRIOS, 1985a). De forma análoga, no setor exportador – que, vale frisar, não foi incluído no corte de gastos – as manifestações foram igualmente a favor da austeridade. Na leitura do vice-presidente da Associação dos Exportadores Brasileiros (AEB), João Augusto Souza Lima, as medidas econômicas implementadas por Dornelles seriam “[...] bastante coerentes e [denotariam] uma filosofia básica de austeridade que agrada muito aos empresários, notadamente no que diz respeito ao efeito de controle dos gastos estatais.” (SETOR, 1985, p. 8).

Já no setor financeiro, que não apenas não sofreu efeitos negativos do corte de gastos como ainda poderia se beneficiar da medida em função de um eventual aumento da demanda por crédito, as manifestações tenderam a ser majoritariamente a favor da austeridade. Na

visão do presidente da Federação Brasileira de Associações de Bancos (Febraban), Roberto Konder Bornhausen, e do presidente do Sindicato do Bancos do Rio de Janeiro, Theophilo de Azeredo Santos, a contenção nos gastos públicos seria um pré-requisito essencial para reduzir a taxa de juros (PROMESSA, 1985; INFLAÇÃO, 1985a). Além das associações que representam as instituições do setor financeiro, banqueiros e financistas individuais também se manifestaram favoravelmente ao corte de gastos. Conforme dados do *Jornal do Commercio (RJ)*, o presidente do Bradesco, Lázaro Brandão, afirmou que o corte de gastos seria uma “solução clássica” para os problemas econômicos do país (EMPRESÁRIOS, 1985a), ao passo que o presidente do Unibanco, Marcílio Marques Moreira, argumentou que a austeridade deveria transcender a esfera estatal e imbuir toda a sociedade estimulando-a a cortar o desperdício e buscar a eficiência (EMPRESÁRIOS, 1985e).

Por fim, no setor agrícola igualmente houveram manifestações favoráveis ao corte de gastos implementado por Dornelles. A Cooperativa dos Cafeicultores de França (SP) e a Cooperativa dos Produtores de Campinas (SP), por exemplo, “[...] reagiram favoravelmente ao plano de austeridade anunciado [...]” e consideraram correta “a suspensão por 90 dias dos financiamentos de fomento do Banco Central [...]” (LÍDERES, 1985, p. 9). Para tais organizações, o momento não seria de investimentos, mas sim de comercializar a safra (LÍDERES, 1985). E como para a comercialização das safras o governo já havia garantido os recursos necessários, o corte de gastos a princípio não lhes afetava em nada (LÍDERES, 1985).

A partir desse breve mapeamento pode-se tecer algumas observações: 1) as manifestações da elite econômica brasileira parecem ter sido em sua maioria bastante favoráveis ao corte de gastos e à austeridade em geral; 2) o setor financeiro foi o ramo da economia mais inequivocamente favorável ao corte de gastos; 3) os setores produtivos – assim como o industrial e o agrícola – modularam seus posicionamentos em função dos efeitos práticos do corte de gastos em seus respectivos ramos, ou seja, os afetados negativamente criticaram a medida ao passo que os não afetados a elogiaram; 4) os pequenos empresários eram provavelmente os mais receosos acerca dos prováveis efeitos negativos do corte de gastos e; 5) sem desconsiderar o papel das pressões internacionais em favor da agenda liberalizante, é bastante nítido que muitos segmentos da elite econômica nacional eram favoráveis à austeridade nos gastos públicos porque esperavam se beneficiar dela de alguma forma.

3.3.1.3.2 Os *opinion makers*

Entre os *opinion makers*, por sua vez, as tomadas de posição parecem ter variado sobretudo conforme o campo de origem dos agentes. No campo político a diversidade de tomadas de posição também se mostrou bastante presente, com manifestações tanto contra como a favor do corte de gastos implementado por Dornelles. Quando José Sarney assumiu interinamente a presidência em março de 1985 haviam seis partidos principais no campo político brasileiro. O Quadro 13 apresenta esses seis partidos e os posiciona no espectro ideológico esquerda/direita.

Quadro 13 – Posicionamento dos 6 principais partidos políticos brasileiros no espectro ideológico (1985)

Esquerda	Centro-esquerda	Centro		Centro-Direita	Direita
Partido dos Trabalhadores (PT)	Partido Democrático Trabalhista (PDT)	Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)	Partido da Frente Liberal (PFL)	Partido Democrático Social (PDS)

Fonte: elaborado a partir de Kinzo (1993).

Como demonstra o quadro, a única sigla com expressão nesse momento que se posicionava na esquerda era o Partido dos Trabalhadores (PT) que, como se sabe, surgiu como uma ramificação eleitoral do movimento sindicalista de São Paulo (LAMOUNIER, 2010). Na centro-esquerda estava o Partido Democrático Trabalhista (PDT), agremiação criada em torno de Leonel Brizola (LAMOUNIER, 2010). No centro estavam o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), principal herdeiro do antigo partido de oposição à ditadura MDB, e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), agremiação que disputava com “[...] o PDT a herança simbólica do antigo “trabalhismo” getulista [...]” (LAMOUNIER, 2010, s/n). Na centro-direita estava o Partido da Frente Liberal (PFL), dissidência surgida dentro do PDS para combater a candidatura do pedessista Paulo Maluf e apoiar a eleição do pemedebista Tancredo Neves à presidência (LAMOUNIER, 2010). E na direita estava o Partido Democrático Social (PDS), agremiação governista herdeira “[...] da estrutura organizacional da Arena [...]” (LAMOUNIER, 2010, s/n).

Como se sabe, comumente a austeridade tende a ser associada muito mais à direita do que a esquerda. No mundo empírico, contudo, as coisas são mais complexas haja vista que

“[...] os contenciosos políticos que enquadram a atividade econômica produzem outros recortes, atravessando as linhas normalmente percebidas do conflito político-partidário.” (GRÜN, 2005, p. 910). Assim, como é difícil sustentar que os partidos, enquanto instituições, possuem um posicionamento único sobre o corte de gastos, a melhor saída parece ser analisar as tomadas de posição de políticos individuais. Nesse sentido, tal análise demonstrou que é extremamente comum políticos de um mesmo partido possuírem posicionamentos opostos ou, ainda, que um mesmo agente apresente um posicionamento bastante ambíguo.

Abordemos em primeiro lugar o caso do PDS. Não obstante estar localizado na posição mais à direita do espectro ideológico e de ser um partido de oposição ao novo governo, o PDS tinha tanto políticos favoráveis como políticos contrários à austeridade. Do lado dos opositores, pode-se citar o deputado gaúcho, Marcus Pratini de Moraes, o qual era contrário ao corte de gastos por entender que a “aplicação de um corte linear” seria perigosa para a economia podendo gerar “efeitos danosos sobre a produção” (PRATINI, 1985). Já do lado dos favoráveis, um exemplo interessante é do então senador Roberto Campos do PDS do Mato Grosso, o qual colocou em dúvida a eficácia do corte de gastos da forma como estava sendo implementado por Dornelles e defendeu a adoção de outras medidas do repertório liberal (CAMPOS, 1985). Economista monetarista bastante conhecido por sua atuação como ministro do Planejamento do governo Castello Branco, Roberto Campos defendia que um dos problemas do corte de gastos seria sua falta de coerência interna com outras ações governamentais – assim como a criação de seis novos ministérios para acomodar os membros da Aliança Democrática (CAMPOS, 1985). Em total consonância com *doxa* neoliberal internacional, Roberto Campos – que apesar de sua origem social relativamente modesta fez carreira como diplomata e por isso era dotado de uma trajetória extremamente americanizada decorrente do longo tempo que trabalhou e estudou nos EUA – defendia que além de uma política de corte de gastos mais coerente e robusta o governo também deveria começar a liberar a economia dos controles estatais, estabelecer a livre negociação salarial, acelerar o programa de desestatização, deixar o câmbio flutuar, etc. (CAMPOS, 1985; KELLER & LEMOS, 2010). O perfil profundamente americanizado e as preferências em matéria de política, levaram setores da esquerda a considerarem Roberto Campos – a quem chamavam pejorativamente de “Bob Fields” (adaptação de seu nome em inglês) – como um expoente do “entreguismo” (KELLER & LEMOS, 2010).

Do mesmo modo, o PFL – agremiação de centro-direita e uma das bases de sustentação do governo Sarney – também possuía membros com diferentes posicionamentos.

Do lado dos opositores, pode-se citar o senador paraibano Marcondes Gadelha, o qual – apesar de sublinhar a compreensão de que as medidas de austeridade adotadas visavam combater a elevada inflação – defendia que tais diretrizes impediam “[...] a expansão do setor público e do privado, que por consequência da retração de crédito, não [poderiam] produzir.” (GADELHA, 1985, p. 17). E do lado dos defensores, pode-se mencionar o senador gaúcho e líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, o qual declarou que o novo governo estava totalmente certo em “[...] exigir austeridade administrativa [...] e proibir novos gastos.” (PFL, 1985, p. 6).

O PMDB – partido no centro e principal base de sustentação do governo Sarney – também tinha membros dotados de diferentes posicionamentos. Entre os favoráveis pode-se citar o deputado mineiro e líder do PMDB na Câmara, João Pimenta da Veiga, o qual defendia que o corte de gastos seria uma medida benéfica contribuindo inclusive para “[...] a formalização de um pacto social, entre trabalhadores e empresários.” (GOVERNO, 1985e, p. 6). Entre os contrários pode-se mencionar o deputado paulista João Cunha, que criticou o corte de gastos de 10% e a concomitante suspensão dos empréstimos concedidos pelos bancos públicos (FONSECA, 1995a).

Já no caso do PTB – partido no centro e um dos opositores do novo governo – foi possível encontrar apenas manifestações contrárias ao corte de gastos. Um bom exemplo é o posicionamento do deputado paulista Gastone Righi, o qual não apenas criticou a política de austeridade (FONSECA, 1995a), como ainda afirmou que faltava nas medidas implementadas por Dornelles o sentido mais profundo perseguido na Nova República, ou seja, “[...] o estabelecimento de um novo ordenamento econômico-financeiro-social.” (PMDB, 1985a, p. 20).

Igualmente, no caso do PDT – agremiação de centro-esquerda e um dos opositores do novo governo – também só foi possível encontrar manifestações contrárias à austeridade. Um bom exemplo é o do senador fluminense Roberto Saturnino Braga, à época um dos membros do PDT mais críticos à política econômica de Dornelles. Na leitura de Saturnino Braga, a ideia de retirar dinheiro do mercado via corte de gastos para combater a inflação foi ineficaz em outros contextos e, por isso, não surtiria o efeito desejado na economia brasileira (SATURNINO, 1985). Prevendo o caos na economia, Saturnino defendia que as medidas adotadas contribuiriam para elevar a inflação e o desemprego e que seus maiores beneficiários seriam os banqueiros e os prestamistas que poderiam aumentar ainda mais seus lucros (SATURNINO, 1985).

Por fim, o Partido dos Trabalhadores (PT) – partido de esquerda e um dos opositores do novo governo – apresentava um posicionamento bastante ambíguo com respeito à austeridade. Para ser mais preciso, tudo indica que nesse momento os membros do PT estavam muito mais preocupados com tópicos mais diretamente ligados aos trabalhadores, assim como as greves que eclodiam pelo país e a discussão em torno do aumento do salário mínimo. Tal fato justificaria porque não foi possível encontrar quase nenhuma tomada de posição – favorável ou contrária – de membros do partido sobre o corte de gastos implementado por Dornelles. Nesse sentido, o único exemplo que pode ser citado é uma declaração que foi feita pelo sindicalista e presidente do PT, Luís Inácio Lula da Silva, ao menos um dia antes de o governo baixar o pacote de austeridade. Na visão de Lula, a princípio a austeridade seria “extraordinária para os trabalhadores” (LULA, 1985, p. 4). Segundo Lula, antes de tirar maiores conclusões, contudo, seria necessário esperar para ver como o governo colocaria em prática tais medidas já que “de boas intenções o inferno estaria cheio” (LULA, 1985, p. 4).

A partir desse breve mapeamento pode-se tecer algumas observações: 1) ao menos nos partidos que situavam-se do centro a direita do espectro ideológico – i.e., PDS, PFL e PMDB – existiam tanto políticos favoráveis como políticos contrários ao corte de gastos; 2) o fato de um partido ser base de sustentação do novo governo – i.e., PMDB e PFL – não fazia com que seus membros fossem automaticamente favoráveis às medidas de austeridade; 3) entre os políticos favoráveis à austeridade existiam aqueles que acreditavam que era necessário não apenas aprofundá-la mas também combiná-la com outras medidas de cunho monetarista; 4) nos partidos que se situavam da centro-esquerda a esquerda – i.e., PDT e PT – os posicionamentos parecem ter ido de uma forte crítica da austeridade a uma aceitação “sob certas condições”; 5) para o único partido realmente de esquerda – i.e., o PT – pareciam existir tópicos muito mais importantes e urgentes – assim como as greves e a luta pela recomposição do salário mínimo que havia sido intensamente arrojado durante a ditadura – do que o referido corte de gastos.

No caso do campo jornalístico brasileiro, por sua vez, as tomadas de posição parecem ter sido, em sua grande maioria, bastante favoráveis às medidas de austeridade de Dornelles. Vários editoriais e também artigos assinados foram publicados em defesa da política de corte de gastos, alguns dos quais inclusive defendendo que seria possível reverter a curva inflacionária em um período de tempo relativamente curto desde que o pacote de Dornelles resistisse às pressões de seus opositores (ALÉM, 1985). Como supracitado, os

principais jornais escolhidos para embasarem a presente pesquisa de tese foram *Jornal do Brasil (RJ)*, *Correio Braziliense (DF)*, *O Estado de S. Paulo*, *Jornal do Commercio (RJ)* e *Folha de S. Paulo*. A seguir apresentamos um breve resumo da história e características ideológicas desses periódicos – complementando assim o quadro que começou a ser esboçado na introdução desta tese – e analisamos seus posicionamentos com respeito à austeridade.

O *Jornal do Brasil (RJ)* é um jornal carioca que foi fundado por Rodolfo de Sousa Dantas e Joaquim Nabuco em abril de 1891 (FERREIRA & MONTALVÃO, 2010). Em 1961 o processo de reformulação a que o *Jornal do Brasil (RJ)* vinha sendo submetido há alguns anos finalmente se consolidou (FERREIRA & MONTALVÃO, 2010). Tal reforma possibilitou que o jornal passasse a ocupar uma posição de maior relevância no campo jornalístico, adquirindo assim maior influência “[...] na formação da opinião política do país e estimulando a reestruturação gráfica dos demais periódicos.” (FERREIRA & MONTALVÃO, 2010, s/n). Não obstante as modificações realizadas, o *Jornal do Brasil (RJ)* continuou mantendo seu perfil de um órgão da imprensa de caráter “católico, liberal-conservador, constitucional e defensor da iniciativa privada” (FERREIRA & MONTALVÃO, 2010, s/n). Neste jornal, um bom exemplo de tomada de posição favorável ao corte de gastos é o editorial publicado sob o título de “Medidas fortes”. Apresentando a inflação como “[...] o maior mal, e a raiz de todos os outros”, esse editorial argumentava que as medidas de austeridade adotadas demonstravam o “[...] interesse concreto do governo em atacar de frente as principais causas da inflação no país, as quais se [alimentariam] fortemente nos déficits públicos.” (MEDIDAS, 1985, p. 10).

O *Correio Braziliense (DF)* foi fundado em Brasília por Assis Chateaubriand em abril de 1960 (BIROLI, 2010). Tendo sido criado no mesmo dia da inauguração da nova capital federal, o jornal foi o primeiro de Brasília (BIROLI, 2010). Não obstante possuir uma orientação ideológica predominantemente conservadora, o *Correio* sempre foi conhecido por sua “[...] grande habilidade para fazer conviver os contrários [...]” (D’AMORIM, 1993, p. 104). No caso do *Correio Braziliense (DF)*, um bom exemplo de posicionamento à favor da política de austeridade é o editorial intitulado “Restauração econômica”. Argumentando que em função do cenário econômico pouco estimulante do período a “Nação estava à espera de uma política de austeridade”, esse editorial defendia que as medidas de contenção de gastos “postas em vigor pelo novo governo [...] se [situavam] dentro dos compromissos da Nova República de buscar a restauração econômico-financeira nacional.” (RESTAURAÇÃO, 1985, p. 2).

O Estado de S. Paulo é um jornal paulista que foi fundado por um grupo comandado por Américo Brasiliense de Almeida Melo e Manuel Ferraz de Campos Sales em janeiro de 1875 sob o nome de *Província de São Paulo* (LEAL et al., 2010). Entre 1889 e 1890 a direção do jornal passou para as mãos da família Mesquita – nas quais permanece até hoje – e seu nome foi modificado para *O Estado de S. Paulo* (LEAL et al., 2010). Conforme Azevedo (2006, p. 103), *O Estado de S. Paulo* pode ser definido como um órgão “[...] ideologicamente [liberal] tanto do ponto de vista do ideário econômico quanto das crenças políticas.” Não obstante seu propalado liberalismo político, contudo, os posicionamentos do jornal com respeito à política nacional foram muitas vezes de cunho bastante conservador, como bem demonstra seu entusiasmado apoio ao golpe militar de 1964 (AZEVEDO, 2006). No caso *d’O Estado de S. Paulo*, um bom exemplo de tomada de posição favorável ao corte de gastos é o editorial intitulado “O governo dá o exemplo”. De acordo com o editorial, com o corte de gastos anunciado já não se poderia duvidar da firme convicção – não vista desde Castello Branco e sua equipe econômica fortemente monetarista – do “[...] governo da Nova República [de] dar prioridade ao combate da inflação [...]” (NOTAS, 1985, p. 3). A “suspensão temporária dos empréstimos e cortes definitivos [...]”, continuava o editorial, seriam medidas que poderiam produzir um “[...] choque proveitoso no sentido de se conseguir uma mudança de expectativa no tocante à taxa de inflação e possibilitar a redução das taxas de juros.” (NOTAS, 1985, p. 3).

O Jornal do Commercio (RJ) é um jornal carioca que foi fundado em outubro de 1827 pelo tipógrafo parisiense Pierre René François Plancher de La Noé. Apesar de ter surgido com uma orientação conservadora, o *Jornal do Commercio (RJ)* oscilou de posicionamento algumas vezes como, por exemplo, quando foi comandado pelo político trabalhista San Tiago Dantas (LEAL & SANDRONI, 1985.) No início da década de 1960, contudo, ele voltou “[...] à linha editorial conservadora, mantendo a ênfase no noticiário econômico, dirigido aos empresários do Rio de Janeiro.” (LEAL & SANDRONI, 1985, s/n). No caso do *Jornal do Commercio (RJ)*, um ótimo exemplo de tomada de posição em favor da austeridade é o editorial “O caminho a seguir”. Segundo o editorial, “gastar apenas o que for necessário [...] e sempre dentro das possibilidades da receita” seria o “[...] único remédio eficiente para combater a inflação, o monstro de cem cabeças.” (VÁRIAS, 1985, p. 4). Conforme essa linha de raciocínio, com a contenção dos gastos públicos – remédio preconizado pelo FMI que, apesar de já ter sido anunciado, nunca teria sido efetivamente

aplicado no país – a inflação seria eliminada ou, ao menos, significativamente reduzida (VÁRIAS, 1985, p. 4).

A *Folha de S. Paulo* é um jornal paulista que possui esse nome desde o começo da década de 1960, mas que foi “[...] precedido por outros três jornais lançados entre 1921 e 1925, todos pertencentes à Empresa Folha da Manhã S.A., denominados *Folha da Noite*, *Folha da Tarde* e *Folha da Manhã*.” (COHN et al., 2010, s/n). O início da década de 1960 marcou não apenas uma mudança no nome, mas também na condução da empresa que passou a ser comandada por Otávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho (COHN et al., 2010). Não obstante ter se posicionado nitidamente a favor do movimento que culminou com o golpe de 1964 e ser comumente caracterizada como ideologicamente conservadora, com a inauguração do regime militar a *Folha de S. Paulo* passou a se autodefinir como um jornal “liberal e democrático” e a reafirmar “[...] a convicção de que o papel da imprensa é fundamentalmente o de formar a opinião pública.” (COHN et al., 2010, s/n). Como não concordava completamente com a política governamental, a partir de então a *Folha de S. Paulo* passou a ser combatida não apenas pela esquerda, mas também pela ala mais à direita do campo político – i.e., os membros do regime militar (COHN et al., 2010). Não obstante os casos dos demais jornais aqui analisados serem bastante ilustrativos sobre o apoio concedido pela imprensa à política de austeridade de Dornelles, o caso mais interessante é, sem dúvidas, o da *Folha de S. Paulo*. Entre os dias 20 e 23 de março a *Folha de S. Paulo* publicou 4 editoriais sobre o corte de gastos nos quais foi mudando progressivamente de opinião até alcançar um posicionamento diametralmente oposto daquele defendido no primeiro texto veiculado. No dia 20 de março a *Folha* publicou o editorial intitulado “Mais clareza na economia”, no qual colocava em xeque o corte de gastos implementado. Conforme tal editorial, apesar da necessidade de algum tempo para avaliar os efeitos das medidas tomadas, o fato era que “o espaço para maiores cortes de gastos públicos” era pequeno e que tudo levava a crer que a política de austeridade afetaria não só a administração pública mas também aqueles setores que “[...] já vinham sofrendo de crônica falta de recursos há alguns meses.” (OPINIÃO, 1985c, p. 2). No dia 21 o jornal paulista publicou o editorial “Pacotes e comissões”, no qual afirmava que o corte de gastos aparentemente sinalizaria “[...] uma mudança de estilo no governo”, o qual estaria “[...] preocupado em atuar sobre as expectativas inflacionárias somente com medidas táticas sobre as quais se tem absoluto o controle.” (OPINIÃO, 1985d, p. 2). Conforme esse segundo editorial, contudo, “[...] as liberações dos recursos do Tesouro, do Banco Central e do Banco do Brasil [estariam] praticamente

paralisadas há algum tempo” de modo que “ao cortar os gastos e suspender o crédito o governo só fez oficializar uma situação que já existia.” (OPINIÃO, 1985d, p. 2). No dia 22 a *Folha* publicou o artigo “Austeridade e transparência”, no qual fazia uma espécie de defesa moral da austeridade ao argumentar que o mau uso do dinheiro público seria “inerente ao poder” e que tal leitura “[...] ainda não [teria encontrado] desmentido prático em nenhum regime, em nenhum tipo de Estado.” (OPINIÃO, 1985b, p. 2). De acordo com o texto, no caso brasileiro “a eclosão de tantos e tamanhos escândalos, coincidindo com a transição do regime militar para o civil, [teria] provocado uma onda de indignação e de reivindicações no sentido de que se [instaurasse] realmente, em todos os níveis, um governo de austeridade.” (OPINIÃO, 1985b, p. 2). Por fim, no dia 23 o jornal paulista publicou o editorial “A irrelevância dos cortes”. Como o seu nome sugere, tal editorial se posicionava tão favoravelmente à austeridade que chegava a defender que as medidas recessivas implementadas eram insuficientes. Dessa perspectiva, ainda que o corte realizado fosse “importante quanto a possíveis resultados psicológicos, [seria] bom não perder de vista a irrelevância estatística [de seus] números.” (OPINIÃO, 1985a, p. 2). O corte implementado sob o comando de Dornelles seria irrelevante sobretudo frente aos gastos concentrados nas empresas estatais (OPINIÃO, 1985a).

A partir desse breve mapeamento pode-se tecer algumas observações: 1) todos os cinco grandes jornais analisados possuíam no período analisado uma orientação ideológica predominantemente liberal-conservadora; 2) todos esses jornais se posicionavam favoravelmente ao corte de gastos e à austeridade em geral; 2) a *Folha de S. Paulo* é um exemplo de jornal que alterou radicalmente seu posicionamento com relação ao corte de gastos; 3) o caso da *Folha de S. Paulo* ilustra um expediente bastante comum entre os diferentes defensores da política de cortes, ou seja, a identificação entre a austeridade e a moralidade/eficiência no trato da coisa pública; 4) o caso da *Folha de S. Paulo* exemplifica como os jornais podem manipular a seu bel prazer, e em um curto espaço de tempo, diferentes narrativas sobre os efeitos de uma dada política estatal.

3.3.2 As grandes derrotas iniciais do grupo de Dornelles: os casos do Banco Sul Brasileiro e do Programa de Emergência

Conforme o quadro clínico de Tancredo piorava, Sarney imprimia cada vez mais um estilo de condução da economia que, muitas vezes, se afastava bastante do governo austero prometido pelo presidente eleito. Como argumenta Magalhães (1985, p. 36):

A visão monetarista da Fazenda predominou enquanto se acreditava na rápida recuperação de Tancredo Neves. Na medida em que se reduzia a probabilidade de volta do presidente eleito, passou a comandar o processo algo usualmente classificado como as teses do PMDB paulista, valorizadas pelo alto patrocínio do Dr. Ulysses Guimarães.

Nesse sentido, o desfecho do caso do Banco Sul Brasileiro pode ser considerado como uma das primeiras grandes decisões econômicas de Sarney fora do receituário de austeridade tancredista e, por conseguinte, como uma das grandes derrotas iniciais do ministro Dornelles no espaço dos *economic policy makers*. Grupo financeiro gaúcho responsável por empregar mais de 17 mil funcionários, o Banco Sul Brasileiro já se encontrava sob intervenção do Banco Central desde fevereiro de 1985 em razão de problemas de liquidez⁵⁹ (BC, 1985). Nesse caso, como em outros, Dornelles e o presidente do Banco Central, Antônio Lemgruber, adotaram uma “posição ortodoxa” e defenderam “[...] uma solução para a crise sem que o setor público [desembolsasse] um centavo.” (BANCÁRIOS, 1985, p. 25).

Fora do espaço dos *economic policy makers*, a solução aventada por Dornelles e seus aliados gerou reações contrárias de diferentes grupos de pressão e *opinion makers*. Apesar de eventuais manifestações de banqueiros individuais em favor da liquidação extrajudicial da instituição⁶⁰, outros membros do mercado financeiro – como os bancos de investimento organizados na Associação Nacional dos Bancos de Investimento (Anbid) – buscavam encontrar uma “solução de mercado” para a situação do Sul Brasileiro (BANQUEIRO, 1985a; ANBID, 1985). Do mesmo modo, tanto o governo do Estado do Rio Grande do Sul e os congressistas gaúchos, como os funcionários do Banco Sul Brasileiro – organizados em torno de uma comissão de bancários composta por representantes de todo o Brasil e encabeçada pelo Sindicato dos Bancários de Porto Alegre – e os seus acionistas – organizados na

⁵⁹ Um dos principais bancos gaúchos do período, o Banco Sul Brasileiro foi criado em 1972 a partir da fusão entre o Banco Nacional do Comércio (Banmercio), o Banco Industrial e Comercial do Sul (Sulbanco) e o Banco Província do Rio Grande do Sul.

⁶⁰ Um bom exemplo é o vice-presidente do Banco Real, Juarez Soares, que declarou-se favorável à liquidação porque entendia que era injusto a população pagar pelos resultados da má administração privada (BANQUEIRO, 1985a).

Associação Nacional dos Investidores – buscavam evitar a eventual liquidação do grupo (PARA, 1985; BANCÁRIOS, 1985).

Os acionistas se dispuseram a participar com parte do capital para evitar a liquidação (PARA, 1985), enquanto que os bancários iniciaram uma ofensiva pública contra a aplicação da medida sob o argumento de que “[...] além das consequências sociais e econômicas que [traria] ao país, seria mais onerosa para os cofres públicos que uma solução negociada.” (BANCÁRIOS, 1985, p. 25). Essa comissão de bancários tentou chegar a um acordo com o ministro Dornelles (BANCÁRIOS, 1985). Do mesmo modo, políticos gaúchos como Siegfried Heuser (PMDB-RS) – que após a vitória da chapa Tancredo/Sarney manifestaram-se contra o continuísmo e a presença de Dornelles na Nova República – entraram em contato com o ministro da Fazenda exigindo a salvação do Banco Sul Brasileiro. A resposta do governo veio imediata e agressiva: não daria dinheiro para “nenhum ladrão” (AGORA, 1985).

Após o fracasso das negociações a opção da comissão de bancários e dos políticos gaúchos foi angariar apoio entre membros influentes do governo Sarney (BANCÁRIOS, 1985). Tais articulações forçaram Dornelles a abandonar sua posição em defesa da austeridade (AGORA, 1985). Conforme o *Correio Braziliense (DF)*, isso ocorreu porque o presidente do PMDB e homem-chave da Aliança Democrática, Ulysses Guimarães, orientou Sarney a optar pela estatização temporária do Banco Sul Brasileiro⁶¹ (AGORA, 1985). Tudo leva a crer que Dornelles não conseguiu sustentar sua “posição de durão” sobretudo porque nesse momento já estava bastante claro que “[...] a sua retaguarda, o presidente Tancredo, muito dificilmente [escaparia] da enfermidade.” (AGORA, 1985, 27). Ainda segundo o *Correio Braziliense (DF)*, na ausência do tio Tancredo e contando somente com o “[...] respaldo do governador Hélio Garcia, Dornelles não poderia continuar determinando os passos dos recursos de forma absoluta, sem aplicar nenhum critério político, mas apenas negando dinheiro aos pedintes, independentemente de sua cor ideológica.” (AGORA, 1985, 27).

A outra grande derrota de Dornelles no período veio com a notícia – publicada em 9 de abril de 1985 pela imprensa – de que Sarney havia solicitado à sua equipe econômica e, em especial, ao ministro do Planejamento João Sayad, que elaborasse um Programa de Emergência para as populações de baixa renda com base nas diretrizes formuladas pela

⁶¹ Como se poderia esperar, o salvamento do Banco Sul Brasileiro – numa operação que custaria para o governo o vultoso montante de 900 bilhões de cruzeiros – acabou gerando resistências de certos grupos. No campo político, parlamentares nordestinos de diferentes partidos decidiram se mobilizar para dificultar a tramitação do projeto de salvamento da instituição financeira sulista caso não fosse destinado a mesma quantia de recursos para o pauperizado Nordeste (CONGRESSO, 1985).

extinta Comissão para o Plano de Ação do Governo (Copag) (FROTA NETO, 1985). Coordenada pelo então secretário de Planejamento do Estado de São Paulo e membro dos “novos economistas paulistas”, José Serra, e contando com membros com visões sobre a economia tão díspares como Sebastião Marcos Vital – monetarista da FGV-RJ ligado à Dornelles – e Celso Furtado⁶² – renomado desenvolvimentista da Cepal –, a Copag foi criada pela Aliança Democrática no final do ano de 1984 para atuar como uma espécie de assessoria econômica da chapa Tancredo/Sarney (FROTA NETO, 1985). Apesar de ter sido instituída – conforme uma parlamentar da assessoria de Tancredo – com a importante missão de “estabelecer medidas econômicas de curto, médio e longo prazo” (ALIANÇA, 1984, p. 3), na prática a Copag acabou sendo uma comissão natimorta que teria servido sobretudo para entreter membros da Aliança Democrática e imprensa (CANTANHÊDE, 1985c; TANCREDO, 2002). Nesse sentido, não obstante o governo interino de Sarney ter negado qualquer leitura nessa direção, a adoção de medidas contidas no relatório da Copag foi interpretada como uma “manifestação contrária às diretrizes da política econômica do Ministério da Fazenda.” (FROTA NETO, 1985, p. 4). Apesar das declarações de membros do governo de que Dornelles não havia feito restrições ao Programa de Emergência proposto (ULYSSES, 1985b), no âmbito político saltava aos olhos “[...] a inequívoca impressão de que esse plano não [contava] com as simpatias do ministro [da Fazenda] [...]” (FROTA NETO, 1985, p. 4).

Abordando esse enfraquecimento da posição Dornelles e da agenda contracionista preconizada por Tancredo Neves, no dia 14 de abril de 1985 o membro da editoria de economia do *Correio Braziliense (DF)*, Eduardo Brito, publicou um artigo sob o sugestivo título de “Austeridade já encontra obstáculos”. Como argumenta Brito (1985), apesar de estarem respaldadas no programa econômico proposto por Tancredo – o qual poderia ser

⁶² Filho de um desembargador paraibano, Celso Furtado se graduou em direito e iniciou sua carreira como profissional do setor público atuando no Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp) (GUIDO, 2010). A atuação de Celso Furtado no campo dos economistas se iniciou com seu ingresso na FGV-RJ onde trabalhou com o economista austríaco Richard Lewinsohn (GUIDO, 2010). Alguns anos depois Furtado foi para Santiago do Chile para trabalhar na recém-criada Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) da ONU (GUIDO, 2010). Ao retornar ao Brasil, Furtado atuou no BNDE e ajudou a criar a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) (GUIDO, 2010). Ao assumir a presidência, João Goulart convidou Furtado – que era então superintendente da Sudene – para ser ministro do Planejamento (GUIDO, 2010). Com o fracasso do plano de estabilização e desenvolvimento econômico implementado por sua equipe, João Goulart resolveu realizar mudanças no ministério e Furtado retornou para a Sudene (GUIDO, 2010). Com o golpe militar, todavia, Furtado não apenas deixou a Sudene como ainda foi incluído na primeira lista de indivíduos que tiveram seus direitos políticos cassados pelo Ato Institucional nº 1 (GUIDO, 2010). Furtado então deixou o Brasil e foi atuar em instituições de ensino e pesquisa de países como Chile, EUA, França e etc. (GUIDO, 2010). Com a anistia em 1979, Furtado retornou ao Brasil e se filiou ao PMDB (GUIDO, 2010). Defensor da redemocratização, em 1984 Furtado participou ativamente da campanha da chapa Tancredo/Sarney à presidência da República (GUIDO, 2010).

sintetizado na máxima do “é proibido gastar” – as medidas de corte de gastos adotadas por Dornelles nos primeiros dias do novo governo encontravam resistência não apenas entre os economistas do PMDB – os quais, como se sabe, partiam em sua maioria de perspectivas pouco afeitas à austeridade fiscal. Dentro do próprio governo existiam diversos ministros, presidentes de instituições estatais e etc. ávidos pelos recursos necessários para iniciarem a execução de seus projetos (BRITO, 1985).

Em função destes e outros fatores, as divergências existentes no espaço dos *economic policy makers* – antes “[...] apresentadas apenas como um confronto teórico entre “monetaristas” e “desenvolvimentistas”.” (CARVALHO, 1985b, p. 13) – foram se tornando cada vez mais nítidas e intensas e a posição de Dornelles – sem dúvida o ministro mais comprometido com o projeto de austeridade de Tancredo – mais enfraquecida e delicada (BRITO, 1985). Apesar disso, dias antes do falecimento de Tancredo parecia ser unânime entre os círculos políticos próximos à Sarney a opinião de que Dornelles não seria excluído a curto prazo da equipe econômica governamental, exceto se a iniciativa partisse dele próprio (CARVALHO, 1985b). Conforme tais fontes, a princípio o afastamento imediato de Dornelles estaria fora de cogitação porque a interpretação corrente era a de que ele continuava “[...] respaldado pelo menos em termos emocionais como sobrinho de Tancredo Neves, além de ter sido uma alternativa mais viável politicamente do que a entrega da Fazenda a um banqueiro [...]” (CARVALHO, 1985b, p. 13). Como é possível observar, o campo cognitivo e moral⁶³ vai se transformando e acomodando o questionamento da ideia de austeridade associada à uma figura particular, Dornelles.

A manutenção de Dornelles não significava, porém, o seu protagonismo como condutor da política econômica tal como teria sido no governo de Tancredo. Com efeito, conforme Sarney se fortalecia como presidente, o ministro do Planejamento, João Sayad, adquiria maior influência no espaço dos *economic policy makers*, ao passo que Dornelles via sua posição enfraquecida. E a posição de Sarney tornava-se mais firme a cada dia. Ainda durante os dias imediatamente anteriores ao falecimento de Tancredo, as então cinco maiores entidades patronais do país – i.e., Confederação Nacional das Indústrias (CNI), Confederação Nacional do Comércio (CNC), Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Confederação Nacional dos Transportes (CNT) e Confederação Nacional dos Bancos (CNB) – declararam

⁶³ O campo cognitivo e moral é composto pelos esquemas cognitivos de percepção – o *eidos* – e pelo os esquemas éticos e estéticos de avaliação – o *ethos* – que são compartilhados coletivamente por um dado conjunto de agentes sociais (DOUGLAS, 2007; BOURDIEU, 1996b, 2013).

apoio ao governo de Sarney desde que ele levasse a cabo a política de austeridade⁶⁴ e o pacto social⁶⁵ prometidos por Tancredo durante a campanha (PIRES, 1985; EMPRESÁRIOS, 1985d). Concomitantemente, o ministro-chefe do Gabinete Civil, José Hugo Castello Branco, declarou que Sarney deveria formar seu próprio governo e esquecer de Tancredo Neves já que a opinião dos médicos era de que ele não poderia assumir a presidência por um longo tempo (JOSÉ, 1985). Numa atitude que foi interpretada como uma primeira manifestação de apoio da ala tancredista⁶⁶ do governo visando “[...] liberar Sarney de empecilhos no exercício pleno na presidência”, José Hugo repetiu o bem conhecido argumento de que no regime presidencialista os cargos de ministro pertencem ao presidente e que ele pode mudar seus titulares a seu bel-prazer (JOSÉ, 1985, p. 7).

Enquanto isso, o ministro Dornelles trazia uma narrativa catastrófica acerca da situação econômica brasileira. Com o intuito de angariar apoio para a sua política de austeridade, Dornelles mobilizava a atenção da sociedade para o quadro “bem mais do que calamitoso, quase inadministrável” em que se encontrava a economia nacional (FONSECA, 1985b). Conforme os dados apresentados pelo ministro da Fazenda, o governo Figueiredo – do qual, vale lembrar, tanto ele como Sarney fizeram parte – teria deixado como “herança” um déficit público de cerca de 60 trilhões de cruzeiros (FONSECA, 1985b). A própria mensuração do déficit, todavia, foi alvo de uma série de divergências. Negando a narrativa catastrófica de Dornelles, o professor de economia da UNB e ex-chefe da assessoria econômica da chapa Tancredo/Sarney, Dércio Garcia Munhoz, argumentou que o déficit divulgado pelo governo seria absurdo “[...] diante, por exemplo, de um Orçamento Fiscal estimado inicialmente [...] em 83 trilhões de cruzeiros.” (SESSENTA, 1985, p. 36). Na visão

⁶⁴ O grande empresariado condicionou seu apoio a Sarney à intenção do então presidente “[...] de efetivamente implementar as diretrizes econômicas delineadas por Tancredo Neves e de adotar uma política de austeridade que [resultasse] no real controle do principal foco dos problemas [...] enfrentados pelo país, o déficit público.” (PIRES, 1985, p. 13). Assim, os empresários pediam a manutenção da austeridade, mas não necessariamente dos seus maiores defensores dentro do espaço dos *economic policy makers*, ou seja, Dornelles e seus aliados.

⁶⁵ Na leitura destes empresários, a realização de um pacto entre trabalhadores e empresariado seria uma pré-condição essencial para que o país retomasse a trajetória de crescimento econômico (EMPRESÁRIOS, 1985d). Esse grupo de empresários – que se apresentava como relativamente progressista quando comparado com seus “amigos mais conservadores” que sequer admitiam a ideia de um acordo com os trabalhadores – declaravam disposição a conceder aos empregados todos os seus direitos desde que as empresas funcionassem adequadamente (EMPRESÁRIOS, 1985d). Contudo, tais empresários advertiam que para que essa trégua entre capital e trabalho se concretizasse seria necessário primeiro que o governo baixasse os juros bancários (EMPRESÁRIOS, 1985d).

⁶⁶ O grupo tancredista era formado pelos ministros sem filiação partidária escolhidos na cota pessoal de Tancredo (JOSÉ, 1985). Como demonstrado acima, Dornelles fazia parte desse grupo.

de Munhoz, esse enorme valor só poderia ser fruto de “[...] uma confusão entre o conceito de déficit e o de necessidade de recursos, que [então era] empregado pelo FMI.” (SESSENTA, 1985, p. 36). Alguns dias depois, contudo, Dornelles declarou – durante pronunciamento no Congresso Nacional – que o déficit público seria, na verdade, de 84 trilhões de cruzeiros, ou seja, maior do que o próprio Orçamento Fiscal e cerca de 6% do PIB brasileiro na época (LANGONI, 1985).

Em artigo publicado no *Jornal do Brasil (RJ)*, o professor da FGV-RJ e ex-presidente do Banco Central, o economista monetarista Carlos Geraldo Langoni, endossou a narrativa de Dornelles ao defender que seu pronunciamento foi importante e que “o conceito de caixa utilizado facilitou a compreensão da natureza exata do déficit público [...]” (LANGONI, 1985, p. 22). Na visão do primeiro “Chicago boy”⁶⁷ brasileiro, apesar de sua magnitude, o valor do déficit apresentado aos parlamentares deveria estar inclusive subestimado por não levar em conta, por exemplo, um conjunto de subsídios concedidos pelo governo (LANGONI, 1985). A professora da UFRJ e Unicamp e economista do PMDB, Maria da Conceição Tavares, por outro lado, argumentou – em entrevista concedida *Jornal do Brasil (RJ)* – que a mensuração realizada por Dornelles misturava elementos indevidamente e que seu pronunciamento “[...] não deu às contas públicas maior transparência do que havia na Velha República.” (CRÍTICAS, 1985a, p. 24). Partidária da heterodoxia, Conceição Tavares defendeu que só se poderia aceitar uma estimativa tão exagerada “[...] caso fosse para efeito externo, isto é, para obter a concordância do FMI com metas mais flexíveis de expansão monetária, e menos cortes de despesas essenciais.” (CRÍTICAS, 1985a, p. 24). Conforme a economista, contudo, o mais provável seria que o número apresentado levasse o FMI a exigir ainda menos expansão monetária e maior controle nos gastos públicos (CRÍTICAS, 1985a). Apesar de não passar de mera especulação, poder-se-ia questionar se ao apresentar um déficit público dessa magnitude o objetivo de Dornelles e seus aliados não era de fato submeter o Brasil a um ajustamento econômico ainda mais rígido.

Controvérsias à parte, para cobrir o déficit público Dornelles admitiu inclusive a possibilidade de aumento dos impostos frisando, todavia, o objetivo primeiro de reduzir os gastos públicos (DORNELLES, 1985a). Como não poderia deixar de ser, os veículos da

⁶⁷ A expressão “Chicago boy” foi utilizada para se referir a um grupo de “[...] economistas, todos jovens, que fizeram mestrado e/ou doutorado na Universidade de Chicago, considerada o grande centro de estudo do liberalismo econômico. Todos eles voltaram para o Chile e, convidados pelo ditador Augusto Pinochet, aplicaram na prática o, na época, novo modelo de condução da economia.” (SANT’ANA, 2018, s/n). Tal termo disseminou-se para outros países latino-americanos, sendo que no Brasil o primeiro economista a obter um doutorado em Chicago e ser considerado um Chicago boy foi Carlos Langoni.

imprensa – a exemplo do *Correio Braziliense (DF)* – reverberaram a tomada de posição do ministro da Fazenda ao falarem sobre o “legado trágico” deixado pelo regime militar e sobre como tal rombo no orçamento dificultaria inclusive a implementação do Programa de Emergência encomendado por Sarney ao ministro do Planejamento João Sayad (LEGADO, 1985). Como supracitado, jornais como *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil (RJ)*, *Correio Braziliense (DF)*, etc. compartilhavam com Dornelles a mesma inclinação conservadora em política e liberal em economia tão bem como o desejo de levar a cabo a liberalização econômica do Brasil. Em função dessa “afinidade de *habitus*” e “solidariedade de interesses”, os veículos da imprensa eram bastante simpáticos a Dornelles e a política de austeridade por ele implementada.

Alguns dias após o falecimento de Tancredo Neves – que como supracitado ocorreu em 21 de abril de 1985 – Dornelles e outros ministros entregaram ao presidente Sarney um pedido de exoneração de seus cargos (CARGOS, 1985). Conforme reportagem do *Correio Braziliense (DF)*, para Dornelles sua situação seria “[...] muito “particular” pois além de ocupar cargo de confiança, era sobrinho de Tancredo Neves e não foi indicado pela Aliança Democrática.” (MUITO, 1985, p. 3). Como resposta, Sarney disse-lhe que ele permaneceria no cargo em função não apenas da confiança nele depositada como por sua já comprovada competência profissional (MUITO, 1985). Embora rejeitando o pedido de demissão e alegando confiança em Dornelles, na prática Sarney decidiu fortalecer a posição do anti-monetarista do PMDB paulista, o ministro do Planejamento João Sayad, como condutor da política econômica (CANTANHÊDE, 1985d).

3.3.3 As disputas em torno da dívida externa e a queda do diretor da Área Externa do Banco central: uma vitória momentânea para o grupo de Dornelles

Ao lado do déficit público e da inflação – que na visão do grupo de Dornelles, dos representantes do grande empresariado, de muitos políticos e da grande imprensa seriam resolvidos por meio da austeridade fiscal –, outro tema relevante e delicado no período analisado era a questão da dívida externa. Quando o governo Sarney assumiu a presidência em 1985 a dívida externa brasileira ultrapassava os 100 bilhões de dólares, maior débito do chamado terceiro mundo (CAMPERO, 1985). Cerca de 60% desse montante era devido a bancos estadunidenses de grande e pequeno porte (CAMPERO, 1985). Em razão de um

contrato que Durkheim (1993) consideraria como “leonino”⁶⁸, durante a ditadura o Brasil se comprometeu a pagar “[...] taxas de juros flutuantes e elevadíssimas em termos reais” – mínimo de 20% ao ano (BUENO, 1985a, p. 2). Tal fato foi determinante para que a dívida externa crescesse de forma vertiginosa, passando de 3 bilhões de dólares em 1964 para 104 bilhões de dólares em 1984 (DÍVIDA, 1985). Em razão desse acordo leonino o Brasil acabou submetido “[...] a uma brutal transferência de recursos para o exterior” ao ser obrigado a “[...] gerar anualmente um superávit comercial gigantesco para fazer frente aos juros da dívida.” (BUENO, 1985d, p. 2).

3.3.3.1 *Negociação técnica versus negociação política: uma trajetória e linguagem fora do padrão americanizado*

Nesse momento, duas formas principais de se abordar a questão da dívida externa eram colocadas. Uma delas advogava um tratamento “técnico” da dívida, ou seja, uma negociação conduzida sobretudo pelos técnicos dos bancos envolvidos e com foco em questões “menores” como “[...] o percentual do *spread* ou os prazos de amortização [...]” (COSTA, 1985, p. 4)⁶⁹. É interessante notar que o valor da taxa de *spread* é diretamente proporcional à percepção quanto ao risco de se investir num dado país⁷⁰. Como argumenta Grün (2013), no caso do Brasil a categorização como país arriscado para investir tem sido um expediente recorrente em diversas disputas culturais e econômicas. Com efeito, tende a reinar entre investidores e prestamistas a visão de que no Brasil “correriam mais riscos do que em outros países.” (GRÜN, 2013, p. 196). Dessa perspectiva, “o povo brasileiro lidaria mal com os contratos firmados e, inclusive as autoridades que deveriam impor aos particulares o cumprimento de suas obrigações, não o fazem, deixando de lado, elas mesmas, seus próprios deveres.” (GRÜN, 2013, p. 196). Nesse sentido, caso o governo da Nova República adotasse

⁶⁸ Contrato leonino é todo acordo “[...] em que uma das partes é explorada pela outra, por ser a mais fraca [...]” (DURKHEIM, 1993, pp. 404-405).

⁶⁹ Os prazos de amortização da dívida referem-se à periodicidade com que devem ser realizados “[...] os pagamentos do principal, ou seja, do valor original que foi tomado emprestado pelo governo, acrescido de atualização monetária.” (TESOURO NACIONAL, 2021, s/n).

⁷⁰ O risco-país indica o nível de rendimento que um dado título soberano – i.e., um título emitido por um país qualquer – deve pagar a mais em relação a um título soberano livre de risco (e.g., os títulos emitidos pelos EUA). Quanto maior é o risco de um país, maior é o valor que ele paga de rendimento em relação ao título soberano livre de risco, sendo que tal diferença é o chamado *spread* (BONA, 2020).

a abordagem dita técnica ele seguiria o caminho preconizado pelos credores internacionais e organizações multilaterais passando assim uma mensagem de credibilidade. Sendo percebido internacionalmente como um país menos arriscado, o Brasil poderia pleitear uma redução na taxa de *spread*. O preço disso, no entanto, seria o manter intocado o acordo leonino firmado pelos militares.

A outra abordagem defendia um tratamento “político” para a dívida: uma negociação conduzida à nível do próprio governo e com foco em modificações mais “profundas” (COSTA, 1985; BUENO, 1985d). Por envolver propostas como a capitalização dos juros⁷¹ ou mesmo sua redução, a abordagem dita política era considerada bastante controversa pelos EUA, FMI, Banco Mundial, etc. (COSTA, 1985; BUENO, 1985d). Na Nova República anunciada por Tancredo Neves e seus aliados, a promessa era abandonar a chamada orientação tecnocrática que teria marcado o período ditatorial e tratar a dívida externa e, de uma forma mais geral, a própria economia como uma questão política. Com efeito, no próprio texto de fundação da Aliança Democrática era proposta “uma reprogramação global da dívida externa, em condições que [preservassem] o povo de sacrifícios insuportáveis e [resguardassem] a soberania nacional.” (COMPROMISSO, 1984, p. 4). Em entrevista publicada em 15 de março de 1985 – data em que o novo governo tomou posse –, Tancredo Neves seguiu uma linha análoga ao argumentar que no processo de renegociação da dívida o Brasil respeitaria as regras que regem as transações financeiras internacionais, mas que “[...] os credores, de seu lado, [precisariam] reconhecer que um país de mais de 120 milhões de habitantes com problemas sociais prementes não [poderia] parar de crescer.” (QUEREMOS, 1985, p. 3)⁷². De forma análoga, José Sarney – então presidente interino devido à internação de Tancredo – defendeu que “a dívida externa criou barreiras intransponíveis” ao país e que o êxito ou fracasso do novo governo dependeria da sua habilidade em negociá-la (SARNEY, 1985e, p. 6).

Nesse contexto, o presidente do Banco Central, Antônio Lemgruber, – indicado como responsável pelo processo de renegociação – deu a entender que o novo governo iria tratar a dívida externa como uma questão política (LEMGRUBER, 1985). No entanto, mais uma vez o discurso e as ações dos *economic policy makers* não coincidiram. Embora emitindo

⁷¹ A capitalização parcial dos juros da dívida foi proposta por exemplo no relatório da Copag. Tal proposta implicava no “[...] adiamento dos juros a pagar a cada ano” sendo que “uma parcela desse pagamento seria adicionada ao principal da dívida.” (BUENO, 1985d, p. 2).

⁷² Sobre esse ponto, é válido ressaltar que, no período imediatamente anterior à posse do seu governo, Tancredo mantinha um posicionamento bastante dúbio com relação à dívida externa. Ora ele “[...] se mostrava favorável a um tratamento político, ora [a] um tratamento técnico.” (BANQUEIRO, 1985b, p. 1).

declarações favoráveis ao tratamento político da dívida, na prática Lemgruber e Dornelles se articulavam para reproduzir o acordo firmado durante o regime militar, o qual implicava manter a enorme transferência de renda para exterior (RENEGOCIAÇÃO, 1985; BUENO, 1985d).

Contudo, um dos *economic policy makers* envolvido com a questão da dívida estava realmente disposto a dar um rumo diferente às negociações. Diretor da Área Externa do Banco Central e primeiro representante do novo governo a entrar em contato com a comunidade financeira internacional, Sérgio de Freitas decidiu levar adiante a ideia de um tratamento político. Assim, durante 26º Assembleia de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), realizada no final de março de 1985 em Viena, Sérgio de Freitas mudou o tom do diálogo até então mantido com os credores internacionais (BRASIL, 1985a). Ele fez um pronunciamento firme no qual defendeu que “[...] todas as peças envolvidas no endividamento da América Latina (países credores, devedores, bancos e organizações multilaterais) [deveriam] examinar, com urgência, a reestruturação da dívida, pois o continente não [poderia] permanecer em permanente recessão.” (BRASIL, 1985a, p. 19). Cabe aqui o enquadramento desta tomada de posição: não apenas evidencia o caráter político e assimétrico da renegociação da dívida, como ainda faz um convite de reflexão à toda América-Latina. Referindo-se especificamente ao caso brasileiro, Sérgio de Freitas argumentou que o país não exportava mais porque eram impostas “quotas, ao mesmo tempo em que juros anormais [sobrepunham] novas dívidas à dívida anterior [...]” (BRASIL, 1985a, p. 19). Em tom de denúncia, Sérgio de Freitas apontou os constrangimentos impostos ao país pelo caráter inadmissível da dívida.

De um modo geral, os dados analisados indicam que o posicionamento de Sérgio de Freitas a respeito da dívida externa lançava raízes nomeadamente nas especificidades de seus capitais cultural, internacional e social. Em primeiro lugar, Sérgio de Freitas não possuía uma formação “convencional” em economia. Com efeito, apesar de atuar no setor financeiro, ele graduou-se originalmente em engenharia pela UFRJ e, num segundo momento, especializou-se em análise econômica em um curso oferecido pelo Ministério do Planejamento. Em decorrência disso, tudo indica que durante sua formação Sérgio de Freitas tenha tido relativamente pouco contato com a ciência econômica em geral e com a teoria monetarista em particular. Do mesmo modo, não obstante ser dotado de um considerável capital internacional – acumulado, em boa medida, durante a sua atuação na área internacional do Banco Itaú –, os dados analisados indicam que Sérgio de Freitas não possuía o que se chamou aqui de

“trajetória americanizada”. Como não havia estudado e/ou trabalhado nos EUA, o capital internacional de Sérgio de Freitas não era de matriz estadunidense assim como, por exemplo, o de Dornelles e Lemgruber.

Tal fato igualmente parece ter contribuído para que Sérgio de Freitas falasse uma linguagem bastante distinta dos axiomas monetaristas – nesse momento em alta devido, entre outras coisas, à intensa atuação do governo Reagan – que eram mobilizados tanto pelo ministro da Fazenda e o presidente do Banco Central brasileiros como pelo FMI e os credores internacionais. Esse posicionamento dissonante com respeito à negociação da dívida foi reforçado ainda pelos laços sociais possuídos por Sérgio de Freitas. Com efeito, o posicionamento de Freitas coincidia com o de seu amigo e ex-chefe no Banco Itaú e na Prefeitura de São Paulo, o então ministro das Relações Exteriores Olavo Setúbal. O chanceler Setúbal – que ao que tudo indica foi o “padrinho” de Sérgio de Freitas no Banco Central⁷³ – defendia que a questão da dívida não seria resolvida “[...] simplesmente com o aumento das exportações ou pelo desenvolvimento normal do mercado [...]” e insistia na “[...] necessidade de negociações políticas para o tratamento da dívida latino-americana.” (SARNEY, 1985d, p. 6). Como consequência, o tom do discurso de Sérgio de Freitas agradou ao Itamaraty, enquanto que, por outro lado, desagradou ao Ministério da Fazenda e Banco Central e gerou mal-estar entre os banqueiros internacionais. Receosos de que seu discurso representava o início de uma nova postura do Brasil no tratamento da dívida, os banqueiros se apressaram em procurar o diretor do Banco Central “[...] para saber se o posicionamento defendido por ele era o pensamento do governo brasileiro.” (DISCURSO, 1985b, p. 6). Ao contrário do que temiam os credores internacionais, contudo, esse ainda não foi o momento de uma reconversão⁷⁴ no modo de tratamento da dívida externa – o qual, como será demonstrado no quarto capítulo, somente ocorreu após a saída de Dornelles e a ascensão de Dílson Funaro ao Ministério da Fazenda.

⁷³ Segundo reportagem do *Correio Braziliense (DF)*, Sérgio de Freitas teria sido “[...] colocado no cargo por indicação da Frente Liberal e do ministro das Relações Exteriores, Olavo Setúbal [...]” (PERSISTE, 1985, p.7). Outras fontes, contudo, afirmam que sua escolha teria sido uma opção pessoal do presidente da instituição, Antônio Lemgruber, após outro diretor de banco privado que era cotado para o cargo recusá-lo (INTRIGAS, 1985). A julgar pelos dados disponíveis a segunda hipótese parece bem menos factível do que a primeira.

⁷⁴ Bourdieu utiliza a noção de reconversão sobretudo para designar o processo de transformação de uma espécie de capital em outra – tal como a conversão de capital escolar em capital econômico via mercado de trabalho (BOURDIEU, 2013). Na presente tese mobilizamos tal conceito para sinalizar não uma estratégia de reprodução social – como faz originalmente Bourdieu (2013) – mas sim uma estratégia de gestão do Estado. Trata-se de um deslocamento do um modo particular de condução da dívida externa em direção a um modelo de tratamento agora considerado – em razão de transformações ocorridas dentro e fora do espaço dos *economic policy makers* – como mais rentável e/ou legítimo (BOURDIEU, 2013).

No início da segunda quinzena de abril, Sérgio de Freitas e Antônio Lemgruber se dirigiram aos EUA para participarem da reunião do Comitê Interino do FMI/Banco Mundial e iniciarem as conversações com figuras como o diretor executivo do FMI, Jacques de Larosière, e o vice-presidente do *Citibank* e presidente do comitê assessor dos bancos para negociação da dívida, William Rhodes⁷⁵. Durante a referida reunião, Antônio Lemgruber leu o discurso de João Sayad que originalmente seria o chefe da missão, mas que acabou permanecendo no Brasil. Nesse momento as divergências entre o Ministério do Planejamento e o Ministério da Fazenda/Banco Central com respeito à renegociação da dívida já eram bastante nítidas (BUENO, 1985e).

Em decorrência disso, Lemgruber conservou do discurso de Sayad apenas uma defesa mais genérica do tratamento político da dívida externa e vetou as partes mais duras e substanciais nas quais o ministro do Planejamento “[...] defendia taxas de juros fixas e menores [que as então vigentes] para o pagamento da dívida.” (BUENO, 1985e, p. 2). Propostas como essas desagradavam não apenas aos banqueiros internacionais – seus naturais opositores, haja vista elas implicariam numa redução de seus lucros – mas também à Dornelles e Lemgruber que – como autoridades econômicas brasileiras – deveriam em tese lutar pelos interesses nacionais.

Todavia, tais agentes tendiam a possuir não apenas consideráveis níveis de americanização, ligações com instituições de ensino e pesquisa de orientação monetarista e com o sistema financeiro nacional, mas também considerável proximidade com o próprio FMI. Dornelles, Lemgruber, Júlio Senna e Roberto Castello Branco –, por exemplo, eram bastante próximos da então chefe-adjunta da Divisão do Atlântico do FMI, a economista Ana Maria Jul⁷⁶ (JUL, 1984; AHMED et al, 1985b). Responsável por monitorar a economia brasileira no início da década de 1980, Ana Maria Jul frequentava órgãos estatais e instituições acadêmicas nacionais e por isso dialogava constantemente tanto com Dornelles –

⁷⁵ Natural de Nova Iorque (EUA), William Rhodes graduou-se em história na Universidade de Brown (WRRGA, 2021). Profissional do setor privado, Rhodes fez a maior parte de sua carreira no *Citibak* (WRRGA, 2021). Nessa instituição, ele ocupou importantes cargos executivos ligados à área internacional tais como vice-presidente para Venezuela e Antilhas Holandesas e vice-presidente sênior para América-Latina e Caribe (WRRGA, 2021). Na década de 1980, Rhodes assumiu os postos de presidente do Comitê de Reestruturação do *Citibank* e presidente do comitê assessor dos bancos para negociação da dívida, ambos responsáveis por tratar de questões relativas à dívida externa dos países do chamado terceiro mundo (WRRGA, 2021).

⁷⁶ Nascida no Chile, Ana Maria Jul graduou-se em economia na Universidade do Chile e doutorou-se em economia na Universidade da Pensilvânia (YORK, 1985). Jul fez a maior parte de sua carreira no próprio FMI, tendo ocupado postos como subdiretora do Departamento do Hemisfério Ocidental e diretora executiva em representação do Chile e outros cinco países do chamado Cone Sul (YORK, 1985). É digno de nota que a tese de doutorado de Jul teve a economia brasileira como tema.

à época secretário da Receita Federal – quanto com Lemgruber, Senna e Castello Branco – então docentes/pesquisadores da FGV-RJ (JUL, 1984; AHMED et al, 1985b;). Em razão dessas especificidades de suas trajetórias, Dornelles e parte de sua equipe compartilhavam profundamente da *doxa* neoliberal que se disseminava internacionalmente.

Ao falarem exatamente a mesma linguagem e concordarem quase que integralmente com os termos do FMI e dos credores internacionais, o ministro da Fazenda e seus aliados mais próximos demonstravam não apenas uma “afinidade de *habitus*” – derivada sobretudo da significativa americanização e da forte proximidade ao monetarismo –, mas também uma “solidariedade de interesses” – derivada principalmente do desejo de levar a cabo o projeto de liberalização da economia brasileira – com seus interlocutores (BOURDIEU, 1998, 2001b).

Nesse contexto de nítido arrefecimento da ideia de um tratamento político da dívida, a permanência de Sérgio de Freitas no governo se tornou insustentável e ele acabou pedindo demissão (DISCURSO, 1985b). Ao que tudo indica, o pedido de exoneração de Sérgio de Freitas coincidiu com o pedido coletivo de demissão pós falecimento de Tancredo Neves entregue em 26 de abril de 1985. Como já mencionado, nessa ocasião Sarney declarou confiar no trabalho de Dornelles e o manteve como ministro da Fazenda (BANCO, 1985). Após ser confirmado no cargo, Dornelles então solicitou à Sarney que deferisse o pedido de demissão de Sérgio de Freitas do Banco Central (BANCO, 1985). A solicitação foi acatada pelo presidente da República (BANCO, 1985). Segundo um assessor do Palácio do Planalto, Dornelles justificou para Sarney o pedido de exoneração com os argumentos de que Sérgio de Freitas não teria entrosamento com o restante da equipe e de que ele estaria “[...] falando num tom que o Banco Central considerava capaz de criar problemas com os banqueiros internacionais.” (BANCO, 1985, p. 15). Já o Banco Central – em uma nota oficial veiculada por um assessor de sua diretoria – declarou que o motivo “[...] para o afastamento de Sérgio de Freitas [teria sido as] divergências com Lemgruber, tanto a nível pessoal quanto político.” (BANCO, 1985, p. 15).

A abrupta saída de Sérgio de Freitas do Banco Central levou alguns políticos a questionarem as razões de sua demissão (DEMISSÃO, 1985). Um deles foi o deputado federal de Goiás pelo PDS, Siqueira Santos. Segundo Siqueira Santos, em seu pronunciamento em Viena Sérgio de Freitas apenas expressou o ponto de vista que era publicamente defendido por diferentes autoridades brasileiras e por isso era mister o esclarecimento dos motivos de sua demissão (DEMISSÃO, 1985). Siqueira Santos fez injunções junto ao presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do sistema

bancário brasileiro, deputado Paulo Mincarone (PMDB-RS) e conseguiu que Sérgio de Freitas fosse convocado a depor (DEMISSÃO, 1985). Em seu depoimento à CPI, Sérgio de Freitas declarou que não restavam dúvidas que seu “[...] discurso bastante político desagradou ao Comitê Assessor [que representava os bancos credores].” (DISCURSO, 1985b, p. 6). Segundo o depoimento de Sérgio de Freitas, após retornar ao Brasil ele foi ao encontro de Antônio Lemgruber que, por seu turno, “[...] reclamou de seu discurso, dizendo que não gostara do conteúdo político e que não aceitava as ideias inseridas nele.” (DISCURSO, 1985b, p. 6). Ainda outras divergências se seguiram entre o presidente e o diretor do Banco Central, até que em 26 de abril – um mês após o discurso polêmico em Viena – Lemgruber chamou Sérgio de Freitas para lhe “[...] dizer que não estava havendo sintonia e seria bom ele pedir demissão.” (DISCURSO, 1985b, p. 6).

Dois dias após a notícia da demissão de Sérgio de Freitas circular, os jornais noticiavam que o governo havia modificado repentinamente a sua retórica com relação a renegociação da dívida, a qual inicialmente defendia a realização de mudanças substanciais no acordo. Argumentando que a “[...] renegociação da dívida externa [...] estava praticamente concluída [...]”, Dornelles e seus aliados defendiam que “[...] em essência, o acordo com os bancos deixado pela equipe econômica de Figueiredo [era] bom e que só [seriam] propostas pequenas alterações.” (RENEGOCIAÇÃO, 1985, p. 8). Na prática, a demissão de Sérgio de Freitas fortaleceu a posição de Dornelles “[...] que obteve de Sarney o comando [total] da renegociação da dívida externa [...]” e pôde, desse modo, afastar de forma ostensiva “[...] a influência de [Olavo] Setúbal nos entendimentos com os credores.” (SARNEY, 1985c, p. 15)⁷⁷.

Assim, no momento *T(1)* o chamado tratamento técnico da dívida – que na prática implicava em aceitar as imposições contidas no acordo “[...] que o governo anterior deixara semipronto com o Comitê de Assessoramento dos bancos credores” (CARVALHO, 1985a, p. 15) – acabou prevalecendo sobre o tratamento político – i.e., a realização de uma renegociação de fato. Como argumenta Bueno (1985d), medidas como a capitalização dos juros eram consideradas inviáveis pelo Ministério da Fazenda e Banco Central porque

⁷⁷ Na época o episódio foi visto por alguns como um sinal do enfraquecimento da posição de Olavo Setúbal no Ministério de Relações que, a julgar pelas declarações de Tancredo Neves, desempenharia no novo governo um papel mais ativo na negociação da dívida.

segundo eles os banqueiros internacionais jamais aceitariam esse tipo de proposta⁷⁸. Contudo, com bem nota o colunista do *Jornal do Commercio (RJ)*, tais ideias nunca foram postas seriamente em discussão pelas autoridades brasileiras que preferiram, ao invés disso, “entregar os pontos [e] aceitar passivamente as condições impostas pelos banqueiros internacionais [...]” (BUENO, 1985g, p. 2). Essa postura era, como bem notou à época Bueno (1985d, p. 2), bastante incongruente com “um governo que se [dizia] interessado em corresponder aos anseios de mudança da sociedade.” Estratégia conservadora que deixava intocada a questão fundamental da alteração das regras do jogo na condução da dívida externa, ela fornecia mais um indício de que Dornelles realmente era um arauto do continuísmo tal como diziam seus muitos críticos⁷⁹. Além disso, o tipo de tratamento dispensado por Dornelles e seu grupo à dívida externa ainda se chocava também com a ideia de austeridade que eles tanto defendiam. Como ficou patente através do relatório *Diretrizes gerais de política econômica*, elaborado pelo Ministério do Planejamento de Sayad, a maior parte do déficit público era financeiro – i.e., derivado dos gastos com pagamentos dos juros de dívidas passadas – e não operacional – i.e., derivado de despesas de consumo e investimento do governo (BUENO, 1985c).

Conforme tal relatório, em razão do tamanho e do caráter predominantemente financeiro do déficit era irrealista supor que seria possível atingir o equilíbrio fiscal por meio unicamente do corte de gastos e do aumento da receita (BUENO, 1985c). Como consequência, para se resolver a questão do déficit público – e, por conseguinte, contribuir para a queda da inflação – não bastava imprimir austeridade aos gastos operacionais do governo tal como pregavam Dornelles e seus aliados (BUENO, 1985c). Seria necessário também – entre outras coisas – exigir “[...] a renegociação do pagamento dos juros da dívida externa [...]”, medida claramente rechaçada pelo ministro da Fazenda e seu grupo (BUENO, 1985c, p. 2).

Em suma, pode-se argumentar que essa política de austeridade nos gastos governamentais e liberalidade no pagamento dos juros da dívida externa adotada por Dornelles e aliados sugere que eles estavam muito mais comprometidos com o monetarismo e com a *doxa* neoliberal – que por sua própria lógica rechaça qualquer intromissão “política”

⁷⁸ Na visão de Dornelles, a capitalização dos juros seria considerada “uma proposta folclórica [...] por qualquer pessoa que [conhecesse] as regras do mercado financeiro internacional.” (PMDB, 1985b, p. 17).

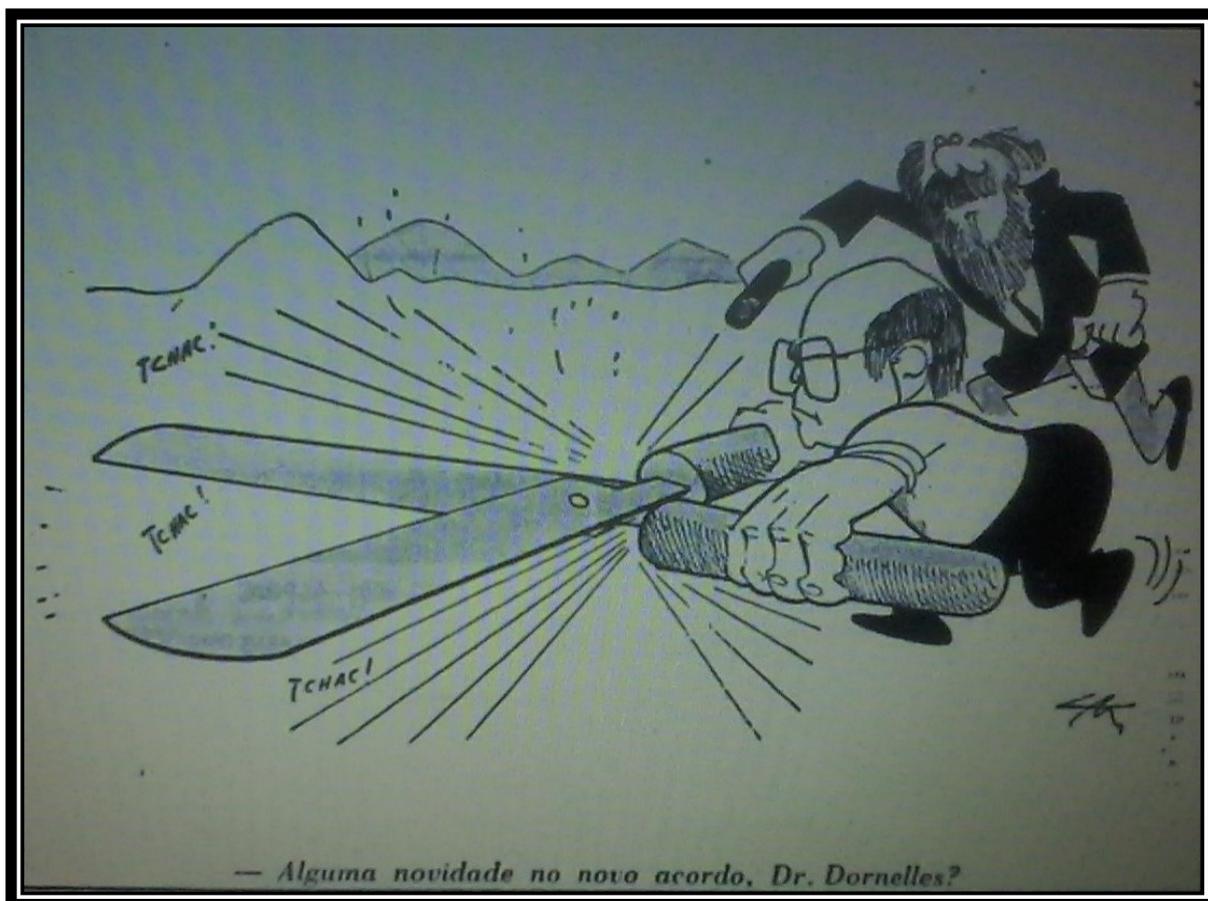
⁷⁹ As medidas econômicas de caráter monetarista implementadas por Dornelles foram recebidas com reservas pelos parlamentares e fizeram alguns deles se voltarem contra ele (MOTA et al., 1985). Um exemplo é o deputado Alencar Furtado (PMDB-PR), que no início de maio de 1985 afirmou que não via “[...] diferenças entre o comportamento de Dornelles e o de Delfim.” (MOTA et al., 1985, p. 37).

em uma negociação que deveria ser exclusivamente “técnica” – do que com a própria austeridade. É possível constatar como a polarização política *versus* técnica na discussão da dívida mobiliza duas categorias nativas do âmbito financeiro internacional do período. Os sentidos atribuídos a estas duas categorias se alicerçam no axioma monetarista segundo o qual nas sociedades capitalistas modernas a economia deve funcionar de forma técnica e eficiente e sem interferências de natureza política. A adoção desse expediente permitiu aos países capitalistas centrais e organizações multilaterais imporem o significado de “técnica” ao tipo de negociação que é benéfica aos seus próprios interesses, porém deletérias em relação aos interesses dos países periféricos devedores – como era o caso do Brasil. Buscou-se desse modo apagar o fato que a dita negociação técnica era tão política quanto qualquer outra.

Desse modo, não obstante o advento da Nova República, o Brasil foi submetido mais uma vez às exigências internacionais pelo movimento de suas próprias elites no espaço nacional. Nesse processo, o discurso político-midiático sobre as imposições inexoráveis do mercado e dos credores internacionais apenas serviram para que “[...] dirigentes políticos [...]” como Dornelles e Lemgruber pudessem “[...] dissimular sua liberdade de escolha [...]” (BOURDIEU, 2001b, p. 21). Com a transição da ditadura para o período democrático as guerras palacianas mudaram, mas o governo – ao menos nesse primeiro momento – continuou “[...] prolongando ou resgatando, em pontos essenciais, a política dos governos conservadores [...]” (BOURDIEU, 2001b, p. 21).

A Figura 1 reproduz uma charge do cartunista Lanfranco Rossini – conhecido como Lan – que foi publicada em 12 de maio de 1985 pelo *Jornal do Brasil (RJ)*. Como pode-se perceber, a charge ironiza a atuação de Dornelles frente à renegociação da dívida externa. Na figura, o ministro da Fazenda é retratado com uma enorme tesoura nas mãos. Esse artefato está presente em muitas charges sobre Dornelles e simboliza a austeridade e os cortes de gastos que ele visava implementar no país. Quando questionado pelo repórter sobre o andamento da renegociação Dornelles brande sua enorme tesoura, indicando que novos cortes seriam necessários para que o governo da Nova República pudesse honrar o acordo leonino firmado pelos militares que, a todo custo, ele desejava manter.

Figura 1 – Charge de Lan sobre a solução de Dornelles para o problema da dívida externa



Fonte: Lan (1985, p. 10).

3.3.3.2 A entrada do novo diretor do Banco Central no espaço dos economic policy makers

Ao contrário de Dornelles e seus aliados, Sérgio de Freitas não tinha ligações com a FGV-RJ, seus laços com a ditadura eram mais tênues e apesar de ter nascido no Rio de Janeiro fez a maior parte de sua carreira em São Paulo⁸⁰. No que se refere aos interesses manifestados, Sérgio de Freitas parecia preocupado sobretudo em encontrar meios que possibilitassem a retomada do crescimento no país, ao passo Dornelles e Lemgruber estavam focados em honrar os compromissos e manter a “boa imagem” do Brasil no exterior. Assim, não obstante ter funcionado como uma “desculpa” para o governo, a justificativa oficial de que faltava sintonia entre Sérgio de Freitas e o restante da equipe continha de fato uma grande dose de verdade. Ora, Sérgio de Freitas somente adotou um posicionamento sobre a dívida

⁸⁰ Lemgruber, por seu turno, também havia nascido e feito sua carreira no Rio de Janeiro e possuía laços com FGV-RJ. Todavia, ele não era ligado ao regime militar.

externa distinto daquele preconizado por Dornelles e Lemgruber justamente porque seu perfil e interesses também eram relativamente dissonantes.

Para substituir Sérgio de Freitas, foi chamado o economista fluminense Carlos Eduardo de Freitas⁸¹. Fruto da escolha pessoal de Dornelles e não de uma indicação de terceiros, Carlos de Freitas era bem mais próximo a ele e a Lemgruber do que Sérgio de Freitas. Tal como Dornelles, Carlos de Freitas também tinha fortes ligações com a FGV-RJ, com o regime militar (do qual era funcionário de carreira) e com o estado do Rio de Janeiro (onde nasceu e trilhou boa parte de sua trajetória profissional). Do mesmo modo, Carlos de Freitas também era, indubitavelmente, muito mais alinhado ideologicamente com Dornelles e Lemgruber do que Sérgio de Freitas. Contudo, não obstante serem todos ligados ao mesmo polo do pensamento monetarista – a FGV-RJ –, os dados analisados indicam que Carlos de Freitas não explicitava a sua orientação econômica tal como faziam Dornelles e Lemgruber.

Além de Carlos de Freitas, muitos dos *economic policy makers* analisados não possuíam uma orientação econômica passível de ser identificada. As razões por trás da impossibilidade de se determinar as visões sobre a economia destes agentes são, todavia, consideravelmente difíceis de precisar. Não obstante isso, ao menos três motivos mais gerais podem ser elencados: 1) esses agentes não explicitaram suas orientações econômicas por escolha pessoal; 2) esses agentes não explicitaram suas orientações econômicas porque ocupavam posições dominadas no campo e; 3) as orientações econômicas desses agentes não foram registradas pelas fontes analisadas. No caso específico de Carlos de Freitas, tudo indica que os motivos 1 e 3 são os mais prováveis. O motivo 2 é pouco provável porque Carlos de Freitas era mais próximo à orientação monetarista e mesmo integrando o grupo de Dornelles – cujos membros se inclinavam nitidamente para o monetarismo – não foi possível encontrar menções explícitas dele e/ou de algum outro agente sobre sua associação com tal orientação econômica. À título de comparação, podemos citar os casos de vários outros diretores do Banco Central ligados à Dornelles – incluindo Alberto Furuguem que, assim como Carlos de Freitas, era funcionário de carreira da instituição – que deixaram clara sua preferência pelo monetarismo.

⁸¹ Carlos de Freitas é natural de Rio de Janeiro e possui graduação em economia pela UFRJ e mestrado em economia pela FGV-RJ. Profissional do setor público, Carlos de Freitas ocupou diferentes cargos no Banco Central antes de ser nomeado diretor da Área Externa da instituição.

3.4 O RECRUSDECIMENTO DOS CONFLITOS E A QUEDA DE DORNELLES E PARTE DE SEU GRUPO (JUNHO/AGOSTO 1985)

A partir de junho de 1985 ocorreu uma intensificação dos conflitos entre o grupo de Dornelles e o grupo do PMDB. O desfecho destas disputas levou à primeira recomposição do espaço dos *economic policy makers* durante a Nova República, a qual é abordada no quarto capítulo da presente pesquisa.

Na presente seção analisamos o recrudescimento dos conflitos no espaço dos *economic policy makers* e a subsequente queda de Dornelles e parte de seu grupo no final de agosto de 1985, tão bem como as inflexões cognitivas e morais⁸² que acompanham este processo. Além disso, examinamos ainda o ingresso do assessor econômico presidencial, Luís Paulo Rosenberg, no espaço em questão. Nesse sentido, iniciamos abordando a reunião na Granja do Torto e a posterior nomeação de Luís Paulo Rosenberg como assessor presidencial. Em seguida analisamos as batalhas finais travadas entre o grupo de Dornelles e o grupo do PMDB. Finalizamos examinando os fatores que levaram à demissão do secretário-geral da Fazenda, Sebastião Vital, e a posterior renúncia de Dornelles e seus principais aliados. Como demonstraremos ao longo desta tese, tais mudanças no terreno fluido do ambiente político que caracterizava este período promoveram o contexto favorável a uma virada heterodoxa nos rumos da condução da economia nacional.

3.4.1 A reunião do Torto e o impasse na política econômica brasileira

Com o objetivo declarado de “[...] buscar um consenso político na economia [...]” e unificar as diferentes orientações econômicas existentes no espaço dos *economic policy makers*, o presidente José Sarney realizou no dia 1º de maio de 1985 uma reunião na Granja do Torto com ministros e economistas não ligados ao governo⁸³ (SARNEY, 1985a, p. 12). Entre os ministros participantes estavam Francisco Dornelles (Fazenda), João Sayad

⁸² Podemos definir as inflexões cognitivas e morais como as transformações ocorridas nos esquemas cognitivos de percepção e éticos/estéticos de avaliação dos agentes em função de alterações no âmbito das convenções sociais (DOUGLAS, 2007; BOURDIEU, 1996b, 2013).

⁸³ Segundo Rosenberg (2021, s/n), na prática a reunião do Torto teria servido – da perspectiva de José Sarney – como uma forma de mostrar que o presidente “[...] estava numa posição de juiz em relação à política econômica [...]” e também para diminuir o poder de Dornelles e Sayad – ministros escolhidos por Tancredo – e assim contribuir para a recuperação da “[...] soberania sobre a política econômica para o presidente”.

(Planejamento), Roberto Gusmão (Indústria e Comércio) e Aureliano Chaves (Minas e Energia) (REUNIÃO, 1985). Já entre os economistas externos ao governo estavam Mário Simonsen (professor da FGV-RJ e ex-ministro), Ibrahim Eris (professor da USP e ex-colaborador de Delfim Netto), Luiz Gonzaga Belluzo (professor da Unicamp e assessor do PMDB e da Fiesp), Luís Paulo Rosenberg (professor da UNB e USP e ex-colaborador de Delfim Netto), Antônio Dias Leite (professor da UFRJ e ex-ministro) e João Manuel Cardoso de Mello (professor da Unicamp e assessor do PMDB) (REUNIÃO, 1985). Pelos nomes convidados esperava-se “[...] um embate monumental entre os monetaristas, reunidos em torno de Francisco Dornelles e Mário Henrique Simonsen, e os estruturalistas, comandados por João Sayad e João Manuel Cardoso, o conhecido Cardozão da Unicamp.” (GOZANGA, 1985, p. 2).

Contudo, não apenas as conversações foram significativamente amenas, como também não chegaram a qualquer resultado concreto (BUENO, 1985f). Segundo Bueno (1985f, p. 7), o idealizador da reunião teria sido Dornelles que, com o apoio de Mário Simonsen, pretendia “[...] unificar os pontos de vista do governo em torno de sua orientação.” João Sayad, contudo, parece ter atentado para as prováveis intenções de seu colega e chamou para a reunião dois dos mais importantes economistas da Unicamp, os professores Luiz Gonzaga Belluzo e João Manuel Cardoso (BUENO, 1985f). Como o presidente Sarney era confessadamente pouco versado em economia e os dois grupos em disputa estavam bastante equilibrados “[...] o resultado [foi] que nem [Dornelles] nem Sayad marcaram pontos positivos com a reunião. Apenas reafirmaram as mesmas posições de sempre, embora as divergências [tenham sido] mascaradas pelo tratamento pessoal amistoso que [dispensaram] um ao outro.” (BUENO, 1985f, p. 7). Em decorrência disso, a política econômica do governo Sarney permaneceu significativamente indefinida e a missão de articular os dois grupos em disputa – tal como pretendia Tancredo Neves – se mostrou muito mais complexa do que se poderia supor inicialmente (BUENO, 1985f). Como demonstra o Quadro 14, nesse momento as divergências entre os grupos de Dornelles e Sayad abarcavam ao menos 5 tópicos de grande importância para a economia brasileira da época.

Quadro 14 – Cinco principais divergências entre Dornelles e Sayad com relação à política econômica governamental

	Tópico	Tomada de posição de Dornelles	Tomada de posição de Sayad
	Déficit	Defendia um corte drástico nos gastos governamentais e via com reservas o	Defendia um corte de gastos menos intenso e uma política fiscal que

público	aumento de impostos	aumentasse a arrecadação de impostos
Dívida externa	Defendia que o Brasil se focasse em obter o aumento do prazo de pagamento da dívida, a redução do <i>spread</i> e a garantia de um novo empréstimo caso necessário	Defendia os mesmos pontos que Dornelles, mas ia além e propunha que o Brasil buscasse ao menos obter a capitalização parcial dos juros (medida vista como “folclórica” por Dornelles)
Política monetária	Defendia uma política monetária mais rígida com uma menor emissão de dinheiro para que a quantidade de moeda em circulação aumentasse menos que a inflação e o custo do dinheiro se mantivesse elevado	Defendia uma política monetária mais frouxa que não reduzisse tanto a circulação de dinheiro de forma que houvesse espaço para uma queda nas taxas de juros
Taxas de juros	Defendia a necessidade manter as taxas de juros elevadas (ao menos a curto prazo) porque na sua visão isso facilitaria o giro da dívida interna (já que os papéis do governo seriam mais rentáveis e, por conseguinte, atrativos)	Defendia a necessidade de baixar as taxas de juros porque na sua visão isso reduziria o custo do dinheiro e, por conseguinte, o tamanho do déficit público (em função da redução da rentabilidade dos papéis do governo)
Correção monetária	Defendia a manutenção da fórmula de correção monetária implementada por sua equipe, a qual era calculada pela média da inflação dos três meses anteriores	Defendia a mudança da fórmula porque até o momento a correção vinha superando a inflação, o que na sua visão contribuiria para elevar as taxas de juros e o déficit público

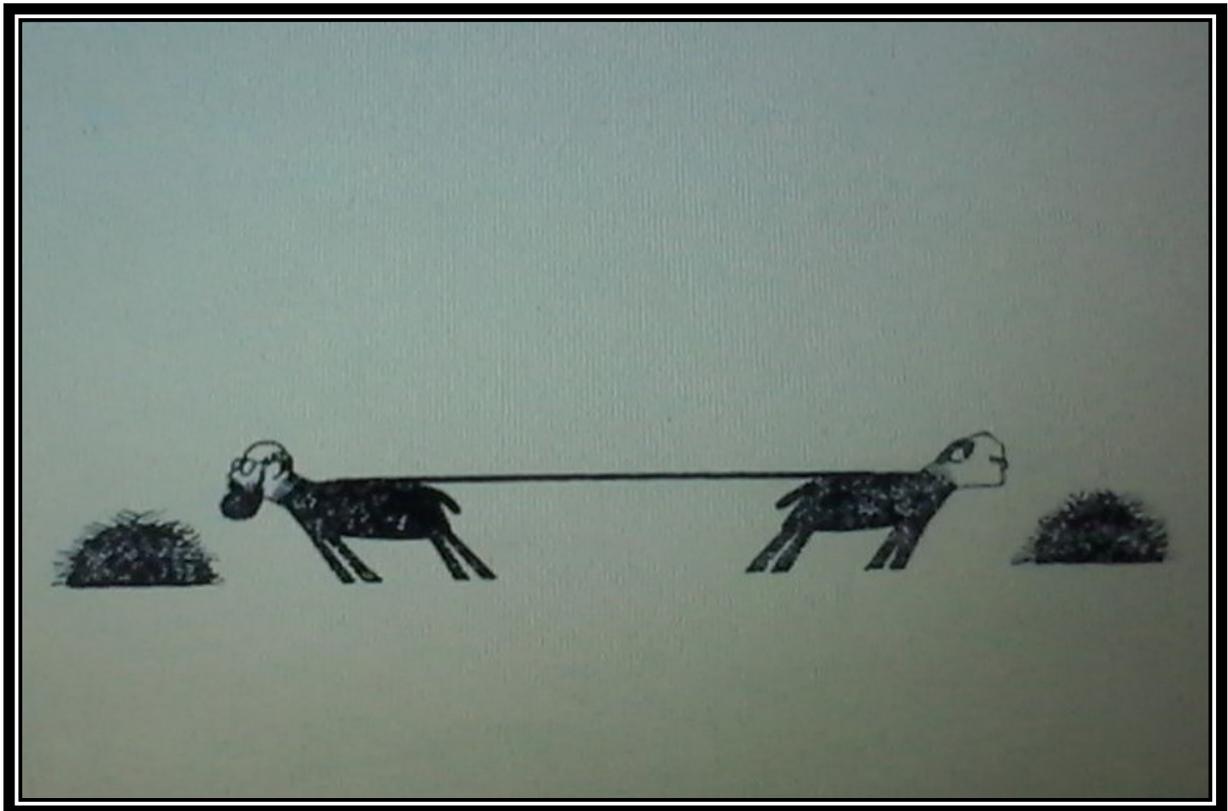
Fonte: elaboração própria com base em Bueno (1985f, p. 7).

Como pode-se perceber, longe de serem pontuais as divergências entre Dornelles e Sayad eram bastante significativas. Em alguns temas as posições eram diametralmente opostas, tais como aquelas relativas às taxas de juros. Em outros casos, como no do déficit público e da dívida externa as divergências poderiam parecer menores, mas ainda assim representavam um grande abismo na forma de condução da política econômica e geravam grande tensão entre as partes envolvidas. De um modo geral, pode-se dizer que enquanto para Dornelles e seus aliados a prioridade da política econômica era a promoção da austeridade nos gastos públicos e o pagamento da dívida externa, para Sayad e seus aliados era o crescimento econômico e a redução da desigualdade social. Mobilizando Grün (2005) argumentamos que, ao contrário do prometido por Tancredo, no momento $T(1)$ não ocorreu uma compatibilização da austeridade purificadora com o progresso socioeconômico mas sim um intenso conflito entre as duas prioridades da Nova República.

A Figura 2 reproduz uma charge do escritor e cartunista Luís Fernando Veríssimo que foi publicada em 13 de julho de 1985 pelo *Jornal do Brasil (RJ)*. Veríssimo ironiza o modo como Dornelles – à direita na figura – e Sayad – à esquerda – interagem no processo de formulação da política econômica brasileira. Nesse período de grande indefinição dos

rumos da economia, os dois ministros não apenas defendiam caminhos diametralmente opostos como, nesse processo, ainda inviabilizavam em parte as propostas um do outro. Intencional ou não por parte do autor, as posições em que os dois ministros aparecem na charge são análogas às suas posições ideológicas no espaço dos *economic policy makers*: Dornelles mais conservador e mais à direita do espectro político e Sayad mais progressista e mais à esquerda desse espectro.

Figura 2 – Charge de Veríssimo sobre o modo de atuação de Dornelles e Sayad na condução da política econômica



Fonte: Veríssimo (1985, p. 10).

3.4.2 Um novo agente no espaço: o assessor presidencial Paulo Rosenberg

Com a política econômica ainda bastante indefinida e a compreensão de que as divergências entre Dornelles e Sayad ultrapassavam em muito as convergências, restava ao presidente Sarney decidir se optaria por tentar manter o delicado equilíbrio entre os dois grupos antagônicos ou se finalmente escolheria, de forma definitiva, uma das estratégias em jogo (BUENO, 1985f). Inicialmente Sarney parece ter optado pela manutenção da aparência –

já bastante descreditada – de que existia certa unidade na equipe governamental e de que ele, como presidente, seria esse elemento unificador. Assim, quando foi questionado se era Dornelles ou Sayad, Sarney respondeu de forma bem-humorada que não poderia optar “[...] simplesmente porque, quando estão juntos, os dois são Sarney.” (NÃO, 1985, p. 7). No íntimo, contudo, Sarney parecia bastante incomodado com as divergências existentes entre os dois ministros, tendo chegado inclusive a alertá-los para que não expusessem suas discordâncias em público (COISAS, 1985).

É interessante notar que apesar de a reunião na Granja do Torto não ter contribuindo muito para a escolha final acerca da orientação oficial da política econômica, a partir dela entrou em cena um agente que em pouco tempo viria a desempenhar um papel de grande destaque no espaço dos *economic policy makers*. Trata-se de Luís Paulo Rosenberg, que rapidamente converteu-se no principal e mais influente assessor econômico do presidente Sarney. Natural de São Paulo, Paulo Rosenberg possui graduação e doutorado em economia (USP e Universidade de Vanderbilt, respectivamente). Atuando em primeiro lugar como docente universitário (UNB, USP), Paulo Rosenberg também já acumulava na época experiência considerável nos setores público (Ministério do Planejamento, Iplan, Ipea, etc.)⁸⁴ e privado (MBE Consultoria). Economista de orientação mais próxima ao monetarismo, Paulo Rosenberg teria comparecido à reunião do Torto a convite do próprio Sarney⁸⁵ e em questão de dias já estava sendo anunciado pela imprensa como novo assessor econômico do presidente. Segundo Mota Neto (1985), o desempenho especialmente brilhante de Paulo Rosenberg durante o debate chamou a atenção do presidente que teria apreciado sobretudo a clareza de seus argumentos. Em uma equipe econômica formada exclusivamente por nomes escolhidos por Tancredo, Sarney criou o cargo de Assessor de Assuntos Econômicos da Presidência da República e indicou Paulo Rosenberg para ocupá-lo (MEDIDA, 1985).

Como primeiro e até então único membro da equipe econômica escolhido por Sarney, Paulo Rosenberg tinha como função “[...] traçar cenários claros para que o presidente [pudesse] optar entre uma proposta e outra, em nível político.” (MEDIDA, 1985, p. 20). Além disso, Sarney também buscou mobilizar Paul Rosenberg para contornar certas divergências

⁸⁴ Apesar de não ter se comportado como um “Delfim boy” e ter inclusive dirigido críticas aos delfinistas, Rosenberg manteve laços estreitos com o ex-ministro Delfim Netto (de quem foi colaborador durante o regime militar) (CONVERGÊNCIA, 1985). É interessante notar ainda que apesar de também ter participado de governos militares e ter sido ligado a Delfim Netto, Paulo Rosenberg não parece ter sido tratado como um continuísta pelos *opinion makers* (políticos ou imprensa) tal como ocorreu com Dornelles.

⁸⁵ O responsável por apresentar Paulo Rosenberg ao presidente Sarney teria sido um amigo comum de ambos, o empresário Mathias Machline que na época detinha os direitos da *Sharp* no Brasil.

existentes entre Dornelles e Sayad. Uma das questões que mais preocupava Sarney nesse sentido era a renegociação da dívida externa (NEGOCIAÇÃO, 1985). Temendo que durante a nova rodada de negociações em Washington os dois grupos apresentassem diferentes explicações sobre as medidas propostas pelo Brasil e que as distintas linguagens adotadas causassem mais problemas com a comunidade financeira internacional – que já se encontrava um tanto inquieta com as nítidas divergências existentes na equipe econômica brasileira –, Sarney cogitou enviar também Paulo Rosenberg como seu “[...] representante pessoal [...] para dirimir [eventuais] dúvidas.” (NEGOCIAÇÃO, 1985, p. 6).

Apesar de sua ida ao exterior nunca ter ocorrido, Paulo Rosenberg tornou-se de fato um importante mediador para os setores descontentes com a política econômica implementada sob o comando de Dornelles – e.g., com as medidas de austeridade (MARTINS, 1985). Um bom exemplo são as disputas envolvendo Dornelles e um dos membros do grupo do PMDB, o político heterodoxo Pedro Simon (MARTINS, 1985). Enquanto Dornelles e seu grupo defendiam o controle da expansão da base monetária, Simon e seu Ministério da Agricultura defendiam “[...] o atendimento dos produtores rurais, dentro de uma prioridade política, de gerar mais alimentos básicos (arroz, feijão, milho e mandioca).” (MARTINS, 1985, p. 13). Nesse caso como em outros, Rosenberg não apenas mediou a discussão das propostas antagônicas como ainda anunciou a decisão final da presidência da República, a qual ficou mais próxima do valor de custeio agrícola defendido por Dornelles e seus aliados (MARTINS, 1985). Assim, Rosenberg acabou assumindo um papel de significativa importância no espaço dos *economic policy makers*, o que levou a imprensa a referir-se a ele em certas ocasiões como “virtual Ministro da Economia” do governo Sarney (MARTINS, 1985).

3.4.3 As batalhas finais de Dornelles e seu grupo

Com o ingresso de Paulo Rosenberg no espaço dos *economic policy makers* a posição de Dornelles e seu grupo, que já vinha se enfraquecendo continuamente, ficou ainda mais delicada. Não obstante estar mais próximo ao monetarismo e considerar muitas das propostas de Sayad⁸⁶ bastante “levianas”, Paulo Rosenberg não formou uma “frente única”

⁸⁶ Conforme Rosenberg (2021), apesar das divergências teóricas, ele e Sayad se conheciam desde a graduação na USP e mantinham uma boa relação de amizade.

com Francisco Dornelles (ROSENBERG, 2021). Apesar de simpatizar até certo ponto com a linha adotada pelo ministro da Fazenda, Rosenberg (2021) – um doutor em ciências econômicas – relata que o problema de Dornelles – um doutor em direito financeiro – era seu parco conhecimento em economia.

O relato de Paulo Rosenberg nos ajuda a compreender melhor a perspectiva econômica desposada não apenas por Dornelles e seus aliados, mas também por ele próprio. Na visão de Rosenberg (2021), o parco conhecimento econômico de Dornelles teria o levado a guiar-se muito mais por “chavões liberais” do que por uma verdadeira compreensão da realidade econômica. Sobre esse ponto, vale ressaltar, contudo, que existiam agentes no grupo de Dornelles que possuíam um conhecimento bastante sólido em economia – assim como o presidente do Banco Central, Antônio Lemgruber – e que mesmo assim apoiavam integralmente a perspectiva do ministro da Fazenda. Em decorrência disso, é possível supor que Dornelles e seu grupo se orientassem pela versão mais vulgar e, provavelmente, ortodoxa do monetarismo não necessariamente por uma falta de conhecimento econômico, mas sim devido ao seu próprio dogmatismo teórico e da falta de sensibilidade política e social. Paulo Rosenberg, por outro lado, parecia bem mais pragmático e atento as eventuais consequências indesejadas das políticas econômicas adotadas e por isso tendia a se distanciar das posições mais ortodoxas de Dornelles e seu grupo. Em agosto, por exemplo, enquanto o secretário-geral da Fazenda e braço direito de Dornelles, Sebastião Vital, defendia enfaticamente que era “enganoso achar que o déficit público [iria] baixar [...]” com as diretrizes até então implementadas (NEGREIROS & MARTINS, 1985, p. 15), Paulo Rosenberg argumentava que o déficit estava em escala descendente, que a leitura de que o governo havia perdido o controle do déficit público não fazia sentido e que era “[...] preciso esperar confiante os efeitos das medidas econômicas adotadas desde julho.” (MOURA & MOURA, 1985, p. 15). Em decorrência disso, apesar do ingresso de mais um monetarista no espaço dos *economic policy makers* a posição de Dornelles e seus aliados prosseguiu se enfraquecendo e eles continuaram acumulando sucessivas derrotas para o grupo do PMDB. A Figura 3 apresenta uma compilação – realizada pelo *Jornal do Brasil (RJ)* um pouco mais de um mês antes da queda do ministro da Fazenda e aliados – de algumas das grandes divergências existentes entre Dornelles e Sayad, das opções feitas por Sarney em cada caso e dos efeitos das medidas adotadas para o país. Repare-se que o próprio fato de um jornal organizar este tipo de lista já indica o grau de intensidade alcançado pelas disputas entre Dornelles e Sayad e o nível de conhecimento que dela tinham os agentes externos ao espaço dos *economic policy makers*.

Figura 3 – As grandes divergências entre Dornelles e Sayad segundo compilação publicada pelo *Jornal do Brasil (RJ)*

As grandes divergências entre Sayad e Dornelles				
Questão	Posição de Sayad	Posição de Dornelles	Decisão de Sarney	Consequências para o país
Corte nas estatais	Propôs um corte de Cr\$ 28,6 trilhões	Defendia um corte de Cr\$ 38,6 trilhões	Previu o corte proposto por Sayad	Um corte menor nos orçamentos das estatais reduz a recessão mas mantém alto o déficit público, a ser coberto com mais impostos ou mais emissão
Tarifas públicas	Defende uma reposição parcial do valor das tarifas perdido com o congelamento	Quer o congelamento	Pende para a posição de Sayad	A posição de Dornelles — que está sendo revista — favorece o consumidor, que pagaria menos por energia, telefone, gasolina e outros serviços públicos
Imposto de Renda	Defendeu o reajuste da tabela do imposto retido na fonte	Propôs o congelamento da tabela do IR na fonte, pelo menos até setembro	Ficou do lado de Sayad e mandou reajustar a tabela	O contribuinte perderia muito com a posição de Dornelles, pois o desconto do imposto de renda na fonte aumentaria até 170% já este mês
Comercialização dos estoques agrícolas do Governo	Acha que a venda dos estoques não deve ser feita a preços baixos, para não aumentar o déficit público	A SEAP, órgão ligado a Dornelles, defende a entrega dos produtos para venda pelos supermercados	Ainda não se manifestou	A proposta de Dornelles é melhor para o consumidor, pois o preço dos produtos agrícolas cairia com a oferta
Negociação com o FMI e os bancos credores	Desde o início quis uma negociação mais lenta e um acordo que não impeça o desenvolvimento do país	Defendeu o fechamento de um acordo rápido com o FMI e os bancos credores, aproveitando as negociações do Governo anterior	Ficou com Sayad, definindo como exigência para um acordo o crescimento de 5% do país este ano	A posição de Sayad permite um desaloo na economia e um crescimento do emprego

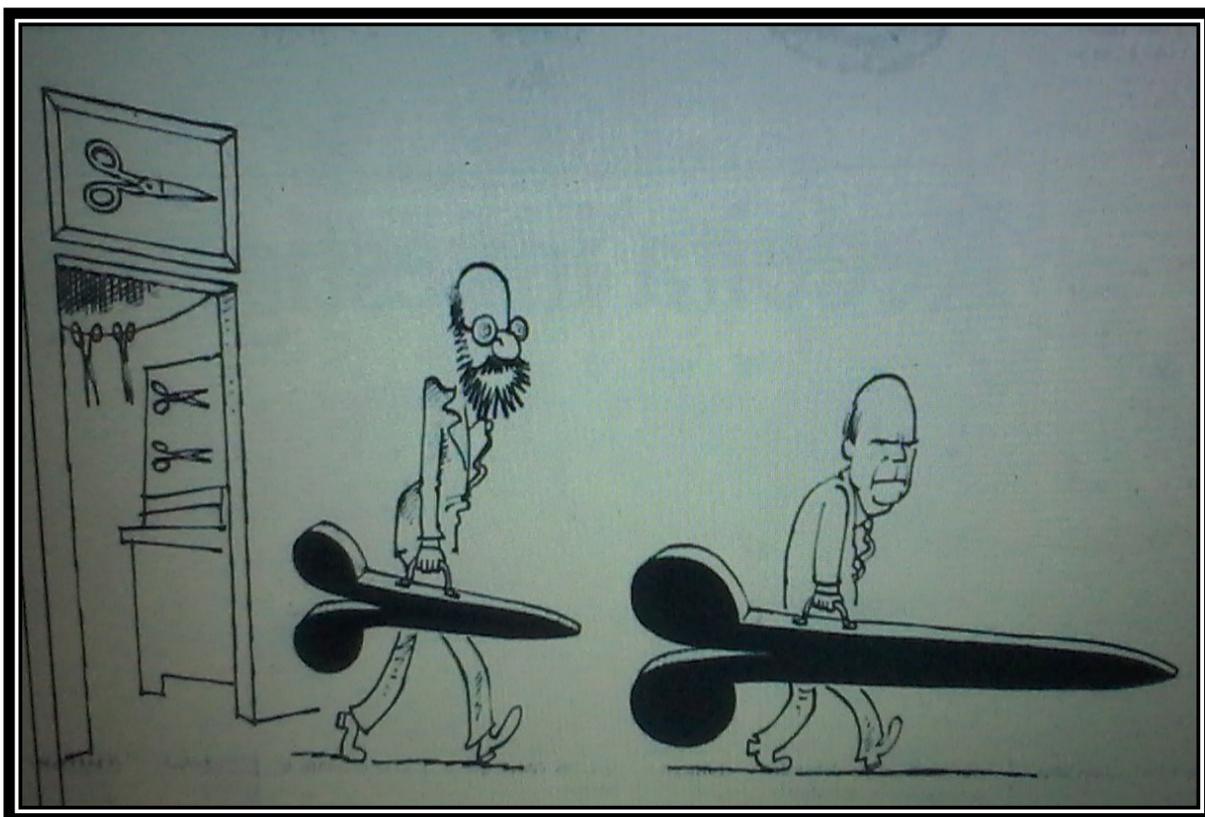
Fonte: Sarney (1985b, p. 15).

Dornelles e seu grupo perderam todos os grandes embates elencados pelo *Jornal do Brasil (RJ)* em sua lista. Assim, as vitórias iniciais – como a aprovação do primeiro pacote de austeridade, a alteração da fórmula de correção monetária e a obtenção de um controle total sobre a negociação da dívida externa (ao menos momentaneamente) – foram sobrepujadas em muito pelas derrotas acumuladas desde o desfecho desfavorável do caso Sul Brasileiro e da solicitação de criação do Programa de Emergência.

Tais derrotas acabaram ocorrendo inclusive em âmbitos em que Dornelles e seus aliados saíram vitoriosos nos primeiros meses do governo Sarney. Assim, nas disputas em torno da redução do déficit público a proposta de Dornelles de realização de um corte de gastos nas despesas das empresas estatais no valor de 38,6 trilhões de cruzeiros foi vencida pela proposta menos recessiva de Sayad de um corte de no máximo 28,6 trilhões (cerca de

25% a menos) (SARNEY, 1985b). Igualmente, nas disputas em torno da condução da negociação da dívida externa Sayad propunha a adoção de medidas mais brandas que possibilitassem ao PIB brasileiro crescer à uma taxa de pelo menos 5% em 1985 e de 6% em 1986, ao passo que Dornelles propunha medidas mais rígidas que permitiriam no máximo um crescimento de cerca de 4% (PLANALTO, 1985). Como era mais alinhada com o objetivo primeiro do governo Sarney de impulsionar o crescimento da economia, a proposta de Sayad acabou saindo vitoriosa sobre a proposta de Dornelles que, por sua vez, era mais alinhada com as exigências de austeridade feitas pelo FMI. Conforme o assessor Paulo Rosenberg, o FMI queria “[...] um corte [de gastos] mais profundo, alternativa que o governo não [aceitou], por que isso limitaria o crescimento a um nível inferior aos 5% fixados pelo presidente Sarney.” (GOVERNO, 1985a, p. 15). A Figura 4 reproduz uma charge do cartunista Jorge Guidacci que foi publicada em 5 de julho pelo *Jornal do Commercio (RJ)*.

Figura 4 – Charge de Guidacci sobre as diferenças no tamanho dos cortes de gastos propostos por Sayad e Dornelles



Fonte: Guidacci (1985, p. 2).

Como pode-se perceber, a charge ironiza a diferença no tamanho dos cortes de gastos que Dornelles e Sayad achavam razoável implementar. Uma vez mais a tesoura foi o artefato

escolhido para simbolizar o corte. A diferença no tamanho das tesouras escolhidas por Dornelles – à direita na figura – e Sayad – à esquerda – faz alusão à diferença no tamanho dos cortes de gastos que cada ministro defendia como adequado. Como não poderia deixar de ser, a tesoura carregada pelo monetarista Francisco Dornelles é consideravelmente maior do que aquela carregada pelo heterodoxo João Sayad.

Além desses reveses nos âmbitos do déficit público e da dívida externa, outra importante derrota de Dornelles e seu grupo nesse período – mas que acabou tendo um desfecho ainda mais explosivo – foi aquela relativa à tabela progressiva de descontos do imposto de renda na fonte. Dornelles propunha congelar a tabela de descontos, o que geraria uma arrecadação adicional de cerca de 4 trilhões de cruzeiros (SECRETÁRIO, 1985). Sayad, contudo, discordava da proposta e defendia que a tabela deveria ser reajustada conforme o programado haja vista que “mudar a regra do jogo no transcorrer da partida é uma prática que não condiz com os propósitos da Nova República [...]” (SARNEY, 1985i, p. 6). Em termos políticos, tal medida representaria um considerável ônus para o governo Sarney, haja vista que possibilitaria uma mordida maior do Leão nos salários dos trabalhadores – que, conforme o caso, poderia ser até 7 vezes maior⁸⁷ (SECRETÁRIO, 1985).

Após reunião com seus principais assessores, Sarney optou pela saída proposta por Sayad e orientou Dornelles a autorizar a correção da tabela. Dornelles acatou a decisão solicitando ao então secretário da Receita Federal, Luís Acioly, que fizesse o anúncio em uma coletiva de imprensa (SARNEY, 1985g). Contudo, ao que tudo indica o presidente Sarney pretendia aproveitar o episódio para turbinar seu capital político com uma medida que seria benéfica para os trabalhadores e foi pego de surpresa com o anúncio (SARNEY, 1985g). Sarney então telefonou para Dornelles pedindo explicações do porquê da divulgação prematura. Dornelles respondeu ao presidente que acreditava estar autorizado a fazer a divulgação, lamentou a falha de comunicação e a situação ficou aparentemente resolvida (SARNEY, 1985g). Um dia depois, todavia, o secretário de Imprensa do Palácio do Planalto, Fernando Mesquita, “[...] deliberadamente anunciou à imprensa que o presidente da República ficara irritado com Dornelles.” (SARNEY, 1985g, p. 3). Ao ser questionado sobre o ocorrido pelo porta-voz da Fazenda, Paulo Branco, Fernando Mesquita respondeu que apenas citou o caso sem mencionar o termo “irritado”. Em função do que foi publicado pela imprensa e

⁸⁷ Com o congelamento da tabela, quanto menor o salário do contribuinte maior seria o aumento no imposto de renda (SECRETÁRIO, 1985). Assim, o aumento da arrecadação propiciado pela medida defendida por Dornelles penalizaria sobretudo os mais pobres dentre os contribuintes.

desse posicionamento bastante ambíguo de Fernando Mesquita, Dornelles resolveu colocar novamente seu cargo à disposição do presidente Sarney (SARNEY, 1985g). Segundo assessores, em resposta Sarney nem discutiu o pedido de demissão e imediatamente mandou Fernando Mesquita declarar à imprensa que Dornelles era merecedor de “[...] toda sua confiança e que a presidência [apoiava] a linha que [vinha] impondo à frente da Fazendas.” (SARNEY, 1985g, p. 3). Em suma, não obstante a declaração pública de confiança, ao fim e ao cabo esse episódio contribuiu apenas para desgastar ainda mais a já abalada relação entre Dornelles e o presidente José Sarney.

3.4.4 A demissão de Sebastião Vital e a renúncia de Dornelles e aliados

Após sofrerem uma série de importantes derrotas – como demonstrado a partir da compilação do *Jornal do Brasil (RJ)* reproduzida acima – e constatarem que o governo Sarney se distanciava cada vez mais da orientação predominantemente monetarista preconizada por Tancredo Neves, Dornelles e seu grupo começaram a demonstrar sinais cada vez mais claros de descontentamento. Tal discordância com a política econômica que estava sendo implementada atingiu seu ápice durante uma reunião de Sebastião Vital com os mais importantes banqueiros do país em 20 de agosto de 1985 (NEGREIROS & MARTINS, 1985).

Conforme Negreiros & Martins (1985, p. 15), Sebastião Vital – que era secretário-geral da Fazenda, mas que devido à viagem de Dornelles ao exterior havia assumido o posto de ministro interino da Fazenda – fez um discurso que teria deixado “perplexa a plateia”. Num tom bastante duro, Vital criticou as diretrizes econômicas do governo Sarney e afirmou que “[...] os desígnios do presidente Tancredo Neves” não estavam sendo respeitados. Após citar várias vezes o nome de Tancredo, o monetarista Sebastião Vital “[...] reclamou dos desperdícios orçamentários, condenou as diretrizes econômicas em vigor, duvidou da eficiência das medidas para reduzir o déficit público, e atacou a tendência populista do governo.” (NEGREIROS & MARTINS, 1985, p. 15). Como seria de se esperar, o conteúdo desse discurso – que foi jocosamente apelidado pela plateia de “*Bye bye Brasília*” – chegou até Sarney que ficou bastante irritado e classificou a atitude como “uma deslealdade” (NEGREIROS & MARTINS, 1985; CRÍTICAS, 1985b). Sebastião Vital ainda tentou reverter a situação complicada em que se envolveu: concedeu uma entrevista coletiva e emitiu uma nota oficial à imprensa em que negava a autoria das críticas a política econômica

governamental e as associava à tentativa de o indispor com o presidente⁸⁸ (CRÍTICAS, 1985b). José Sarney, no entanto, já havia obtido informações de banqueiros presentes que confirmavam plenamente o caráter extremamente crítico do discurso feito por Sebastião Vital (CRÍTICAS, 1985b).

Como não era a primeira vez que Sebastião Vital criticava os rumos da política econômica, como ele contrariou a orientação presidencial de não mostrar discordâncias após a fixação da posição oficial do governo e ainda mentiu ao não assumir o que tinha dito, Sarney optou por demiti-lo sumariamente no dia 24 de agosto de 1985 (SARNEY, 1985d; CRÍTICAS, 1985b; NOBLAT, 1985e). Por telefone Sarney se limitou a comunicar sua decisão à Dornelles, que ainda encontrava-se fora da Brasil (CRÍTICAS, 1985b; NOBLAT, 1985e). Num primeiro momento, Dornelles afirmou que acatava a demissão de Sebastião Vital e que permaneceria na Fazenda (NOBLAT, 1985e). Contudo, apesar da declaração do auxiliar da Fazenda de que Dornelles não se sentia “pessoalmente atingido” pelo ocorrido, é inegável que “a demissão do sr. Sebastião Marcos Vital foi o mais duro abalo [...] sofrido pelo ministro que mais tinha o que perder com a morte do presidente Tancredo Neves – e que, desde então, [coleccionava] seguidas derrotas.” (NOBLAT, 1985e, p. 11).

Além disso, tudo indica que depois desse episódio não havia restado à Dornelles nem mesmo a prerrogativa de escolher o substituto para o posto de secretário-geral de seu ministério. Com efeito, o presidente Sarney estaria mais inclinado ao candidato de seus assessores – i.e., João Batista de Abreu (que de fato foi o escolhido) – do que aos nomes sugeridos por Dornelles – i.e., Jorge Gouvêa Vieira e Luís Carlos Piva (JOÃO, 1985). Em decorrência desse esvaziamento final de seus poderes, no dia 26 de agosto de 1985 – apenas dois dias após a demissão de Vital – Dornelles e seus principais aliados anunciaram seu pedido de demissão, o qual foi enviado primeiro à imprensa e somente depois ao presidente (CORREIA, 1985b).

Mesmo que com grande estrondo e deixando evidente o descontentamento com o governo (CORREIA, 1985b), o comunicado oficial feito à imprensa pelo porta-voz Paulo Branco afirmava que “[...] Dornelles deixava o cargo por motivos pessoais e que a decisão não estava vinculada à demissão sumária do secretário-geral, Marcos Sebastião Vital.” (CARTA, 1985, p. 3).

⁸⁸ Ao que tudo indica teria sido Dornelles que orientou Sebastião Vital a retratar-se publicamente.

Esse evento encerra o momento $T(1)$ no espaço dos *economic policy makers* da Nova República. Igualmente ele conduz à primeira recomposição deste espaço. Como será demonstrado no terceiro e último capítulo da presente tese, a saída de Dornelles e parte de seu grupo alterou substancialmente a estrutura e padrões de interação existentes no espaço dos *economic policy makers*.

3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como demonstram os dados elencados no presente capítulo, o adocimento de Tancredo e a subsequente posse de Sarney como presidente interino em março de 1985 enfraqueceram profundamente as posições de Dornelles e seus aliados no espaço dos *economic policy makers* modificando, desse modo, a dinâmica que até então se desenhava. O curto período de tempo entre a posse de Sarney como interino e a saída de Dornelles do Ministério da Fazenda foi suficientemente fluído para que não apenas novas relações de força, mas também agentes e posições surgissem no espaço analisado. Ao longo da argumentação demonstramos alguns dos fatores que foram chave nesse processo.

Em primeiro lugar, destacamos a grande heterogeneidade da equipe montada por Tancredo, a qual era formada por aliados e opositores da ditadura, monetaristas e heterodoxos, conservadores e progressistas. Tendo em vista esse contexto, no momento $T(1)$ os *economic policy makers* foram agrupados em quatro categorias conforme suas propriedades sociais: 1) grupo de Dornelles; 2) grupo do PMDB; 3) representantes do grande empresariado e; 4) demais agentes. Dentre estes últimos, o grupo de Dornelles e o grupo do PMDB se destacaram por apresentarem uma forte oposição estrutural entre si. Com efeito, enquanto o primeiro era formado por uma maioria de acadêmicos e ex-colaboradores da ditadura oriundos do Rio de Janeiro e Minas Gerais, formados em economia, ligados à FGV-RJ, fortemente americanizados e dotados de uma orientação econômica monetarista, o segundo era composto sobretudo por acadêmicos e políticos contrários a ditadura⁸⁹ oriundos de São Paulo e do Nordeste, formados em outros cursos que não economia, ligados ao PMDB (sobretudo ao de SP) e em certos casos à USP, fracamente americanizados e mais próximos

⁸⁹ Excetuando-se o próprio Sarney que, como supracitado, foi um grande aliado do regime militar durante décadas e só mudou de lado quando os ventos já se mostravam completamente favoráveis ao processo de redemocratização política.

de uma orientação econômica heterodoxa⁹⁰. Essa oposição era reforçada e chancelada pelo tratamento dado por meios de comunicação seja via reportagens seja por charges como as supracitadas.

Tal heterogeneidade de perfis associada à alteração do presidente da República – agente com maior peso no espaço dos *economic policy makers* – levou ao surgimento de uma disputa entre o grupo de Dornelles e o grupo do PMDB. Conforme as reportagens analisadas, a interpretação então dominante era de uma relativa falta de legitimidade de Sarney, fato que o levou a preferir evitar confrontações diretas no início de seu mandato como presidente. Em decorrência disso, Sarney não foi capaz de impor à Dornelles e Sayad um caminho comum na condução da economia nacional. Isso levou à uma indefinição na formulação da política econômica durante o início da Nova República, fato que foi amplamente noticiado pela imprensa. Esse momento é caracterizado, desse modo, não por uma busca do progresso socioeconômico com a purificação dos pecados da ditadura tal como prometera Tancredo, mas sim por um intenso conflito entre dois dos principais objetivos atribuídos à Nova República.

Na guerra palaciana pela condução da política econômica nacional, o primeiro movimento foi feito pelo ministro da Fazenda e seus aliados ainda nos primeiros dias da Nova República – período em que muitos ainda acreditavam que Tancredo se recuperaria e assumiria a presidência. Profundamente comprometidos com o monetarismo e a *doxa* neoliberal que eram então disseminados globalmente através dos processos de circulação internacional de elites e ideias, Dornelles e seu grupo desejavam implementar a política de austeridade prometida durante a campanha presidencial. Desse modo, entre outras medidas recessivas, efetuou-se um corte de 10% nas despesas governamentais. Apesar da maioria dos agentes dentro e fora do espaço dos *economic policy makers* se manifestarem publicamente a favor desse corte de gastos, na prática vários deles acabaram atuando contra à austeridade.

As motivações para as discrepâncias entre as dimensões discursiva e prática das tomadas de posição, todavia, variaram de agente para agente: enquanto alguns agiram contra a austeridade por convicção – assim como o heterodoxo Sayad – outros o fizeram por pragmatismo político – como o adesista Sarney – e outros ainda porque foram assim compelidos por seus superiores – como o monetarista Dornelles. Assim, algumas semanas

⁹⁰ Quase metade dos membros do grupo do PMDB possuíam uma orientação econômica heterodoxa e outros – assim como Sarney, por exemplo – no mínimo simpatizavam em alguma medida com tal perspectiva. No momento *T(1)*, todos os *economic policy makers* partidários da heterodoxia integravam o grupo do PMDB.

após ser promulgado o referido corte de gastos, Dornelles foi orientado por Sarney a liberar vultosos recursos para o salvamento do Banco Sul Brasileiro, medida que não apenas o próprio ministro da Fazenda, mas também outros membros de sua equipe já haviam repudiado publicamente diversas vezes. De outro lado, Sarney orientou Sayad – que nesse momento era considerado o “seu ministro” – a dar prosseguimento a elaboração de um Plano de Emergência destinado a minorar a pobreza. Com essas duas medidas – que inegavelmente estavam na contramão da austeridade preconizada por Tancredo – Dornelles e seu grupo sofreram suas duas primeiras grandes derrotas no espaço dos *economic policy makers*.

Não obstante as dificuldades de fazer a política de austeridade ser efetivamente cumprida, nesse mesmo período Dornelles e seu grupo obtiveram uma importante vitória. Eles conseguiram afastar Sérgio de Freitas do posto de diretor da Área Externa do Banco Central e assim assumir, ao menos momentaneamente, o controle total sobre a renegociação da dívida externa brasileira. Em função das especificidades de seu perfil, Sérgio de Freitas não fazia parte nem do grupo de Dornelles e nem no grupo do PMDB. Com efeito, apesar de ser da diretoria do Banco Central, Sérgio de Freitas teve sua indicação ao cargo “patrocinada” pelo chanceler Olavo Setúbal (PFL-SP) e não por Dornelles ou Lemgruber. Por outro lado, apesar de ser favorável à adoção de uma nova abordagem na negociação da dívida – o que também era defendido por Sayad, por exemplo –, Sérgio de Freitas não só não possuía laços com o PMDB como também havia atuado como colaborador da ditadura. Profissional do setor privado dotado de uma trajetória pouco americanizada⁹¹, de uma formação pouco robusta em economia e de uma orientação econômica não visível, Sérgio de Freitas defendia – em consonância com o prometido por Tancredo e desejado por Olavo Setúbal – que o Brasil realizasse uma negociação política da dívida externa e endurecesse o diálogo com o FMI, EUA e demais credores internacionais. Contudo, Francisco Dornelles, Antônio Lemgruber e seus aliados – que em âmbito interno eram ferrenhos defensores da austeridade e do combate ao desperdício do dinheiro público – não pareciam estar preocupados com a enorme transferência de recursos para o exterior. Em função das especificidades de seus perfis, Dornelles e seus aliados possuíam não apenas uma “afinidade de *habitus*” – derivada do comprometimento com o monetarismo e a *doxa* neoliberal, da forte americanização e da proximidade com instituições como o FMI –, mas também uma “solidariedade de interesses” – derivada do desejo comum de levar a cabo a liberalização da economia brasileira – com

⁹¹ Antes de ingressar no governo, Sérgio de Freitas era diretor da área internacional do Banco Itaú, mas não possuía laços mais fortes com os EUA.

seus interlocutores internacionais. Em decorrência disso, Dornelles e seu grupo não transpareciam qualquer intenção de lutar por um acordo mais adequado aos interesses nacionais e defendiam a manutenção do contrato leonino costurado ainda durante a ditadura – atitude complacente apresentada sob o nome de “negociação técnica” da dívida.

Após o falecimento de Tancredo e a posse definitiva de Sarney como presidente no final de abril de 1985, este último resolveu indicar o economista paulista Paulo Rosenberg como seu assessor econômico. Como os dois principais condutores da política econômica indicados por Tancredo defendiam caminhos opostos e havia uma grande indefinição com respeito aos rumos da economia nacional, Sarney nomeou Rosenberg para aconselhá-lo e formular cenários que facilitassem a tomada de decisão à nível político. Docente universitário, consultor de empresas e ex-colaborador da ditadura (ao lado de nomes como Delfim-Netto e do próprio Dornelles), Rosenberg possuía uma orientação econômica predominantemente monetarista, mas também era dotado de considerável pragmatismo. Como partidário do monetarismo ele discordava de muitas das propostas de Sayad por considerá-las inconsequentes, mas por outro lado não concordava integralmente com Dornelles acusando-o de guiar-se mais por “lugares-comuns liberais” do que por uma compreensão efetiva da economia. Durante o período em que Dornelles foi ministro da Fazenda, Rosenberg adquiriu considerável proeminência no espaço do *economic policy makers* e além de conselheiro do presidente, também atuou como porta-voz das decisões econômicas do governo e como mediador dos conflitos entre o grupo de Dornelles e outros membros do governo (em especial, aqueles ligados ao grupo do PMDB).

Como não poderia deixar de ser, o falecimento de Tancredo e a posterior nomeação de Paulo Rosenberg como assessor presidencial contribuíram para minar ainda mais a já abalada influência de Dornelles no processo de formulação da política econômica governamental. Após uma série de derrotas para o grupo do PMDB, Dornelles e seus aliados pediram demissão coletiva. E assim findou o momento *T(1)*, o qual também poderia ser chamado de “período de indefinição”. Como será demonstrado no próximo capítulo, foi apenas com a saída de Dornelles e parte de sua equipe que o governo Sarney conseguiu imprimir maior coerência e unidade à condução da política econômica que, a partir de então, se afastou significativamente da *doxa* neoliberal e passou a orientar-se quase que exclusivamente pela heterodoxia.

4 A PRIMEIRA RECOMPOSIÇÃO DO ESPAÇO DOS *ECONOMIC POLICY MAKERS* NO GOVERNO SARNEY: DA ASCENSÃO DE FUNARO A QUEDA DE ROSENBERG

Neste capítulo analisamos o momento $T(2)$ – que vai da ascensão de Dílson Funaro ao Ministério da Fazenda em agosto de 1985, passando pelo enfraquecimento de João Sayad e indo até a saída do assessor presidencial Paulo Rosenberg em janeiro de 1986 – tendo como foco as convergências e divergências entre Funaro e Sayad assim como também as disputas entre o novo ministro da Fazenda e Paulo Rosenberg. Além disso, também empreendemos uma breve análise comparativa entre os momentos $T(1)$ e $T(2)$ visando compreender semelhanças e diferenças.

Após a queda de Dornelles e seus principais aliados, muitos imaginavam que o próximo titular da Fazenda seria o assessor presidencial, Paulo Rosenberg. Contudo o presidente Sarney preferiu escolher seu amigo de longa data e então presidente do BNDES, Dílson Funaro, para o posto. Num primeiro momento, acreditou-se que a queda de Dornelles fortaleceria a posição de Sayad no espaço dos *economic policy makers*, todavia, o que ocorreu foi exatamente o contrário. Quando em 26 de agosto de 1985 Funaro assumiu o Ministério da Fazenda e, por conseguinte, o comando da política econômica governamental, a inflação estava em plena disparada. Assim, apenas três dias após tomar posse, a FGV-RJ anunciava que a inflação havia atingido o patamar de 14%, maior taxa até então registrada no país (INFLAÇÃO, 1985b).

Na visão de Octávio de Bulhões, todavia, o fato de a inflação ter atingido esse patamar não teria a menor importância (BULHÕES, 1985). Com a liberação dos preços que estiveram congelados durante um tempo, argumentava o guru da FGV-RJ, era natural que a inflação subisse em agosto (BULHÕES, 1985). Para Bulhões, o importante era que a partir de então o governo tomasse medidas para conter a inflação (BULHÕES, 1985). Como não poderia deixar de ser, para o monetarista Octávio de Bulhões “tomar medidas para conter a inflação” significava basicamente cortar despesas do setor público (BULHÕES, 1985). Demonstrando uma postura bastante proativa, Funaro efetivamente tomou uma série de medidas visando controlar a inflação, mas por um caminho diverso.

Funaro adotou diretrizes para baixar os juros, selou acordos com empresários para manter certa estabilidade nos preços etc., mas não aprofundou muito mais o corte de gastos. E desse modo ele logrou conter o processo inflacionário, ao menos por um curto período de

tempo. A sua postura de homem da ação, de “resolvedor de problemas” associada aos bons resultados iniciais da economia, permitiram a Funaro afastar Sayad e, sobretudo, Rosenberg do controle da política econômica nacional. Como consequência, nesse momento ocorreu um relativo apaziguamento da guerra palaciana pela condução da economia. Como efeito, após o afastamento de Dornelles e seus aliados a defesa da austeridade como medida purificadora dos pecados da ditadura perdeu força e o progresso socioeconômico e, mais especificamente, a promoção do crescimento econômico e da redução da desigualdade social foram convertidos nos objetivos primeiros da política governamental.

O presente capítulo está dividido em cinco seções excetuando-se as considerações finais. Na primeira seção tecemos algumas considerações sobre a consolidação da hegemonia internacional dos EUA – processo que teve a negociação do Acordo de Plaza como um evento chave – e a estratégia estadunidense visando minar as eventuais resistências dos países periféricos à sua política externa draconiana.

Na segunda seção tratamos do processo de reconfiguração das guerras palacianas no interior do espaço dos *economic policy makers*. Essa seção ainda está dividida em três subseções. Na primeira tecemos algumas considerações sobre a disputa em torno da escolha do novo ministro da Fazenda, a qual culminou com a ascensão de Dílson Funaro ao posto de principal condutor da economia. Na segunda subseção apresentamos a nova estrutura do espaço dos *economic policy makers* após a saída de Dornelles. E na terceira subseção analisamos os novos grupos que passaram a integrar o espaço analisado.

Na terceira seção examinamos algumas das principais convergências e divergências entre Funaro e Sayad, dois representantes da heterodoxia – perspectiva que após a queda de Dornelles e seus aliados monetaristas tornou-se dominante no espaço dos *economic policy makers*. Essa seção divide-se em três subseções. Na primeira subseção abordamos a controvérsia existente entre Sayad e Funaro em torno da realização de novos cortes nos gastos públicos. Na segunda esboçamos algumas observações complementares sobre posição de Sayad no espaço dos *economic policy makers*. E na terceira tratamos da convergência de Funaro e Sayad em torno da ideia de um endurecimento das negociações da dívida externa com as autoridades internacionais.

Na quarta seção tecemos algumas considerações sobre as disputas entre Funaro e Rosenberg e sobre a subsequente saída do assessor presidencial do governo Sarney. E na quinta e última seção levamos a cabo uma análise comparativa entre os momentos $T(1)$ e $T(2)$ tendo como foco as características gerais do espaço dos *economic policy makers* e os perfis e

tomadas de posição dos principais agentes envolvidos nas disputas em torno das questões chave da austeridade nos gastos públicos e da renegociação da dívida externa.

4.1 A CONSOLIDAÇÃO DA HEGEMONIA ESTADUNIDENSE E O COMBATE ÀS RESISTÊNCIAS DOS PAÍSES PERIFÉRICOS

Apesar de inicialmente ter tratado com indiferença a vertiginosa elevação do valor do dólar e das taxas de juros, o governo Reagan logo tomou ciência dos problemas que ocorreriam caso tal tendência se mantivesse (AMERICANOS, 1985; CORTEZ et al., 2015). Como parte do esforço visando reverter esse quadro em 22 de setembro de 1985 – um dia antes da Assembleia Geral da ONU – os ministros das finanças e presidentes dos bancos centrais dos EUA, Japão, Inglaterra, França e Alemanha se reuniram em Manhattan para deliberar sobre a questão (AMERICANOS, 1985; CORTEZ et al., 2015). Durante o encontro os EUA, por um lado, pressionaram seus principais parceiros comerciais a valorizarem consideravelmente suas respectivas moedas e, por outro, se comprometeram a reduzir seu crescente déficit estatal (AMERICANOS, 1985; CORTEZ et al., 2015). Os termos dos EUA foram aceitos dando origem ao chamado Acordo de Plaza (em referência ao hotel onde foi negociado) (WAACK, 1986).

O Acordo do Plaza representou o retorno definitivo dos EUA ao status de superpotência abalado durante a década de 1970 (CORTEZ et al., 2015). Ao “[...] forçar a cooperação internacional a fim de desvalorizar o dólar [...]”, o Acordo do Plaza contribuiu para reduzir tanto as pressões internas – sobretudo aquelas que a indústria exercia sobre o Congresso – como as pressões externas – em especial as decorrentes da baixa competitividade entre as maiores economias do período e das elevadas taxas de crescimento do Japão, então principal ameaça à hegemonia econômica dos EUA (CORTEZ et al., 2015, p. 14).

Uma interpretação recorrente na época era a de que o Acordo de Plaza representava igualmente uma estratégia estadunidense de antecipar-se às críticas dos devedores latino-americanos, as quais já viriam no dia seguinte durante a Assembleia Geral da ONU (AMERICANOS, 1985). Conforme essa perspectiva, temia-se que a crescente onda de reclamações dos países devedores resultasse “[...] até o final do ano [de 1985] em alguma forma de posição comum dos grandes devedores que [pudesse] significar a exigência da renegociação também dos pagamentos dos juros da dívida, e não somente das amortizações,

como [vinha] ocorrendo até então.” (AMERICANOS, 1985, p. 3). Como maior devedor, o Brasil tinha um papel de destaque nas disputas internacionais em torno da dívida externa do terceiro mundo. Optando pelo caminho do confronto, no dia seguinte à negociação do Acordo de Plaza o presidente Sarney discursou na Assembleia da ONU em prol de um tratamento político da dívida que possibilitasse o crescimento dos devedores (CARVALHO, 1985c).

Esse clima de crescente resistência dos países devedores levou o secretário do Tesouro dos EUA, James Baker⁹², a apresentar alguns dias depois – em 8 de outubro de 1985 –, uma nova proposta visando “[...] resolver o problema da dívida externa do Terceiro Mundo mediante a injeção de 50 bilhões de dólares [...]” (BAKER, 1985, p. 6). Na época uma interpretação corrente era a de que tal proposta integrava a estratégia do governo Reagan visando dissuadir os países devedores a buscarem melhores condições de pagamento através de uma negociação em bloco (ECONOMISTAS, 1985). Segundo tal perspectiva, a proposta de concessão de novos empréstimos objetivaria sobretudo acalmar e dividir os países devedores (ECONOMISTAS, 1985). O secretário James Baker corroborou essa interpretação ao afirmar que os países que não aceitassem a estratégia de tratamento individual da dívida e de cooperação com o FMI e Banco Mundial não usufruiriam dos benefícios do novo plano de endividamento estadunidense (FUNARO, 1985d). Nesse contexto, cresciam as pressões das autoridades estadunidenses e internacionais para que o Brasil assinasse logo um acordo com o FMI (KUNTZ, 1985b).

4.2 A RECONFIGURAÇÃO DE UMA GUERRA PALACIANA

A saída de Dornelles e seus aliados gerou um processo de reconfiguração da estrutura do espaço dos *economic policy makers* e, por conseguinte, das guerras palacianas que o tinham como palco principal. Nesse novo contexto, Dílson Funaro emergiu como principal condutor da política econômica brasileira e três novos grupos passaram a integrar o espaço analisado. A seguir analisamos em detalhes o processo de ascensão de Funaro assim

⁹² Natural do Texas, James Baker formou-se em direito na Universidade do Texas (OFFICE, 2021). Filho de um próspero advogado de Houston, Baker atuou durante anos no escritório de advocacia internacional Andrews and Kurth (OFFICE, 2021). Por influência de sua primeira esposa, no início da década de 1970 Baker se envolveu com o Partido Republicano e se tornou bastante próximo à George Herbert Walker Bush (“Bush Pai”) (OFFICE, 2021). Como membro do Partido Republicano, Baker liderou diferentes campanhas presidenciais e foi indicado para cargos como subsecretário de Comércio dos EUA, chefe do Gabinete da Casa Branca e Secretário do Tesouro dos EUA (OFFICE, 2021).

como também as características do espaço dos *economic policy makers* e dos grupos que o compõe.

4.2.1 As disputas em torno da escolha do novo ministro da Fazenda

Como supracitado, a demissão do ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, gerou uma transformação considerável no espaço dos *economic policy makers*. Além do próprio Dornelles e de Sebastião Vital que havia deixado o cargo alguns dias antes, também abandonaram o governo Antônio Lemgruber, Roberto Castello Branco, Júlio Senna, Alberto Furuguem⁹³, Iran Siqueira e Marcos Vianna⁹⁴. Os demais membros do grupo de Dornelles, por sua vez, permaneceram. Ao que tudo indica, esses agentes remanescentes possuíam um capital social mais diversificado, isto é, eram dotados de outros laços além das ligações com Dornelles, o que lhes deu maior sustentação política. Esse foi o caso, por exemplo, dos funcionários de carreira e então diretores do Banco Central, Hélio Ribeiro e Carlos de Freitas. Enquanto o primeiro permaneceu como diretor por ter sido indicado ao cargo pelo PFL, o segundo continuou por ser amigo do novo presidente do Banco Central, Fernão Bracher (BRACHER, 1985).

Após a saída de Dornelles ocorreu uma nova queda de braço entre as alas conservadora e progressista do governo Sarney em torno da indicação do novo ministro da Fazenda. Os conservadores buscaram fazer com que Dornelles voltasse atrás em seu pedido de exoneração ou então que o chanceler, Olavo Setúbal, fosse transferido das Relações Exteriores para a Fazenda (QUEDA, 1985). Os progressistas, por sua vez, buscaram fortalecer o nome do empresário paulista e então presidente do BNDES, Dílson Funaro, para o Ministério da Fazenda (QUEDA, 1985). Uma terceira possibilidade que surgiu foi a indicação de Marcos Vianna, que foi sugerida a Sarney pelo empresário e seu amigo pessoal, Murilo Mendes (ULYSSES, 1985c). E uma quarta opção aventada por Sarney foi a de transferir Sayad para a Fazenda e colocar no Planejamento algum político (ULYSSES, 1985c). Contudo, a essa altura o nome de Dílson Funaro já estava consolidado. Funaro contava com o

⁹³ Antônio Lemgruber, Roberto Castello Branco, Júlio Senna e Alberto Furuguem foram quatro dos principais responsáveis pela formulação das medidas econômicas defendidas por Dornelles. Em função de sua pouca idade, o quarteto de economistas monetaristas do Banco Central era chamado pela imprensa de “menudos” em referência a uma famosa *boy band* da época.

⁹⁴ Apesar de não ter sido considerado nesta análise um membro do grupo de Dornelles, Marcos Vianna tinha considerável proximidade com o ministro da Fazenda e por isso teria preferido sair do governo.

apoio de pesos pesados da política como o governador paulista, Franco Montoro, e o deputado paulista e líder do PMDB na Câmara, Ulysses Guimarães (ESCOLHA, 1985). Além disso, Funaro ainda era o preferido pelo próprio Sarney – de quem era amigo pessoal há anos – e de seus aliados mais próximos – como Abreu Sodré (ESCOLHA, 1985). A escolha de Dílson Funaro – que era “antes de mais nada e acima de tudo, um amigo do rei, uma pessoa em quem [...] José Sarney [depositava] a maior confiança.” (INFORME, 1985f, p. 6) – representava assim um fortalecimento da posição do próprio presidente da República que pôde enfim colocar um nome de sua escolha na equipe ministerial⁹⁵ (QUEDA, 1985). Essa ascensão de Funaro ao Ministério da Fazenda foi vista também como uma vitória de heterodoxos sobre monetaristas. Segundo reportagem do *Jornal do Brasil (RJ)*:

A ala desenvolvimentista do governo Sarney saiu fortalecida com a indicação do empresário Dílson Funaro para o Ministério da Fazenda, especialmente o ministro do Planejamento João Sayad, filiado ao PMDB paulista, que tinha conflitos doutrinários com o ex-ministro da Fazenda Francisco Dornelles. (QUEDA, 1985, p. 3).

Industrial com formação em engenharia, Dílson Funaro possuía uma visão sobre a economia que poderia ser definida como heterodoxa ou desenvolvimentista. Em razão de certas especificidades de sua visão sobre a economia – assim como seu significativo apoio à desestatização, por exemplo – a orientação econômica de Funaro parece – como citado no capítulo anterior – se aproximar bastante do assim chamado “desenvolvimentismo do setor privado” (BIELSCHOWSKY, 2000). Com sua ascensão à Fazenda, Funaro resolveu nomear como seus assessores diretos dois destacados economistas heterodoxos ligados ao PMDB paulista (FONSECA, 1985c). Referimo-nos aos professores da Unicamp, Luiz Gonzaga Belluzo e João Manuel Cardoso⁹⁶ os quais, vale lembrar, estavam presentes na notória primeira Reunião da Granja do Torto (FONSECA, 1985c).

Além de ter representado um fortalecimento da posição de José Sarney no governo e uma vitória da heterodoxia sobre o monetarismo, a indicação de Funaro foi considerada ainda uma vitória de São Paulo sobre Minas Gerais – que perdeu a Fazenda – e Rio de Janeiro – que perdeu o Banco Central. Os mineiros criticaram a decisão afirmando que confiar o Ministério

⁹⁵ Segundo o jornalista Zózimo Barrozo do Amaral, também houveram pessoas que interpretaram a ascensão de Funaro à Fazenda como uma derrota para o assessor Paulo Rosenberg haja vista que seu candidato para o posto seria o então presidente da Comissão de Valores Mobiliários, Adroaldo Moura da Silva (ZÓZIMO, 1985b).

⁹⁶ João Manuel Cardoso possuía ligações bastante antigas com o novo ministro da Fazenda tendo sido, inclusive, assessor de Funaro quando durante sua atuação como secretário de Planejamento do governo Abreu Sodré (Arena-SP).

da Fazenda à São Paulo, que já possuía também o Planejamento, seria o mesmo que entregar a presidência ao governador Franco Montoro e que tal decisão causaria um desequilíbrio federativo haja vista que o PFL e PMDB mineiros tinham a maior bancada da Aliança Democrática (MINEIROS, 1985).

De fato, Montoro e o PMDB paulista foram alguns dos grandes beneficiados pela queda de Dornelles e seus aliados. Além de permitir a ascensão de Funaro ao Ministério da Fazenda, a queda de Dornelles ainda possibilitou o remanejamento de André Franco Montoro Filho, filho do governador paulista e então vice-presidente do BNDES, à presidência dessa importante instituição. Essas mudanças no espaço dos *economic policy makers* levaram alguns políticos – como o deputado do Espírito Santo pelo PDS, José Carlos Fonseca – a afirmarem que estavam “destancretizando” a Nova República (TRANCREDISTAS, 1985). Para esses críticos, ao escolher um ministro da Fazenda afinado com o PMDB paulista, Sarney conferia “[...] uma “nova cara” a seu governo. E esta cara [estaria] cada vez mais distante dos traços deixados por Tancredo.” (TRANCREDISTAS, 1985, p. 3). Mesmo que esse não tenha sido o objetivo, o fato é que ao aceitar a demissão de Dornelles e substituí-lo por Funaro, o presidente Sarney “[...] moveu peças no sentido fortalecimento de uma vertente do PMDB, não só doutrinária, do que tinha óbvia e plena consciência, mas também regional. Ele situou São Paulo no ápice da liderança política [...]” (BRANCO, 1985c, p. 2).

4.2.2 Perfil geral dos *economic policy makers*

O objetivo desta subseção é descrever e analisar brevemente as propriedades sociais dos 37 agentes eficientes em matéria de política econômica no início do momento $T(2)$ ou, mais precisamente, após a primeira recomposição do espaço dos *economic policy makers* gerada pela queda de Dornelles e a ascensão de Funaro ao Ministério da Fazenda em agosto de 1985. O Quadro 15 apresenta a relação dos 37 *economic policy makers* analisados. Os cargos que tiveram seus titulares alterados estão sinalizados com um asterisco ao lado.

Quadro 15 – Relação dos *economic policy makers* após a primeira recomposição

Nome do agente	Cargo no governo
José Sarney	Presidente da República
Luís Paulo Rosenberg	Assessor de Assuntos Econômicos da Presidência
Dílson Domingos Funaro	Ministro da Fazenda*
João Batista de Abreu	Secretário-geral da Fazenda*

João Manuel Cardoso de Mello	Assessor de Assuntos Econômicos da Fazenda
Luiz Gonzaga Belluzo	Secretário de Assuntos Econômicos da Fazenda
João Sayad	Ministro do Planejamento
Andrea Sandro Calabi	Secretário-geral do Planejamento
Roberto Herbster Gusmão	Ministro da Indústria e Comércio
Pedro Jorge Simon	Ministro da Agricultura
Ronaldo Costa Couto	Ministro do Interior
Flávio Rios Peixoto da Silveira	Ministro do Desenvolvimento Urbano
Camilo Calazans de Magalhães	Presidente do Banco do Brasil (BB)
André Franco Montoro Filho	Presidente do BNDES*
Marcos de Barros Freire	Presidente da Caixa Econômica Federal (CEF)
José Maria de Aragão Melo	Presidente do Banco Nacional de Habitação (BNH)
Fernão Carlos Botelho Bracher	Presidente do Banco Central*
Carlos Mauro Cabral Benevides	Presidente do Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB)
Delile Guerra de Macedo	Presidente do Banco da Amazônia S.A. (Basa)
Adroaldo Moura da Silva	Presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CMV)
Jorge Hilário Gouvêa Vieira	Presidente do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB)
Roberto Fendt Júnior	Diretor do Banco do Brasil (Cacex)*
Carlos Eduardo de Freitas	Diretor do Banco Central (Área Externa)
Hélio Ribeiro de Oliveira	Diretor do Banco Central (Crédito Rural e Industrial)
Carlos Thadeu de Freitas	Diretor do Banco Central (Área Bancária)*
Luiz Carlos Mendonça de Barros	Diretor do Banco Central (Mercado de Capitais)*
André Pinheiro de Lara Resende	Diretor do Banco Central (Dívida Pública e Mercado Aberto)*
Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho	Membro nomeado do CMN
Roberto Costa de Abreu Sodré	Membro nomeado do CMN
Sérgio Franklin Quintella	Membro nomeado do CMN
Ângelo Calmon de Sá	Membro nomeado do CMN
Octávio Gouveia de Bulhões	Membro nomeado do CMN
Abílio dos Santos Diniz	Membro nomeado do CMN
Antônio J. D. de Oliveira Santos	Membro nomeado do CMN
Amador Aguiar	Membro nomeado do CMN
João Carlos Paes Mendonça	Membro nomeado do CMN
Pedro Conde	Membro nomeado do CMN

Fonte: elaboração própria com base nos dados do Banco Central (2019), *Jornal do Brasil (RJ)* 1985-86, *Correio Braziliense (DF)* 1985-86 e *Jornal do Commercio (RJ)* 1985-86.

Como pode-se inferir a partir dos dados elencados, nove postos no espaço dos *economic policy makers* mudaram de mãos com a queda de Dornelles e parte de seu grupo. Tais cargos estavam concentrados sobretudo na Fazenda – que perdeu seu ministro e secretário-geral – no Banco Central – que perdeu seu presidente e quatro diretores⁹⁷ – e no Banco do Brasil – que perdeu um diretor. Os outros 27 postos previamente existentes no espaço dos *economic policy makers* continuaram sendo ocupados pelos mesmos agentes que eram seus titulares desde o início do governo Sarney. Além disso, com as mudanças efetuadas

⁹⁷ Como não foi possível encontrar dados biográficos suficientes o novo diretor da Área de Fiscalização do Banco Central, José Tupy Caldas de Moura, acabou ficando fora da análise.

dois outros cargos adquiriram grande influência no espaço dos *economic policy makers*. Tratam-se dos postos de assessor e de secretário de Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda. A seguir são apresentados dados sobre o capital cultural institucionalizado, capital social, origem geográfica, capital internacional, experiências profissionais e orientação econômica desses 37 *economic policy makers*.

4.2.2.1 Capital cultural institucionalizado

Os dados indicam que o volume geral de capital cultural dos *economic policy makers* se manteve elevado e que a distribuição entre os diferentes níveis de instrução permaneceu praticamente a mesma após as transformações ocorridas no espaço analisado. Dos 37 agentes analisados apenas 5,4% não eram graduados. Dentre os formados, 29,7% possuíam graduação, 24,3% especialização, 13,5% mestrado e 27% doutorado.

No tocante à estrutura do capital cultural institucionalizado, os dados analisados demonstram que 48,6% dos 37 *economic policy makers* possuíam formação em economia. Isso indica que apesar da reconfiguração do espaço dos *economic policy makers*, a predominância em economia encontrada no momento $T(1)$ permaneceu inalterada no momento $T(2)$. Igualmente, os dados demonstram que o direito continuou sendo a segunda formação mais recorrente entre população analisada com 24,3%. Em terceiro lugar, estava contábeis/administração com 10,8%. E em quarto lugar, estavam engenharias, ciências humanas e ensino fundamental/médio com 5,4% cada.

4.2.2.2 Capital social

Com base nas especificidades do momento $T(2)$, foram criados três indicadores para mensurar o capital social possuído pelos 37 agentes analisados. O primeiro indicador de capital social busca determinar quais *economic policy makers* tinham laços com o PMDB. Tendo-se em vista que mesmo com a reconfiguração do espaço dos *economic policy makers* o PMDB continuou tendo um papel determinante durante todo o momento $T(2)$ optamos pela manutenção deste indicador. Nesse sentido, os dados analisados demonstram que ao menos 32,4% dos *economic policy makers* possuíam laços com o PMDB. Isso indica que durante o

momento $T(2)$ houve um leve aumento do número de pemedebistas. É interessante notar que isso ocorreu concomitantemente ao enfraquecimento daquele que até então era o principal representante do PMDB no espaço analisado, isto é, o ministro do Planejamento João Sayad.

O segundo indicador de capital social visa determinar quais agentes possuíam laços sociais com José Sarney. No momento $T(2)$ o presidente Sarney adquiriu maior controle sobre o comando da política econômica nacional ao preencher com nomes associados à ele os postos abertos pela saída de Dornelles e seus aliados. Assim, ao contrário do momento $T(1)$ – em que quase todos os *economic policy makers* haviam sido indicados por Tancredo –, no momento $T(2)$ vários nomes incluindo o ministro da Fazenda, Dílson Funaro, haviam sido direta ou indiretamente indicados por Sarney. Conforme os dados analisados, ao menos 32,4% dos *economic policy makers* possuíam laços com Sarney.

E o terceiro e último indicador de capital social elaborado objetiva determinar quais *economic policy makers* possuíam ligações com o setor privado. Com a queda de Dornelles e seus aliados e a ascensão de grandes empresários como Dílson Funaro e Fernão Bracher ao comando da economia nacional, os laços com o setor privado adquiriram maior peso enquanto princípio de diferenciação. Os dados indicam que 67,6% dos *economic policy makers* possuíam laços com o setor privado.

4.2.2.3 Origem geográfica

Os dados demonstram a continuidade do Sudeste como principal região de origem dos *economic policy makers* analisados, com 67,6% da população. O Nordeste igualmente permaneceu em segundo lugar ao contribuir com 24,3% dos agentes. E em terceiro lugar ficaram o Sul, o Norte e o Centro-Oeste com 2,7% cada.

Ao serem desagregados os dados revelam que a queda de Dornelles e seus aliados levou ao crescimento da participação do já dominante estado de São Paulo e redução da participação do até então influente estado de Minas Gerais no espaço dos *economic policy makers*. Indicando um aumento da influência dos paulistas na condução da política econômica nacional, após Sarney nomear Funaro para Fazenda o número de nascidos em São Paulo subiu para 37,8% – um crescimento de 14,9% com relação ao momento $T(1)$. O Rio de Janeiro permaneceu em segundo lugar ao contribuir com 18,9% da população. Minas Gerais, Pernambuco, Bahia e Sergipe ficaram em terceiro lugar com 5,4% cada. E em quarto ficaram

Maranhão, Espírito Santo, Piauí, Ceará, Amazonas, Goiás e Rio Grande do Sul com apenas 2,7% cada.

4.2.2.4 *Capital internacional*

Conforme os dados analisados, 24,3% dos 37 *economic policy makers* não eram internacionalizados, ao passo que 40,5% possuíam um capital internacional de matriz estadunidense e 35,1% um capital internacional obtido em outros países. Tais achados indicam, por um lado, que o alto nível de internacionalização dos *economic policy makers* se manteve após o processo de reconfiguração de seu espaço de atuação e, por outro, que o volume de agentes dotados de um capital internacional de matriz estadunidense sofreu uma pequena redução.

4.2.2.5 *Experiências profissionais*

Os dados demonstram que apesar das transformações ocorridas no espaço dos *economic policy makers* a distribuição dos agentes em termos de origem profissional se manteve mais ou menos a mesma do momento $T(1)$. Contando com 40,5% da população analisada, os profissionais do setor privado mantiveram sua predominância durante o momento $T(2)$. Os acadêmicos ficaram em segundo lugar com 27%, os profissionais do setor público em terceiro lugar com 21,6% e os políticos profissionais em quarto com 10,8%. Quando comparados com os achados do momento $T(1)$, esses dados indicam um leve crescimento do volume de *economic policy makers* oriundos do setor privado e da academia e uma leve redução dos provenientes do setor público. Tais mudanças estão ligadas à preferência de Sarney e Funaro por agentes oriundos do setor privado e da academia em detrimento daqueles oriundos do setor público (via de regra ex-colaboradores do regime militar).

Quando consideramos todos os setores nos quais esses 37 *economic policy makers* atuaram, os dados demonstram que 81,1% deles possuíam experiência profissional no setor público, 64,9% em instituições de ensino e pesquisa, 56,8% no setor industrial, 37,8% no setor financeiro, 16,2% em instituições internacionais, 18,9% na esfera política e 64,9% em

outros setores privados. Na passagem do momento $T(1)$ para o momento $T(2)$, os níveis de agentes com experiência nas diferentes esferas profissionais consideradas se manteve praticamente o mesmo, com exceção dos setores financeiro e industrial. Com efeito, enquanto o volume de *economic policy makers* com experiência no setor financeiro experimentou uma pequena queda, o número daqueles com experiência no setor industrial teve um crescimento razoável – 13,9% em comparação com o momento $T(1)$. Esse aumento dos agentes com experiência no setor industrial pode estar ligado a mudança no modo de condução da economia, o qual passou então a se orientar pela heterodoxia – perspectiva que, ao menos em teoria, seria mais favorável ao setor produtivo do que o monetarismo.

Por fim, os dados demonstram que após a recomposição de seu espaço de atuação os *economic policy makers* mantiveram seu elevado nível de multiposicionalidade: 86,5% da população possuía uma atuação laboral que abarcava de três a cinco setores profissionais.

4.2.2.6 Orientação econômica

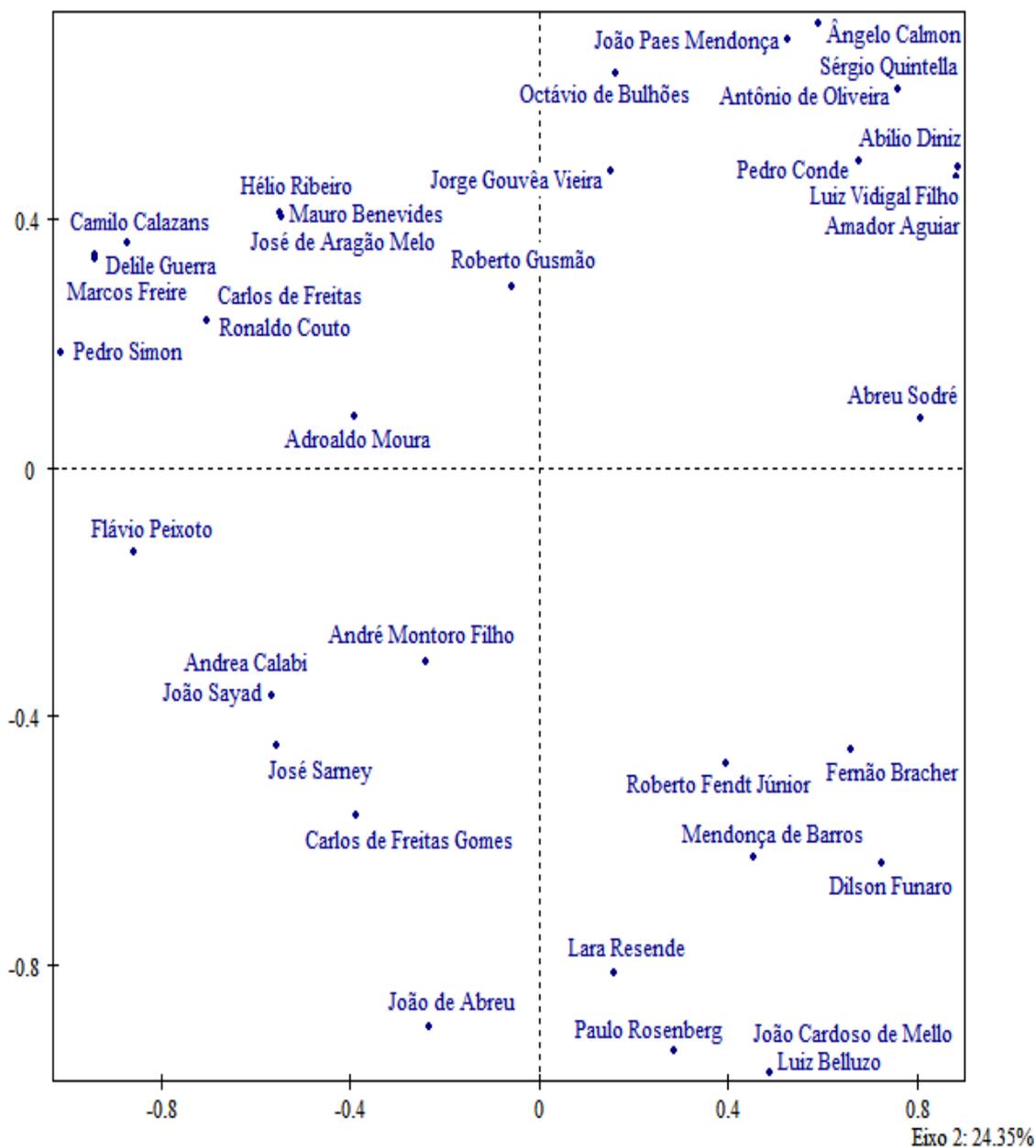
Os dados analisados indicam que a reconfiguração do espaço dos *economic policy makers* gerou transformações significativas no padrão de distribuição das diferentes orientações econômicas. Com efeito, se no caso dos agentes que possuíam uma orientação econômica não visível o volume permaneceu praticamente o mesmo – 67,6% da população –, dentre os agentes cuja orientação econômica era conhecida ocorreu uma clara inversão. Os heterodoxos passaram a ser a maioria nesse espaço social – com 21,6% da população –, ao passo que os monetaristas tornaram-se minoritários – com apenas 10,8%. Como será demonstrado posteriormente, tal mudança contribuiu de forma determinante para as transformações na condução da política econômica nacional observadas ao longo do momento $T(2)$.

4.2.3 O espaço social e sua nova estrutura

O Gráfico 7 nos traz uma primeira representação do espaço dos *economic policy makers* após o processo de reconfiguração gerado pela queda de Dornelles e a ascensão de Funaro ao Ministério da Fazenda ao final de agosto de 1985.

Gráfico 7 – Espaço dos *economic policy makers* nos eixos 1 e 2, início do momento $T(2)$

Eixo 1: 17.81%



Fonte: elaboração própria com base em Paula & Lattman-Weltman (2010), *Jornal do Brasil (RJ)* 1960-90, *Correio Braziliense (DF)* 1960-90 e *Jornal do Commercio (RJ)* 1960-90.

A ACM foi elaborada com base nas propriedades sociais dos 37 agentes analisados que foram mapeadas através do método prosopográfico. A partir dos dados biográficos coletados, foram construídas 8 variáveis e 21 modalidades que se distribuem em três grupos

temáticos. O primeiro grupo trata do *background* socioeducacional e abarca as variáveis estrutura do capital cultural (3 modalidades) e origem geográfica (3 modalidades). O segundo grupo trata do *background* profissional e abarca as variáveis profissão principal (3 modalidades), capital internacional (3 modalidades) e status no governo (3 modalidades). E o terceiro grupo trata do capital social e abarca as variáveis ligações com o PMDB (2 modalidades), ligações com Sarney (2 modalidades) e ligações com o setor privado (2 modalidades). Os dados fornecidos pela ACM permitem estabelecer a estrutura de partida do espaço dos *economic policy makers* no momento $T(2)$ do governo Sarney. Os Gráficos 8, 9 e 10 representam o espaço das propriedades sociais dos 37 agentes analisados. Seguindo o mesmo *modus operandi* do capítulo anterior, mobilizamos a interpretação visual do Gráfico 8 (eixos 1 e 2), do Gráfico 9 (eixos 1 e 3) e do Gráfico 10 (eixos 2 e 3) e a análise dos dados relativos às contribuições e coordenadas das variáveis e modalidades apresentados na Tabela 2 para determinar os principais atributos responsáveis pela estruturação do espaço analisado.

Gráfico 8 – Espaço das propriedades nos eixos 1 e 2 (21 modalidades ativas), início do momento $T(2)$

Eixo 2: 17.81%

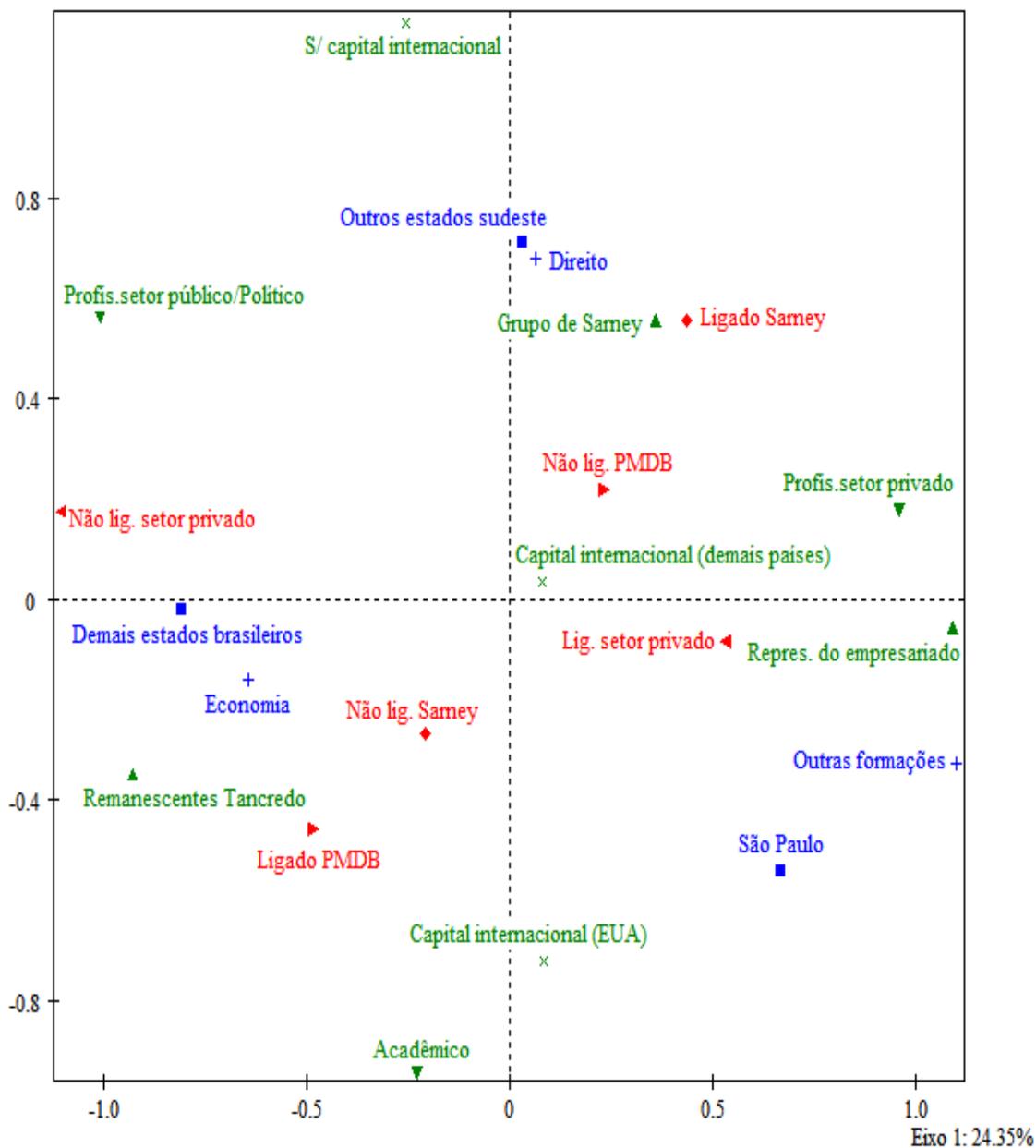


▲ Status no governo ▼ Profissão principal x Capital internacional ■ Origem geográfica + Capital cultural ◀ Ligação com o setor privado ▶ Ligação com o PMDB ◆ Ligação com Sarney

Fonte: elaboração própria com base em Paula & Lattman-Weltman (2010), *Jornal do Brasil (RJ)* 1960-90, *Correio Braziliense (DF)* 1960-90 e *Jornal do Commercio (RJ)* 1960-90.

Gráfico 9 – Espaço das propriedades nos eixos 1 e 3 (21 modalidades ativas), início do momento $T(2)$

Eixo 3: 13.23%

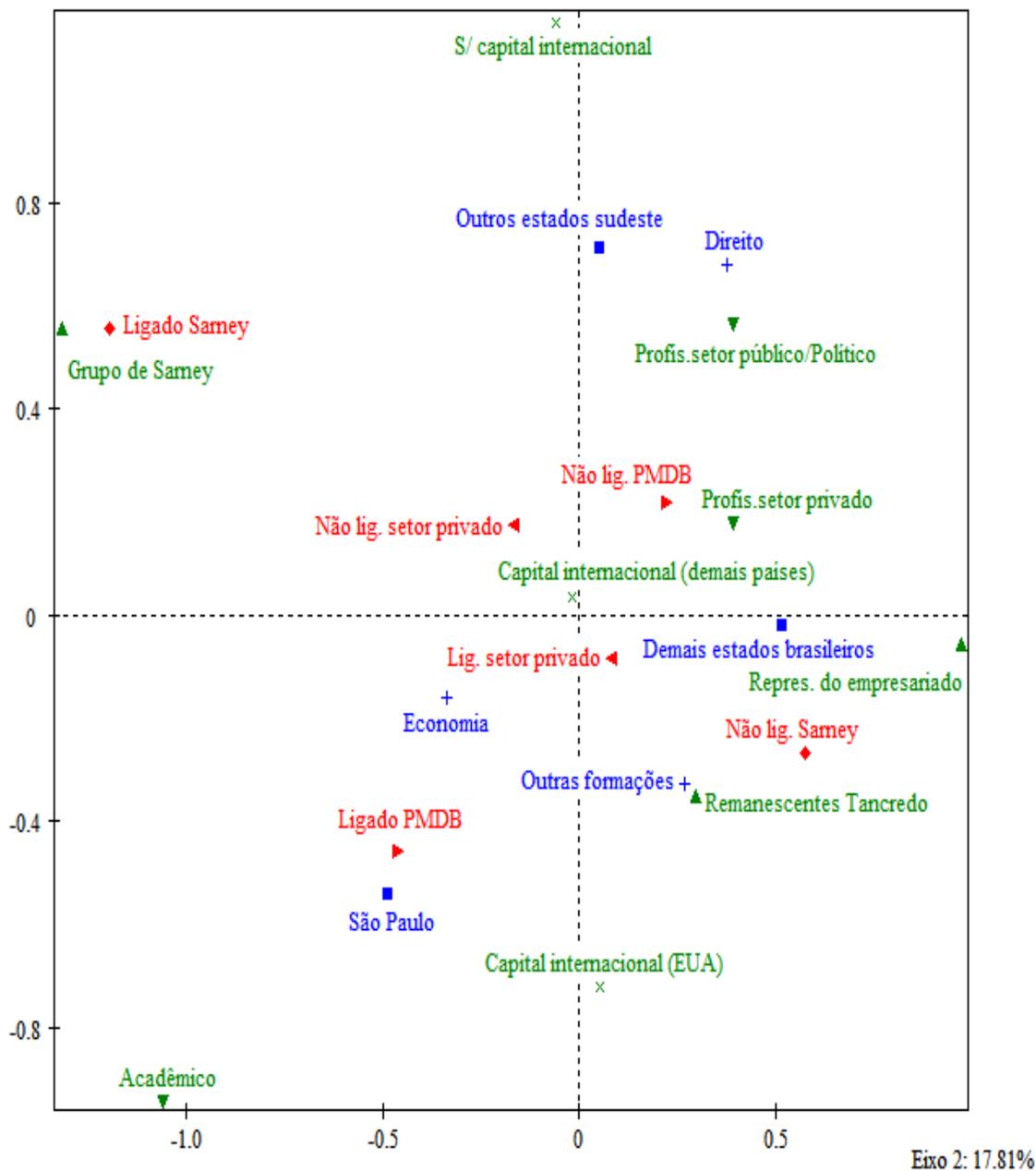


▲ Status no governo ▼ Profissão principal x Capital internacional ■ Origem geográfica + Capital cultural ◀ Ligação com o setor privado ▶ Ligação com o PMDB ◊ Ligação com Sarney

Fonte: elaboração própria com base em Paula & Lattman-Weltman (2010), *Jornal do Brasil (RJ)* 1960-90, *Correio Braziliense (DF)* 1960-90 e *Jornal do Commercio (RJ)* 1960-90.

Gráfico 10 – Espaço das propriedades nos eixos 2 e 3 (21 modalidades ativas), início do momento $T(2)$

Eixo 3: 13.23%



Fonte: elaboração própria com base em Paula & Lattman-Weltman (2010), *Jornal do Brasil (RJ)* 1960-90, *Correio Braziliense (DF)* 1960-90 e *Jornal do Commercio (RJ)* 1960-90.

Como demonstra a Tabela 2, todas as 8 variáveis mobilizadas na construção da ACM apresentam uma contribuição acima da média para a estruturação de ao menos um dos quatro eixos considerados⁹⁸. No eixo 1, as oposições com maior capacidade estruturante se dão nos âmbitos da estrutura do capital cultural – entre os formados em economia e os formados em outras áreas⁹⁹ –, da origem geográfica – entre os nascidos em São Paulo e os nascidos nos demais estados brasileiros –, da profissão principal – entre os profis. do setor público/políticos¹⁰⁰ e os profissionais do setor privado –, do status no governo – entre os remanescentes da equipe de Tancredo e os representantes do empresariado – e do capital social – entre os agentes ligados e os agentes não ligados ao setor privado¹⁰¹. No eixo 2, as principais oposições se dão nos âmbitos do status no governo – entre os membros do grupo montado por Sarney e os representantes do empresariado – e do capital social – entre os agentes ligados e os agentes não ligados à Sarney. No eixo 3, as oposições mais importantes se dão nos âmbitos da origem geográfica – entre os nascidos em São Paulo e os nascidos nos outros estados da região Sudeste¹⁰² –, da profissão principal – entre os profis. do setor público/políticos e os acadêmicos – e do capital internacional – entre os agentes com capital internacional adquirido nos EUA e os agentes sem qualquer capital internacional. Por fim, no eixo 4 as oposições mais relevantes se dão nos âmbitos da estrutura do capital cultural – entre os formados em economia e os formados em direito – do capital internacional – entre os agentes com capital internacional adquirido nos EUA e os agentes com capital internacional adquirido nos demais países do mundo – e do capital social – entre os agentes ligados e os agentes não ligados ao PMDB.

⁹⁸ No momento $T(2)$, as variáveis acima da média possuem valores superiores a 12,5% e as modalidades acima da média valores superiores a 4,7%.

⁹⁹ Modalidade recodificada construída a partir do agrupamento das modalidades engenharias, contábeis/administração, ciências humanas e fundamental/médio.

¹⁰⁰ Modalidade recodificada construída a partir do agrupamento das modalidades profissional do setor público e político profissional.

¹⁰¹ Foram consideradas apenas as ligações com setores como o financeiro, comercial, industrial, agrícola, etc. Conexões com jornais, fundações de partidos políticos e etc. não foram levadas em conta.

¹⁰² Modalidade recodificada construída a partir do agrupamento das modalidades Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo.

Tabela 2 – Contribuições das modalidades e variáveis para os eixos 1, 2, 3 e 4, início do momento $T(2)$

Rubricas (total 3)	Variável ativa (total 8 – contribuição acima da média 12,5>)	Modalidade ativa (21 modalidades ativas – contribuição acima da média > 4,7)	Eixo 1 (24.35%)	Eixo 2 (17.81%)	Eixo 3 (13.23%)	Eixo 4 (11.77%)
<i>Background socioeducacional</i>	Estrutura do capital cultural	Economia	6.3	2.4	0.7	7.7
		Direito	0.0	1.5	6.6	10.6
		Outros cursos	10.3	0.8	1.7	0.4
		Total	16.7	4.7	9.0	18.8
	Origem geográfica	São Paulo	5.8	3.8	6.5	4.6
		Outros estados sudeste	0.0	0.0	8.8	16.0
		Demais estados	6.7	3.7	0.0	2.3
		Total	12.5	7.6	15.3	22.9
<i>Background profissional</i>	Profissão principal	Academia	0.4	13.1	14.1	1.8
		Setor público/Política	10.4	2.2	6.0	1.3
		Setor privado	11.7	2.7	0.8	0.0
		Total	22.6	18.0	20.8	3.1
	Capital internacional	EUA	0.1	0.0	12.3	13.3
		Demais países	0.1	0.0	0.0	18.9
		Sem capital internacional	0.5	0.0	18.8	0.3
		Total	0.7	0.1	31.1	32.4
	Status no governo	Remanescentes Tancredo	11.8	1.7	3.1	0.2
		Grupo de Sarney	1.2	22.3	5.4	0.0
Repres. do Empresariado		10.2	11.0	0.0	0.3	
Total		23.2	35.0	8.5	0.5	
<i>Capital social</i>	Ligações com Sarney	Ligado	1.9	20.0	5.9	0.1
		Não ligado	0.9	9.6	2.8	0.1
		Total	2.9	29.6	8.7	0.2
	Ligações com o setor privado	Ligado	6.0	0.2	0.3	0.2
		Não ligado	12,5	0.4	0.6	0.4
		Total	18.5	0.6	0.8	0.6
	Ligações com o PMDB	Ligado	2.4	3.0	3.9	14.5
		Não ligado	1.1	1.4	1.9	7.0
	Total	3.5	4.4	5.8	21.5	

Em amarelo: modalidade com contribuição acima da média e orientada para o polo negativo; azul: modalidade com contribuição acima da média e orientada para o polo positivo; vermelho: variável com contribuição acima da média.

Fonte: elaboração própria com base em Paula & Lattman-Weltman (2010), *Jornal do Brasil (RJ)* 1960-90, *Correio Braziliense (DF)* 1960-90 e *Jornal do Commercio (RJ)* 1960-90.

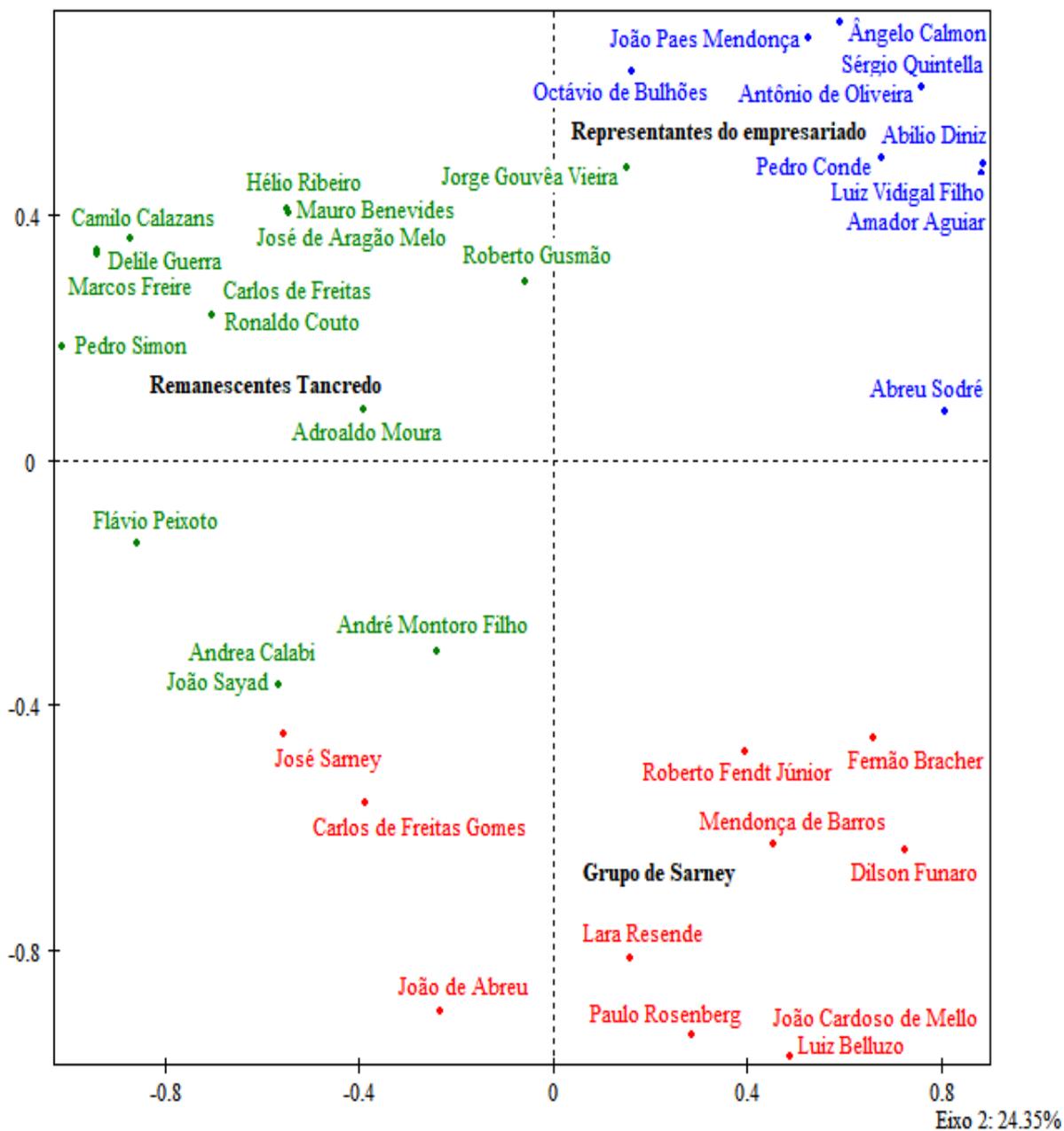
4.2.4 O espaço social e novos “grupos” em disputa

A reestruturação do espaço dos *economic policy makers* causada pela saída de Francisco Dornelles e parte de sua equipe e a concomitante ascensão de Dílson Funaro ao Ministério da Fazenda não poderia deixar de reconfigurar também os grupos que o compõe. Como demonstra o Gráfico 11 (eixos 1 e 2), durante o momento $T(2)$ o espaço dos *economic policy makers* dividia-se em ao menos três grupos principais. Em verde e sinalizado com o rótulo “remanescentes Tancredo” em negrito estão os agentes que haviam sido escolhidos por Tancredo Neves e que permaneceram em seus respectivos cargos apesar da queda de Dornelles. Em vermelho e sinalizado com o rótulo “grupo de Sarney” em negrito estão os agentes indicados pelo próprio presidente Sarney ou então indicados por algum de seus indicados¹⁰³ (assim como o presidente do Banco Central, Fernão Bracher, que foi escolhido por Funaro). Em azul e sinalizado com o rótulo “representantes do empresariado” em negrito estão os agentes que representavam o grande empresariado nacional no espaço dos *economic policy makers*. O grupo de representantes do empresariado foi o único que não sofreu nenhuma modificação após a saída de Dornelles.

¹⁰³ Dílson Funaro e João Batista de Abreu são dois agentes que já faziam parte da equipe governamental de Tancredo e que foram remanejados por Sarney para postos mais elevados.

Gráfico 11 – Espaço dos *economic policy makers* nos eixos 1 e 2 conforme o grupo de pertencimento, início do momento $T(2)$

Eixo 1: 17.81%



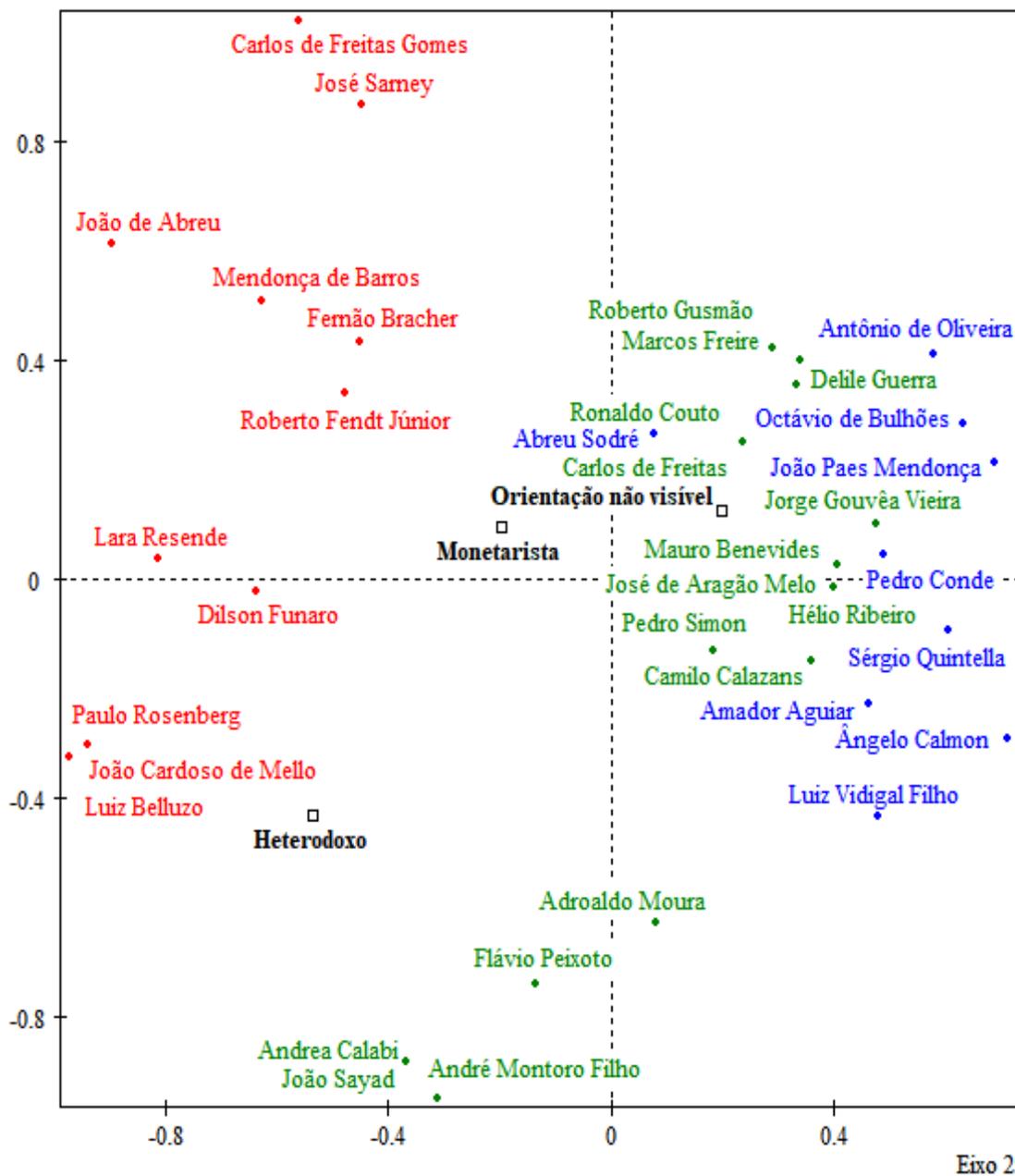
• Remanescentes da equipe de Tancredo • Grupo de Sarney • Representantes do empresariado

Fonte: elaboração própria com base em Paula & Lattman-Weltman (2010), *Jornal do Brasil (RJ)* 1960-90, *Correio Braziliense (DF)* 1960-90 e *Jornal do Commercio (RJ)* 1960-90.

O Gráfico 12 (eixos 2 e 3) apresenta tanto os três diferentes grupos que compõe o espaço dos *economic policy makers* como a localização média das distintas orientações econômicas – i.e., monetarista, heterodoxa e orientação não visível. Tal como no gráfico anterior, os grupos são distinguidos por cores, sendo que em vermelho está o grupo de Sarney, em verde os remanescentes da equipe montada por Tancredo e em azul os representantes do empresariado.

Gráfico 12 – Espaço dos *economic policy makers* nos eixos 2 e 3 conforme o grupo de pertencimento e com projeção da variável suplementar orientação econômica, início do momento $T(2)$

Eixo 3: 13.23%



• Remanescentes da equipe de Tancredo • Grupo de Sarney • Representantes do empresariado
 □ Orientação econômica

Fonte: elaboração própria com base em Paula & Lattman-Weltman (2010), *Jornal do Brasil (RJ)* 1960-90, *Correio Braziliense (DF)* 1960-90 e *Jornal do Commercio (RJ)* 1960-90.

Como pode-se perceber a partir do Gráfico 12, após as transformações ocorridas na estrutura do espaço dos *economic policy makers* tornou-se bem mais complicado associar os grupos que o compõe às diferentes orientações econômicas consideradas. A única exceção são os representantes do empresariado que mantiveram a mesma composição e continuaram fortemente associados à uma orientação econômica não visível (o que pode dever-se ao fato de que para eles seria mais estratégico manter discrição acerca da preferência em termos de gestão econômica). O grupo dos remanescentes da equipe de Tancredo e também o grupo de Sarney, por outro lado, possuíam composições bem mais heterogêneas do que aquelas do grupo de Dornelles e do grupo do PMDB. Com efeito, tanto dos remanescentes da equipe de Tancredo como o grupo de Sarney tinham membros heterodoxos e quase que na mesma proporção. Com a queda de Dornelles e parte de seu grupo os monetaristas perderam sua influência sobre o processo de formulação da política econômica governamental, que passou a ser completamente dominado pelos heterodoxos.

Nesse novo contexto, as oposições em termos de orientação econômica se tornaram mais multifacetadas, o que levou à constituição de dois novos fronts de disputa no espaço analisado. De um lado, surgiram conflitos entre membros da agora dominante corrente heterodoxa – liderada por Dílson Funaro – e um dos últimos monetaristas restantes no espaço em questão – i.e., Paulo Rosenberg. E de outro lado, surgiram disputas no interior da própria heterodoxia, nomeadamente entre Funaro e Sayad. A oposição entre Rosenberg e Funaro parece bastante previsível em razão de suas discordâncias em termos de orientação econômica, porém menos quando consideramos o fato de que ambos foram escolhidos pelo próprio Sarney.

Já a divergência entre Funaro e Sayad pode parecer um pouco estranha em função de ambos serem heterodoxos; torna-se mais plausível ao considerarmos suas diferentes conexões não apenas com o campo político, mas também com o campo econômico. Sayad estava mais diretamente vinculado ao PMDB paulista e à nomes como o governador Franco Montoro e Ulysses Guimarães, ao passo que Funaro estava mais conectado ao próprio presidente Sarney e à alguns de seus aliados como Abreu Sodré. Igualmente, nesse momento os *policy makers* partidários da heterodoxia pareciam se dividir entre aqueles que possuíam laços mais robustos com o setor privado – assim como o empresário industrial Dílson Funaro e, em menor grau, o assessor da Fiesp, Luiz Belluzo – e aqueles que possuíam laços mais tênues ou, até mesmo, que não tinham qualquer ligação com esse setor – assim como os economistas puramente

acadêmicos, João Sayad e Andrea Calabi. A seguir são analisadas em detalhe as características dos três grupos em questão.

4.2.4.1 O grupo de Sarney

Na prática o que foi chamado aqui de grupo de Sarney parece representar uma tentativa do presidente José Sarney de ampliar a sua influência no processo de produção da política econômica governamental. Como é possível inferir a partir dos dados elencados no Quadro 16, ao menos 36,3% dos membros do grupo de Sarney possuíam algum tipo de ligação com o PMDB. Não obstante isso, os laços dos membros desse grupo com o partido eram em geral mais tênues que aqueles encontrados entre os remanescentes da equipe de Tancredo – grupo que, como será demonstrado logo abaixo, possuía um número considerável de políticos pemedebistas.

Por outro lado, a proporção de membros do grupo de Sarney que possuía laços com o setor privado era bem maior do que aquela encontrada entre os remanescentes da equipe de Tancredo. Enquanto no grupo de Sarney 72,7% dos agentes possuíam algum tipo de ligação com o setor privado¹⁰⁴, no grupo dos remanescentes esse número caía para pouco mais da metade. Curiosamente, contudo, o número de formados em economia no grupo de Sarney era menor do que no grupo dos remanescentes da equipe de Tancredo. No grupo de Sarney 54,5% dos agentes possuíam formação em economia ao passo que no grupo dos remanescentes esse número era de quase 80%. O grupo de Sarney se caracterizava, desse modo, por possuir uma boa quantidade de “práticos” ligados ao campo econômico, mas que não possuíam uma formação mais robusta em economia.

Dentre esses práticos se destacavam obviamente o ministro da Fazenda Dílson Funaro – um empresário industrial graduado em engenharia – e o presidente do Banco Central Fernão Bracher – um banqueiro graduado em direito. Como será analisado na próxima seção, tudo indica que a diferença nos níveis de atrelamento ao setor privado é um dos elementos que fundamentam as distintas visões de Sayad e Funaro sobre a questão da realização de novos cortes de gastos nas empresas estatais. Outra característica do grupo de Sarney que merece destaque era o elevadíssimo número de agentes oriundos do Sudeste em sua

¹⁰⁴ Como supracitado, o presidente Sarney tinha laços bastante estreitos com membros do empresariado e atuava no setor privado como proprietário, por exemplo, do jornal *O Estado do Maranhão* (que já foi o maior do estado).

composição. Nada menos do que 90,9% dos membros desse grupo eram oriundos de algum estado do Sudeste. Apenas um membro desse grupo não era da região Sudeste, ou seja, o nordestino José Sarney.

Quadro 16 – Propriedades sociais dos 11 membros do grupo de Sarney

Nome	Resumo do perfil profissional e socioeducacional
José Sarney	Presidente da República; natural do Maranhão; graduado em direito (UFMA); político profissional (deputado federal do Maranhão pela UDN, governador do Maranhão pela Arena, senador do Maranhão pela Arena, etc.) com experiência também no setor público (TJ-MA), no setor privado (<i>O Estado do Maranhão</i>) e na docência universitária (Universidade Católica do Maranhão); não internacionalizado; orientação econômica não visível.
Paulo Rosenberg	Assessor de Assuntos Econômicos da Presidência; natural de São Paulo; graduado em economia (USP) e doutor em economia (Vanderbilt); prof. universitário (UNB, USP) com experiência também no setor público (Ministério do Planejamento, Iplan, Ipea, etc.) e no setor privado (MBE Consultoria); internacionalizado; americanizado; orientação econômica monetarista.
Dílson Funaro	Ministro da Fazenda; natural de São Paulo; graduado em engenharia (Mackenzie); profissional do setor privado (Troll S.A., Vasp, Ciesp, Fiesp, CNI, Abiplast, etc.) com experiência também no setor público (Secretaria da Fazenda e Secretaria do Planejamento de SP) e em instituições internacionais (Aliplast); internacionalizado; não americanizado; orientação econômica heterodoxa.
João de Abreu	Secretário-geral da Fazenda; natural de Minas Gerais; graduado em economia (UFMG) e especialista em economia (FGV-RJ); prof. universitário (UFRJ, PUC-RJ) com experiência também no setor público (Ministério da fazenda, IPEA) e na esfera política (vereador de Lavras pelo PSD); não internacionalizado; orientação econômica não visível.
João Cardoso de Mello	Assessor Especial de Assuntos Econômicos da Fazenda; natural de São Paulo; graduado em direito e em ciências sociais (USP), especialista em economia (Cepal) e doutor em ciências humanas (Unicamp); prof. universitário (Unicamp) com experiência também no setor privado (Banco Mercantil, Trol S.A.) e no setor público (Secretaria de Planejamento de SP); internacionalizado; não americanizado; orientação econômica heterodoxa.
Luiz Belluzo	Secretário de Assuntos Econômicos da Fazenda; natural de São Paulo; graduado em direito e em ciências sociais (USP), especialista em economia (Cepal) e doutor em ciências humanas (Unicamp); prof. universitário (PUC-SP, Unicamp) com experiência também no setor público (Ministério da Fazenda) e no setor privado (Trol S.A., Fiesp); internacionalizado; não americanizado; orientação econômica heterodoxa.
Fernão Bracher	Presidente do Banco Central; natural de São Paulo; graduado em direito (USP); profissional do setor privado (Banco da Bahia S.A., Bradesco, Anbid, Fiesp) com experiência também no setor público (Banco Central); internacionalizado; não americanizado; orientação econômica não visível.
Carlos de Freitas Gomes	Diretor do Banco Central (Área Bancária); natural do Rio de Janeiro; graduado em economia (UFRJ) e mestre em economia (FGV-RJ); profissional do setor público (Banco Central, Ministério da Fazenda, Nuclebrás) com experiência também na docência universitária (UNB, FGV-RJ); não internacionalizado; orientação econômica monetarista.
Lara	Diretor do Banco Central (Dívida Pública e Mercado Aberto); natural do Rio de Janeiro; graduado em economia (PUC-RJ), mestre em economia (FGV-RJ) e

Resende	doutor economia (MIT); prof. universitário (PUC-RJ) com experiência também no setor privado (Banco Garantia, Companhia Ferro Brasileiro); internacionalizado; americanizado; orientação econômica heterodoxa.
Mendonça de Barros	Diretor do Banco Central (Mercado de Capitais); natural de São Paulo; graduado em engenharia (USP) e especialista em economia (USP); profissional do setor privado (Investbanco, Mercantil Participações Administrativas, Planibanc, MBE Consultoria, etc.) com experiência também na docência universitária (FGV-SP); não internacionalizado; orientação econômica não visível.
Roberto Fendt Júnior	Diretor do Banco do Brasil (Cacex); natural de Rio de Janeiro; graduado em economia (instituição desconhecida) e mestre em economia (Chicago); profissional do setor privado (Funcex, CNI) com experiência também no setor público (Comissão de Política Aduaneira) e na docência universitária (FGV-RJ); internacionalizado; americanizado; orientação econômica não visível.

Fonte: elaboração própria com base em Paula & Lattman-Weltman (2010), *Jornal do Brasil (RJ)* 1960-90, *Correio Braziliense (DF)* 1960-90 e *Jornal do Commercio (RJ)* 1960-90.

Para compreendermos melhor o perfil do grupo de Sarney é relevante compará-lo ao grupo de Dornelles. Tal comparação permite perceber, por exemplo, uma mudança no tipo de orientação econômica dominante. No grupo de Dornelles os monetaristas eram a maioria dentre aqueles que possuíam uma orientação econômica conhecida com 63,6% dos membros, ao passo que no grupo de Sarney essa posição era ocupada pelos heterodoxos com 36,4% dos membros.

Concomitantemente a esse enfraquecimento do monetarismo, a FGV-RJ – que durante o período que Dornelles foi ministro da Fazenda teve grande relevância no espaço dos *economic policy makers* – também apresentava pouca influência no grupo de Sarney e, por conseguinte, na própria condução da política econômica governamental. Mesmo que 36,3% dos membros do grupo de Sarney possuíssem algum tipo de laço com a FGV – o que reforçaria a leitura de que essa instituição de ensino e pesquisa tem um importante papel o fornecimento de quadros para o governo –, tais agentes não ocupavam posições centrais na condução da política econômica. Nenhum deles atuava em postos como o de ministro da Fazenda e presidente do Banco Central, os quais anteriormente eram ocupados pelos docentes da FGV-RJ, Francisco Dornelles e Antônio Lemgruber. Essa perda de influência por parte da FGV-RJ no processo de formulação da política econômica governamental chegou a ser abordada por jornais da época. O *Jornal do Brasil (RJ)*, por exemplo, publicou no início de setembro de 1985 uma reportagem no qual afirmava que com a saída de Dornelles e seus colaboradores chegava ao fim “[...] a fase de ouro da Fundação Getúlio Vargas [...]” (COSTA, 1985, p. 1). Após fornecer durante 21 anos quadros para postos importantes da administração econômica estatal, continuava a reportagem, a FGV deixava o poder e ia para a oposição (COSTA, 1985).

Tal comparação permite ainda verificar que os níveis de internacionalização e de americanização entre os membros do grupo de Sarney eram consideravelmente inferiores àqueles encontrados no grupo de Dornelles. Enquanto no grupo de Sarney 63,6% dos membros possuíam algum tipo de capital internacional e apenas 27,2% um capital internacional de matriz estadunidense, no grupo de Dornelles esses valores subiam para mais de 90% e mais 70%, respectivamente. Como será demonstrado na próxima seção, tudo leva a crer que tal diferença é um dos fatores que estão na base dos diferentes tratamentos dispensados por Dornelles e sua equipe e por Funaro e sua equipe à questão da renegociação da dívida externa.

4.2.4.2 Os representantes do empresariado

O segundo grupo que integra o espaço dos *economic policy makers* é formado pelos representantes do grande empresariado nacional. Como pode-se inferir a partir do Quadro 17, esse grupo continuou sendo composto pelos mesmos agentes. Escolhidos em geral para mandatos mais longos e tendo sua legitimidade baseada em outro princípio – i.e., suas posições elevadas no campo econômico – além do político-ideológico, era bastante comum que os representantes do empresariado permanecessem em seus cargos mesmo após a mudança do presidente da República.

Quadro 17 – Propriedades sociais dos 10 representantes do empresariado

Nome	Resumo do perfil profissional e socioeducacional
Abílio Diniz	Representante do setor comercial no CMN; natural de São Paulo; graduado em administração de empresas (FGV-SP); profissional do setor privado (Grupo Pão de Açúcar, Unibanco, Abras, Indústrias Reunidas F. Matarazzo, Brasilpar, etc.) com experiência também no setor público (CMN); internacionalizado; americanizado; orientação econômica não visível.
Antônio de Oliveira	Representante do setor comercial no CMN; natural do Espírito Santo; graduado em engenharia civil e elétrica (UFRJ); profissional do setor privado (Aracruz Celulose, Ortema S.A. Grupo Tristão, Fecomércio-ES, CNC, etc.) com experiência também no setor público (Vale do Rio Doce, Cofavi, Bandes, etc.); não internacionalizado; orientação econômica não visível.
João Paes Mendonça	Representante do setor comercial no CMN; natural de Sergipe; não é graduado (técnico em administração); profissional do setor privado (Supermercados Bompreço, Hipercard, Apes, Abras, Palmeiron S.A., Construtora Dinamo, etc.) com experiência também no setor público (Ceasa-PE); não internacionalizado; orientação econômica não visível.
Amador	Representante do setor financeiro no CMN; natural de São Paulo; não é graduado (só fez o ensino fundamental); profissional do setor privado (Bradesco, Sul

Aguiar	América Seguros, Allianz Seguros, Atlântica Seguros, Cia Antártica Paulista, Taguá S.A., etc.); internacionalizado; não americanizado; orientação econômica não visível.
Ângelo Calmon	Representante do setor financeiro no CMN; natural da Bahia; graduado em engenharia civil e do petróleo (UFBA) e em administração financeira (UFBA); profissional do setor privado (Banco Econômico, Anbid, Asbeb, Norquisa S.A., Agrícola Cacau Cantagalo, Odebrecht, etc.) com experiência também no setor público (Secretaria da Fazenda da Bahia, Ministério da Indústria e Comércio, Banco do Brasil, etc.); internacionalizado; americanizado; orientação econômica não visível.
Pedro Conde	Representante do setor financeiro no CMN; natural da Itália radicado em SP; graduado em direito (USP); profissional do setor privado (Banco de Crédito Nacional, Banco Ipiranga, Sindicato dos Bancos de SP, Febraban, Fenabam, Cia do Jari, Lubarsa, etc.); internacionalizado; não americanizado; orientação econômica não visível.
Luís Vidigal Filho	Representante do setor industrial no CMN; natural de São Paulo; graduado em direito (USP) e especialista em administração de empresas (Illinois); profissional do setor privado (Cobrasma, Banco de Investimento América do Sul, CNI, Fiesp/Ciesp, Sindipeças, etc.); internacionalizado; americanizado; orientação econômica não visível.
Sérgio Quintella	Representante do setor da construção civil no CMN; natural de Rio de Janeiro; graduado em engenharia civil (PUC-RJ), em economia (FEFRJ) e em engenharia econômica (UFRJ), especialista em administração (Harvard Business School) e mestre em administração de empresas (Ipsosa/Roma); profissional do setor privado (Cia do Jari, Caemi, Vemag S.A., Montreal Engenharia, ABNT, Sindicato da Indústria da Construção Civil do município do RJ, Montor, etc.) com experiência também no setor público (BNDES) e na docência universitária (PUC-RJ, Uerj); internacionalizado; americanizado; orientação econômica não visível.
Octávio de Bulhões	Representante do setor (?) no CMN; natural do Rio de Janeiro; graduado e doutor em direito (ambos pela UFRJ); profissional do setor público (Fazenda, Caixa Econômica, Sumoc, etc.) com experiência também na docência universitária (UFRJ, FGV-RJ) e no setor privado (Banco Nobre, Unibanco, Souza Cruz, Ishibrás, etc.); internacionalizado; americanizado; orientação econômica monetarista.
Abreu Sodré	Representante do setor agrícola no CMN; natural de São Paulo; graduado em direito (USP); profissional do setor privado (Conselho Nacional do Café, Sharp S.A, Banco Brasul, Banco Finasa, etc.) com experiência também na esfera política (deputado estadual de SP pela UDN, governador de SP pela Arena), no setor público (Eletropaulo, Fundação Padre Anchieta); internacionalizado; não americanizado; orientação econômica não visível.

Fonte: elaboração própria com base em Paula & Lattman-Weltman (2010), *Jornal do Brasil (RJ)* 1960-90, *Correio Braziliense (DF)* 1960-90 e *Jornal do Commercio (RJ)* 1960-90.

Como dito no capítulo anterior, os representantes do empresariado possuíam as seguintes características: 1) no tocante à origem geográfica, 80% eram oriundos dos estados Sudeste; 2) no tocante a profissão principal, 90% fizeram a maior parte de sua carreira no próprio setor privado; 3) no tocante à estrutura do capital cultural, apenas 20% tinham algum tipo de formação em economia (número que caía para zero caso se usasse o critério de maior diploma possuído); 4) no tocante ao capital internacional, 80% possuíam uma trajetória

internacionalizada e 50% uma trajetória americanizada e; 5) no tocante ao tipo de setor representado, 60% representavam os setores financeiro e comercial e os outros 40% restantes os setores industrial, agrícola e da construção civil.

4.2.4.3 Os remanescentes da equipe de Tancredo

A rigor os 16 agentes remanescentes da equipe montada pelo presidente Tancredo Neves não formavam propriamente um grupo. Não obstante isso, o Quadro 18 nos permite observar que de um ponto de vista estrutural eles possuíam considerável proximidade haja vista a relativa homogeneidade de parte de suas propriedades sociais.

Quadro 18 – Propriedades sociais dos 16 agentes remanescentes da equipe de Tancredo

Nome	Resumo do perfil profissional e socioeducacional
João Sayad	Ministro do Planejamento; natural de São Paulo; graduado em economia (USP), mestre e doutor em economia (Universidade de Yale); prof. universitário (USP) com experiência também no setor público (Secretaria da Fazenda de SP) e em instituições internacionais (Banco Mundial); internacionalizado; americanizado; orientação econômica heterodoxa.
Andrea Calabi	Secretário-geral do Planejamento; natural de São Paulo; graduado em economia (USP) e doutor em economia (Universidade da Califórnia); prof. universitário (USP) com experiência também no setor público (Divesp); internacionalizado; americanizado; orientação econômica heterodoxa.
André Montoro Filho	Presidente do BNDES; natural de São Paulo; graduado em economia (USP), mestre em economia (FGV-RJ) e doutor em economia (Universidade de Yale); prof. universitário (USP, PUC-SP) com experiência também no setor público (Banespa, BNDES) e no setor privado (Hidroservice); internacionalizado; americanizado; orientação econômica heterodoxa.
Delile Guerra	Presidente do Banco da Amazônia S.A. (Basa); natural do Piauí; graduado em direito (UFPI) e especialista em desenvolvimento econômico (Sudene); profissional do setor público (Sudene, Ipea, Siderbrás, Ministério da Indústria e Comércio, etc.); não internacionalizado; orientação econômica não visível.
José de Aragão Melo	Presidente do Banco Nacional de Habitação (BNH); natural de Pernambuco; graduado em direito (UFPE) e economia (Unicap) e doutor em direito (UFPE) e em economia do desenvolvimento (Universidade de Paris); profissional do setor público (Banco do Brasil, Sudene, BNH) com experiência também em instituições internacionais (ONU, BID, Cepal), na docência universitária (UFPE) e no setor privado (Banco Campina Grande S.A.); internacionalizado; não americanizado; orientação econômica não visível.
Camilo Calazans	Presidente do Banco do Brasil (BB); natural de Sergipe; graduado em economia (UFF) e especialista em economia (Universidade de Ohio); profissional do setor público (Banco do Brasil, IBC, BNB, etc.) com experiência também em instituições internacionais (Alide); internacionalizado; americanizado; orientação econômica não visível.
	Ministro da Agricultura; natural do Rio Grande do Sul; graduado em direito (PUC-

Pedro Simon	RS) e especialista em economia política (Universidade de Paris); político profissional (vereador de Caxias pelo PTB, deputado estadual do RS pelo PTB, deputado estadual e senador do RS pelo MDB) com experiência também na docência universitária (UCS) e no setor privado (Fundação Badia Sehbe, banca de advocacia); internacionalizado; não americanizado; orientação econômica heterodoxa.
Mauro Benevides	Presidente do Banco do Nordeste do Brasil S.A.; natural Ceará; graduado em letras e em direito (UFC); político profissional (vereador de Fortaleza pelo PSD, deputado estadual do CE pelo PSD, deputado estadual e senador do CE pelo PMDB) com experiência também no setor público (Banespa), em instituições internacionais (Aladi) e no setor privado (Senac-CE, Fecomércio-CE, <i>Correio Braziliense</i> , etc.); internacionalizado; não americanizado; orientação econômica não visível.
Roberto Gusmão	Ministro da Indústria e Comércio; natural de Minas Gerais; graduado em direito (UFMG) e especialista em direito (instituição desconhecida); profissional do setor privado (Cia Paulista de Cerveja, Cervejaria Antártica, Ciesp, Fiesp) com experiência também no setor público (TRT-SP, Ipase, Badesp, Banespa, etc.), na docência universitária (FGV-SP) e na esfera política (1º suplente de vereador de SP pelo PTB); não internacionalizado; orientação econômica não visível.
Flávio Peixoto	Ministro do Desenvolvimento Urbano; natural de Goiás; graduado em economia (Universidade de São Francisco) e mestre em planejamento urbano e regional (Universidade de Reading); prof. universitário (UFG) com experiência também no setor público (Secretaria de Planejamento de GO) e no setor privado (Fundação Pedroso Horta, <i>think tank</i> do PMDB); internacionalizado; americanizado; orientação econômica não visível.
Adroaldo Moura	Presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM); natural do Amazonas; graduado em economia (USP) e doutor em economia (Universidade de Chicago); prof. universitário (USP) com experiência também no setor privado (Fiesp, Bovespa, <i>Jornal do Brasil-RJ</i>); internacionalizado; americanizado; orientação econômica monetarista.
Jorge Gouvêa Vieira	Presidente do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB); natural do Rio de Janeiro; graduado em direito (PUC-RJ) e especialista em direito (Universidade da Califórnia), profissional do setor privado (Grupo Sul América Seguros, Bolsa de Valores do RJ, Lorilleux S.A, Ipiranga, Gouvêa Vieira Advogados, etc.) com experiência no setor público (Ministério de Minas e Energia, CVM); internacionalizado; americanizado; orientação econômica não visível.
Carlos de Freitas	Diretor do Banco Central (Área Externa); natural de Rio de Janeiro; graduado em economia (UFRJ) e mestre em economia (FGV-RJ); profissional do setor público (Banco Central); não internacionalizado; orientação econômica não visível.
Hélio Ribeiro	Diretor do Banco Central (Área de Crédito Rural e Industrial); natural da Bahia; graduação em economia (instituição desconhecida); profissional do setor público (Banco Central, Banco do Brasil, BRB, Asbace) com experiência também no setor privado (Construtora Encol) e em instituições internacionais (BID, OEA); internacionalizado; não americanizado; orientação econômica não visível.
Ronaldo Couto	Ministro do Interior; natural de Minas Gerais; graduado em economia (UFMG) e especialista em economia (Cepal); profissional do setor público (Vale do Rio Doce, Secretarias de Planejamento de MG e RJ, Iplan, etc.) com experiência também na docência universitária (UFMG) e no setor privado (<i>Correio de Minas e Três Tempos</i>); internacionalizado; não americanizado; orientação econômica não visível.
Marcos Freire	Presidente da Caixa Econômica Federal (CEF); natural de Pernambuco; graduado em direito (UFPE); político profissional (prefeito de Olinda pelo MDB, deputado federal e senador de PE pelo MDB) com experiência também no setor público (Secretaria de Assuntos Jurídicos e Secretaria de Abastecimento da Prefeitura de

	Recife, etc.) e na docência universitária (UPE, UFPE); não internacionalizado; orientação econômica não visível.
--	--

Fonte: elaboração própria com base em Paula & Lattman-Weltman (2010), *Jornal do Brasil (RJ)* 1960-90, *Correio Braziliense (DF)* 1960-90 e *Jornal do Commercio (RJ)* 1960-90.

Como pode-se inferir a partir dos dados elencados, dos três grupos considerados os remanescentes da equipe de Tancredo eram os mais diversificados em termos de origem geográfica. Ao contrário dos representantes do empresariado e do grupo de Sarney – nos quais a ampla maioria dos integrantes eram oriundos dos estados do sudeste e, mais especificamente, de São Paulo –, entre os remanescentes da equipe de Tancredo apenas 43,7% eram dessa região. Essa maior heterogeneidade geográfica se explica pelos compromissos que Tancredo Neves assumiu para viabilizar sua vitória no Colégio Eleitoral no início de 1985. Como recebeu apoio das seções do PMDB e PFL de diferentes regiões brasileiras, Tancredo teve que recompensar seus apoiadores com uma série de cargos no governo.

No tocante à profissão principal, 56,25% dos agentes eram oriundos do setor público/esfera política, 31,25% da academia e apenas 12,5% do setor privado. Como já mencionado, os remanescentes da equipe de Tancredo eram o grupo no interior do espaço dos *economic policy makers* com o menor número de agentes ligados ao setor privado. Enquanto entre os remanescentes o volume de agentes ligados ao setor privado era de 43,7%, no grupo de Sarney esse número saltava para 72,7%. Como será abordado mais abaixo, esse menor atrelamento ao setor privado muito provavelmente tem relação direta com o posicionamento de Sayad acerca dos novos cortes de gastos defendidos por Funaro.

No âmbito da estrutura do capital cultural os remanescentes se destacavam por possuir a maior proporção de formados em economia dentre os grupos em questão – 75% do total de seus membros. No caso do capital internacional esse grupo se destacava por possuir o maior número de membros com uma trajetória internacionalizada – 81,2% do total – e o segundo maior número de membros com uma trajetória americanizada – 43,7% do total. Tal como o grupo de Sarney, o grupo dos remanescentes da equipe de Tancredo era bastante heterogêneo quanto à orientação econômica e possuía tanto monetaristas como heterodoxos. Igualmente, no grupo dos remanescentes os heterodoxos eram maioria dentre aqueles que possuíam uma orientação econômica conhecida com 25% dos membros.

4.3 CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS ENTRE AS HETERODOXIAS NO ESPAÇO DOS *ECONOMIC POLICY MAKERS*

A queda de Francisco Dornelles e parte de seu grupo levou a uma recomposição do espaço dos *economic policy makers* enfraquecendo profundamente a orientação monetarista por eles encarnada. Desse modo a heterodoxia, antes em intensa disputa com o monetarismo pelo comando da economia nacional, tornou-se a corrente de pensamento dominante nesse espaço. Num primeiro momento, a saída de Francisco Dornelles foi interpretada como um fator de fortalecimento da posição de João Sayad no espaço dos *economic policy makers* (QUEDA, 1985). Questionava-se – como o fez, por exemplo, Ricardo Noblat (1985c, p. 11) – se Dílson Funaro seria um ministro da Fazenda “robusto e influente” ou apenas uma figura monitorada por nomes como João Sayad e Paulo Rosenberg. Em poucos dias, contudo, tornou-se nítida a força de Funaro que rapidamente ascendeu ao posto de principal condutor da economia no governo Sarney e relegou Sayad ao segundo plano (TORRES, 1985).

Apesar de Sayad e Funaro possuírem orientações econômicas muito próximas (QUEDA, 1985), isso não significou necessariamente o fim das guerras palacianas entre os ministros da Fazenda e do Planejamento. O que ocorreu foi antes uma reconfiguração das disputas pelo direito de definir a política econômica legítima e uma relativa acomodação entre os lados de um conflito que se prolongou até o início de 1987. Em determinadas questões Sayad e Funaro apresentavam posicionamentos bastante congruentes, ao passo que em outras eles demonstravam certas divergências sem, contudo, deflagrarem um conflito de grandes proporções. Tais divergências se alicerçavam em grande medida nas especificidades de seus respectivos perfis socioeducacionais e profissionais. Entre outras coisas, Funaro era um prático – um empresário do setor industrial –, ao passo que Sayad era um teórico – um docente de economia. Em decorrência disso, ocorreriam contradições “[...] entre a gestão de tipo empresarial [representada por Funaro e] rejeitada pelos militares e a gestão tecnocrática, [...] simbolizada não só pelo sr. Sayad como pelo principal assessor econômico do presidente da República, sr. Luís Paulo Rosenberg [...]” (BRANCO, 1985e, p. 2). Além disso, apesar de não compartilhar da *doxa* neoliberal, Funaro era favorável a certas medidas que são típicas à agenda liberalizante assim como o desinvestimento e a privatização das empresas estatais (num nível bem menor do que o defendido pelos monetaristas, é preciso destacar).

A seguir são apresentadas as abordagens dispensadas pelo governo a uma questão que Funaro e Sayad tinham posicionamentos divergentes – o corte de gastos – e a uma

questão que eles possuíam o mesmo posicionamento – a renegociação da dívida externa. Além disso, também são tecidas algumas considerações suplementares sobre as divergências entre Sayad e Funaro e sobre os desgastes sofridos por Sayad com o presidente Sarney assim como também sobre a composição de forças políticas que contribuiu para manter o ministro do Planejamento no cargo.

4.3.1 A controversa questão dos novos cortes nas empresas estatais

Uma das principais dissonâncias entre os posicionamentos públicos de João Sayad e Dílson Funaro deu-se precisamente em torno de uma questão que já havia oposto fortemente o ministro do Planejamento ao ex-ministro da Fazenda Francisco Dornelles: o corte nos gastos públicos. No dia 28 de agosto de 1985, apenas dois dias após a saída de Dornelles do governo, o assessor presidencial Paulo Rosenberg e os ministros Dílson Funaro e João Sayad se reuniram para discutir a questão dos cortes de gastos (GOVERNO, 1985b). Após a reunião, que durou mais de três horas, Paulo Rosenberg declarou à imprensa que o governo iria vigiar “[...] atentamente o cumprimento do plano de dispêndios globais das empresas estatais [...]” e que onde houvessem gorduras elas seriam cortadas (GOVERNO, 1985b, p. 17). O braço direito de Sayad – i.e., o secretário-geral de Planejamento, Andrea Calabi – reforçou a fala de Rosenberg ao afirmar que era de “[...] se esperar novos cortes nas estatais.” (GOVERNO, 1985b, p. 17). Veículos da imprensa – a exemplo do *Jornal do Brasil (RJ)* – interpretaram a reunião como “[...] o primeiro sinal de que a equipe econômica do governo [teria passado] a agir de maneira articulada, depois da saída do ministro Francisco Dornelles.” (GOVERNO, 1985b, p. 17). Os acontecimentos seguintes, todavia, colocariam em xeque essa interpretação otimista acerca das interações no espaço dos *economic policy makers*.

No dia 2 de setembro de 1985 o ministro Funaro confirmou a implementação de novas restrições orçamentárias ao declarar que o governo realizaria ainda nesse mês novos cortes nas despesas de custeio das empresas estatais (EMPRESÁRIOS, 1985b). Conforme reportagem do *Jornal do Commercio (RJ)*, com esses novos cortes Funaro pretendia reduzir em até 50% – i.e., de 9 para 4,5 trilhões de cruzeiros – “[...] a colocação de títulos da dívida pública prevista para a cobertura do déficit de caixa do governo em setembro.” (GOVERNO, 1985c, p. 7). Um dia depois, contudo, o ministro João Sayad surpreendeu o meio financeiro ao adotar um posicionamento diametralmente oposto ao de seus colegas de equipe

(EMPRESÁRIOS, 1985b). Durante uma apresentação na sede da Federação Brasileira de Associações de Bancos (Febraban), Sayad afirmou que o governo não cogitava “[...] promover novos cortes de gastos nas empresas estatais, além dos já programados.” (EMPRESÁRIOS, 1985b, p. 21). Segundo dados do *Jornal do Brasil (RJ)*, a maioria dos banqueiros presentes teria estranhado o desencontro das informações divulgadas pelos dois ministros (EMPRESÁRIOS, 1985b). Lembrando que a principal divergência entre Sayad e o ex-ministro Dornelles havia residido “[...] justamente na dimensão dos cortes do setor público, com a vitória do primeiro [...]”, os banqueiros se questionaram se tal contradição seria o “prenúncio de uma nova disputa pelo comando da política econômica [...] ou apenas um ruído de comunicação semântico [...].” (EMPRESÁRIOS, 1985b, p. 21). Após a apresentação na Febraban, Sayad concedeu uma entrevista à imprensa na qual foi questionado “[...] se haveria alguma diferença de opinião entre ele e Funaro [...].” (EMPRESÁRIOS, 1985b, p. 21). Como resposta, Sayad “[...] enfatizou que o pensamento do governo [era] uno e não [havia] divergências.” (EMPRESÁRIOS, 1985b, p. 21).

No dia 4 de setembro de 1985, todavia, o *Jornal do Brasil (RJ)* e o *Jornal do Commercio (RJ)* publicavam que a Secretaria de Controle da Empresas Estatais (Sest), órgão vinculado ao Ministério do Planejamento, entendia que já não havia mais onde cortar despesas de custeio nas empresas estatais (SEST, 1985b; SEST, 1985a). Em sua coletiva com a imprensa o titular da Sest, Henri Phillippe Reichstul, foi categórico ao afirmar que se alguém lhe mostrasse onde cortar custeio das estatais ele cortaria, mas que não enxergava mais onde fazer isso (SEST, 1985b). O secretário Henri Reichstul “[...] negou que o corte adicional nos gastos de custeio já houvesse sido debatido dentro da equipe econômica do governo, embora ressaltando que “a Sest [estava] sempre avaliando, para saber onde cortar gordura das estatais”.” (SEST, 1985b, p. 21). Existiria, na visão de Reichstul, uma “campanha contra estatais” que seria produto do ressentimento do setor privado por ter arcado com a maior parte do ajuste durante a crise (SEST, 1985a). Segundo o secretário, a imprensa faria uma avaliação errada e superestimada do nível de participação das empresas estatais na economia (SEST, 1985a). Igualmente, a assessoria do Ministério do Planejamento tratou com cautela e grandes reservas o anúncio de um novo corte nas estatais (SEST, 1985b). Conforme um colaborador de Sayad cujo nome não foi divulgado, a realização de cortes adicionais na magnitude defendida por Funaro – cerca de 5 trilhões de cruzeiros – teriam como contrapartida a demissão de funcionários de empresas estatais, as quais empregavam à época quase um milhão e meio de pessoas (SEST, 1985b).

No dia 5 de setembro de 1985 o *Jornal do Commercio (RJ)* publicou novas informações fornecidas pelo secretário especial de Assuntos Econômicos da Fazenda, Luiz Gonzaga Belluzo. Conforme Belluzo, o governo havia decidido não efetuar cortes adicionais nos gastos públicos no mês de setembro, mas continuava analisando a possibilidade de realizá-los ainda em 1985 (GOVERNO, 1985d, p. 6). Em setembro a equipe econômica optou por “[...] um rígido controle de fluxo de caixa, disciplinando os desembolsos do Tesouro Nacional”, medida que segundo Belluzo permitiria reduzir em 50% a colocação de títulos da dívida pública tal como desejava Funaro (GOVERNO, 1985d, p. 6). Buscando, ao que tudo indica, colocar um ponto final nas especulações sobre as dificuldades de compatibilização entre Funaro e Sayad, Belluzo declarou enfaticamente que não estava “[...] havendo ‘nenhuma briga’ entre os Ministérios da Fazenda e Planejamento em relação à necessidade de novos cortes nas despesas públicas.” (GOVERNO, 1985d, p. 6). Conforme o secretário especial da Fazenda, o desencontro de informações não passaria de um “mal-entendido” (GOVERNO, 1985d).

Ainda no dia 5 de setembro de 1985, o jornalista Zózimo Barrozo do Amaral fez uma leitura bastante irônica sobre o caso. Conforme o colunista do *Jornal do Brasil (RJ)*, a divergência em torno do corte de gastos públicos era um filme que “[...] já vinha sendo exibido nas telas da Nova República sem grande sucesso há quatro meses até ser retirado de cartaz com a saída do sr. Francisco Dornelles” e que, a julgar pelos novos acontecimentos, acabava “[...] de ser relançado com o mesmo *script* e a mudança apenas de um dos protagonistas.” (ZÓZIMO, 1985e, p. 3). Por fim, no dia 9 de setembro de 1985 o secretário da Sest, Henri Reichstul, reiterou a afirmação de Luiz Gonzaga Belluzo de que não existiam conflitos entre os ministérios da Fazenda e do Planejamento e atribuiu tais rumores à tentativas de criar intrigas entre as duas pastas (AHMED et al., 1985a). Segundo reportagem do *Jornal do Commercio (RJ)*, Henri Reichstul destacou sua afinidade com o ministro Funaro e argumentou que Fazenda e Planejamento “[...] têm interesses comuns: cortar gastos das estatais.” (AHMED et al., 1985a).

Desse modo, não obstante a clara dominância de Dílson Funaro no espaço *dos economic policy makers*, nesse primeiro embate foi a perspectiva defendida por João Sayad que acabou prevalecendo. Analistas via de regra bastante acurados – assim como Ricardo Bueno (1985b, p. 2) – supuseram erroneamente que “Funaro [possuía] total identificação de pontos de vista com o ministro do Planejamento, João Sayad.” Com efeito, não obstante as expressivas semelhanças de posicionamento, o fato é que ainda subsistiam algumas diferenças

fundamentais entre as visões desposadas por Funaro e Sayad. Apesar de ambos poderem ser situados no polo heterodoxo do pensamento econômico, Funaro e Sayad faziam parte de distintas vertentes do mesmo.

Enquanto, Sayad representaria uma heterodoxia de cunho mais acadêmico pouco afeita a medidas recessivas, Funaro representaria uma heterodoxia de cunho mais empresarial mais tolerante a medidas de austeridade – sobretudo quando elas tinham como alvo o setor público (financiamento das empresas estatais e etc.) e não o setor privado (fornecimento de subsídios às empresas privadas e etc.). Além disso, Funaro parecia mais entusiasmado com a ideia de privatizar empresas estatais do que Sayad. Conforme o jornalista Carlos Castello Branco (1985b, p. 2), “[...] o ritmo lento do estudo de desestatização, a cargo do ministro João Sayad [...]” desde o momento *T(1)*, estava gerando “[...] certa inquietação na cúpula governamental [...]” Buscando levar tal tópico adiante, em menos de um mês após assumir a Fazenda Dílson Funaro já anunciava que o governo estava “[...] prestes a iniciar uma etapa importante no processo de privatização das empresas estatais.” (BNDES, 1985b, p. 1). O programa de privatização teria o objetivo “[...] de reformular estruturalmente a economia, baseando-se no fortalecimento da iniciativa privada e na redução da participação do Estado.” (GOVERNO, 1985g, p. 17).

Nessa estratégia privatizante, o alvo inicial foi nada menos do que uma das chamadas “joias da coroa” das estatais brasileiras: a Petrobrás. De acordo com Funaro, o objetivo seria vender parte das ações da Petrobrás que estavam em posse do BNDES de forma pulverizada para evitar que o valor unitário de cada ação se depreciasse ou então que poucos grupos assumissem parcelas consideráveis do controle acionário (BNDES, 1985b). Tal operação, argumentou Funaro, geraria “[...] um grau de privatização importante na Petrobrás, bem como a democratização de seu capital, mas sem retirar o controle acionário do governo sobre a empresa.” (BNDES, 1985b, p. 1). Assim, ao mesmo tempo em que recuou da realização imediata de novos cortes nas estatais, Dílson Funaro respondeu aos anseios da maioria do empresariado ao iniciar um programa visando reduzir o nível de estatização da economia brasileira. Com efeito, conforme pesquisa realizada pela auditoria estadunidense Arthur Andersen com presidentes e diretores financeiros de 400 empresas brasileiras de pequeno, médio e grande porte, existia nesse momento entre o empresariado nacional um considerável apoio a privatização de empresas estatais (EMPRESÁRIOS, 1985). Dentre os agentes econômicos consultados, 53,6% consideravam que a privatização seria o principal caminho para resolver o problema do descontrole dos gastos públicos, ao passo que para 43,6% a

estratégia privatizante não chegaria a ser o canal principal, mas indubitavelmente poderia contribuir efetivamente para a resolução da questão (EMPRESÁRIOS, 1985). Não é preciso lembrar que essa defesa do processo de privatização do patrimônio público estava em total consonância com a *doxa* neoliberal e a agenda de reformas liberalizantes que era então intensamente difundida e defendida pelo FMI, Banco Mundial, EUA e demais países centrais.

4.3.2 O delicado equilíbrio de Sayad: algumas considerações suplementares

Não obstante o aprofundamento de tal questão ultrapassar os limites da presente pesquisa, cabe ressaltar que ocorreram outras divergências entre Sayad e Funaro durante o período em que integraram o espaço dos *economic policy makers*. Ao final de 1985 ocorreu a chamada “guerra da laranja”, nome dado à queda de braço entre governo e empresários do setor em torno da definição de um acordo sobre os preços dos sucos cítricos. Durante suas negociações Sayad não teria levado em conta “[...] o acordo firmado entre a associação de classe dos produtores de frutos e fabricantes de suco, ministro da Fazenda e a Cacex.” (ZÓZIMO, 1985c, p. 3).

No decorrer de 1986 o recrudescimento do problema do desabastecimento de carne gerou novas rugas entre os dois ministros (QUARTI & ZYLBERBERG, 2010). O prático Funaro buscava resolver a questão por meio de acordos com os pecuaristas e até mesmo de medidas mais drásticas como a retirada do gado das fazendas, ao passo que Sayad defendia que tais procedimentos seriam ineficazes e não resolveriam o problema (QUARTI & ZYLBERBERG, 2010, s/n). Em outubro de 1986 foi a vez uma pauta bastante conhecida voltar a gerar controvérsias no espaço dos *economic policy makers*: o corte nos gastos públicos. Uma vez mais, Sayad discordava da necessidade de novos cortes, “[...] exatamente o contrário do que o ministro Funaro afirmava.” (QUARTI & ZYLBERBERG, 2010, s/n). No início de 1987 circularam novos rumores sobre o recrudescimento dos embates entre Funaro e Sayad (GONZAGA, 1987). De acordo com informações divulgadas pelo *Jornal do Commercio (RJ)*, Sayad colocava-se contra a realização de “[...] um novo choque heterodoxo e [...] um congelamento de preços e salários [...]” (PROPOSTA, 1987, p. 7), ao passo que “no Ministério da Fazenda os técnicos [faziam] os arremates finais no Cruzado III [...]”¹⁰⁵

¹⁰⁵ Vale ressaltar que o Cruzado III nunca chegou a ser implementado.

(GATTO, 1987, p. 7). Segundo o jornalista Genilson Gonzaga (1987), Funaro negava qualquer conflito com Sayad e atribuía as notícias sobre as divergências na equipe econômica a ação de “fontes menores” as quais, por seu turno, garantiam que ainda só não havia tido “pescoção” entre os dois ministros.

Além disso, ao longo de sua atuação como ministro do Planejamento, Sayad também sofreu consideráveis desgastes com o presidente José Sarney. Conforme o jornalista Carlos Max Torres (1985, p. 4), a reduzida habilidade política associada à “[...] pouca capacidade de liderança [e de] defender com a devida ênfase, dentro do governo, seus pontos de vista sobre os assuntos econômicos e financeiros” teriam levado o presidente a se desapontar com a atuação de Sayad à frente do Ministério do Planejamento. Três episódios foram bastante emblemáticos nesse sentido. Um deles refere-se ao resultado final do I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) da Nova República. Em sintonia com a alegada falta de capacidade do ministro do Planejamento de apresentar adequadamente seus pontos de vista, a versão do PND “[...] entregue ao presidente Sarney, [e posteriormente posta] em processo de reformulação, continha erros de estrutura, pouca objetividade e metas econômicas não definidas para o período 1986-89.” (TORRES, 1985, p. 4). Um outro episódio envolveu a questão da reforma tributária de emergência, “[...] exemplo mais citado dessa curta presença política do ministro [do Planejamento].” (TORRES, 1985, p. 4). Sayad tinha sob sua alçada a Secretaria de Articulação com os Estados e Municípios (Sarem), contudo sua demora em indicar o novo secretário – o qual levou nada menos que 6 meses para ser empossado – acabou privando o Ministério do Planejamento de “[...] um importante instrumento de negociação junto a prefeitos e governadores no processo de definição da reforma tributária e acabou desviando todo o poder político para as mãos da Frente Municipalista Nacional.” (TORRES, 1985, p. 4). Sendo formada por prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e outras autoridades, a Frente Municipalista Nacional pressionou o presidente Sarney que – para a total surpresa do ministro Sayad – decidiu que “[...] enviaria ao Congresso um projeto de emenda constitucional, dispondo sobre a reforma tributária de emergência, destinado a melhorar a situação financeira dos municípios.” (DISCUSSÃO, 1985, p. 27). E o último episódio também envolveu a falta de habilidade política do ministro do Planejamento, dessa vez com relação a escolha do presidente da Comissão Especial de Desestatização (CED) (TORRES, 1985). Além da demora para escolher o ocupante do cargo, Sayad ainda indicou um técnico com pouco trânsito no meio empresarial, o que obviamente também contribuiu para o enfraquecimento do Ministério do Planejamento (TORRES, 1985). Esses e outros

acontecimentos contribuíram para que o prestígio de João Sayad junto ao presidente Sarney fosse progressivamente abalado (TORRES, 1985).

Em decorrência dos desgastes sofridos, Sayad acabou entrando para a relação dos ministros que seriam potencialmente afetados pela ampla reformulação que o presidente Sarney planejava realizar em seu governo entre dezembro de 1985 e fevereiro de 1986. Sarney havia decidido aproveitar esse período em que a maioria da população está ocupada com Natal, final de ano, Carnaval etc. (CANTANHÊDE, 1985e) para “[...] libertar-se dos compromissos políticos que herdou de Tancredo Neves para a formação do governo e que o deixaram de mãos atadas ao longo do ano.” (ALVES, 1985, p. 11). De acordo com o Palácio do Planalto, a reformulação teria como objetivos “[...] transformar o governo Tancredo Neves em governo José Sarney – “O presidente vai de fato assumir”, segundo influente assessor ministerial – e agilizar a máquina administrativa, que [estaria] “muito emperrada.” (CANTANHÊDE, 1985e, p. 2).

Desse modo, tal como ocorreu com Dornelles, a posição de Sayad sofreu um significativo enfraquecimento no espaço dos *economic policy makers*. Ao contrário de Dornelles, todavia, Sayad possuía uma rede de relações com grande influência na Nova República. O ministro do Planejamento contava com o apoio do PMDB paulista e, mais especificamente, dos poderosos Ulysses Guimarães e Franco Montoro (TORRES, 1985). Assim, durante um jantar realizado em Brasília no início do mês de novembro de 1985, Ulysses Guimarães – que juntamente com alguns aliados do PMDB já havia concluído que o novo ministro da Fazenda era “[...] mais identificado com Sarney do que com o partido.” (NEGREIROS, 1985b, p. 11) – buscou atrair Funaro “[...] para a trincheira de Sayad.” (ALVES, 1985, p. 11). Funaro – que como Sayad também era apoiado pela seção paulista do PMDB – declarou enfaticamente que o ministro do Planejamento era de sua total confiança e que tudo era combinado com ele (ALVES, 1985). Aparentemente satisfeito com que ouviu, Ulysses Guimarães teria afirmado – num tom um tanto ameaçador – que também considerava que a eventual saída de Sayad do Planejamento seria desastrosa para Funaro (ALVES, 1985).

4.3.3 Renegociação da dívida externa: uma reconversão no modo de tratamento

Ao contrário de questões como o corte de gastos públicos, no caso da renegociação da dívida externa Sayad e Funaro tinham basicamente o mesmo posicionamento. Ambos eram

favoráveis à uma reconversão no modo de tratamento da dívida brasileira. Eles defendiam a necessidade da realização de uma negociação política e do concomitante endurecimento das discussões com o FMI e os credores internacionais (FREITAS, 2010). Como foi de fato esse o caminho tomado pelo governo após a saída de Dornelles e aliados, tal questão não suscitou divergências entre Funaro e Sayad. Isso posto, cabe agora fazer uma breve reconstrução dos principais eventos relativos ao processo de renegociação da dívida externa brasileira que ocorreram no momento *T(2)*.

Em setembro de 1985 Funaro viajou aos EUA onde iniciou as conversações com o FMI e as autoridades dos EUA; nesse momento, a dívida externa brasileira já atingia a casa dos 103 bilhões de dólares (FUNARO, 1985c; BRASIL, 1985b). Aos representantes do FMI, do *Federal Reserve* e da Secretaria do Tesouro dos EUA, Funaro garantiu que a hiperinflação seria evitada, mas enfatizou que o crescimento brasileiro era inegociável (FUNARO, 1985c; BRASIL, 1985b). Segundo reportagem do *Jornal do Commercio (RJ)*, em seu pronunciamento Funaro “[...] ratificou a decisão do presidente José Sarney de evitar que os ajustamentos atuais e futuros [incidissem] negativamente na situação social do País” e insistiu que era “[...] essencial para seu governo garantir o crescimento econômico e promover a criação de novos empregos.” (FUNARO, 1985c, p. 6). Em uma entrevista coletiva onde relatou sua viagem, Funaro afirmou que propôs às autoridades do FMI e EUA dois acordos: 1) um acordo preliminar com o FMI que abrangesse todo o mandato do presidente Sarney e implicasse em uma monitoração menos rígida da economia brasileira por parte do órgão e; 2) um acordo definitivo com os bancos credores de 16 anos que permitisse abandonar as seguidas prorrogações de negociações temporárias (FUNARO, 1985e). Funaro declarou ainda sua intenção de discutir a “[...] validade da “regra” que determina que as negociações de um acordo com os bancos credores precisam ser feitas, necessariamente, de forma paralela aos entendimentos com o FMI.”¹⁰⁶ (FUNARO, 1985e, p. 6). Segundo o jornalista José Negreiros (1985c), durante o encontro Funaro repeliu até mesmo insinuações em tom jocoso acerca da tutela financeira do FMI sobre o Brasil. Quando o diretor executivo do FMI, Jacques de Larosière, disse a Funaro para não levar a mal quando lhe “apertassem”, o ministro da Fazenda brasileiro teria respondido firmemente que isso não ocorreria porque ele não gostava de ser “apertado” (NEGREIROS, 1985c).

¹⁰⁶ Alguns dias depois Funaro defendeu – durante entrevista concedida ao programa *Bom dia Brasil* da Rede Globo – a necessidade de se rediscutir o papel do FMI. Na visão de Funaro o FMI seria um “[...] organismo internacional criado para resolver crises e não [...] um instrumento de auditoria dos países credores.” (FUNARO, 1985a, p. 6).

Em Washington interpretou-se que, na prática, o posicionamento de Funaro sinalizava uma mudança no enfoque que vinha sendo adotado pelo ex-ministro Dornelles o que, por seu turno, imporia ao Brasil a realização de uma verificação com os credores privados e de uma negociação com o FMI (FUNARO, 1985b). No Palácio do Planalto, por outro lado, o clima inicial era de euforia (ATUAÇÃO, 1985). O presidente Sarney mostrou-se satisfeito com a compreensão que – segundo relato de Funaro – as autoridades internacionais teriam demonstrado com respeito a situação do Brasil e ao direito do país “[...] de aplicar à crise econômico-financeira, internamente, os remédios que [julgasse] conveniente [...]” (ATUAÇÃO, 1985, p. 7). Desse modo, pode-se dizer que o primeiro contato internacional de Funaro como titular da Fazenda ampliou seu prestígio junto ao presidente da República e fortaleceu sua posição no espaço dos *economic policy makers*.

No seu pronunciamento durante a Assembleia Geral da ONU realizada nos EUA em 22 de setembro de 1985, o presidente Sarney reafirmou a perspectiva defendida por Funaro ao declarar que “[...] o Brasil não [iria pagar] sua dívida com recessão e com o desemprego [...]” (DISCURSO, 1985a, p. 9). Conforme o *Jornal do Commercio (RJ)*, a opinião geral foi de que o discurso de Sarney obteve boa receptividade na Assembleia da ONU (BRASIL, 1985d). Aproveitando essa boa repercussão do pronunciamento presidencial, o Brasil buscou “[...] promover uma posição integrada da América Latina para a negociação da dívida externa dos países do continente.” (BRASIL, 1985d, p. 6). De acordo com o senador e líder da Frente Liberal no Senado, Carlos Chiarelli (PFL-RS), a partir desse momento o Brasil teria se tornado uma espécie de líder de uma vertente latina em defesa da renegociação política da dívida (BRASIL, 1985d).

No início de outubro de 1985 o ministro Funaro viajou para Seul, na Coreia do Sul, onde participou da assembleia anual conjunta do FMI e Banco Mundial e manteve contatos com as autoridades internacionais. Durante a assembleia, o chamado Grupo dos 24 – formado pelos representantes de 24 países em desenvolvimento da América Latina, Caribe África e Ásia – buscou marcar posição contra a perspectiva que então norteava o processo de renegociação da dívida externa (KUNTZ, 1985c; DEVEDORES, 1985). As nações em desenvolvimento – incluindo o Brasil – defenderam um modelo de pagamento da dívida que fosse compatível com um “[...] nível de exportações que [assegurasse] o crescimento e com um nível de emprego que [fosse] satisfatório [...]” (DEVEDORES, 1985, p. 7). Manifestaram-se igualmente contra a supervisão ampliada de suas economias pelo FMI como

condição *sine qua non* para a renegociação plurianual de suas dívidas externas (KUNTZ, 1985c).

Concomitantemente, o secretário do Tesouro dos EUA, James Baker, apresentou uma proposta para que os bancos credores retomassem “[...] os empréstimos aos países em desenvolvimento, a título de auxílio à política de ajustamento econômico dessas nações [...].” (ECONOMISTAS, 1985, p. 6). Tal proposta foi interpretada por certos analistas – assim como os economistas Hélon Braga, Paulo Sauto e Silvando Cardoso – como uma manobra de dissuasão do governo de Ronald Reagan (ECONOMISTAS, 1985). Conforme tal leitura, os EUA teriam se assustado com a ação dos devedores que “[...] articulavam um movimento em bloco para negociar seus débitos em condições mais vantajosas [...]” e por isso buscou acalmá-los e dividi-los com a proposta de concessão de novos empréstimos (ECONOMISTAS, 1985, p. 6). O pronunciamento de James Baker durante a assembleia corroborou essa interpretação. Os países que não aceitassem a estratégia de tratar da questão da dívida individualmente e de “[...] cooperar com as instituições financeiras internacionais [...]”, advertiu o secretário do Tesouro estadunidense, não deveriam “[...] esperar os benefícios do plano sobre o endividamento [...]” que estava sendo proposto pelos EUA (FUNARO, 1985d, p. 6). Segundo Baker, “[...] qualquer país que [preferisse] seguir outro caminho [sofria] danos em seu futuro crescimento.” (FUNARO, 1985d, p. 6).

Nesse contexto, a pressão exercida especificamente sobre o Brasil – maior devedor do chamado terceiro mundo – era obviamente intensa. Durante sua reunião com o ministro Funaro, o presidente do *Federal Reserve*, Paul Volcker, voltou a insistir que o Brasil entrasse logo em um acordo com o FMI (KUNTZ, 1985b). A pressão da principal autoridade monetária dos EUA somava-se a de outros nomes de grande influência como o diretor executivo do FMI, Jacques de Larosière, e o vice-presidente do *Citibank* e presidente do comitê assessor de negociação da dívida, William Rhodes (FUNDO, 1985; KUNTZ, 1985b). Durante uma entrevista coletiva com a imprensa, Jacques de Larosière fez “[...] uma nítida reafirmação dos princípios consagrados pelo FMI.” (FUNDO, 1985, p. 6). Ao ser questionado por um repórter sobre a crítica de Funaro às políticas de ajustamento tradicionalmente defendidas pelo Fundo, de Larosière declarou que longe de ser contrário ao crescimento o ajuste fiscal seria uma condição para o mesmo (FUNDO, 1985). Na visão do diretor executivo do FMI, o esforço de ajuste interno seria necessário “[...] para garantir tanto um crescimento sustentável quanto o equilíbrio duradouro do balanço de pagamentos.” (FUNDO, 1985, p. 6). William Rhodes, por sua vez, aproveitou para instar o Brasil a adotar o receituário ortodoxo

do FMI durante o encontro que manteve com o presidente do Banco Central, Fernão Bracher. Rhodes enfatizou que para os bancos credores “[...] o reescalonamento da dívida só [poderia] ser acertado após o entendimento do governo com o FMI.” (KUNTZ, 1985b, p. 6).

Conforme informações de José Negreiros (1985c, p. 27), ao final de sua já citada reunião com Paul Volcker, Funaro externou seu descontentamento com seus interlocutores “[...] que em coro o empurravam para o FMI.” Funaro teria declarado a Volcker que conhecia as regras do jogo e que recorreria ao FMI quando considerasse mais adequado (NEGREIROS, 1985c). Após a reunião com o *chairman* do *Federal Reserve*, Funaro concedeu uma entrevista coletiva à imprensa. O ministro da Fazenda afirmou que ainda não estava completamente definido o tipo de acordo que o Brasil estabeleceria com o FMI, mas frisou que o país já tinha experimentado o ajuste ortodoxo e a recessão econômica e que era certo que ele não voltaria a esse caminho (KUNTZ, 1985b). Funaro declarou ainda que havia combinado com a diretoria do FMI “[...] que entregaria um programa de governo em novembro [de 1985], baseado na premissa de que a economia nacional [teria] de crescer no mínimo 5%.” (FUNDO, 1985, p. 6). Quando questionado sobre a possibilidade de um impasse entre o governo brasileiro e os credores internacionais, Funaro respondeu que isso dependeria da forma como se desenrolariam as negociações (KUNTZ, 1985b). De acordo com o ministro da Fazenda, havia “[...] um jogo de força na conversação com os bancos [...]” (KUNTZ, 1985b, p. 6). Segundo ele, o governo brasileiro estava negociando e numa negociação “[...] há várias formas de pressão.” (KUNTZ, 1985b, p. 6).

No final de outubro de 1985, durante a solenidade de abertura do 26º Congresso Latino-Americano de Siderurgia realizado no Rio de Janeiro, o ministro Funaro voltou a reafirmar a nova posição do governo brasileiro frente à renegociação da dívida externa. Funaro declarou que o Brasil não implementaria um ajuste interno da sua economia que implicasse em aumento do desemprego e redução dos salários e que também não seriam assumidos compromissos com o FMI que fossem nitidamente irrealistas (BRASIL, 1985e, p. 8). Funaro afirmou ainda que o ajustamento interno era uma questão que cabia somente aos brasileiros (BRASIL, 1985e). Segundo o ministro da Fazenda, o Brasil não aceitaria “[...] qualquer interferência do FMI na elaboração do plano de ajuste interno da economia [...]” e caso os credores internacionais não achassem “[...] o plano bom, paciência.” (BRASIL, 1985e, p. 8).

Enquanto isso, nos EUA as autoridades monetárias estadunidenses e os credores privados também reforçavam seus respectivos posicionamentos. Durante pronunciamento no

Comitê de Assuntos Bancários e Financeiros da Câmara do Deputados estadunidense, o secretário do Tesouro, James Baker, explicou aos parlamentares que o plano de ajuda às nações endividadas proposto pelos EUA “[...] condicionaria a concessão de novos empréstimos de bancos privados à adoção de políticas de livre mercado nos referidos países [...]” (PRINCIPAL, 1985, p. 6). Após frisar que sem a implementação de tais políticas não seria oferecido financiamento adicional, Baker defendeu que não se trataria, contudo, de reforçar a austeridade defendida pelo FMI, mas sim de lançar as bases do crescimento econômico (PRINCIPAL, 1985). Apesar de Baker argumentar que não se estava mais falando em austeridade, tais políticas preconizavam a bem conhecida receita ortodoxa de combate à inflação via ajuste fiscal e fortalecimento da iniciativa privada (PRINCIPAL, 1985). Num contexto em que a “nova ênfase no crescimento econômico foi a grande marca da reunião anual conjunta do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional [...]” (KUNTZ, 1985a, p. 7), tudo indica que as autoridades monetárias dos EUA estavam ainda mais dispostas a empacotar a austeridade como crescimento e vendê-la aos países periféricos devedores. Os interesses das autoridades monetárias estadunidenses e dos credores privados, todavia, estavam longe de ser um só. Como efeito, os banqueiros mostravam pouco entusiasmo em participar do plano de financiamento que era defendido pelos EUA. Segundo reportagem do *Jornal do Commercio (RJ)*, durante reunião com o *chairman* do *Federal Reserve*, Paul Volcker, os bancos pequenos e médios receberam friamente a ideia de aumentar os empréstimos aos países endividados para estimular seu crescimento, ao passo que as instituições bancárias de maior porte declararam expressamente suas reservas ao plano (BANCOS, 1985). Muitos banqueiros questionavam o porquê de se conceder novos empréstimos à países que, em muitos casos, nem mesmo estavam pagando os juros dos empréstimos anteriores (BANCOS, 1985). Como os bancos privados eram peças fundamentais nesse novo programa de financiamento, sua relutância em participar representava um grande obstáculo ao plano do governo Reagan (BANCOS, 1985).

Ainda no final de outubro de 1985 começou a circular na imprensa a notícia de que o governo brasileiro iria criar uma nova diretoria no Banco Central para tratar exclusivamente e em tempo integral de assuntos ligados à dívida externa (ZÓZIMO, 1985). Segundo informações do *Jornal do Comércio (RJ)*, a criação da diretoria era uma antiga reivindicação dos técnicos do Banco Central (DÍVIDA, 1985). Tal proposta foi apoiada pelo novo presidente da instituição, Fernão Bracher, que definiu como função da nova diretoria a “[...] coordenação das negociações da dívida externa, basicamente a nível de bancos.” (DÍVIDA,

1985, p. 7). Assim, ao final de novembro foi criada a Diretoria para Assuntos da Dívida Externa. Para chefiar a nova diretoria e atuar como um dos principais negociadores da dívida externa brasileira, foi nomeado o piauiense Antônio de Pádua Seixas (DÍVIDA, 1985). Pode-se dizer que, tal como outros membros do grupo de Sarney, Antônio de Pádua Seixas era um prático: não possuía qualquer graduação (apenas o ensino médio), mas tinha longa experiência em instituições financeiras estatais¹⁰⁷ (SEIXAS, 2021).

Como havia sido previamente acordado, no final de novembro de 1985 o Brasil reiniciou as negociações com as autoridades dos EUA e FMI. O ministro Funaro viajou para Washington onde manteve novas conversações com o diretor do FMI, Jacques de Larosière, e com o secretário do Tesouro dos EUA, James Baker. Após as reuniões, Funaro concedeu uma entrevista à imprensa na qual declarou que o Brasil não firmaria um novo acordo com o FMI porque não era necessário no momento (FUNARO, 1985b). No tocante a exigência dos credores internacionais de que o Brasil se submetesse aos ditames do FMI, Funaro argumentou que os bancos continuavam fazendo negócios com o país e que estava sendo preparado um acordo de prorrogação com os mesmos (FUNARO, 1985b). Segundo o ministro da Fazenda, o objetivo do governo brasileiro não era tratar de questões como o refinanciamento dos vencimentos e a obtenção de novos empréstimos, mas apenas prorrogar “[...] o acordo com os bancos credores internacionais para manter abertas as linhas de crédito comercial [a curto prazo].” (FUNARO, 1985b, p. 6). Nesse momento, todavia, cresciam as tensões entre o governo Sarney e os bancos credores em razão da dívida externa de quase meio bilhão de dólares deixada por três bancos privados brasileiros – i.e., Auxiliar, Maisonnave e Comind – que haviam sido recém liquidados extrajudicialmente pelo Banco Central. Os bancos internacionais – que já se mostravam insatisfeitos com o “[...] fato de o Brasil não ter concluído um novo programa de austeridade com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que permitiria refinar a longo prazo sua dívida externa de 100 bilhões de dólares” – ficaram ainda mais tensos com a possibilidade aventada pelo governo brasileiro de não pagar a dívida externa deixada pelos bancos recém liquidados (BANCOS, 1985a, p. 6). Buscando usar o referido débito como trunfo em suas futuras negociações com os credores, o Banco Central declarou que a questão ainda estava em aberto e que seriam

¹⁰⁷ Profissional do setor público, Seixas entrou por concurso no Banco do Brasil e posteriormente foi transferido para o recém-criado Banco Central (SEIXAS, 2021). Ao se aposentar pelo Banco Central, Seixas ingressou no Banespa onde atuou como gerente geral das agências de Los Angeles e Nova Iorque e superintendente das agências internacionais do banco (SEIXAS, 2021). Após retornar ao Brasil em 1984, Seixas montou uma consultoria internacional com a empresa Invesplan, a qual tinha o ex-ministro do Planejamento e seu amigo de infância, João Paulo dos Reis Velloso, como presidente do Conselho de Administração (SEIXAS, 2021).

analisadas “[...] as conveniências garantir ou não o ressarcimento da dívida aos bancos estrangeiros.” (CRESCEM, 1985, p. 1). Enquanto isso, nos EUA circulava a informação – publicada pelo importante *The Wall Street Journal* – de que a ameaça de não pagamento da dívida dos três bancos liquidados teria acentuado “[...] a inquietação dos credores sobre as linhas de crédito a curto prazo, no total de 16 bilhões de dólares, abertas ao Brasil.” (BANCOS, 1985a, p. 6). Os banqueiros teriam inclusive advertido o governo brasileiro de que seu comportamento com os bancos credores poderia “[...] levar alguns deles a [retaliar e] cortar as linhas de crédito.” (BANCOS, 1985a, p. 6).

Como podemos perceber a partir dos dados apresentados, apesar de afirmar a seus interlocutores estrangeiros que conhecia as “regras do jogo”, Funaro estava longe de compartilhar da linguagem utilizada nos meios financeiros internacionais e preconizada pela *doxa* neoliberal. Apesar de não ter nenhum ensino formal em economia, Funaro possuía uma orientação econômica heterodoxa que parece derivar, sobretudo, de sua posição como empresário industrial. Igualmente, Funaro possuía certo nível de internacionalização – foi, por exemplo, presidente da Associação Latino-Americana da Indústria de Plástico (Aliplast) –, mas seu capital internacional também estava ligado à sua posição no setor produtivo além de ser mais circunscrito aos países periféricos. Desse modo, pode-se dizer que Funaro não possuía uma “afinidade de *habitus*” – dada sua orientação econômica heterodoxa e sua trajetória não americanizada – e nem uma “solidariedade de interesses” – haja vista sua maior preocupação com o desenvolvimento econômico e social do que com o honramento dos compromissos externos e a liberalização da economia brasileira – com seus interlocutores internacionais. Em decorrência dessa discrepância de perfis e interesses, ao longo da “[...] gestão do ministro Funaro, entre setembro de 1985 e fins de abril de 1987, cristalizou-se uma situação de impasse com os credores privados e oficiais e com o FMI.” (FREITAS, 2010, s/n). A estratégia de não-confrontação defendida por Francisco Dornelles e posta em prática pelo governo militar ao menos desde 1982 foi substituída por uma estratégia de claro confronto (FREITAS, 2010).

4.4 OS LIMITES DE UM MONETARISTA: NOTAS SOBRE A SAÍDA DE PAULO ROSENBERG

Além da existência de certas divergências entre Sayad e Funaro, também ocorreu no período uma disputa entre o novo ministro da Fazenda e o até então influente assessor presidencial Paulo Rosenberg. Como pode-se inferir a partir do que foi dito até agora, o novo titular da Fazenda e o assessor presidencial possuíam perfis significativamente distintos. Funaro era um empresário do setor industrial que possuía uma orientação econômica heterodoxa, ao passo que Rosenberg era um docente universitário e consultor de empresas que possuía uma orientação econômica predominantemente monetarista. Esses dois *economic policy makers* tinham em comum, todavia, o fato de serem homens da ação, bem mais proativos do que o ministro do Planejamento por exemplo. Em função dessas especificidades de seus perfis, Funaro e Rosenberg até concordavam em determinadas questões – como a privatização das estatais –, mas de uma forma geral apresentavam posicionamentos bastante divergentes.

4.4.1 O declínio do “Cometa Halley”

Na imprensa as notícias sobre o enfraquecimento da posição de Paulo Rosenberg no espaço dos *economic policy makers* e sobre sua decisão de deixar o cargo de assessor presidencial começaram a circular no final de outubro de 1985. Segundo informações do *Jornal do Commercio (RJ)*, Rosenberg considerava que a ascensão de Funaro e sua equipe havia gerado um esvaziamento nos seus poderes decisórios – que, vale lembrar, haviam sido bastante amplos durante o período em que Dornelles foi ministro da Fazenda – e por isso havia decidido deixar o governo (AHMED et al., 1985d). Nos meios econômicos, publicou o mesmo jornal alguns dias depois, Rosenberg estaria sendo chamado “[...] de “Cometa Halley”, devido à sua meteórica ascensão e naufrágio no olimpo do poder.” (AHMED et al., 1985c, p. 2). Jocosamente a reportagem afirmava que Rosenberg e seu “falastrônico estilo Delfim Netto” estaria sendo completamente sobrepujado pelo secretário de assuntos econômicos da Fazenda, Luiz Gonzaga Belluzo, e seu “reverberativo estilo Maria da Conceição Tavares” (AHMED et al., 1985c, p. 2).

Em entrevista ao presente autor, Paulo Rosenberg confirmou que seu primeiro pedido de demissão foi feito em outubro de 1985 (ROSENBERG, 2021). Segundo Rosenberg, o presidente Sarney prontamente concordou com o pedido, mas o instruiu a deixar o governo entre o final de 1985 e o início de 1986, período em que sua saída seria menos notada pelo público (ROSENBERG, 2021). Além disso, Sarney também o teria pressionado para que não conversasse com ninguém sobre seu afastamento do governo (ROSENBERG, 2021). Em decorrência disso, somente começaram a circular uma quantidade expressiva de reportagens noticiando que Rosenberg deixaria seu cargo no início de dezembro de 1985. Assim, no dia 6 de dezembro o *Jornal do Brasil (RJ)* noticiou que a qualquer momento o presidente Sarney receberia o pedido de demissão de Rosenberg em sua mesa (INFORME, 1985h). Quando questionados pela imprensa, todavia, tanto Rosenberg como Sarney negaram a saída do assessor presidencial. Sarney declarou que Rosenberg não havia dado “[...] um só sinal de que [pretendia] deixar o cargo” e que era a primeira vez que ouvia falar nisso (INFORME, 1985i, p. 6), ao passo que Rosenberg não apenas negou que havia pedido demissão como ainda garantiu que não estava disposto a fazê-lo (ROSENBERG, 1985).

De outro lado, contudo, nomes ligados a Sarney e a Rosenberg confirmavam a inevitabilidade de tal desfecho. Argumentando que não adiantava “querer esconder o óbvio”, um dos mais importantes assessores do presidente Sarney – que não teve seu nome divulgado – informou ao *Jornal do Brasil (RJ)* que a saída de Rosenberg estava garantida e que era só uma questão de dias para ocorrer (AFASTAMENTO, 1985). Na leitura do referido assessor, o afastamento de Rosenberg seria “um fato muito natural” (AFASTAMENTO, 1985). Além de ter perdido importância devido ao aumento da coerência interna da equipe econômica possibilitado pela saída de Dornelles e parte de seu grupo, Rosenberg ainda possuiria divergências com o ministro Dílson Funaro (AFASTAMENTO, 1985). Alguns dias depois um amigo e colaborador de Rosenberg – cujo nome também não foi divulgado pelo *Jornal do Brasil (RJ)* – confirmou que o economista deixaria o governo em breve (ROSENBERG, 1985). De acordo com a fonte, Rosenberg estaria “[...] muito aborrecido com as críticas que [estava recebendo] dentro e fora do Palácio do Planalto” e também com o fato de ser culpabilizado por todos os erros na condução da economia (ROSENBERG, 1985, p. 19). O principal motivo da opção pela saída do governo, no entanto, seria o rumo que Funaro e seus aliados estavam imprimindo à política econômica da Nova República (ROSENBERG, 1985). Em entrevista ao presente autor, Paulo Rosenberg (2021) confirmou tal interpretação. De acordo com Rosenberg (2021), apesar da pose de “grande ministro”, de “grande tomador de

decisão”, Funaro se comportaria de modo totalmente subserviente com relação ao presidente Sarney. Tudo aquilo que tinha sido possível conter de despesas desde o início do novo governo, argumenta Rosenberg (2021), Funaro liberava para agradar ao presidente. Faltaria assim, na leitura de Rosenberg (2021), o mínimo de noção de equilíbrio fiscal à Funaro, Sarney e seus aliados. Nesse contexto, Rosenberg (2021) afirma que sua permanência no governo durou até o momento em que foi possível fazer o que julgava correto. O “correto”, nesse caso, implicava obviamente em seguir as diretrizes preconizadas pela *doxa* neoliberal.

4.4.2 Os prenúncios do Plano Cruzado e da moratória da dívida externa

Rosenberg (2021) afirma que pediu demissão durante uma reunião em que o presidente comunicou sua decisão de implementar o Plano Cruzado. Como se sabe, no início da década de 1980, economistas como André Lara Resende, Pêrsio Árida e Francisco Lopes da PUC-RJ e Luís Bresser-Pereira e Yoshiaki Nakano da FGV-SP desenvolveram a chamada tese da inflação inercial (BARBOSA, 2010). Segundo tal tese, a inflação de hoje dependeria da inflação de ontem e assim sucessivamente (BARBOSA, 2010). Desse modo, o índice inflacionário atual seria o produto da inflação passada e das expectativas futuras (BARBOSA, 2010). Contudo, não obstante esses economistas neo-estruturalistas partirem do mesmo diagnóstico, eles defendiam diferentes soluções para a questão (BARBOSA, 2010).

A proposta de Francisco Lopes, Bresser-Pereira e Nakano implicava um choque heterodoxo por meio do congelamento dos preços e salários, ao passo que a proposta de Lara Resende e Pêrsio Árida (a chamada “proposta Larida”) advogava a superindexação da economia por meio da instituição de uma nova moeda. Visando combater a inflação crescente, os idealizadores do Plano Cruzado optaram pela primeira proposta ao combinarem o diagnóstico da inflação inercial com a implementação de um choque heterodoxo¹⁰⁸ (BARBOSA, 2010). Economista de orientação monetarista, Rosenberg (2021) discordava desse choque heterodoxo porque acreditava que ele iria causar grandes problemas à economia nacional. A previsão de Rosenberg revelou-se acertada. Não obstante seu sucesso inicial, o Plano Cruzado acabou sendo de fato um grande fracasso (BARBOSA, 2010).

¹⁰⁸ A proposta de superindexação pela Unidade Real de Valor (URV) foi adotada no Plano Real (BARBOSA, 2010).

Além da futura implementação do Plano Cruzado, Rosenberg conta que a essa altura também já teria percebido que Sarney flertava com a possibilidade de declarar a moratória da dívida externa brasileira (ROSENBERG, 2021). Segundo Rosenberg (2021), isso teria ficado claro quando ele comunicou a Sarney que havia conversado com o diretor do FMI, Jacques de Larosière, sobre a renegociação da dívida. Por ter atuado na equipe econômica de Delfim Netto durante o governo Figueiredo, Rosenberg (2021) tinha considerável proximidade com Jacques de Larosière e por isso decidiu contatá-lo para levar adiante o processo de renegociação. De Larosière teria então dito a Rosenberg (2021) que pegasse um avião e fosse até a sede do FMI nos EUA encontrá-lo para assinar um novo acordo. Para a surpresa de Rosenberg (2021), contudo, Sarney o proibiu terminantemente de continuar as conversações e determinou que seu assessor não negociaria com o FMI. A partir desse momento, afirma Rosenberg (2021), ficou nítido que Sarney não estava disposto a firmar um novo acordo com o FMI. Conforme Rosenberg (2021), Sarney competia com o então presidente do Peru, Alan García¹⁰⁹, pelo posto de “líder revolucionário da América do Sul” e isso o impulsionava a ir para o enfrentamento direto com o FMI e os credores internacionais. Nesse contexto, Rosenberg (2021, s/n) concluiu – conforme suas próprias palavras – que “[...] não tinha mais nada o que fazer [...] dentro [do governo].” (ROSENBERG). Seguindo o itinerário definido por Sarney, Rosenberg deixou cargo o assessor econômico presidencial – o qual foi então extinto – no início de janeiro de 1986.

Não obstante tais eventos ultrapassem o escopo do momento $T(2)$, cabe tecer algumas considerações sobre o “desfecho” da negociação política da dívida externa iniciada pelo ministro Funaro e sua equipe. Com o progressivo declínio das reservas internacionais do país, a partir do final de 1986 a ideia de se fazer uma moratória da dívida externa brasileira ganhou corpo no espaço dos possíveis¹¹⁰ em matéria de política econômica (BOURDIEU, 1996^a; FREITAS, 2010). Políticos, movimentos sociais, acadêmicos e etc. colocavam a moratória como uma saída plausível para o caso brasileiro. Nesse período até mesmo o renomado economista keynesiano estadunidense, John Kenneth Galbraith, defendeu que o Brasil negociasse duramente a sua dívida externa e que decretasse “[...] uma “moratória

¹⁰⁹ Entre outras coisas, Alan García defendia não utilizar mais do que 10% do valor das exportações peruanas para pagar os juros da dívida externa de seu país, o que o colocava em rota de colisão com o FMI e os credores internacionais (IFC, 1985).

¹¹⁰ A tomadas de posição dos *economic policy makers* não são determinadas mecanicamente pelas suas posições no campo analisado (BOURDIEU, 1996a). Entre suas posições e tomadas de posição se interpõe o espaço dos possíveis, o qual define e delimita “o universo do pensável e do impensável” em matéria de política econômica segundo as categorias de percepção e apreciação constitutivas de certo *habitus* (BOURDIEU, 1996a).

temporária”, suspendendo o pagamento dos juros por alguns meses caso o nível das reservas internacionais [continuasse] em declínio.” (LEITÃO, 1986, p. 26). Apesar de frisar que não estaria defendendo a inadimplência, John Kenneth Galbraith declarou que partia da “[...] convicção de que a História registra que nem sempre as dívidas contraídas foram pagas.” (LEITÃO, 1986, p. 26). Segundo Galbraith, isso se aplicaria inclusive aos próprios EUA que ficaram devendo, por exemplo, centenas de milhões de dólares em empréstimos tomados com a Inglaterra no século XIX (LEITÃO, 1986). Inicialmente, Funaro admitiu [...] a moratória como uma opção viável para a questão da dívida externa.” (FAZENDA, 1986, p. 22). Em razão da repercussão negativa da declaração, alguns dias depois o ministro da Fazenda veio a público e voltou atrás em seu posicionamento ao garantir que o governo brasileiro não iria “[...] decretar moratória nem suspender o pagamento do serviço da dívida externa [...]” (FAZENDA, 1986, p. 22). Nos primeiros meses de 1987, contudo, os rumores sobre a decretação da moratória foram se intensificando cada vez mais. Em decorrência do agravamento da crise econômica e da queda das reservas internacionais a níveis críticos, no final de fevereiro de 1987 Funaro finalmente decretou “[...] moratória nos pagamentos de juros da dívida bancária de médio prazo, num movimento [que foi lido como uma] clara confrontação à comunidade financeira internacional.” (FREITAS, 2010, s/n).

Nesse ponto, é interessante mencionar a leitura de Paulo Rosenberg sobre o caminho adotado pelo governo Sarney no processo de renegociação da dívida. Em entrevista ao presente autor, Rosenberg (2021) colocou em xeque a própria distinção entre negociação técnica e política ao afirmar que quem realmente fazia uma negociação política da dívida eram aqueles que – como ele próprio – estavam dispostos a evitar o confronto declarado e a assinar um novo acordo com o FMI. Para Rosenberg (2021), no contexto em que o Brasil se encontrava o caminho mais inteligente seria utilizar a mesma estratégia empregada desde 1983: continuar entregando novas cartas de intenção ao FMI propondo seguir as suas rigorosas medidas de austeridade sem, contudo, cumpri-las de fato¹¹¹. Dessa forma, o Brasil conseguiria o aval do FMI para continuar rolando a dívida e assim poderia, segundo Rosenberg (2021), ir ajustando sua economia aos poucos sem necessidade da moratória. Na visão do economista paulista, seria idiotice o país declarar que não iria pagar a dívida e assim “dar a cara para bater” (ROSENBERG, 2021). Para ele, a verdadeira negociação política não implicaria em explicitar o conflito de interesses com o FMI e os credores internacionais, mas

¹¹¹ Fato lembrado pelo próprio Rosenberg, entre o início de 1983 e 1985 a equipe econômica do governo Figueiredo entregou nada menos do que 7 cartas de intenção e não cumpriu nenhuma.

sim em “[...] fingir que vai pagar sabendo que não vai [...].” (ROSENBERG, 2021, s/n). Rosenberg deixou de mencionar, todavia, que essa estratégia continuísta de suposto “não pagamento” era extremamente onerosa para o país e vantajosa para os bancos estrangeiros. Para realizar a rolagem da dívida externa da forma preconizada por Rosenberg o Brasil era obrigado a destinar a maior parte de seu superávit comercial para “[...] o pagamento [...] dos juros anuais, independente da flutuação das taxas e do comportamento das exportações.” (BRASIL, 1985c, p. 9).

4.5 OS MOMENTOS $T(1)$ E $T(2)$ EM PERSPECTIVA COMPARADA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Como afirma Durkheim (2001, p. 149), “como os fenômenos sociais escapam [...] à ação do operador, o método comparativo é o único que convém à sociologia.” O esforço comparativo evidentemente atravessou toda a presente análise. Grupos, agentes e tomadas de posição em disputa foram devidamente mapeados e comparados. Nesse sentido, a última seção da presente pesquisa de tese visa levar adiante esse esforço ao estabelecer uma comparação entre os momentos $T(1)$ e $T(2)$ como foco nos seguintes tópicos: 1) as características gerais do espaço dos *economic policy makers*; 2) os perfis e tomadas de posição dos principais *economic policy makers* envolvidos nas disputas em torno das questões chave da austeridade nos gastos públicos e da renegociação da dívida externa.

4.5.1 Características gerais do espaço dos *economic policy makers*

Iniciemos com as características mais gerais do espaço dos *economic policy makers*. Em primeiro lugar, a análise comparativa possibilita perceber que Tancredo e Sarney acionaram redes de relações significativamente distintas quando da formação de suas respectivas equipes econômicas. Tancredo mobilizou sobretudo agentes ligados à academia – quase que exclusivamente ex-alunos e/ou professores da FGV-RJ – e ao setor público – funcionários de carreira e ex-colaboradores da ditadura. Por outro lado, Sarney acionou nomeadamente agentes ligados ao setor privado – e.g., empresários dos setores industrial e financeiro – e a academia – e.g., ex-alunos e/ou professores de instituições como Unicamp,

USP e FGV-RJ. Isso indica a perda de influência da FGV-RJ – que durante a ditadura teve grande influência na condução da economia – e também dos próprios ex-colaboradores do regime militar – acusados por seus opositores de serem representantes do continuísmo. Indica igualmente o fortalecimento do setor privado – que passou a contar com o ministro da Fazenda e o presidente do Banco Central – e a ascensão de uma instituição de ensino até então pouco acostumada à proximidade com o poder de Estado – a Unicamp.

Em segundo lugar, a análise demonstra que a reconfiguração do espaço dos *economic policy makers* causada pela queda de Dornelles e ascensão de Funaro ao Ministério da Fazenda levou a uma modificação na distribuição geográfica do poder decisório sobre a política econômica nacional. Se no momento $T(1)$ tal poder decisório se dividia entre mineiros/fluminenses – concentrados no grupo de Dornelles – e paulistas – concentrados no grupo do PMDB –, no momento $T(2)$ a condução da economia ficou a cargo sobretudo dos paulistas – concentrados no grupo de Sarney. Tal achado indica que o poder que antes estava disperso entre os três principais estados da região Sudeste se concentrou quase completamente em São Paulo. Indica também que apesar das transformações estruturais ocorridas no espaço em questão o comando da economia brasileira continuou profundamente atrelado à região Sudeste.

Em terceiro lugar, tal análise permite perceber que devido à queda de Dornelles e parte de seu grupo os níveis de americanização e de atrelamento ao monetarismo dos *economic policy makers* – os quais eram bastante expressivos no momento $T(1)$ – tornaram-se consideravelmente menos intensos no momento $T(2)$. Como consequência, no momento $T(2)$ o conservadorismo econômico e a *doxa* neoliberal perderam grande parte da influência que possuíam no momento $T(1)$. Isso indica que com a ascensão de Funaro à Fazenda, FMI, EUA e demais defensores/disseminadores da agenda liberalizante deixaram de exercer a forte ingerência que anteriormente exerciam sobre a condução da economia nacional. Indica ainda que a pressão em prol da liberalização econômica exercida pelos países capitalistas centrais sobre os países periféricos durante a década de 1980 – e, mais especificamente, sobre o Brasil – não era assim tão inexorável como acreditam certos analistas.

Em quarto lugar, a análise demonstra que a reconfiguração do espaço dos *economic policy makers* levou a uma reestruturação da guerra palaciana pelo comando da economia nacional. No momento $T(1)$ existia uma intensa disputa entre monetaristas e heterodoxos – grupo de Dornelles *versus* grupo do PMDB – onde a balança pendia cada vez mais para os últimos, ao passo que no momento $T(2)$ a heterodoxia comandada por Funaro tornou-se

completamente dominante mas surgiram duas novas frentes pontuais de conflito, uma dentro da própria corrente heterodoxa – com Sayad – e outra envolvendo o monetarismo – com Rosenberg. Tal achado indica que apesar do relativo apaziguamento ocorrido no espaço dos *economic policy makers* após a queda de Dornelles as disputas em torno da condução da economia não cessaram completamente. Indica igualmente que nos processos de produção da política econômica podem surgir lutas de poder até entre os partidários de uma mesma corrente doutrinária.

Em quinto lugar, a análise indica que a passagem do momento $T(1)$ para o momento $T(2)$ marca o fim da indefinição na condução da economia gerada pela disputa entre as duas prioridades estabelecidas por Tancredo, ou seja., a austeridade purificadora e o progresso socioeconômico. A partir de então ocorreu a priorização da promoção do crescimento econômico e da redução da desigualdade social em detrimento do combate ao déficit público e o pagamento da dívida externa.

4.5.2 Principais condicionantes das tomadas de posição dos *economic policy makers*: os casos do corte de gastos públicos e da renegociação da dívida externa

Inevitavelmente, algumas considerações genéricas sobre as relações entre os perfis e as tomadas de posição dos *economic policy makers* nos momentos $T(1)$ e $T(2)$ já foram tecidas na subseção anterior. Nesta subseção aprofundamos tal análise tendo como foco dois temas que, como supracitado, tiveram expressiva relevância no início do governo Sarney: o corte de gastos públicos e a renegociação da dívida externa.

4.5.2.1 A renegociação da dívida externa

Como já mencionado, quando comparamos o desenrolar do processo de renegociação da dívida externa nos momentos $T(1)$ e $T(2)$ podemos perceber uma clara reconversão no modo de tratamento da mesma. Como em outros âmbitos da política econômica governamental, tal reconversão se alicerçou nas alterações ocorridas na dinâmica do campo político e na reconfiguração do espaço dos *economic policy makers* – dois fatos totalmente interligados.

Seguindo a tendência mais geral do período, ao longo do momento $T(1)$ a disputa entre as duas abordagens divergentes sobre a condução da dívida permaneceu em grande medida indefinida. Nesse momento a balança não pendeu definitivamente nem para o lado de Dornelles e seus aliados – os quais defendiam o chamado tratamento técnico da dívida, abordagem que na prática implicava na manutenção do acordo leonino da ditadura – e nem para nomes como Sayad – os quais propunham a adoção do chamado tratamento político, abordagem que implicava num endurecimento das negociações com as autoridades internacionais visando obter melhores condições para o Brasil gerir seu débito externo. Apesar de ter obtido uma vitória ao derrubar o diretor do Banco Central Sérgio de Freitas – defensor entusiasmado da negociação política da dívida –, Dornelles e seus aliados acabaram sofrendo um revés significativo ao Sarney optar pela proposta de Sayad de uma maior taxa de crescimento anual em detrimento de uma contenção orçamentária mais intensa – o que ia contra as orientações do FMI.

As bases para a transformação, todavia, já haviam sido lançadas no campo político. Com efeito, o falecimento de Tancredo e a subsequente efetivação de Sarney na presidência permitiram a este último ir imprimindo uma direção na condução da economia que destoava significativamente do monetarismo defendido por Dornelles. Em função desse progressivo enfraquecimento de suas posições, Dornelles e seus aliados optaram por abandonar o espaço dos *economic policy makers* e assim deixaram o caminho livre para a ascensão do heterodoxo Funaro ao Ministério da Fazenda. Contando com o apoio quase irrestrito do presidente Sarney e dotado de um comportamento bastante pragmático e atuante, Funaro obteve um controle bastante efetivo sobre a formulação da política econômica e converteu o tratamento político da dívida na abordagem dominante. Consequentemente, restou apenas a oposição do assessor presidencial Paulo Rosenberg. Já sem capacidade de influir não apenas nos rumos da renegociação da dívida, mas na própria condução da economia como um todo, o monetarista Rosenberg também optou por deixar o governo.

O Quadro 19 contribui para o esforço comparativo ao apresentar as propriedades sociais mais relevantes, os interesses manifestados e as tomadas de posição dos principais agentes envolvidos com a negociação da dívida externa durante os momentos $T(1)$ e $T(2)$.

Quadro 19 – Propriedades relevantes, interesses manifestados e tomadas de posição dos principais agentes envolvidos na negociação da dívida externa

Nome	Propriedades relevantes	Interesses manifestados	Momento/ Posicionamento
Francisco Dornelles	Monetarista; fortemente americanizado; ligado à FGV-RJ, próximo ao FMI; ligado ao governo Figueiredo	Manter as boas relações do Brasil com o sistema financeiro internacional; liberalizar a economia brasileira	Momento $T(1)$: tratamento técnico
Antônio Lemgruber	Monetarista; fortemente americanizado; ligado à FGV-RJ, próximo ao FMI	Manter as boas relações do Brasil com o sistema financeiro internacional; liberalizar a economia brasileira	Momento $T(1)$: tratamento técnico
Paulo Rosenberg	Monetarista; fortemente americanizado; próximo ao FMI; ligado ao governo Figueiredo	Manter as boas relações do Brasil com o sistema financeiro internacional; liberalizar a economia brasileira	Momentos $T(1)$ e $T(2)$: tratamento técnico
Jacques de Larosière	Monetarista; fortemente americanizado; ligado ao FMI; próximo ao governo Figueiredo	Defender os interesses dos credores internacionais; liberalizar a economia brasileira	Momentos $T(1)$ e $T(2)$: tratamento técnico
William Rhodes	Monetarista; natural dos EUA; ligado aos bancos credores; próximo ao governo Figueiredo	Defender os interesses dos credores internacionais; liberalizar a economia brasileira	Momentos $T(1)$ e $T(2)$: tratamento técnico
Paul Volcker	Monetarista; natural dos EUA; ligado ao governo Reagan; próximo ao governo Figueiredo	Defender os interesses dos credores internacionais e sobretudo dos EUA; liberalizar a economia brasileira	Momentos $T(1)$ e $T(2)$: tratamento técnico
James Baker	Monetarista; natural dos EUA; ligado ao governo Reagan; próximo ao governo Figueiredo	Defender os interesses dos credores internacionais e sobretudo dos EUA; liberalizar a economia brasileira	Momentos $T(1)$ e $T(2)$: tratamento técnico
Ana Maria Jul	Monetarista; fortemente americanizada; ligada ao FMI; próxima ao governo Figueiredo; próxima à FGV-RJ	Defender os interesses dos credores internacionais; liberalizar a economia brasileira	Momentos $T(1)$ e $T(2)$: tratamento técnico
João Sayad	Heterodoxo; relativamente americanizado; ligado ao PMDB-SP; ligado aos novos economistas paulistas	Impulsionar o crescimento econômico; combater os problemas sociais	Momentos $T(1)$ e $T(2)$: tratamento político
Dílson Funaro	Heterodoxo; não americanizado; ligado ao PMDB-SP; ligado ao empresariado paulista	Impulsionar o crescimento econômico; combater os problemas sociais	Momento $T(1)$: posicionamento indefinido Momento $T(2)$: tratamento político
José	Pragmático em política e economia (adesista); não americanizado; ligado ao	Impulsionar o crescimento econômico; obter lucros político-eleitorais com a política	Momento $T(1)$: posicionamento indefinido

Sarney	governo Figueiredo; ligado ao PMDB-SP; ligado ao empresariado paulista	econômica adotada; alçar-se ao posto de líder revolucionário sul-americano	Momento $T(2)$: tratamento político
Sérgio de Freitas	Orientação econômica não visível; não americanizado; ligado ao empresariado paulista	Impulsionar o crescimento econômico; combater os problemas sociais	Momento $T(1)$: tratamento político

Fonte: elaboração própria com base em Paula & Lattman-Weltman (2010), York (1985), Office (2021), CVCE.eu (2021), NCAFP (2021) WRRGA (2021), *Jornal do Brasil (RJ)* 1960-90, *Correio Braziliense (DF)* 1960-90 e *Jornal do Commercio (RJ)* 1960-90.

Os dados elencados no quadro contribuem para a compreensão de como os diferentes perfis/interesses dos agentes os condicionaram a interpretar o processo de renegociação da dívida externa brasileira de modos bastantes distintos e a priorizarem diferentes elementos. A análise comparativa demonstra que nomes como Dornelles, Lemgruber e Rosenberg possuíam uma maior “afinidade de *habitus*” e “solidariedade de interesses” com as autoridades internacionais responsáveis pela negociação da dívida externa – Jacques de Larosière, James Baker, William Rhodes, etc. – do que com colegas brasileiros – como Sérgio de Freitas, Sayad e Funaro.

Nesse sentido, a análise desenvolvida demonstra que dentre as propriedades sociais consideradas a orientação econômica é um fator determinante na adoção de um dado posicionamento sobre a negociação da dívida externa: via de regra, monetaristas tendiam a defender uma negociação técnica ao passo que heterodoxos tendiam a defender uma negociação política. Além disso, ela corrobora a hipótese de que a americanização desempenha um papel de grande relevância nas guerras palacianas ocorridas no espaço dos *economic policy makers* nos momentos $T(1)$ e $T(2)$ e, por conseguinte, no processo de renegociação da dívida externa.

Conforme as informações supracitadas, Dornelles, Lemgruber e Rosenberg tinham em comum com Jacques de Larosière e os demais negociadores internacionais não apenas a orientação econômica monetarista, mas também o elevado nível de americanização. Sérgio de Freitas, Funaro e Sayad, por outro lado, não compartilhavam de tais propriedades. Funaro e Sérgio de Freitas possuíam um baixo nível de americanização, enquanto que Sayad foi exposto a um tipo de americanização relativamente distinto daquele a que Dornelles e seus aliados foram expostos (voltaremos a essa questão na conclusão da tese). No tocante a orientação econômica Sayad e Funaro eram heterodoxos, ao passo que Sérgio de Freitas

possuía uma orientação não visível apesar de certos posicionamentos seus lhe aproximar mais da heterodoxia.

Outra característica importante que Dornelles e companhia também tinham em comum com os negociadores internacionais era a proximidade ao regime militar e, mais especificamente, ao governo Figueiredo. Uma vez mais, Sayad e companhia não compartilhavam de tal propriedade; não eram próximos ao governo Figueiredo. Como seria de se esperar, os distintos perfis desses agentes estavam associados a diferentes interesses com respeito ao processo de renegociação da dívida externa. Enquanto Dornelles e companhia compartilhavam com os negociadores internacionais o interesse em fazer o Brasil honrar seus compromissos externos e também em contribuir para o processo de liberalização da economia brasileira – que para eles era estatizada em demasia –, Sayad e companhia pareciam mais preocupados em impulsionar o crescimento econômico e combater os problemas sociais do país.

Por fim, cabe tecer algumas considerações sobre as especificidades do caso de José Sarney. Em termos de orientação econômica assim como de relações políticas, Sarney demonstrava grande pragmatismo. Quase um camaleão da política, Sarney parecia objetivar, antes de tudo, se conservar no poder: ele manteve fortes laços com o governo reformista de João Goulart, com o regime ditatorial dos militares e com o movimento de redemocratização encabeçado por Tancredo. Nesse sentido, no decorrer do processo de renegociação da dívida e, sobretudo, no momento $T(2)$, Sarney demonstrava estar menos preocupado em agradar às autoridades internacionais do que em impulsionar o crescimento econômico nacional, numa estratégia que, caso exitosa, lhe traria grandes lucros político-eleitorais.

4.5.2.2 *O corte de gastos públicos*

Quando efetuamos uma análise comparada da questão do corte de gastos públicos e consideramos os contextos, perfis, posições e tomadas de posição dos *economic policy makers* mais influentes no processo de condução da economia nacional durante os momentos $T(1)$ e $T(2)$ – no presente caso, sobretudo Sarney, Dornelles, Funaro, Sayad e Rosenberg – podemos perceber alguns dos fatores que estão na base da aceitação ou negação da austeridade.

Como já era esperado, os *economic policy makers* dotados de uma orientação econômica monetarista tendiam a ser bem mais favoráveis aos cortes de gastos públicos do

que aqueles dotados de uma orientação heterodoxa. Não obstante isso, em razão sobretudo da dinâmica então reinante no campo político – que no início do momento $T(1)$ era marcado pela possibilidade de recuperação de Tancredo e por sua categórica proibição de gastar – houve uma aceitação bastante ampla, ainda que um tanto forçada e, em grande medida, puramente discursiva, do corte de gastos por parte dos *economic policy makers* – inclusive por heterodoxos como João Sayad. Na dimensão da prática, todavia, a austeridade preconizada por Dornelles não obteve o mesmo êxito – resultado para o qual as atuações de Sayad e Sarney indubitavelmente prestaram grande contribuição.

Com a saída Dornelles e parte de seus aliados do governo iniciou-se o momento $T(2)$. Nesse momento a pressão em defesa da austeridade no espaço dos *economic policy makers* reduziu-se expressivamente. Apesar de não ter demonstrado possuir uma orientação econômica que possa ser qualificada como heterodoxa, o pragmático Sarney estava bastante interessado em colher lucros políticos de sua atuação como presidente e por isso era pouco afeito a uma política econômica recessiva que inevitavelmente acabaria impondo novos sacrifícios à já pauperizada população brasileira.

No momento $T(2)$, as disputas em torno da austeridade enfraqueceram-se, mas, ao mesmo tempo, tornaram-se mais complexas. De um lado, estava a clássica oposição entre heterodoxia e monetarismo: o monetarista Rosenberg considerava que o heterodoxo Funaro era demasiado permissivo com a questão dos gastos públicos. De outro lado, todavia, existiam divergências entre os próprios heterodoxos: entre outras coisas, Sayad considerava que Funaro estava querendo levar a austeridade longe demais. Para dar conta dessas disputas no seio da própria heterodoxia destacamos outros fatores secundários, tais como a forte ligação do industrial Dílson Funaro à iniciativa privada – setor que ele almejava fortalecer – e a vinculação do Ministério do Planejamento de Sayad à grande parte das empresas estatais tidas como alvos preferenciais desses cortes de gastos.

Desse modo, a análise comparativa demonstra que os diferentes perfis/posições dos agentes os condicionaram a interpretar uma mesma medida econômica de modos bastantes distintos. Tal análise corrobora ainda a hipótese de que a orientação econômica é um fator determinante na aceitação ou negação das políticas de austeridade: via de regra, monetaristas tendem a ser favoráveis e heterodoxos contrários. Todavia, ela indica também que em certas situações esse fator condicionante mais geral representando pela orientação econômica pode ser modulado por outros fatores secundários tais como o contexto político, o tipo de relação mantida pelo *economic policy maker* em questão com o setor privado e os tipos de efeitos

práticos dos cortes sobre a instituição e/ou setor ao qual tal agente estava vinculado. No momento $T(1)$, o contexto político e a expectativa de deixarem seus ministérios mais ou menos a margem dos cortes realizados são fatores que explicam porque heterodoxos como Sayad e Pedro Simon se manifestaram favoravelmente à política de corte de gastos de Dornelles – apesar de, na prática, terem agido contra ela. Já no momento $T(2)$, a forte ligação de Funaro ao setor privado explica sua maior tolerância ao corte de gastos nas empresas estatais (e também seu significativo apoio à privatização de ativos públicos) ao passo que a falta de tal vinculação à iniciativa privada e os prováveis efeitos negativos de tais medidas sobre organizações diretamente ligadas ao Planejamento explicam porque Sayad se manifestou contra a medida.

4.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pode-se perceber a partir das informações apresentadas neste capítulo, a queda de Dornelles e aliados levou à primeira reconfiguração do espaço dos *economic policy makers* na Nova República. Em função da substituição do ministro da Fazenda, presidente e parte dos diretores do Banco Central etc., o momento $T(2)$ inicia-se com o reagrupamento dos *economic policy makers* em três categorias: 1) grupo de Sarney; 2) remanescentes da equipe de Tancredo e; 3) representantes do grande empresariado. No momento $T(2)$ as oposições estruturais existentes no espaço em questão tornaram-se menos nítidas, todavia foi possível mapear algumas das propriedades que estavam na base das distinções entre o grupo de Sarney e os remanescentes da equipe de Tancredo. O grupo de Sarney era composto por uma maioria de acadêmicos e profissionais do setor privado oriundos quase que exclusivamente da região Sudeste (exceção feita ao nordestino José Sarney), pouco americanizados e dotados de laços relativamente tênues com o PMDB e de laços relativamente fortes com o setor privado. No tocante à formação metade era graduada em economia e o restante em outros cursos. A maioria destes agentes possuía uma orientação econômica declarada; dentre estes últimos predominava a heterodoxia, mas também haviam representantes do monetarismo (assim como Paulo Rosenberg, por exemplo). O grupo dos remanescentes da equipe de Tancredo, por seu turno, era composto por uma maioria de acadêmicos e profissionais do setor público/políticos

de origem bem mais heterogênea¹¹², consideravelmente americanizados e dotados de laços relativamente fortes com o PMDB e de laços relativamente tênues com o setor privado. No tocante à formação a maior parte era graduada em economia. A maioria dos agentes não possuía uma orientação econômica declarada; dentre os agentes que possuíam predominava a heterodoxia, mas também havia um representante do monetarismo (i.e., Adroaldo Moura).

Tudo indica que na prática os perfis dos agentes escolhidos para ocuparem os antigos postos de Dornelles e seus aliados integravam uma estratégia do presidente Sarney para minorar eventuais ingerências do PMDB e ampliar a sua influência no processo de produção da política econômica governamental. Para tanto Sarney acionou sua rede de relações com o empresariado paulista; Funaro e aliados tinham o mérito de serem consideravelmente alinhados com o presidente ao mesmo tempo em que agradavam até certo ponto aos caciques do PMDB e também ao grande empresariado nacional. A ascensão de Funaro e seus aliados levou a uma reestruturação da guerra palaciana pondo um ponto final na indefinição em torno da condução da economia nacional; representou o declínio das disputas entre a austeridade purificadora e o progresso socioeconômico – os dois objetivos que segundo Tancredo orientariam seu governo – com a priorização do segundo. O relativo apaziguamento das disputas entre monetaristas e heterodoxos gerado pela hegemonia alcançada por Funaro levou, por sua vez, ao surgimento de duas novas frentes pontuais de conflito no espaço dos *economic policy makers*. De um lado, surgiram divergências entre membros da corrente heterodoxa liderada por Funaro e o monetarista Paulo Rosenberg, ao passo que, de outro lado, surgiram disputas no interior da própria heterodoxia – sobretudo entre Funaro e Sayad.

Como compartilhavam de uma orientação econômica heterodoxa, mas possuíam graus bastante distintos de atrelamento ao setor privado, o padrão de interação entre Funaro e Sayad foi marcado tanto por convergências como por divergências. No momento *T(2)* as disputas entre Funaro e Sayad se concentraram sobretudo em torno do corte de gastos das empresas estatais: Sayad era contrário a novos cortes ao passo que Funaro – que, vale lembrar, era empresário industrial – se mostrava mais favorável a eles e ao concomitante fortalecimento da iniciativa privada (perspectiva que estava em consonância com os anseios do empresariado nacional e os ditames internacionais). Outras questões específicas também opuseram os dois ministros ao longo do governo, tais como os problemas em torno da precificação dos cítricos e do abastecimento de carne. Além de ter gerado conflitos pontuais

¹¹² Pouco menos da metade dos agentes era oriundo do Sudeste ao passo que o restante era natural das demais regiões brasileiras.

em torno da condução da política econômica, a indicação de Funaro ao Ministério da Fazenda acabou enfraquecendo a posição de Sayad no espaço dos *economic policy makers*. Se durante o “período de indefinição” Sayad foi o “ministro de Sarney”, com a ascensão Dílson Funaro – que como industrial era um homem da prática e um dedicado “resolvedor de problemas” – o ministro do Planejamento passou a ser visto pelo presidente como um agente de postura pouco proativa e sem grande capacidade de liderança. Ao contrário de Dornelles, contudo, Sayad contava com uma importante rede de relações na Nova República. Com o apoio de nomes influentes como os caciques do PMDB paulista, Ulysses Guimarães e Franco Montoro, Sayad se manteve no poder apesar dos posicionamentos pouco amigáveis de Sarney e Funaro.

No tocante as convergências existentes entre Funaro e Sayad, cabe citar a renegociação da dívida externa brasileira. Partilhando da visão de que os vultosos recursos remetidos pelo Brasil ao exterior para honrar os compromissos relativos à dívida comprometiam a retomada do crescimento econômico nacional, tanto Funaro como Sayad defendiam uma reconversão no modo de tratamento da mesma. Em decorrência disso, eles rechaçavam a assinatura imediata de um novo contrato leonino e consideravam necessária a realização de uma negociação política que implicasse num endurecimento do diálogo e numa defesa mais enfática dos interesses nacionais durante as discussões com o FMI, Banco Mundial, EUA e demais credores internacionais. E como foi esse o caminho adotado por Funaro, a condução da renegociação da dívida externa não gerou conflitos com Sayad. O mesmo não se pode dizer, contudo, das autoridades estadunidenses e internacionais assim como também do assessor Paulo Rosenberg, os quais se mostraram bastante descontentes com essa reconversão no modo de tratamento da dívida externa.

A ascensão de Funaro também enfraqueceu a posição de Paulo Rosenberg e o fez perder grande parte da significativa influência que possuía no espaço dos *economic policy makers*. Nesse novo contexto, surgiram algumas divergências fundamentais entre Rosenberg e outros membros do grupo de Sarney. Tais discordâncias giraram nomeadamente em torno de três tópicos principais, a saber: 1) combate ao déficit público; 2) plano de condução da economia a curto/médio prazos e; 3) renegociação da dívida externa. Rosenberg discordava do modo como Funaro conduzia a política econômica. Segundo ele, apesar de se apresentar como o “grande tomador de decisão”, Funaro era totalmente subserviente com relação Sarney e autorizava medidas que implicavam em novas despesas para agradar ao presidente. Isso inviabilizava, na visão de Rosenberg, um combate minimamente sério e efetivo ao déficit público. Todavia, apesar das discordâncias com relação à austeridade, Rosenberg somente

decidiu sair do governo quando tomou ciência dos rumos que Sarney pretendia imprimir à economia nacional. Em reunião com o presidente, Rosenberg foi informado de que no início do ano de 1986 seria implementado um pacote de medidas econômicas heterodoxas: o Plano Cruzado. Economista de orientação monetarista, Rosenberg discordava do Plano Cruzado e achava que ele traria grandes problemas à economia brasileira. Além disso, a essa altura Rosenberg também já teria percebido que Sarney flertava com a ideia de declarar a moratória da dívida externa brasileira. Segundo o assessor presidencial, Sarney competia com seu colega peruano pelo posto de “líder revolucionário sul-americano” e por isso se mostrava disposto a ir para o embate direto com o FMI, EUA e demais credores internacionais. Rosenberg considerava essa estratégia confrontacionista um grande equívoco e via como uma tolice declarar o não pagamento da dívida e assim “dar a cara para bater”. Na visão de Rosenberg, o ideal seria manter a “esperta” estratégia da ditadura de “fingir que vai pagar sabendo que não vai”; chamada por ele *a posteriori* de verdadeira “negociação política”, essa estratégia continuísta era extremamente onerosa ao país já que implicava na transferência de bilhões de dólares ao exterior para pagar juros exorbitantes aos credores e assim rolar a dívida. Em função de tais divergências, Rosenberg concluiu que não tinha mais nada para fazer no governo e deixou seu cargo no início de janeiro de 1986.

5 CONCLUSÃO

A presente tese de doutorado teve como objetivo analisar os processos de composição e recomposição do espaço dos *economic policy makers* no início do governo Sarney à luz das guerras palacianas em torno da formulação da política econômica brasileira. Utilizando como principal fio condutor o processo de internacionalização dos grupos dirigentes, buscamos o caminho do meio entre as interpretações mecanicista e voluntarista ao focarmos as trajetórias dos *economic policy makers* tão bem como seu espaço de atuação e o contexto político e econômico mais amplo.

No capítulo 2 apresentamos o momento $T(0)$, o qual vai da criação da Aliança Democrática pelo PMDB e PFL em agosto de 1984 até a posse de José Sarney como presidente interino em março de 1985. Esse momento é marcado por intensas disputas em torno da formação do futuro governo Tancredo/Sarney. Nessas disputas, Francisco Dornelles – sobrinho de Tancredo e então secretário da Receita Federal de Figueiredo – foi identificado com a ditadura e o continuísmo político-econômico por diversos membros da Aliança Democrática e sofreu forte oposição a sua indicação para o posto de ministro da Fazenda. Em resposta Tancredo liderou uma bem-sucedida contraofensiva em prol da nomeação do sobrinho Dornelles o que, por sua vez, levou à consolidação da visão de que o futuro titular da Fazenda tinha tudo para se tornar um novo “czar da economia”.

Ainda no capítulo 2 demonstramos que durante o momento $T(0)$ Tancredo e aliados divulgaram publicamente as prioridades e o compromisso do futuro governo com a mudança almejada pela maioria do povo brasileiro. Apesar dos sinais do forte comprometimento de Tancredo com a agenda liberalizante e do reconhecimento das dificuldades de tal compatibilização, a promessa era de que a futura administração conjugaria austeridade fiscal com crescimento econômico e distribuição de renda. Tancredo se comprometeu assim tanto em expiar os pecados da ditadura por meio da austeridade purificadora como em impulsionar o progresso socioeconômico. Até certo ponto, a grande heterogeneidade político-ideológica da equipe econômica montada por Tancredo – que possuía monetaristas e heterodoxos, conservadores e progressistas – refletia essa dupla prioridade estabelecida por ele para o seu governo.

No capítulo 3 apresentamos o momento $T(1)$, o qual vai da posse de Sarney como presidente interino em março de 1985 à saída de Dornelles e seus aliados do governo em agosto do mesmo ano. Demonstramos que a substituição do presidente da República – agente

com maior peso no espaço dos *economic policy makers* – reverteu muitas das tendências e expectativas construídas durante o momento $T(0)$. As incertezas geradas pela internação e posterior falecimento de Tancredo Neves e pela parca legitimidade de Sarney para assumir a presidência acabaram modificando a dinâmica das relações de força que vinha se desenhando e imprimindo grande fluidez ao espaço dos *economic policy makers*. Essa fluidez política associada a heterogeneidade da equipe montada por Tancredo conduziu a uma nítida indefinição na formulação da política econômica nacional e fez com que o início da Nova República fosse marcado por uma intensa guerra palaciana pelo comando da economia. Nesse novo e desfavorável contexto, o ministro Dornelles – que caso Tancredo fosse presidente tinha tudo para ser um novo superministro à imagem e semelhança de Delfim-Netto – enfrentou fortes resistências à sua opção por uma política de austeridade e um tratamento técnico da dívida externa, receituário que já vinha sendo implementado desde o final da ditadura. O momento $T(1)$ é marcado, dessa forma, não por uma busca do progresso socioeconômico com a purificação dos pecados do regime militar como prometido por Tancredo, mas antes por um intenso conflito entre dois dos principais objetivos atribuídos à Nova República.

Combinando a reconstrução socio histórica dos eventos com a Análise de Correspondências Múltiplas (ACM) dos agentes e seus perfis demonstramos que as tomadas de posição dos *economic policy makers* assim como o padrão de interação vigente entre eles tem ligação direta com as características da estrutura de seu espaço de atuação no momento considerado. Ao longo do capítulo 3 demonstramos como a forte oposição estrutural entre o grupo de Dornelles – formado em geral por ex-colaboradores da ditadura e acadêmicos ligados à FGV-RJ, fortemente americanizados e próximos ao FMI – e o grupo do PMDB – composto sobretudo por políticos e acadêmicos ligados ao PMDB, contrários à ditadura e pouco americanizados – encontrava correspondência na oposição ideológica entre monetarismo e heterodoxia. Tais oposições estruturais e ideológicas estavam na base das disputas em torno da implementação de uma agressiva política de austeridade no novo governo, tendo o grupo de Dornelles se posicionado favoravelmente a medida e o grupo do PMDB contra. Nessas disputas, Dornelles deu o primeiro passo ao implementar seu pacote de austeridade, mas sofreu posteriormente uma série de revezes como o salvamento do Banco Sul Brasileiro e a elaboração do Plano de Emergência.

Igualmente, os conflitos relativos à renegociação da dívida externa brasileira também deitam raízes nas oposições estruturais e ideológicas então vigentes do espaço dos *economic*

policy makers. No momento *T(1)* essas disputas envolveram o grupo de Dornelles – que defendia o chamado tratamento técnico da dívida – e o diretor da Área Externa do Banco Central, Sérgio de Freitas – que defendia o chamado tratamento político. Apesar de não poder ser definido como um heterodoxo, Sérgio de Freitas também possuía um perfil bastante distinto do de Dornelles e aliados. Caracterizando-se pela atuação no setor financeiro privado, não americanização, fortes ligações com o banqueiro e então chanceler Olavo Setúbal e laços relativamente tênues com a ditadura, Sérgio de Freitas defendia uma negociação política da dívida e o endurecimento do diálogo com as autoridades estadunidenses e internacionais de modo a conter, em alguma medida, a enorme transferência de recursos ao exterior. Contudo, Dornelles e seus aliados eram contra a ideia de lutar por um acordo mais adequado aos interesses brasileiros e advogavam a manutenção do contrato leonino costurado durante a ditadura – atitude complacente nomeada “negociação técnica” da dívida. Nessa disputa, o grupo de Dornelles fez seu ponto de vista prevalecer momentaneamente conseguindo, inclusive, substituir Sérgio de Freitas por um nome escolhido pessoalmente pelo ministro da Fazenda e ligado à FGV-RJ e, por conseguinte, mais favorável ao monetarismo e a negociação técnica da dívida.

Buscando aumentar sua influência no processo de formulação da política econômica nacional e contornar a indefinição gerada pelos conflitos entre Dornelles e Sayad sem precisar se desgastar politicamente substituindo nomes escolhidos por Tancredo, Sarney introduziu um novo agente no espaço dos *economic policy makers*, o assessor presidencial Paulo Rosenberg. O ingresso de Rosenberg não chegou a alterar a estrutura do espaço analisado mas tornou mais multifacetado o processo de produção da política econômica nacional. Apesar de possuir um perfil semelhante ao de Dornelles e aliados – ex-colaborador da ditadura, americanizado, próximo ao FMI e monetarista – o pragmatismo de Rosenberg o levou a considerar a política ortodoxa defendida pelo ministro da Fazenda demasiado dogmática e a manter um posicionamento independente com relação tanto a ele quanto ao heterodoxo Sayad (a quem considerava irresponsável fiscalmente). Durante o momento *T(1)*, Rosenberg adquiriu considerável influência no espaço dos *economic policy makers* e além de conselheiro do presidente, também foi porta-voz das decisões econômicas do governo e mediador dos conflitos entre o grupo de Dornelles e outros membros da equipe (em especial, daqueles ligados ao grupo do PMDB).

Após sofrerem uma série de derrotas e terem seus poderes decisórios progressivamente enfraquecidos, em agosto de 1985 finalmente Dornelles e seus aliados

deixaram o governo Sarney. Isso gerou a primeira recomposição do espaço dos *economic policy makers*¹¹³ e conduziu a guerra palaciana pela condução da economia ao momento *T(2)*.

No capítulo 4 apresentamos o momento *T(2)*, o qual vai da ascensão de Dílson Funaro ao Ministério da Fazenda em agosto de 1985 a saída do assessor presidencial Paulo Rosenberg em janeiro de 1986. Com a queda de Dornelles nove posições no espaço dos *economic policy makers* que estavam concentradas sobretudo no Ministério da Fazenda e no Banco Central mudaram de mãos e mais duas foram criadas no âmbito da Fazenda. Combinando novamente a reconstrução dos eventos com a análise dos agentes demonstramos que devido às diferenças de perfil com relação a Dornelles e seus aliados, a entrada desses novos agentes gerou alterações profundas na estrutura e, por conseguinte, nos padrões de interação vigentes nesse espaço. O ingresso desses agentes levou à formação de um grupo de *economic policy makers* direta ou indiretamente indicados por Sarney, o qual era composto por uma maioria de acadêmicos e profissionais do setor privado, pouco americanizados e dotados de laços relativamente tênues com o PMDB e relativamente fortes com o setor privado e de uma orientação econômica predominantemente heterodoxa.

A ascensão de Funaro e aliados levou a um considerável apaziguamento na guerra palaciana pela condução da economia nacional e pôs um fim a indefinição até então reinante. Após a reconfiguração, o número de representantes e o nível de influência do monetarismo foram significativamente reduzidos e a heterodoxia foi convertida por Funaro – com o aval de Sarney – na orientação econômica dominante; concomitantemente a FGV-RJ perdeu a significativa influência que possuiu no processo de condução da economia durante o momento *T(1)*. A austeridade purificadora defendida pelos monetaristas foi então afastada e o progresso socioeconômico defendido pelos heterodoxos foi transformado no objetivo primeiro da política econômica nacional.

Nesse novo contexto, restaram apenas disputas pontuais entre o ministro da Fazenda e representantes do monetarismo – Rosenberg – e da própria heterodoxia – Sayad. Compartilhando uma orientação econômica heterodoxa, mas possuindo graus bastantes distintos de atrelamento ao setor privado, as interações entre Funaro e Sayad foram marcadas tanto por convergências como por divergências. Funaro e Sayad convergiam por exemplo na defesa de uma reconversão do modo de tratamento da dívida externa com adoção de uma

¹¹³ Como supracitado, outras recomposições ocorreram posteriormente, mas elas não foram abordadas por ultrapassarem os limites estabelecidos para a presente pesquisa.

negociação política, mas divergiam sobre temas tais como a implementação de novos cortes de gastos nas empresas estatais.

Entre Rosenberg e Funaro a principal discordância também girou sobretudo em torno da austeridade e do combate ao déficit público. Apesar dessa divergência, todavia, foi apenas ao saber por Sarney da futura implementação do Plano Cruzado e perceber que o presidente parecia disposto a pedir a moratória da dívida externa que Rosenberg chegou à conclusão de que não tinha mais nada a fazer no governo. Discordando tanto do choque heterodoxo que seria implementado pelo Plano Cruzado quanto do recrudescimento das negociações com as autoridades estadunidenses e internacionais, o monetarista Rosenberg deixou seu cargo no início de janeiro de 1986.

Quando comparamos a atuação de nomes como Funaro, Sayad e Sarney com a de figuras como Dornelles, Lemgruber e Rosenberg compreendemos como o monetarismo enquanto modelo de condução da economia estatal não foi realmente imposto de forma inexorável ao Brasil e suas elites dirigentes, mas também não é uma escolha óbvia ou autoexplicativa. Apesar de estarem expostos a pressões externas semelhantes, os primeiros agentes citados se negaram a aceitar passivamente as imposições do FMI, Banco Mundial, EUA e demais países centrais, ao passo que os segundos não apenas aderiram a elas como ainda as defenderam como se fossem seus autores. Devido às especificidades de seus perfis, nomes como Dornelles, Lemgruber e Rosenberg demonstravam possuir não apenas uma “afinidade de *habitus*” – derivada do comprometimento com o monetarismo e a *doxa* neoliberal, da forte americanização e da proximidade com instituições como o FMI –, mas também uma “solidariedade de interesses” – derivada do desejo comum de levar a cabo a liberalização da economia brasileira – com as autoridades estadunidenses e internacionais. Voltando à epígrafe desta tese argumentamos que o discurso de Dornelles, Lemgruber, Rosenberg e demais *economic policy makers* partidários do monetarismo acerca das imposições inexoráveis do mercado internacional e dos países centrais apenas serviam para que eles pudessem “[...] dissimular sua liberdade de escolha [...]” (BOURDIEU, 2001b, p. 21).

Ao analisarmos o espaço dos *economic policy makers* a partir da chave dos processos de internacionalização e, nesse caso, de americanização, torna-se possível compreender que a *doxa* neoliberal foi inculcada nesses e outros membros da elite brasileira que, por sua vez, buscavam acumular esse capital internacional de matriz estadunidense visando conservar/melhorar suas posições sociais e acabaram utilizando-o como arma nas guerras

palacianas pela definição do modo legítimo de condução da economia e dos valores e modelos que orientaram a atuação estatal no início da Nova República. A inequívoca preferência do grupo de Dornelles e de Paulo Rosenberg pelo monetarismo – com sua defesa da austeridade purificadora via corte nos gastos públicos e sua complacência frente à transferência de recursos ao exterior via pagamento da dívida – ilustra bem os prováveis efeitos da americanização das trajetórias no processo de adesão à *doxa* neoliberal.

Destacamos, todavia, que a americanização não garante que a preferência pelo monetarismo prevaleça em todas as situações. Exemplos como o de João Sayad e André Montoro Filho demonstram que em certos casos outras propriedades sociais podem intervir e também que em análises mais detalhadas pode ser necessário discernir não apenas o nível, mas também o tipo de americanização a que o agente analisado foi exposto. Dentre as propriedades sociais que podem intervir destacamos as filiações políticas e intelectuais as quais no presente caso assumiram sobretudo a forma de ligações com o PMDB, a USP e o círculo dos novos economistas paulistas.

No tocante ao tipo de americanização sublinhamos as especificidades do ambiente em que o agente trabalhou/estudou nos EUA. Uma declaração de André Montoro Filho pode ajudar a esclarecer tal ponto. Em entrevista a Klüger (2017, p. 578), André Montoro Filho revela que “não queria ir para Chicago por causa da linha muito conservadora e não queria ir para a Califórnia [...]” optando então por dirigir-se a Universidade de Yale (onde foi colega de doutorado de Sayad). Esse distanciamento proposital de nomes como Montoro Filho e Sayad com relação a instituições de ensino mais conservadoras e próximas à *doxa* neoliberal como a Universidade de Chicago está conectada à mudança que na época ocorria no perfil do corpo docente de ciências econômicas da USP. Como supracitado, até meados da década de 1970 existiu na USP um grupo bastante ativo de economistas monetaristas formados sobretudo em Chicago (LOUREIRO & LIMA, 1994). A dominância desse grupo foi colocada em xeque exatamente pelo crescimento da presença de professores como Montoro Filho e Sayad que eram provenientes de instituições estadunidenses de ensino menos ortodoxas como Yale, Harvard e MIT.

Indicamos desse modo a importância da realização de novas pesquisas visando qualificar melhor níveis e tipos de internacionalização e americanização e seus efeitos sobre as preferências dos agentes em termos de modelo de condução do Estado e da economia. Igualmente, destacamos a relevância de novos estudos objetivando examinar as demais

recomposições que ocorreram no espaço dos *economic policy makers* ao longo do governo Sarney.

REFERÊNCIAS

- ABDIB diz que indústria de base vive hora dramática. **Jornal do Brasil (RJ)**, 23 mar. 1984 (1º Caderno).
- ABREU, Alzira Alves. Introdução à segunda edição. In: ABREU, Alzira Alves de et al. (coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: Pós-1930**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- AFASTAMENTO de Rosenberg já é tido como certo. **Jornal do Brasil (RJ)**, 7 dez. 1985 (1º Caderno).
- AGORA, espaço para moderação. **Correio Braziliense (DF)**, 21 abr. 1985.
- AHMED, Aziz et al. Confidencial: Afinidade econômica. **Jornal do Commercio (RJ)**, 10 set. 1985a.
- _____. Confidencial: O roteiro do FMI. **Jornal do Commercio (RJ)**, 12 abr. 1985b.
- _____. Confidencial: Sai de cena o Cometa Halley. **Jornal do Commercio (RJ)**, 23 out. 1985c.
- _____. Confidencial: Sente-se esvaziado. **Jornal do Commercio (RJ)**, 19 out. 1985d.
- ALÉM da Notícia: Tempo para agir. **Correio Braziliense (DF)**, 21 mar. 1985.
- ALGAZARRA de interesses. **Jornal do Brasil (RJ)**, 1 fev. 1985 (1º Caderno).
- ALIANÇA se articula e cria sigla. **Jornal do Brasil (RJ)**, 7 dez. 1984 (1º Caderno).
- ALVES, Henrique José. Coisas da Política: O governo passado a limpo. **Jornal do Brasil (RJ)**, 13 nov. 1985 (1º Caderno).
- AMANO, André Tomio Lopes. Alguns apontamentos sobre a crise da dívida e a política econômica de continuidade do governo Sarney. **XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História das Empresas**. Niterói: ABPHE, 2017.
- AMERICANOS anunciam redução do déficit. **Correio Braziliense (DF)**, 23 set. 1985.
- ANBID leva proposta para compra do Sul Brasileiro. **Jornal do Brasil (RJ)**, 28 fev. 1985 (1º Caderno).
- ANTÔNIO Carlos domina a festa na Câmara paulistana na homenagem a Olavo Setúbal. **Jornal do Brasil (RJ)**, 11 set. 1984 (1º Caderno).
- ANTÔNIO Ermírio dirigirá a Petrobrás ou outra estatal. **Jornal do Brasil (RJ)**, 24 jan. 1985 (1º Caderno).
- ASSESSOR ameaça abandonar candidato. **Jornal do Brasil (RJ)**, 16 nov. 1984 (1º Caderno).

ATUAÇÃO de Funaro no FMI deixou Sarney satisfeito. **Jornal do Commercio (RJ)**, 21 set. 1985.

AURELIANO dá apoio à indicação. **Jornal do Brasil (RJ)**, 1 fev. 1985 (1º Caderno).

AZEVEDO, Fernando Antônio. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. **Opinião Pública**, vol. 12, n. 1, abr./maio, 2006, p. 88-113.

BAECK, Louis. O desequilíbrio da economia internacional dos anos 80. **Pesq. Plan. Econ.**, v. 17, n. 1, abr. 1987.

BAKER anunciará hoje o plano de Washington. **Jornal do Commercio (RJ)**, 8 out. 1985.

BANCÁRIOS realizam cruzada para salvar o Sul Brasileiro. **Correio Braziliense (DF)**, 21 mar. 1985.

BANCO CENTRAL. **Histórico da composição do Conselho Monetário Nacional (CMN)**. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/Pre/CMN/composi%C3%A7%C3%A3o_CMN.pdf Acesso em 12 jul. 2019.

_____. **Composição histórica da Diretoria do Banco Central**. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/acesoinformacao/Documents/historicodiretoria/comp_historica_BCB_area.pdf Acesso em 12 jul. 2019.

BANCOS internacionais pressionam o Brasil. **Jornal do Commercio (RJ)**, 22 nov. 1985a.

BANCOS privados não apoiam o plano Baker. **Jornal do Commercio (RJ)**, 23 out. 1985b.

BANQUEIRO acha que intervenção deve se tornar liquidação. **Jornal do Brasil (RJ)**, 26 fev. 1985a (1º Caderno).

BANQUEIRO terá encontro hoje com Figueiredo. **Diário de Pernambuco (PE)**. 11 fev. 1985b.

BARANGER, Denis. Análise de Correspondências Múltiplas. In: CATANI, Afrânio Mendes et al. (orgs.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

BARBOSA, Fernando de Holanda. Plano cruzado. In: PAULA, Christiane Jalles de & LATTMAN-WELTMAN, Fernando (coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: Pós-30**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

BARDIN, Laurance. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BC intervém no Sul Brasileiro. **Jornal do Commercio (RJ)**, 8 fev. 1985.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto: 2000.

BIROLI, Flávia. Correio Braziliense. In: PAULA, Christiane Jalles de & LATTMAN-WELTMAN, Fernando (coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: Pós-30**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

BOLTANSKI, Luc. L'espace positionnel: multiplicité des positions institutionnelles et habitus de classe. **Revue française de sociologie**, n. 14, pp. 3-26, 1973.

BNDES muda verbas pra criar emprego. **Correio Braziliense (DF)**, 2 abr. 1985a.

BNDES vende ações da Petrobrás. **Jornal do Commercio (RJ)**, 10 set. 1985b.

BONA, André. **Risco-país: o que é e como ele é mensurado**. Disponível em: <https://andrebona.com.br/risco-pais-o-que-e-e-como-e-e-mensurado/> Acesso em 10 nov. 2020.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2013.

_____. A opinião pública não existe. In: THIOLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1981.

_____. **A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos**. Porto Alegre: Zouk, 2006.

_____. **As estruturas sociais da economia**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001a.

_____. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996a.

_____. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. **Contrafogos 2: por um movimento social europeu**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001b.

_____. Le capital social: notes provisoires. **ARSS**, 31, pp. 2-3, 1980.

_____. Les trois états du capital culturel. **ARSS**, 30, pp. 3-6, 1979.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papyrus, 1996b.

_____. **Sobre a televisão, seguido de A influência do jornalismo e Os Jogos Olímpicos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. **The state nobility: elite schools in the field of power**. Stanford: Stanford University Press, 1996c.

BRACHER anuncia os novos diretores do Banco Central. **Jornal do Commercio (RJ)**, 31 ago. 1985.

BRAGA, Sérgio Soares. Affonso Alves de Camargo Neto. In: PAULA, Christiane Jalles de & LATTMAN-WELTMAN, Fernando (coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: Pós-30**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

_____. Alceni Ângelo Guerra. In: PAULA, Christiane Jalles de & LATTMAN-WELTMAN, Fernando (coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: Pós-30**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

_____. José Richa. In: PAULA, Christiane Jalles de & LATTMAN-WELTMAN, Fernando (coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: Pós-30**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

BRANCO, Carlos Castello. Coluna do Castello: As mudanças e as pressões. **Jornal do Brasil (RJ)**, 1º fev. 1985a (1º Caderno).

_____. Coluna do Castello: As pressões sobre Tancredo Neves. **Jornal do Brasil (RJ)**, 9 dez. 1984 (1º Caderno).

_____. Coluna do Castello: Bons sintomas na economia. **Jornal do Brasil (RJ)**, 22 nov. 1985b (1º Caderno).

_____. Coluna do Castello: Minas move-se rumo à sucessão. **Jornal do Brasil (RJ)**, 1º set. 1985c (1º Caderno).

_____. Coluna do Castello: Nomes para o Planejamento. **Jornal do Brasil (RJ)**, 24 jan. 1985d (1º Caderno).

_____. Coluna do Castello: O teórico e o prático. **Jornal do Brasil (RJ)**, 4 set. 1985e (1º Caderno).

_____. Coluna do Castello: Os 80% e o resto. **Jornal do Brasil (RJ)**, 10 mar. 1985f (1º Caderno).

_____. Coluna do Castello: Rédea curta na economia. **Jornal do Brasil (RJ)**, 15 fev. 1985g (1º Caderno).

_____. Coluna do Castello: Tancredo agora já sabe mais. **Jornal do Brasil (RJ)**, 5 fev. 1985h (1º Caderno).

BRASIL. Lei 4.595 de 31 de dezembro de 1964. Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 31 dez. 1964.

BRASIL muda de tom e critica a atitude dos credores. **Jornal do Brasil (RJ)**, 27 mar. 1985a (1º Caderno).

BRASIL não negocia o seu crescimento. **Jornal do Commercio (RJ)**, 18 set. 1985b.

BRASIL não rola dívida à mexicana. **Jornal do Commercio (RJ)**, 1º abr. 1985c.

BRASIL quer discussão da dívida em bloco. **Jornal do Commercio (RJ)**, 27 set. 1985d.

BRASIL só firma com o FMI acordo viável. **Jornal do Commercio (RJ)**, 22 out. 1985e.

BRITO, Eduardo. Austeridade já encontra obstáculos. **Correio Braziliense (DF)**, 14 abr. 1985.

BUENO, Ricardo. As três dívidas de um país chamado Brasil. **Jornal do Commercio (RJ)**, 15 abr. 1985a.

_____. Com Funaro, monetaristas saem de cena. **Jornal do Commercio (RJ)**, 27 ago. 1985b.

_____. Finalmente, um diagnóstico sem mistificação. **Jornal do Commercio (RJ)**, 18 maio 1985c.

_____. O que fazer com os juros da dívida externa. **Jornal do Commercio (RJ)**, 16 abr. 1985d.

_____. Sayad, Dornelles e a renegociação da dívida. **Jornal do Commercio (RJ)**, 20 abr. 1985e.

_____. Sayad X Dornelles é um jogo que (ainda) está zero a zero. **Jornal do Commercio (RJ)**, 3 jun. 1985f.

_____. Uma doação de vários trilhões de cruzeiros. **Jornal do Commercio (RJ)**, 4 maio 1985g.

BULHÕES, Octávio Gouveia. **Coleção História Contada do Banco Central do Brasil**. Brasília: Banco Central, 2019.

BULHÕES vê 14% com naturalidade. **Jornal do Brasil (RJ)**, 30 ago. 1985 (1º Caderno).

CAIXA para financiamentos e preocupa empresários. **Correio Braziliense (DF)**, 21 mar. 1985.

CAMPERO, Ana Maria. Uma visão americana. **Jornal do Commercio (RJ)**, 15 mar. 1985 (Suplemento Especial).

CAMPOS adverte para os riscos da austeridade. **Correio Braziliense (DF)**, 20 mar. 1985.

CANTANHÊDE, Eliane. A hora das credenciais. **Jornal do Brasil (RJ)**, 9 fev. 1985a (1º Caderno).

_____. À sombra da evidência. **Jornal do Brasil (RJ)**, 4 fev. 1985b (1º Caderno).

_____. Coisas da política: a questão do poder político. **Jornal do Brasil (RJ)**, 13 mar. 1985c (1º Caderno).

_____. Coisas da política: O grito continua: “Mudanças já”. **Jornal do Brasil (RJ)**, 22 abr. 1985d (1º Caderno).

_____. Três ministros já têm os dias contados. **Jornal do Brasil (RJ)**, 30 out. 1985e (1º Caderno).

CANTANHÊDE, Eliane & MELO, Antônio. Dornelles contorna restrições do PMDB. **Jornal do Brasil (RJ)**, 1 fev. 1985 (1º Caderno).

CARDOSO, Fernando Henrique. Tancredo Neves. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/leia-a-integra-de-tancredo-neves-por-fernando-henrique-cardoso/> Acesso em: 15 fev. 2021.

CARDOSO, Teresa. Ministérios já vivem o clima de fim de governo. **Jornal do Brasil (RJ)**, 19 ago. 1984 (1º Caderno).

CARGOS serão entregues na sexta. **Correio Braziliense (DF)**, 24 abr. 1985.

CARTA alega apenas problemas pessoais. **Correio Braziliense (DF)**, 27 ago. 1985.

CARVALHO, João Arnolfo. Além da notícia: Dívida racha governo. **Correio Braziliense (DF)**, 27 abr. 1985a.

_____. Equipe econômica não sai logo. **Correio Braziliense (DF)**, 16 abr. 1985b.

_____. Sarney exige tratamento político da dívida. **Correio Braziliense (DF)**, 23 set. 1985c.

CASTRO, Lavínia Barros de. Esperança, frustração e aprendizado: a história da Nova República: 1985-1989. In: GIAMBIAGI, Fabio et al. **Economia Brasileira Contemporânea: 1945-2010**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flavio Madureira (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CODATO, Adriano et al. Economic mainstream and power: a profile analysis of Bank Central directors during PSDB and PT governments in Brazil. **Nova Economia**, v. 26, n. 3, 2016.

COHN, Amélia et al. Folha de São Paulo. In: PAULA, Christiane Jalles de & LATTMAN-WELTMAN, Fernando (coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: Pós-30**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

COISAS e fatos. **Jornal do Commercio (RJ)**, 17 jun. 1985.

COMPROMISSO com a nação. **Jornal do Brasil (RJ)**, 8 ago. 1984 (1º Caderno).

CONGELAMENTO do crédito preocupa os industriais. **Jornal do Commercio (RJ)**, 22 mar. 1985.

CONGRESSO já esboça reação. **Correio Braziliense (DF)**, 29 mar. 1985.

CONVERGÊNCIA de correntes. **Jornal do Commercio (RJ)**, 3 jun. 1985.

CONVERSA que agrada. **Jornal do Commercio (RJ)**, 4 abr. 1985.

CORRÊA, Marcos Sá. Coisas da política: Curso de férias. **Jornal do Brasil (RJ)**, 6 fev. 1985a (1º Caderno).

_____. Coisas da política: Método e loucura. **Jornal do Brasil (RJ)**, 30 jan. 1985b (1º Caderno).

_____. Especial: A metamorfose do continuísmo. **Jornal do Brasil (RJ)**, 3 mar. 1985c (1º Caderno).

CORREIA, Luís Antônio Villas-Boas. A recepção da ansiedade. **Jornal do Brasil (RJ)**, 8 fev. 1985a (1º Caderno).

_____. Coisas da Política: Dornelles entregou Sarney ao PMDB. **Jornal do Brasil (RJ)**, 27 ago. 1985b.

_____. Ministério tem a marca de Tancredo. É de centro. **Jornal do Brasil (RJ)**, 10 mar. 1985c (1º Caderno).

_____. Não fazer convites. Para poder mudar. **Jornal do Brasil (RJ)**, 17 fev. 1985d (1º Caderno).

CORTEZ, Ana Cláudia Salgado et al. O período de 1981 a 1985 do governo Reagan e o processo de consolidação dos EUA como principal potência mundial. **XI Congresso Brasileiro de História Econômica e 12ª Conferência Internacional de História das Empresas**. Vitória: ABPHE, 2015.

COSTA, A. Gomes da. Resgate da dívida e da esperança. **Jornal do Commercio (RJ)**, 28 mar. 1985.

COSTA, Cecília. Especial: A FGV deixa o poder (e vai para a oposição). **Jornal do Brasil (RJ)**, 1º set. 1985.

CPDOC. Celso Sabóia. In: PAULA, Christiane Jalles de & LATTMAN-WELTMAN, Fernando (coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: Pós-30**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

_____. Siegfried Heuser. In: PAULA, Christiane Jalles de & LATTMAN-WELTMAN, Fernando (coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: Pós-30**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

CRÍTICAS a uma “ficção contábil”. **Jornal do Brasil (RJ)**, 12 maio 1985a (1º Caderno).

CRÍTICAS e desmentidos levam a demissão na Fazenda. **Jornal do Brasil (RJ)**, 24 ago. 1985b (1º Caderno).

CVCE.EU. **Short biography of Jacques de Larosière de Champfeu**. Disponível em: https://www.cvce.eu/content/publication/2008/7/3/de3a668d-c9f1-40e2-9d67-b0c139468150/publishable_en.pdf Acesso em 11 abr. 2021.

CVM diz que generosidade fiscal não é mais possível. **Jornal do Brasil (RJ)**, 1º maio 1985a (1º Caderno).

CVM vai estimular a abertura de capitais. **Jornal do Commercio (RJ)**, 19 mar. 1985b.

D'AMORIM, José Salomão. A força e a fraqueza de um jornal. In: Sindicato dos Jornalistas profissionais do Distrito Federal. **Jornalismo de Brasília: impressões e vivências**. Brasília: Lantana Comunicação, 1993.

DEMISSÃO de Freitas será esclarecida. **Jornal do Commercio (RJ)**, 12 jun. 1985.

DEVEDORES definem posição. **Jornal do Commercio (RJ)**, 6 e 7 out. 1985.

DEZALAY, Yves & GARTH, Bryant. A dolarização do conhecimento científico. **RBCS**, vol. 15, n. 43, jun. 2000.

_____. Le “Washington consensus”: contribution à une sociologie de l’hégémonie du néolibéralisme. **ARSS**, v. 121-122, pp. 3-22, março 1998.

_____. **The internationalization of palace wars: lawyers, economists, and the contest to transform Latin American States**. The University of Chicago Press: Chicago, 2002.

DIAS, Sônia et al. José Ribamar Ferreira de Araújo Costa (José Sarney). In: PAULA, Christiane Jalles de & LATTMAN-WELTMAN, Fernando (coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: Pós-30**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

DIMESTEIN, Gilberto et al. Vitória já, a seu tempo. **Jornal do Brasil (RJ)**, 13 jan. 1985 (1º Caderno).

DISCURSO de Sarney atingiu os objetivos. **Jornal do Commercio (RJ)**, 24 set. 1985a.

DISCURSO de Sérgio de Freitas em Viena desagradou credor. **Jornal do Commercio (RJ)**, 20 jun. 1985b.

DISCUSSÃO começou em junho. **Jornal do Brasil (RJ)**, 24 out. 1985 (1º Caderno).

DÍVIDA tem órgão próprio. **Jornal do Commercio (RJ)**, 20 nov. 1985.

DORNELLES admite aumentar impostos. **Correio Braziliense (DF)**, 19 abr. 1985a.

DORNELLES é fiel a Delfim e a Galvêas e simpático a Tancredo. **Jornal do Brasil (RJ)**, 22 ago. 1984 (1º Caderno).

DORNELLES e Sayad já dividem tarefas. **Jornal do Brasil (RJ)**, 22 fev. 1985b (1º Caderno).

DORNELLES exclui a exportação do arrocho creditício. **Jornal do Commercio (RJ)**, 28 mar. 1985c.

DOUGLAS, Mary. **Como as instituições pensam**. São Paulo: Edusp, 2007.

DURO na queda. **Jornal do Commercio (RJ)**, 26 abr. 1985.

DURKHEIM Émile. **As regras do método sociológico**. Lisboa: Editorial Presença, 2001.

_____. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ECONOMISTAS acham que é apenas uma manobra. **Jornal do Commercio (RJ)**, 8 out. 1985.

EMPRESÁRIO teme nova recessão. **Folha de S. Paulo**, 20 mar. 1985.

EMPRESÁRIOS aplaudem nova ordem. **Jornal do Commercio (RJ)**, 16 mar. 1985a.

EMPRESÁRIOS constatam divergências. **Jornal do Brasil (RJ)**, 4 set. 1985b (1º Caderno).

EMPRESÁRIOS consultados sobre os males da economia. **Jornal do Commercio (RJ)**, 18 set. 1985c.

EMPRESÁRIOS exigem pacto já. **Correio Braziliense (DF)**, 19 abr. 1985d.

EMPRESÁRIOS satisfeitos com a diretriz econômica. **Jornal do Commercio (RJ)**, 19 mar. 1985e.

ENGELMANN, Fabiano. Globalização e poder de Estado: circulação internacional de elites e hierarquias no campo jurídico brasileiro. **Dados**, vol. 55, n. 2, 2012.

EQUIPE de Tancredo tem mais três nomes confirmados. **Jornal do Brasil (RJ)**, 14 fev. 1985 (1º Caderno).

ESCOLHA foi “gol” de Montoro. **Jornal do Brasil (RJ)**, 27 ago. 1985 (1º Caderno).

ESTES já subiram a rampa com Tancredo. **Jornal do Brasil (RJ)**, 16 jan. 1985 (1º Caderno).

EXCEÇÃO para casa própria. **Correio Braziliense (DF)**, 22 mar. 1985.

FAZENDA em dois lugares. **Jornal do Commercio (RJ)**, 2 abr. 1985.

FAZENDA garante que Brasil não decreta moratória. **Jornal do Brasil (RJ)**, 28 nov. 1986 (1º Caderno).

FERNANDES, Roberto & NEGREIROS, José. Tancredo vê saídas para a crise em seu programa de 61. **Jornal do Brasil (RJ)**, 30 set. 1984 (1º Caderno).

FERNANDO Henrique adverte que o ministério continuísta torna governo vulnerável. **Jornal do Brasil (RJ)**, 4 fev. 1985 (1º Caderno).

FERREIRA, Marieta de Moraes & MONTALVÃO, Sérgio. *Jornal do Brasil*. In: PAULA, Christiane Jalles de & LATTMAN-WELTMAN, Fernando (coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro**: Pós-30. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

FGV cede prédio à equipe de candidato. **Jornal do Brasil (RJ)**, 27 dez. 1984 (1º Caderno).

FGV 75 anos: uma história de compromisso com o desenvolvimento do Brasil. Disponível em: <https://portal.fgv.br/noticias/fgv-75-anos-historia-compromisso-desenvolvimento-brasil> Acesso em 22 set. 2020.

FIESP espera austeridade na área econômica. **Jornal do Brasil (RJ)**, 14 mar. 1985 (1º Caderno).

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Government coalitions in Brazilian democracy. **Brazilian Political Science Review**, vol. 1, n. 2, p. 182-216, 2007.

FONSECA, César. Agora, um novo ponto de partida. **Correio Braziliense (DF)**, 9 maio 1985a.

_____. Governo herdou déficit de 53 trilhões. **Correio Braziliense (DF)**, 18 abr. 1985b.

_____. Os keynesianos estão chegando. **Correio Braziliense (DF)**, 31 ago. 1985c.

FRAZÃO, Dilva. Biografia de Ronald Reagan. Disponível em: https://www.ebiografia.com/ronald_reagan/ Acesso em 20 maio. 2021.

FREITAS, Carlos Eduardo de. Dívida externa. In: PAULA, Christiane Jalles de & LATTMAN-WELTMAN, Fernando (coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro**: Pós-30. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

FRENTE teme “tecnocratismo”. **Jornal do Brasil (RJ)**, 31 jan. 1985 (1º Caderno).

FROTA NETO, Antônio. Uma derrota de Dornelles. **Correio Braziliense (DF)**, 9 abr. 1985.

FUNARO critica função de auditoria do FMI. **Jornal do Commercio (RJ)**, 26 set. 1985a.

FUNARO descarta novo acordo com o FMI. **Jornal do Commercio (RJ)**, 26 nov. 1985b.

FUNARO promete evitar a hiperinflação. **Jornal do Commercio (RJ)**, 17 set. 1985c.

FUNARO propõe aumentar capital do Bird. **Jornal do Commercio (RJ)**, 9 out. 1985d.

FUNARO quer acordo de 16 anos com os bancos. **Jornal do Commercio (RJ)**, 19 set. 1985e.

FUNDO exige novo ajustamento interno. **Jornal do Commercio (RJ)**, 8 out. 1985.

GADELHA diz que governo não pretende abrandar medidas de austeridade. **Jornal do Brasil (RJ)**, 23 mar. 1985 (1º Caderno).

GARGIA: Dornelles é eleitor do PMDB. **Jornal do Brasil (RJ)**, 6 fev. 1985 (1º Caderno).

GATTO, Coriolano. Procuram-se ministeriáveis. **Jornal do Commercio (RJ)**, 22 e 23 fev. 1987.

GONZAGA, Genilson. Fontes maiores. **Jornal do Commercio (RJ)**, 27 jan. 1987.

_____. Sarney desabafa na reunião de amanhã. **Jornal do Commercio (RJ)**, 31 maio 1985.

GOVERNO confirma divergência com FMI sobre déficit. **Jornal do Brasil (RJ)**, 26 jul. 1985a (1º Caderno).

GOVERNO cortará mais nas estatais. **Jornal do Brasil (RJ)**, 28 ago. 1985b (1º Caderno).

GOVERNO decide ampliar o corte. **Jornal do Commercio (RJ)**, 3 set. 1985c.

GOVERNO decidiu não fazer cortes este mês. **Jornal do Commercio (RJ)**, 5 set. 1985d.

GOVERNO inicia com austeridade. **Jornal do Commercio (RJ)**, 15 mar. 1985e.

GOVERNO para por 60 dias aplicação de banco oficial. **Jornal do Brasil (RJ)**, 19 mar. 1985f (1º Caderno).

GOVERNO quer privatizar estatais para dar uma nova feição à economia. **Jornal do Commercio (RJ)**, 19 out. 1985g.

GRÜN, Roberto. A dominação financeira no Brasil contemporâneo. **Tempo Social**, v. 25, n. 1, jun. 2013.

_____. “Apagão cognitivo”: a crise energética e sua sociologia. **Dados**, v. 48, n. 4, 2005.

_____. Neoliberalismo. In: CATANI, Afrânio Mendes et al. (Orgs.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

GUIDACCI, Jorge. As diferenças no tamanho dos cortes de gastos propostos por Sayad e Dornelles. **Jornal do Commercio (RJ)**, 5 jul. 1985.

GUIDO, Cristina. Celso Monteiro Furtado. In: PAULA, Christiane Jalles de & LATTMAN-WELTMAN, Fernando (coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: Pós-30**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

GUIDO, Cristina et al. José Alberto Fogaça de Medeiros. In: PAULA, Christiane Jalles de & LATTMAN-WELTMAN, Fernando (coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: Pós-30**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

IFC culpa déficit orçamentário dos EUA. **Jornal do Commercio (RJ)**, 30 jul. 1985.

INFLAÇÃO de março poderá ser de 10%. **Jornal do Commercio (RJ)**, 16 mar. 1985a.

INFLAÇÃO de 14% em agosto é maior da história. **Jornal do Brasil (RJ)**, 30 ago. 1985b (1º Caderno).

INFLAÇÃO, o principal inimigo. **Jornal do Brasil (RJ)**, 13 mar. 1985c (1º Caderno).

INFORMATIVO Ademi. Financiamentos da CEF: uma prova de fogo para o setor. **Jornal do Brasil (RJ)**, 30 mar. 1985 (1º Caderno).

INFORME Econômico: Dornelles e a FGV. **Jornal do Brasil (RJ)**, 21 mar. 1985a (1º Caderno).

INFORME JB: Candidato da Fiesp. **Jornal do Brasil (RJ)**, 17 dez. 1984 (1º Caderno).

INFORME JB: Bomba a desarmar. **Jornal do Brasil (RJ)**, 11 jan. 1985b (1º Caderno).

INFORME JB: Guerra de candidatos. **Jornal do Brasil (RJ)**, 20 jan. 1985c (1º Caderno).

INFORME JB: Leão amigo. **Jornal do Brasil (RJ)**, 8 fev. 1985d (1º Caderno).

INFORME JB: Nome certo. **Jornal do Brasil (RJ)**, 21 jan. 1985e (1º Caderno).

INFORME JB: O amigo do rei. **Jornal do Brasil (RJ)**, 28 ago. 1985f (1º Caderno).

INFORME JB: Ouro de Minas. **Jornal do Brasil (RJ)**, 23 jan. 1985g (1º Caderno).

INFORME JB: Pedindo o boné. **Jornal do Brasil (RJ)**, 6 dez. 1985h (1º Caderno).

INFORME JB: Rosenberg. **Jornal do Brasil (RJ)**, 7 dez. 1985i (1º Caderno).

INTRIGAS. **Jornal do Commercio (RJ)**, 30 abr. 1985.

ÍRIS: todos vestem a mesma camisa. **Jornal do Brasil (RJ)**, 31 jan. 1985 (1º Caderno).

JOÃO Abreu é preferido de Sarney. **Jornal do Brasil (RJ)**, 26 ago. 1985 (1º Caderno).

JOSÉ Hugo: Sarney deve formar o seu governo. **Correio Braziliense (DF)**, 18 abr. 1985.

JUL vê o fluxo da arrecadação. **Jornal do Commercio (RJ)**, 23 fev. 1984.

KELLER, Vilma & LEMOS, Renato. Roberto de Oliveira Campos. In: PAULA, Christiane Jalles de & LATTMAN-WELTMAN, Fernando (coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: Pós-30**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

KLÜGER, Elisa. Análise de correspondências múltiplas: fundamentos, elaboração e interpretação. **BIB**, n. 86, pp. 68-97, 2018.

_____. **Meritocracia de laços: gênese e reconfigurações do espaço dos economistas no Brasil**. Tese de Doutorado em Sociologia. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017.

KUNTZ, Rolf. Crescimento foi a tônica em Seul. **Jornal do Commercio (RJ)**, 12, 13 e 14 out. 1985a.

_____. EUA pressionam o Brasil a acordo com o FMI. **Jornal do Commercio (RJ)**, 8 out. 1985b.

_____. Grupo dos 24 não aceita inspeção especial do FMI. **Jornal do Commercio (RJ)**, 4 out. 1985c.

LAGO, Luís Aranha Correia do. Milagre econômico brasileiro. In: PAULA, Christiane Jalles de & LATTMAN-WELTMAN, Fernando (coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: Pós-30**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

LAMOUNIER, Bolívar. Redemocratização. In: PAULA, Christiane Jalles de & LATTMAN-WELTMAN, Fernando (coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: Pós-30**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

LAN. A solução de Dornelles para o problema da dívida externa. **Jornal do Brasil (RJ)**, 12 maio 1985 (1º Caderno).

LANGONI, Carlos Geraldo. A estratégia do ministro Dornelles. **Jornal do Brasil (RJ)**, 12 maio 1985 (1º Caderno).

LEAL, Carlos Eduardo & SANDRONI, Cícero. Jornal do Comércio. In: PAULA, Christiane Jalles de & LATTMAN-WELTMAN, Fernando (coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: Pós-30**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

LEAL, Carlos Eduardo et al. O Estado de São Paulo. In: PAULA, Christiane Jalles de & LATTMAN-WELTMAN, Fernando (coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: Pós-30**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

LEBARON, Frédéric & DOGAN, Aykiz. Do Central Bankers' biographies matter? **Sociologica**, 2: pp. 1-37, 2016.

LEGADO trágico. **Correio Braziliense (DF)**, 19 abr. 1985.

LEITÃO, Miriam. Galbraith propões moratória temporária. **Jornal do Brasil (RJ)**, 26 nov. 1986 (1º Caderno).

LEMGRUBER fala pelo país. **Correio Braziliense (DF)**, 16 abr. 1985.

LÍDERES rurais aprovam o plano de austeridade. **Folha de S. Paulo**, 20 mar. 1985.

LIMA, Luís Fernando Cirne. Crescimento, desigualdade e felicitômetro. **Jornal do Brasil (RJ)**, 31 mar. 1972 (Revista Econômica).

LYRA defende hegemonia do partido. **Jornal do Brasil (RJ)**, 6 fev. 1985a (1º Caderno).

LYRA diz que novo governo não terá superministro. **Jornal do Brasil (RJ)**, 28 jan. 1985b (1º Caderno).

LOUREIRO, Maria Rita & LIMA, Gilberto Tadeu. A internacionalização da ciência econômica no Brasil. **Revista de Economia Política**, vol. 14, n. 3, jul.-set. 1994.

LULA diz que apoia as proibições de gastar. **Jornal do Brasil (RJ)**, 18 mar. 1985 (1º Caderno).

MACIEL, David. **De Sarney a Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985-1990)**. Tese de Doutorado em História. Goiás: Universidade Federal de Goiás, 2008.

MADEIRA, Rafael Machado & MARENCO, André. Os desafios da internacionalização: mapeando dinâmicas e rotas da circulação internacional. **RBCP**, n. 19, jan./abr. 2016.

MAGALHÃES, André. Aliança Democrática. In: PAULA, Christiane Jalles de & LATTMAN-WELTMAN, Fernando (coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: Pós-30**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

MAGALHÃES, João Paulo de Almeida. A economia pós-Tancredo. **Jornal do Brasil (RJ)**, 5 maio 1985 (1º Caderno).

MAIS quatro ministros. Sayad no Planejamento. **Jornal do Brasil (RJ)**, 13 fev. 1985 (1º Caderno).

MARTINS, Fernando. Sarney fica próximo a Dornelles no custeio. **Jornal do Brasil (RJ)**, 29 jul. 1985 (1º Caderno).

MAZON, Marcia da Silva. Padrões de qualidade e segurança alimentares no terreno institucional brasileiro. **Dados**, v. 52, n. 4, pp. 1003-1045, 2009.

MEDIDA deveria ser anunciada amanhã. **Jornal do Brasil (RJ)**, 3 jul. 1985 (1º Caderno).

MEDIDAS fortes. **Jornal do Brasil (RJ)**, 20 mar. 1985 (1º Caderno).

META do BC é baixar inflação. **Jornal do Commercio (RJ)**, 16 mar. 1985.

MINEIROS já iniciam ofensiva de críticas aos nomes do governo. **Jornal do Brasil (RJ)**, 8 mar. 1985 (1º Caderno).

MINISTÉRIO tem seus altos e baixos em seis meses. **Jornal do Brasil (RJ)**, 25 ago. 1985 (1º Caderno).

MORATÓRIA é um recurso usual na América Latina. **Folha de S. Paulo**, 24 dez. 2001.

MOTA, Hélio et al. A mão que dá tira também. **Jornal do Brasil (RJ)**, 5 maio 1985 (1º Caderno).

MOTA NETO, Leonardo. Além da política: Informações vivas. **Correio Braziliense (DF)**, 14 jun. 1985.

MOURA, Mariluce & MOURA, Geraldo. Rosenberg diz que governo não inunda mercado com títulos. **Jornal do Commercio (RJ)**, 23 ago. 1985.

MUITO esforço e dedicação. **Correio Braziliense (DF)**, 27 abr. 1985.

MUNHOZ nega restrições a ex-ministro. **Jornal do Brasil (RJ)**, 18 nov. 1984 (1º Caderno).

NÃO haverá ruptura política, diz Sarney. **Jornal do Commercio (RJ)**, 18 jun. 1985.

NCAFP. **Biography of Paul A. Volcker**. Disponível em:
<https://www.ncafp.org/articles/CVs%20and%20Bios/Biography%20of%20Paul%20A%20Volcker.pdf> Acesso em 10 abr. 2021.

NEGOCIAÇÃO terá linguagem única. **Jornal do Commercio (RJ)**, 13 jul. 1985.

NEGREIROS, José. A ofensiva de Tancredo. **Jornal do Brasil (RJ)**, 11 fev. 1985a (1º Caderno).

_____. Coisas da Política: Todos pagam pra ver. **Jornal do Brasil (RJ)**, 11 set. 1985b (1º Caderno).

_____. Em dois meses, o balanço é positivo. **Jornal do Brasil (RJ)**, 3 nov. 1985c (1º Caderno).

NEGREIROS, José & MARTINS, Fernando. Fazenda vê desrespeito a Tancredo. **Jornal do Brasil (RJ)**, 23 ago. 1985 (1º Caderno).

NOBLAT, Ricardo. A guerra, inútil, contra Dornelles. **Jornal do Brasil (RJ)**, 28 jan. 1985a (1º Caderno).

_____. A mordomia cede à austeridade. **Jornal do Brasil (RJ)**, 11 mar. 1985b (1º Caderno).

_____. Coisas da Política: A escolha de Sarney. **Jornal do Brasil (RJ)**, 28 ago. 1985c (1º Caderno).

_____. Coisas da Política: Em busca de uma política econômica. **Jornal do Brasil (RJ)**, 1º jun. 1985d (1º Caderno).

_____. Coisas da Política: Sarney inaugura seu governo. **Jornal do Brasil (RJ)**, 24 ago. 1985e (1º Caderno).

NOBRE nega veto a Dornelles mas teme continuísmo no Ministério de Tancredo. **Jornal do Brasil (RJ)**, 29 jan. 1985 (1º Caderno).

NOTAS e informações: O governo dá o exemplo. **O Estado de S. Paulo**, 20 mar. 1985.

NOVO governo retoma trabalhos para desestatização. **Jornal do Brasil (RJ)**, 28 fev. 1985 (1º Caderno).

OFFICE of the Historian. **Biographies of the Secretaries of State: James Addison Baker III (1930-)**. Disponível em: <https://history.state.gov/departmenthistory/people/baker-james-addison> Acesso em 10 abr. 2021.

OPINIÃO: A irrelevância dos cortes. **Folha de S. Paulo**, 23 mar. 1985a.

OPINIÃO: Austeridade e transparência. **Folha de S. Paulo**, 22 mar. 1985b.

OPINIÃO: Mais clareza na economia. **Folha de S. Paulo**, 20 mar. 1985c.

OPINIÃO: Pacotes e comissões. **Folha de S. Paulo**, 21 mar. 1985d.

PÁDUA, Gesner Duarte. **O herói conciliador: construção da imagem de Tancredo Neves nas revistas Veja e Manchete**. Dissertação de Mestrado em Comunicação e Semiótica. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011.

PALOTTI, Pedro Lucas de Moura. **Estratégias de seleção e substituição de ministros de Estado no presidencialismo de coalizão brasileiro: perfil, alocação e rotatividade**. Tese de Doutorado em Ciência Política. Brasília: Universidade de Brasília, 2017.

PARA funcionários, revolução. **Jornal do Brasil (RJ)**, 23 mar. 1985 (1º Caderno).

PAULA, Christiane Jalles de & LATTMAN-WELTMAN, Fernando (coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: Pós-30**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

PEQUENAS empresas temem austeridade. **Jornal do Commercio (RJ)**, 12 mar. 1985.

PERSISTE mistério na demissão de Freitas. **Correio Braziliense (DF)**, 6 maio 1985.

PETRÓLEO, juros e comércio abrem o debate em Londres. **Jornal do Commercio (RJ)**, 8 jun. 1984.

PFL endossa o discurso. **Correio Braziliense (DF)**, 18 mar. 1985.

PINHEIRO, Flávio. Um trambolho pesado. **Jornal do Brasil (RJ)**, 17 set. 1984 (1º Caderno).

PINTO, Louis. Doxa. In: CATANI, Afrânio Mendes et al. (orgs.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

PIRES, Cecília. Empresários exigem austeridade de Sarney. **Correio Braziliense (DF)**, 27 abr. 1985.

PLANALTO adia pacote de novo. **Jornal do Commercio (RJ)**, 2 jul. 1985.

PLANEJAMENTO perde hegemonia e as suas funções executivas. **Jornal do Brasil (RJ)**, 10 mar. 1985 (1º Caderno).

PMDB fica entre aplausos e críticas. **Jornal do Brasil (RJ)**, 9 maio 1985a (1º Caderno).

PMDB propõe linha dura para negociar. **Jornal do Brasil (RJ)**, 15 maio 1985b (1º Caderno).

PORTELLA FILHO, Petrônio. O ajustamento na América Latina: crítica ao modelo de Washington. **Lua Nova**, n. 32, abr. 1994.

PRATINI condena corte de gastos. **Correio Braziliense (DF)**, 21 mar. 1985.

PROFISSÃO de fé. **Jornal do Brasil (RJ)**, 16 mar. 1985 (1º Caderno).

PROPOSTA da Seplan muda Plano de Metas. **Jornal do Commercio (RJ)**, 24 fev. 1987.

QUARTI, Márcia & ZYLBERBERG, Sônia. João Sayad. In: PAULA, Christiane Jalles de & LATTMAN-WELTMAN, Fernando (coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: Pós-30**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

QUEDA de Dornelles fortalece Sayad. **Jornal do Brasil (RJ)**, 27 ago. 1985 (1º Caderno).

QUEREMOS uma Nova República. **Jornal do Commercio (RJ)**, 15 mar. 1985 (Suplemento Especial).

RAMOS, Plínio de Abreu & CAMPOS, Patrícia. Tancredo de Almeida Neves. In: PAULA, Christiane Jalles de & LATTMAN-WELTMAN, Fernando (coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: Pós-30**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

RECUPERAÇÃO da indústria e do comércio continua em 85. **Jornal do Brasil (RJ)**, 17 mar. 1985 (1º Caderno).

REDDY, Sudeep & PATU, Gustavo. Ao destruir inflação nos EUA Volcker tornou a dívida do Brasil impagável. **Folha de S. Paulo**, 9 dez. 2019.

RENEGOCIAÇÃO da dívida não muda. **Jornal do Commercio (RJ)**, 28 abr. 1985.

REORIENTANDO o BNDES. **Correio Braziliense (DF)**, 11 abr. 1985.

RESTAURAÇÃO econômica. **Correio Braziliense (DF)**, 20 mar. 1985.

REUNIÃO com Sarney tem representantes de 4 governos. **Jornal do Brasil (RJ)**, 1º jun. 1985 (1º Caderno).

RIGOR anti-inflação recebe apoio geral. **Jornal do Brasil (RJ)**, 21 mar. 1985 (1º Caderno).

ROBERTO Freire discorda de quem veta Dornelles. **Jornal do Brasil (RJ)**, 5 fev. 1985 (1º Caderno).

ROCHA, Felipe José Nunes & SOUSA, Mônica Teresa Cristina. Do bacharelismo tradicional ao bacharelismo do século XXI: a massificação e a deselitização da graduação em direito. **Revista do Direito Unisc**, n. 48, jan./abr. 2016.

ROCHA FILHO, Milton F. da. Banqueiro diz que inimigos são inflação e estatização. **Jornal do Brasil (RJ)**, 22 jul. 1984 (1º Caderno).

ROSENBERG, Luís Paulo. **Entrevista concedida a Leonardo Silva**. WhatsApp, 3 mar./21 maio 2021.

ROSENBERG nega pedido de demissão. **Jornal do Brasil (RJ)**, 9 dez. 1985 (1º Caderno).

ROSENBERG sai na próxima semana. **Jornal do Brasil (RJ)**, 12 dez. 1985 (1º Caderno).

SALLUM JUNIOR, Brasília. Transição política e crise do Estado. **Lua Nova**, n. 32, abr. 1994.

SANT'ANA, Jéssica. Bolsonaro terá sua turma de 'Chicago Boys'. Mas quem eles eram de fato? Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/bolsonaro-tera-sua-turma-de-chicago-boys-mas-quem-eles-eram-de-fato-2o9c0f4qg42j04jl19t16nszy/> Acesso em 22 fev. 2021.

SARNEY busca consenso para economia. **Correio Braziliense (DF)**, 1º jun. 1985a (1º Caderno).

SARNEY dá apoio ao ministro da Fazenda. **Jornal do Brasil (RJ)**, 13 jul. 1985b (1º Caderno).

SARNEY demite diretor do BC. **Correio Braziliense (DF)**, 27 abr. 1985c.

SARNEY demite Sebastião Vital. **Jornal do Commercio (RJ)**, 24 ago. 1985d.

SARNEY diz ao *Post* que renegociação da dívida ajuda o Brasil. **Jornal do Brasil (RJ)**, 28 mar. 1985e (1º Caderno).

SARNEY encomenda novo PND, com ênfase social. **Correio Braziliense (DF)**, 17 abr. 1985.

SARNEY manterá a austeridade. **Jornal do Commercio (RJ)**, 28 mar. 1985f.

SARNEY não deixa Dornelles sair. **Jornal do Commercio (RJ)**, 6 jul. 1985g.

SARNEY nomeia novos diretores para o BC. **Correio Braziliense (DF)**, 31 ago. 1985h.

- SARNEY pede novas fórmulas para IR. **Jornal do Commercio (RJ)**, 2 jul. 1985i.
- SARNEY promete arbitrar divergências. **Correio Braziliense (DF)**, 2 abr. 1985j.
- SATURNINO prevê caos na economia do país. **Correio Braziliense (DF)**, 21 mar. 1985.
- SAYAD anuncia corte de 10% no orçamento da União. **Jornal do Brasil (RJ)**, 18 mar. 1985a (1º Caderno).
- SAYAD assumiu falando em crise. **Jornal do Brasil (RJ)**, 16 mar. 1985b (1º Caderno).
- SAYAD e Dornelles programam reestruturação de ministérios. **Jornal do Brasil (RJ)**, 14 mar. 1985c (1º Caderno).
- SAYAD não vê efeitos negativos. **Correio Braziliense (DF)**, 19 mar. 1985d.
- SECRETÁRIO da Receita diz que mantém tabela do IR. **Jornal do Brasil (RJ)**, 28 jun. 1985 (1º Caderno).
- SEIDL, Ernesto. Caminhos que levam a Roma: recursos culturais e redefinições da excelência religiosa. **Horizontes Antropológicos**, ano 15, n. 31, jan./jun. 2009.
- SEIXAS, Antônio de Pádua. **Minha história: saltando fogueiras**. São Paulo: Editora Soul, 2021.
- SESSENTA trilhões é um absurdo. **Jornal do Brasil (RJ)**, 5 maio 1985 (1º Caderno).
- SEST nada sabe sobre a contenção adicional. **Jornal do Commercio (RJ)**, 4 set. 1985a.
- SEST reage contra novos cortes. **Jornal do Brasil (RJ)**, 4 set. 1985b (1º Caderno).
- SETOR exportador contra a suspensão dos empréstimos. **Jornal do Commercio (RJ)**, 20 mar. 1985.
- SITUAÇÃO de Garnero está complicada. **Correio Braziliense (DF)**, 25 mar. 1985.
- SOCHAZCEWSKI, Antônio Claudio. Políticas de crescimento e o futuro do Brasil. In: **Políticas para a retomada do crescimento: reflexões de economistas brasileiros**. BIELSCHOWSKY, Ricardo & MUSSI, Carlos (org.). Brasília: Ipea/Cepal, 2002.
- SOUSA, Luís Otávio de. Carlos Alberto Gomes Chiarelli. In: PAULA, Christiane Jalles de & LATTMAN-WELTMAN, Fernando (coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: Pós-30**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- SPINOLA, Noenio. Lemgruber critica FMI por suas “metas ambiciosas”. **Jornal do Brasil (RJ)**, 28 abr. 1985 (1º Caderno).
- STONE, Lawrence. Prosopografia. **Rev. Sociol. Polít.**, v. 19, n. 39, jun. 2011.

TRANCREDISTAS perdem sua estrela. **Jornal do Brasil (RJ)**, 27 ago. 1985 (1º Caderno).

TANCREDO atento à resistência. **Jornal do Brasil (RJ)**, 5 fev. 1985a (1º Caderno).

TANCREDO exige que SNI acabe com escuta telefônica. **Jornal do Brasil (RJ)**, 13 mar. 1985b (1º Caderno).

TANCREDO jamais pensou em Serra para ministro da Fazenda. 2002. Disponível em: http://www.cidadebiz.com.br/noticia/tancredo_jamais_pensou_em_serra_para_ministro_da_fazenda Acesso em 12 set. 2020.

TANCREDO já escolheu 10 nomes para ministérios civis. **Jornal do Brasil (RJ)**, 23 jan. 1985c (1º Caderno).

TANCREDO não negocia Fazenda, Gabinete Civil e Governo do DF. **Jornal do Brasil (RJ)**, 12 fev. 1985d (1º Caderno).

TANCREDO não permite desobediência à lei de greve. **Jornal do Brasil (RJ)**, 13 mar. 1985e (1º Caderno).

TANCREDO reitera ao desembarcar seu compromisso com valores democráticos. **Jornal do Brasil (RJ)**, 8 fev. 1985f (1º Caderno).

TANCREDO repele ameaça, pressão, imposição ou veto. **Jornal do Brasil (RJ)**, 7 fev. 1985g (1º Caderno).

TESOURO NACIONAL. Por dentro das contas públicas. Disponível em: https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:27592#:~:text=A%20amortiza%C3%A7%C3%A3o%20da%20d%C3%ADvida%20representa,governo%2C%20acrescido%20de%20atualiza%C3%A7%C3%A3o%20monet%C3%A1ria Acesso em: 04 abr. 2021.

TORRES, Carlos Max. Estrela de Sayad começa a se apagar. **Jornal do Brasil (RJ)**, 31 out. 1985 (1º Caderno).

TOSTE, Alexandra & CORREIA, Maria Letícia. Guilherme Palmeira. In: PAULA, Christiane Jalles de & LATTMAN-WELTMAN, Fernando (coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro**: Pós-30. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

ULYSSES acha que os nomes estão a crivo de críticas. **Jornal do Brasil (RJ)**, 29 jan. 1985a (1º Caderno).

ULYSSES parte agora para o 3º escalão. **Correio Braziliense (DF)**, 9 abr. 1985b.

ULYSSES soube no almoço que Funaro era o mais forte. **Jornal do Brasil (RJ)**, 27 ago. 1985c (1º Caderno).

UMA motivação a mais para a Plenind. **Jornal do Commercio (RJ)**, 12 jul. 1985.

VAMOS fazer essa inflação cair. **Jornal do Brasil (RJ)**, 18 mar. 1985 (1º Caderno).

VÁRIAS: O caminho a seguir. **Jornal do Commercio (RJ)**, 19 mar. 1985.

VELASQUEZ, Musa Clara et al. Francisco Oswaldo Neves Dornelles. In: PAULA, Christiane Jalles de & LATTMAN-WELTMAN, Fernando (coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: Pós-30**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

VERÍSSIMO, Luís Fernando. O modo de atuação de Dornelles e Sayad na condução da política econômica. **Jornal do Brasil (RJ)**, 13 jul. 1985 (1º Caderno).

VISÃO convergente. **Jornal do Brasil (RJ)**, 2 out. 1984 (1º Caderno).

WAACK, William. Os senhores de azul-escuro. **Jornal do Brasil (RJ)**, 24 set. 1986 (1º Caderno).

WRRGA. Biography: William R. Rhodes. Disponível em: <https://wrrga.com/biography/>
Acesso em: 10 abr. 2021.

YORK. IMF masterclass. Disponível em: <https://www.york.ac.uk/spsw/news-and-events/news/2017/imf-masterclass/>
Acesso em: 15 maio 2021.

ZÓZIMO: Aureliano “dixit”. **Jornal do Brasil (RJ)**, 5 fev. 1985a (Caderno B).

ZÓZIMO: Derrota. **Jornal do Brasil (RJ)**, 29 ago. 1985b (Caderno B).

ZÓZIMO: Mais três. **Jornal do Brasil (RJ)**, 25 out. 1985c (Caderno B).

ZÓZIMO: Reprise. **Jornal do Brasil (RJ)**, 28 out. 1985d (Caderno B).

ZÓZIMO: Reprise. **Jornal do Brasil (RJ)**, 5 set. 1985e (Caderno B).